

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL

PEDRO HENRIQUE MARANI AMARAL

PARA ONDE IR APÓS O CARNAVAL? análise dos espaços públicos de
lazer em Orlândia-SP

Ituiutaba
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL

PEDRO HENRIQUE MARANI AMARAL

PARA ONDE IR APÓS O CARNAVAL? análise dos espaços públicos de
lazer em Orlândia-SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia do Pontal – Área de Concentração:
Produção do espaço e dinâmicas ambientais, do Instituto
de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do
Título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda

Ituiutaba
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A485 Amaral, Pedro Henrique Marani, 2000-
2025 PARA ONDE IR APÓS O CARNAVAL? [recurso eletrônico] :
análise dos espaços públicos de lazer em Orlândia-SP /
Pedro Henrique Marani Amaral. - 2025.

Orientador: Carlos Roberto Loboda.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.188>
Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Loboda, Carlos Roberto, 1974-
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Pontal
Rua Vinte, 1600, Bloco D, Sala 300 - Bairro Tupã, Uberlândia-MG, CEP 38304-402
Telefone: (34) 3271-5305/5306 - www.ppgep.ich.ufu.br - ppgep@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal - PPGEP				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico				
Data:	21/02/2025	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:04
Matrícula do Discente:	22312GEO011				
Nome do Discente:	Pedro Henrique Marani Amaral				
Título do Trabalho:	PARA ONDE IR APÓS O CARNAVAL? análise dos espaços públicos de lazer em Orlândia-SP				
Área de concentração:	Produção do espaço e dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dinâmicas territoriais e produção do espaço				

Reuniu-se de forma remota, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, assim composta: Professores Doutores: Dr. Marcos Clair Bovo - (Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR), Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki - (PPGEP/ICHPO/UFU), Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda, orientador da candidato.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda orientador, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Loboda, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/02/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Koiti Miyazaki, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/02/2025, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Clair Bovo, Usuário Externo**, em 21/02/2025, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6120521** e o código CRC **7058C9F2**.

Referência: Processo nº 23117.011234/2025-37

SEI nº 6120521

AGRADECIMENTOS

Sou o produto do processo interativo de espaços, lugares e pessoas que fizeram e/ou fazem parte da minha vida, com cada um destes fatores moldando a pessoa que sou e os objetivos que alcancei. Por isso, agradeço:

Ao meu pai, Ademilson, por ser meu ídolo e por me proporcionar os primeiros contatos com os espaços públicos de lazer.

À minha mãe, Nilza Adriana, por tudo fez e faz por mim.

À minha avó, Nilza, por ser minha segunda mãe e um grande exemplo de ser humano.

Ao meu irmão, João, pela inspiração.

Aos meus tios, Ricardo e Ernâni, por sempre estarem presentes.

Aos meus amigos de infância, pelos inúmeros momentos de lazer nos espaços estudados neste trabalho.

Aos Brutos Parça, pela amizade.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Orlândia, pela disponibilidade.

À cidade de Orlândia, por possibilitar que tudo isso se encaixasse.

À minha namorada, Ana Beatriz, pelo amor e apoio.

À República Feudoloko, pelo convívio.

À UFU e ao PPGEP, pela oportunidade.

Ao meu orientador, Loboda, pelas instruções.

Ao laboratório do Grupo de Pesquisa “Observatório das Cidades”, pela calma e pelos equipamentos.

À CAPES, pelo financiamento.

A todos que não foram citados aqui e que de alguma forma contribuíram para que eu concluísse este trabalho, sou grato a todos e reconheço cada boa ação que fizeram.

Dedico este trabalho ao meus pais e à minha avó.

*“Agora que estamos descobrindo o
sentido de nossa presença no planeta,
pode-se dizer que uma história
universal verdadeiramente humana
está, finalmente, começando. A
mesma materialidade, atualmente
utilizada para construir um mundo
confuso e perverso, pode vir a ser
uma condição de construção de um
mundo mais humano.”*

Milton Santos

RESUMO

O presente trabalho aborda, sob uma perspectiva geográfica, a problemática do lazer urbano, sua importância, o acesso a ele e suas influências socioespaciais no contexto de Orlândia-SP. Apreender os espaços públicos enquanto locais mantenedores da prática socioespacial do lazer cotidianamente se configura como um importante instrumento para o entendimento das dinâmicas urbanas e do processo de (re)produção do espaço urbano. Sendo assim, o objetivo principal foi compreender como as práticas de lazer se relacionam com os espaços públicos na cidade de Orlândia-SP, enquanto os objetivos específicos foram: desenvolver um conceito para os espaços públicos de lazer; identificar os espaços públicos de lazer em Orlândia; caracterizar os espaços públicos de lazer em Orlândia de acordo com sua localização, estado de conservação e animação; conhecer as percepções e as necessidades da população em relação ao lazer público; e contribuir para as discussões e estudos a respeito de espaços públicos e práticas de lazer em realidades não metropolitanas. Para tanto, utilizamos de abordagens metodológicas de Henry Lefebvre e Milton Santos para investigar as influências e interações homem-espaço sob uma perspectiva dialética. Nesse sentido, apreendemos as formas espaciais por meio de pesquisas bibliográficas e de dados oficiais municipais acerca dos espaços públicos de lazer da cidade de Orlândia, essas dizendo respeito às concepções espaciais realizadas pelo poder público municipal; em relação aos usos-funções dos espaços públicos de lazer, estes foram apreendidos por meio de observações diretas realizadas em campo, permitindo-nos apreender os espaços vividos e as apropriações feitas pelos usuários; enquanto que a percepção da população quanto aos espaços públicos de lazer foram constatadas a partir de 107 questionários aplicados junto aos habitantes da cidade. Os resultados obtidos com a pesquisa de campo demonstram que os espaços públicos de lazer ainda possuem relevância na dinâmica urbana de Orlândia, sendo utilizados sobretudo por crianças e adolescentes em atividades esportivas e por idosos em atividades sociais. Especificamente se tratando das opiniões dos respondentes, foram evidenciados aspectos negativos ligados à segurança, à conservação e à animação dos espaços públicos de lazer, além do destaque positivo para a frequência de praças e locais para caminhada. Em se tratando dos espaços públicos de lazer em si, estes foram verificados em grande quantidade ao longo da malha urbana, que em sua grande maioria se encontravam em bom estado de conservação, mas que por vezes se mostravam desconexos das dinâmicas e demandas de lazer de seus entornos imediatos. Ao final, podemos concluir que mesmo com avanços tecnológicos que ameaçam o lazer público no século XXI, os espaços públicos de lazer ainda se mantêm como importantes locais de sociabilidade e práticas socioespaciais ativas de lazer na cidade de Orlândia-SP.

Palavras-chave: Espaços Públicos. Lazer. Pequenas Cidades. Orlândia-SP.

ABSTRACT

This study addresses, from a geographical perspective, the issue of urban leisure, its importance, access to it, and its socio-spatial influences in the context of Orlandia-SP. Understanding public spaces as places that sustain the socio-spatial practice of leisure on a daily basis serves as an important tool for comprehending urban dynamics and the process of (re)production of urban space. Thus, the main objective was to understand how leisure practices relate to public spaces in the city of Orlandia-SP. The specific objectives were: to define a concept for public leisure spaces; to identify public leisure spaces in Orlandia; to characterize these spaces according to their location, state of conservation, and level of activity; to understand the perceptions and needs of the population regarding public leisure; and to contribute to discussions and studies on public spaces and leisure practices in non-metropolitan realities. To achieve this, we employed methodological approaches from Henry Lefebvre and Milton Santos to investigate the influences and interactions between humans and space from a dialectical perspective. In this sense, spatial forms were analyzed through bibliographic research and official municipal data on public leisure spaces in Orlandia, reflecting the spatial conceptions developed by local authorities. The uses and functions of these spaces were examined through direct field observations, allowing us to understand the lived spaces and the ways in which users appropriate them. Additionally, the population's perception of public leisure spaces was assessed through 107 questionnaires administered to city residents. The field research results indicate that public leisure spaces still play a relevant role in Orlandia's urban dynamics, being primarily used by children and teenagers for sports activities and by elderly individuals for social interactions. Regarding respondents' opinions, negative aspects were highlighted concerning security, maintenance, and the level of activity in these spaces, while positive aspects included the frequent use of squares and walking areas. As for the public leisure spaces themselves, a large number were identified throughout the urban fabric, with most being in good condition, although some were found to be disconnected from the leisure dynamics and demands of their immediate surroundings. In conclusion, despite technological advancements that threaten public leisure in the 21st century, public leisure spaces remain important sites of sociability and active socio-spatial leisure practices in the city of Orlandia-SP.

Keywords: Public spaces. Leisure. Small towns. Orlandia-SP.

RESUMEN

Desde una perspectiva geográfica, este trabajo aborda el problema del ocio urbano, su importancia, el acceso al mismo y sus influencias socioespaciales en el contexto de Orlândia-SP. De este modo, la comprensión de los espacios públicos como lugares que mantienen cotidianamente la práctica socioespacial del ocio es una herramienta importante para entender la dinámica urbana y el proceso de (re)producción del espacio urbano. Por lo tanto, el objetivo principal fue comprender cómo las prácticas de ocio se relacionan con los espacios públicos en la ciudad de Orlândia-SP, mientras que los objetivos específicos fueron: elaborar un concepto para los espacios públicos de ocio; identificar los espacios públicos de ocio en Orlândia; caracterizar los espacios públicos de ocio en Orlândia según su localización, estado de conservación y animación; conocer las percepciones y necesidades de la población en relación con el ocio público; y contribuir a los debates y estudios sobre los espacios públicos y las prácticas de ocio en realidades no metropolitanas. Para ello, utilizamos los enfoques metodológicos de Henry Lefebvre y Milton Santos para investigar las influencias e interacciones espacio-humanas desde una perspectiva dialéctica. En este sentido, aprehendimos las formas espaciales a través de investigaciones bibliográficas y datos oficiales municipales sobre los espacios públicos de ocio de la ciudad de Orlândia, que se relacionan con las concepciones espaciales realizadas por el gobierno municipal; en relación con los usos-funciones de los espacios públicos de ocio, éstos fueron aprehendidos a través de observaciones directas realizadas en el campo, permitiendo aprehender los espacios vividos y las apropiaciones realizadas por los usuarios; mientras que la percepción de la población sobre los espacios públicos de ocio fue verificada a través de 107 cuestionarios aplicados a los habitantes de la ciudad. Los resultados obtenidos de la investigación de campo muestran que los espacios públicos de ocio siguen siendo importantes en la dinámica urbana de Orlândia, siendo utilizados principalmente por niños y adolescentes para actividades deportivas y por personas mayores para actividades sociales. En cuanto a las opiniones de los encuestados, se destacaron los aspectos negativos relacionados con la seguridad, la conservación y la animación de los espacios públicos de ocio, así como los aspectos positivos de la frecuentación de plazas y lugares de paseo. En cuanto a los espacios públicos de ocio propiamente dichos, existe un gran número de ellos a lo largo de la red urbana, la mayoría en buen estado de conservación, pero a veces desconectados de las dinámicas y demandas de ocio de su entorno inmediato. Al final, podemos concluir que, incluso con los avances tecnológicos que amenazan el ocio público en el siglo XXI, los espacios públicos de ocio siguen siendo importantes lugares de sociabilidad y prácticas activas de ocio socioespacial en la ciudad de Orlândia-SP.

Palabras clave: Espacios públicos. Ocio. Pequeñas ciudades. Orlândia-SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistematização dos procedimentos metodológicos da pesquisa	90
Figura 2: Classificação dos Espaços de Lazer e dos Espaços Livres.....	99
Figura 3: Placas de aviso no Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 02, em Orlândia (2024)	112
Figura 4: Dissociação de equipamentos concebidos e práticas realizadas no Espelho D'água, em Orlândia (2024).....	114
Figura 5: Evolução do Espaço Informal de Lazer 53.....	163

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Orlândia.....	26
Mapa 2: Espaços de Lazer, em Orlândia 2024:.....	104
Mapa 3: Equipamentos de lazer na Praça Cristo Rei, em Orlândia (2024).	107
Mapa 4: Equipamentos de lazer na Praça Argemiro Vicente Sobrinho “Maizena”, em Orlândia (2024).	109
Mapa 5: Equipamentos de lazer no Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 05, em Orlândia (2024).	110
Mapa 6: Equipamentos de lazer no Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 02, em Orlândia (2024).	111
Mapa 7: Equipamentos de lazer no Espelho D’Água, em Orlândia (2024).	112
Mapa 8: Equipamentos de lazer na Praça José Roberto Macedo, em Orlândia (2024).	115
Mapa 9: Equipamentos de lazer na Praça de Esportes Nilson Domingos, em Orlândia (2024).	116
Mapa 10: Equipamentos de lazer na Praça Alcebiades Figueredo, em Orlândia (2024).	117
Mapa 11: Equipamentos de lazer da Praça Roque Mei, em Orlândia (2024)	118
Mapa 12: Equipamentos de lazer na Praça Jardim Santo Expedito, em Orlândia (2024).	120
Mapa 13: Equipamentos de lazer no Espaço Público de Lazer Sem Denominação Oficial 04, em Orlândia (2024).	121
Mapa 14: Equipamentos de lazer na Praça Domingos Bocardo, em Orlândia (2024).	122
Mapa 15: Equipamentos de lazer no minicampo Jardim Nova Orlândia, em Orlândia (2024).	124
Mapa 16: Equipamentos de lazer na Praça do Cemitério, em Orlândia (2024).	125
Mapa 17: Equipamentos de lazer na Praça Iraci Custódio dos Santos, em Orlândia (2024).	127
Mapa 18: Equipamentos de lazer na Praça José dos Santos (Praça Goiaba), em Orlândia (2024).	128
Mapa 19: Equipamentos de lazer na Praça Antônio Alves Teixeira (Praça Mãe Rainha), em Orlândia (2024).	129
Mapa 20: Equipamentos de lazer na Piscina Pública Dr. Pedro Tassinari Filho, em Orlândia (2024).	131
Mapa 21: Equipamentos de lazer na Praça São José, em Orlândia (2024).	132
Mapa 22: Equipamentos de lazer na Praça Coronel Orlando, em Orlândia (2024).	133
Mapa 23: Equipamentos de lazer na Praça Mario Furtado, em Orlândia (2024).	135

Mapa 24: Equipamentos de lazer na Praça dos Imigrantes, em Orlandia (2024).....	137
Mapa 25: Equipamentos de lazer na Praça Flávio de Freitas Silveira (Praça da Bandeira) e na Praça Max Define, em Orlandia (2024).....	138
Mapa 26: Equipamentos de lazer na Praça Aristides Cividanes (Praça da Rodoviária), em Orlandia (2024)	139
Mapa 27: Equipamentos de Lazer na Praça Luiz Mariotto, em Orlandia (2024).....	140
Mapa 28: Equipamentos de lazer na Praça Santa Rita (Praça da Rodoviária), em Orlandia (2024).	141
Mapa 29: Equipamentos de lazer na Quadra da Juventude, em Orlandia (2024).	142
Mapa 30: Equipamentos de lazer na Quadra Poliesportiva do Jardim José Vieira Brazão, em Orlandia (2024).	143
Mapa 31: Equipamentos de lazer no minicampo Jardim Santa Rita., em Orlandia (2024). .	144
Mapa 32: Equipamentos de lazer na Quadra Poliesportiva Antônio Paixão, em Orlandia (2024).	145
Mapa 33: Equipamentos de lazer na Quadra Poliesportiva Pedro Lázari, em Orlandia (2024).	147
Mapa 34: Equipamentos de lazer no Centro de Lazer Edgar Benine, em Orlandia (2024). .	148
Mapa 35: Equipamentos de lazer no Centro de Lazer Luiz Oscar Alves de Andrade, em Orlandia (2024).	150
Mapa 36: Equipamentos de lazer no Ginásio Maurício Leite de Moraes, em Orlandia (2024).	151
Mapa 37: Equipamentos de Lazer do Parque Cyro Armando Catta Preta (parte 1), em Orlandia (2024).	153
Mapa 38: Equipamentos de Lazer do Parque Cyro Armando Catta Preta (parte 2), em Orlandia (2024).	154
Mapa 39: Equipamentos de lazer no Teatro Professora Maria José Bertrami Bordim e na Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues, em Orlandia (2024).	156
Mapa 40: Espaços Livres de Orlandia-SP.	160
Mapa 41: Espaços Informais de Lazer de Orlandia-SP (2024).	161
Mapa 42: Densidade Demográfica (2022) e Espaços de Lazer Público de Orlandia-SP (2024).	165
Mapa 43: Conservação dos Espaços de Lazer Público e Renda Média (2010) por bairros em Orlandia-SP (2024).....	168

Mapa 45: População idosa (2022) e alternativas de lazer nos espaços públicos de Orlândia-SP (2024).	171
Mapa 46: População adolescente (2022) e alternativas de lazer nos espaços públicos de Orlândia-SP (2024).....	172
Mapa 47: População infantil (2022) e alternativas de lazer nos espaços públicos de Orlândia-SP (2024).	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Equipamentos públicos de lazer, por bairro, em Orlândia (2024).....	169
Tabela 2: Valores relativos à faixa etária dos respondentes (2024) e à faixa etária da população orlandina (2024).....	176
Tabela 3: Preferência de atividades de lazer por sexo, em Orlândia (2024).	180
Tabela 4: Espaços públicos de lazer frequentados, por sexo, em Orlândia (2024).	184
Tabela 5: Categorias principais apontadas pelos respondentes quando questionados sobre as motivações que os levam a não frequentar os espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).	185
Tabela 6: Quantitativo de habitantes por espaço público de lazer em cidade brasileiras.....	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento demográfico, em Orlândia (1950-1970)	27
Gráfico 2: Idade dos respondentes, em Orlândia (2024).	176
Gráfico 3: Ocupação dos respondentes, em Orlândia (2024).....	177
Gráfico 4: Sexo dos respondentes, em Orlândia (2024).	177
Gráfico 5: Renda média mensal dos respondentes (em salários-mínimos de 2024) dos respondentes, em Orlândia (2024).	178
Gráfico 6: Atividades de lazer preferidas pelos respondentes, em Orlândia (2024).	180
Gráfico 7: Espaços públicos mais frequentados pelos respondentes, em Orlândia (2024). ..	181
Gráfico 8: Frequência dos espaços públicos de lazer pelos respondentes, em Orlândia (2024).	186
Gráfico 9: Localização dos espaços públicos de lazer frequentados pelos respondentes, em Orlândia (2024).	187
Gráfico 10: Notas atribuídas à segurança dos espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).	188
Gráfico 11: Notas atribuídas à animação dos espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).	188
Gráfico 12: Notas atribuídas à quantidade de espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).	189
Gráfico 13: Avaliação geral dos espaços públicos de lazer pelos respondentes, em Orlândia (2024).	190
Gráfico 14: Principais sugestões de melhorias dos espaços públicos de lazer apontadas pelos respondentes, em Orlândia (2024).	191
Gráfico 15: Respostas à pergunta "os moradores da cidade contribuem para conservação dos espaços públicos de lazer da cidade?", em Orlândia (2024).	196
Gráfico 16: Opinião dos respondentes em relação à prioridade que deva ser dada ao lazer nas políticas públicas, em Orlândia (2024).	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BTDT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CF	Constituição Federativa
EIL	Espaços Públicos Informais de Lazer
EL	Espaços Livres
EPEL	Espaços Públicos Especiais de Lazer
EPL	Espaços Públicos de Lazer
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LNF	Liga Nacional de Futsal
MG	Minas Gerais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PMO	Prefeitura Municipal de Orlândia
PPM	Poder Público Municipal
PR	Paraná
REGIC	Região de Influência das Cidades
SP	São Paulo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - APRESENTANDO A PESQUISA.....	20
1.1 Introdução	20
1.2 Justificativa	23
1.3 Problematização	24
1.4 Objetivos	24
1.5 Apresentando o Município de Orlândia.....	25
CAPÍTULO 2 - PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE ORIENTAM A PESQUISA ..	29
2.1 Panoramas sobre lazer, tempo livre e reprodução social à luz do capitalismo de acumulação flexível	29
2.2 Dizeres geográficos sobre o lazer e o urbano.....	42
2.3 A cidade é de todos, mas não para todos: o processo desigual de produção das cidades e as acessibilidades ao lazer urbano	49
2.4 O papel do Estado na produção do espaço urbano e na garantia ao lazer	59
2.5 Da esfera política às práticas de lazer: o processo de (re)produção do(s) espaço(s) público(s)	66
2.6 Procedimentos metodológicos	86
CAPÍTULO 3 - OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DE ORLÂNDIA: entre projeções e apropriações	97
3.1 Os espaços públicos e suas apropriações para a prática do lazer urbano	102
3.1.1 Espaços Públicos de Lazer (EPL)	106
3.1.2 Espaços Públicos Especiais de Lazer (EPEL)	146
3.1.3 Os demais Espaços Livres (EL).....	157
3.1.3 Os espaços produzidos comunitariamente.....	161
3.2 Análises e espacializações multicategóricas acerca da população e dos espaços públicos: compreendendo as desigualdades socioespaciais e o acesso aos espaços de lazer em Orlândia	164
3.2.1 Espaços de lazer e questões demográficas.....	164
3.2.2 Espaços de lazer e questões econômicas	167
3.2.3 Espaços de lazer e questões etárias	171
CAPÍTULO 4 - PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO ACERCA DO LAZER E DOS EPL EM ORLÂNDIA	175
4.1 Caracterizando o público respondente	175
4.2 Os Espaços Públicos de Lazer a partir da percepção dos orlandinos.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS.....	204
APÊNDICES	215

CAPÍTULO 1 - APRESENTANDO A PESQUISA

1.1 Introdução

O lazer é uma prática social que durante muito tempo da história humana esteve simbiotizado com a própria reprodução da vida, em uma realidade na qual não era possível se delimitar com precisão os tempos sociais da vida humana, com lazer e trabalho se misturando e sendo realizados cotidianamente juntos. Porém, a partir do capitalismo – sobretudo a partir da Revolução Industrial – trabalho e lazer passaram a ser compreendidos como instâncias distintas do cotidiano.

No atual momento, ainda permanecemos nesta configuração, com a segmentação severa entre os momentos laborais e os prazeres do lazer realizados durante os momentos ociosos do dia. Contudo, o tempo livre moderno não se trata de um momento alheio ao processo reprodutivo do capital, sendo ele apropriado e guiado ao lucro por meio da indústria cultural e do consumo.

Este lazer moderno permeado por razões lucrativistas exclui grande parte da população, que por não disporem de poderio econômico suficiente para usufruir de espaços e práticas consumistas de lazer se veem restritos aos limites de suas casas e aos curtos momentos de descanso em meio às rotinas extenuantes de trabalho para se recrearem.

Contraditoriamente, o Estado mesmo permeado por interesses econômicos provê direitos no que tange ao lazer e a sua garantia pública, haja vista a importância que ele exerce na qualidade de vida das pessoas, atingindo diversos aspectos da vida humana, conforme aponta Gutierrez (2001)

A ausência de espaços e momentos de distração e relaxamento é responsável por inúmeras doenças de fundo psicossomático, que podem evoluir até inviabilizar a atividade profissional ou a própria inserção social. Esta é uma constatação óbvia, a ponto de todas as grandes empresas pensarem em alternativas de lazer para os seus funcionários (Gutierrez, 2001, p. 114).

Nesse sentido, o poder público para garantir o direito ao lazer previsto nas legislações municipais, estaduais e federais que abordem o tema, a exemplo das Constituição Federativa de 1988 e das leis orgânicas municipais. A esfera municipal, por sua vez, age através de políticas públicas ora destinadas a programas e atividades que incentivem atividades de lazer, ora destinadas a construção de espaços públicos que visem este fim.

Dessa forma, os espaços públicos apreendem vasta gama das práticas socioespaciais de lazer, sendo responsáveis por grande parte das políticas públicas que se destinem à garantia desse fenômeno social. Devido a tamanha importância, estes espaços são elencados no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 11.7 da Organização das Nações Unidas (ONU), que almeja, até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e veres, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Portanto, se faz imprescindível a boa organização, utilização e gestão dos espaços públicos de lazer, visto que estes contribuem para a melhoria da qualidade de vida pela prática do lazer, para as trocas sociais mais ricas devido ao contato interpessoal, além de contribuir para a transformação social por meio das articulações políticas que acontecem nos momentos de socialização.

Além disso, é de suma importância estudos acadêmicos que abordem a temática do lazer urbano e os espaços públicos destinados a tal prática. Nesse sentido, objetivamos nesta pesquisa, a partir de discussões teóricas, levantamentos bibliográficos, observações em campo e aplicação de questionários, entender precisamente como as práticas de lazer se relacionam com os espaços públicos na realidade cotidiana da pequena cidade de Orlândia-SP, buscando também contribuir para os estudos dessas realidades que durante muito tempo ficaram à margem dos estudos geográficos brasileiros.

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira; esta falta de estudo também compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio dos centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção (Endlich, 2009, p.30)

Dessa forma, nos utilizaremos de abordagens dialéticas de investigação que contemplem juntamente as dinâmicas sociais e espaciais, bem como suas interações. Para tanto, buscaremos definir o que são os espaços públicos de lazer na perspectiva da geografia para posteriormente conseguirmos identificar estes espaços no quadro urbano de Orlândia e realizar caracterizações deles de acordo com suas localizações, estados de conservação e práticas recreativas realizadas neles.

De modo a totalizar nossas análises, objetivamos também conhecer mais sobre as opiniões da população orlandina acerca dos espaços públicos de lazer, para que assim consigamos averiguar precisamente os pontos positivos e negativos do lazer urbano da cidade como um todo. Logo, foi possível estabelecer um panorama geral da situação e relevância dos

espaços públicos de lazer da cidade de Orlândia e possíveis pontos de melhoria a partir do atual cenário, com esperança de subsidiar futuras políticas públicas. Nesse sentido, para atingir os objetivos propostos, este trabalho se estruturou da seguinte forma:

No presente capítulo (capítulo 1) apresentamos uma breve introdução ao tema, seguido da apresentação geral do trabalho para posteriormente destacar a relevância de nosso estudo e a problemática que atinge o tema pesquisado. Além de apresentar os objetivos gerais e específicos que pretendemos alcançar ao final de nossas investigações e, por fim, fazemos uma breve apresentação geográfica e histórica do nosso quadro urbano.

No segundo capítulo realizamos uma discussão teórica a partir dos temas que são base para a pesquisa começando pelo lazer, suas conceituações, linhas teóricas, características essenciais, relações com o tempo livre e com o capitalismo, lazer enquanto direito e lazer enquanto instrumento emancipatório. Posteriormente apresentamos bases teóricas para apreensão e compreensão do lazer, das cidades e dos espaços públicos por meio da ciência geográfica. Além disso, apresentamos conceituações a respeito da cidade e do urbano, direito à cidade, cidadania, processo de produção do espaço urbano, agentes, planejamento urbano e as políticas públicas de lazer. Não só, no final deste capítulo buscou-se apresentar teoricamente o espaço público, sua esfera material e imaterial, suas diferentes concepções e meios de análise, características elementares, relevância história e atual, além das possibilidades de apreensão à luz da geografia.

Posteriormente apresentamos e justificamos as escolhas teórico-metodológicas que adotamos visando melhor atender aos objetivos propostos, elencando Lefebvre (2013) e Santos (2008) como autores principais para instruir a apreensão e análise espacial dos espaços públicos de lazer de nosso quadro urbano.

No terceiro capítulo são apresentados os espaços públicos de lazer da cidade de Orlândia, realizando também análises socioespaciais de acordo com fatores demográficos, etários, locacionais e econômicos e como eles se relacionam com nosso objeto de estudo. Posteriormente neste mesmo capítulo são apresentados cada um dos espaços públicos nos quais podem se realizar práticas de lazer, a se destacarem aqueles construídos com a intenção de proporcionar essas práticas para a população.

Em nosso quarto capítulo, apresentamos as respostas dos questionários¹ aplicados à população orlandina visando apreender as opiniões desse público em relação às suas preferências recreativas e aos espaços públicos de lazer da cidade, estes últimos com

¹ Visando resguardar a integridade e o anonimato dos respondentes, eles só puderam participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1).

perguntas direcionadas a diversos aspectos como: conservação, animação, manutenção, segurança, frequência, políticas públicas e sugestões de melhoria.

Por fim, fazemos uma discussão final acerca da pesquisa como um todo, os principais resultados obtidos, a relevância que os procedimentos metodológicos tiveram para as investigações, interpretações e análises, apontamentos para melhorias a serem realizadas visando garantir o lazer nos espaços públicos da cidade e sugestões para estudos futuros que contribuiriam para integralizar a compreensão acerca do lazer e dos espaços públicos na cidade de Orlândia-SP.

1.2 Justificativa

Dentre os estudos que tratam sobre o lazer público urbano prevalece o foco nas metrópoles e nas cidades grandes, apresentando resultados que correspondem especificamente às realidades estudadas e por diversos motivos as cidades pequenas ficaram à margem das análises urbanas na maior parte da história da ciência geográfica. No entanto, nas últimas décadas estas realidades começaram a receber mais atenção por parte dos acadêmicos.

Nesse sentido, o presente estudo vem justamente no intuito de contribuir para a expansão da ciência para além dos grandes centros, apreendendo as particularidades do espaço urbano de cidades pequenas e, mais especificamente, da cidade de Orlândia-SP.

Outrossim, as contribuições trazidas aqui poderão colaborar para uma dimensão pouco estudada até então no âmbito da Geografia, que são os estudos acerca do lazer nos espaços públicos, podendo até mesmo elucidar questões relacionadas ao planejamento urbano, no que diz respeito aos espaços públicos das pequenas cidades, auxiliando possíveis estratégias de intervenção e/ou análise por parte do poder público.

Além disso, o interesse pela pesquisa é fruto de motivações pessoais e acadêmicas do autor, tendo sido usuário ativo dos espaços públicos de lazer aqui investigados e tido aproximações com essa temática durante os anos de graduação.

Embora não seja a solução definitiva para a transformação da realidade, entendemos que a presente pesquisa se justifica pela possibilidade de ampliar o conhecimento por parte do poder público e da comunidade nessa área, possibilitando uma melhoria em políticas públicas e programas que incentivem e aprimorem os usos dos espaços públicos de lazer da cidade, influenciando na melhoria da qualidade de vida das pessoas dentro deste contexto urbano.

Dessa forma, é notável a importância dessas análises para desmistificar as representações e práticas que ocorrem na vida cotidiana, abrindo caminhos para a transformação da cidade².

Um vez que o processo de produção dos espaços públicos de lazer é guiado pelas mudanças concernentes às formas, às funções e estruturas sociais, bem como a evolução dessas instâncias ao longo do tempo, consideramos que a escolha da cidade de Orlândia-SP como quadro urbano se justifica devido à proximidade do pesquisador e a seu acompanhamento empírico dos processos de (re)produção dos espaços pesquisados, trazendo contribuições que não são possíveis de virem à tona apenas fazendo uso de dados oficiais e de referenciais teóricos.

1.3 Problematização

A cidade de Orlândia é frequentemente associada às qualidades de seus eventos públicos de lazer, tais como como Carnaval, Rodeio, Festa Nordestina e Festa das Nações, que movimentam o comércio e a esfera social tanto na escala intraurbana quanto na escala interurbana.

No entanto, apesar da grande quantidade de eventos realizados ao longo do ano, o lazer gratuito e cotidiano da cidade – realizado em espaços públicos – não demonstra ser relevante na dinâmica social cotidiana e nem mesmo garantido e aproveitado por todos os públicos possíveis.

Nesse sentido, no âmbito da temática proposta apresenta-se um questionamento central que este trabalho se propõe a responder, sendo ele: Para além das festas tradicionais, o lazer urbano é garantido cotidianamente à população de Orlândia-SP por meio dos espaços públicos?

1.4 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender como as práticas de lazer se relacionam cotidianamente com os espaços públicos na cidade de Orlândia-SP.

Já os objetivos específicos foram:

a) Desenvolver um conceito para os espaços públicos de lazer;

² De modo a garantir a leitura e interpretação minuciosa dos mapas e imagens dessa dissertação, disponibilizamos Apêndice 5 um link para que tais documentos possam ser acessados e baixados em alta resolução.

- b) Identificar os espaços públicos de lazer em Orlândia;
- c) Caracterizar os espaços públicos de lazer em Orlândia de acordo com sua localização, estado de conservação e animação;
- d) Conhecer as percepções e as necessidades da população em relação ao lazer público;
- e) Contribuir para as discussões e estudos a respeito de espaços públicos e práticas de lazer em realidades não metropolitanas.

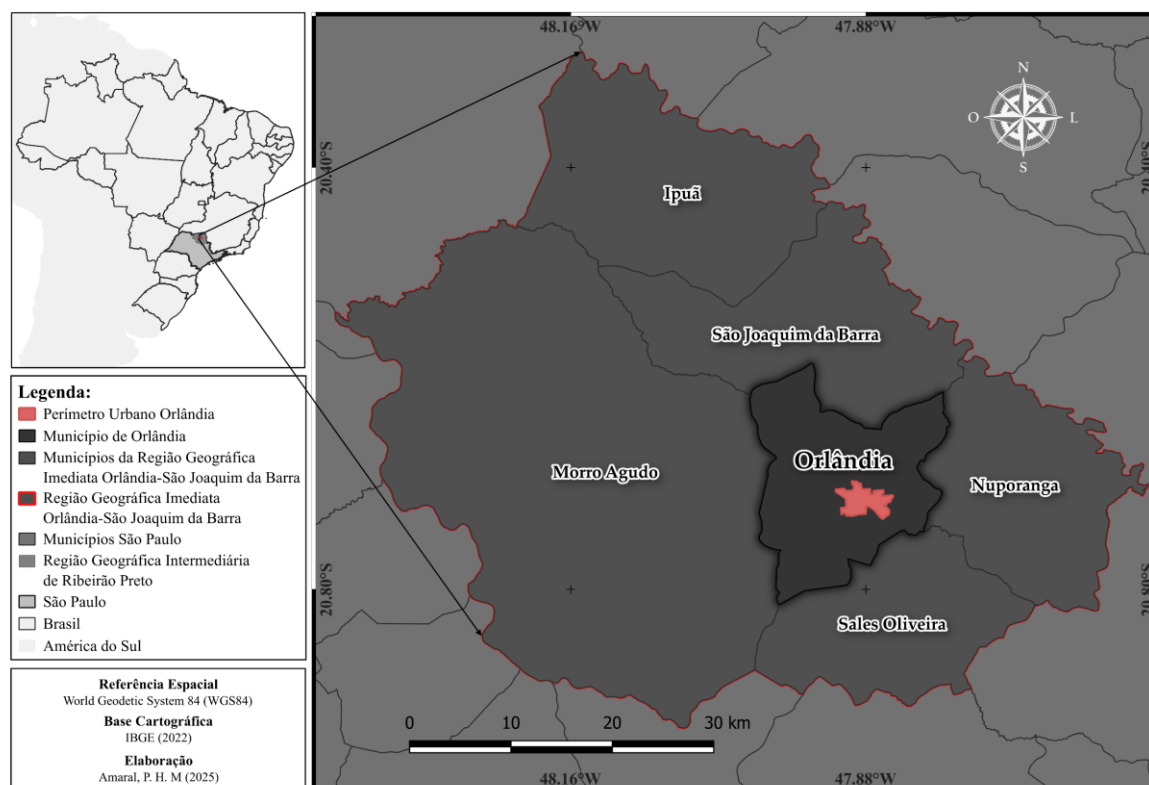
1.5 Apresentando o Município de Orlândia

O município de Orlândia situa-se a 695 m acima do nível do mar, possui área territorial de 291,765 km² e população de 37.515 habitantes, sendo a urbana de 38.319 e a rural de 804 habitantes, com densidade demográfica de 131,34 hab/km² e o grau de urbanização de 97,9% (IBGE, 2022).

Sua inserção na rede urbana, sobretudo no noroeste paulista, é significativa, fazendo com que a cidade fosse classificada como Centro Sub-Regional B, com uma zona de influência que abrange Sales Oliveira, Nuporanga, São Joaquim da Barra, Morro Agudo e Ipuã. Além disso, Orlândia está inserida na Região Geográfica Imediata de Ribeirão Preto e nomeia sua Região Geográfica Imediata junto à São Joaquim da Barra (Mapa 1).

A história do município está ligada principalmente à ferrovia Alta Mogiana e às atividades econômicas relacionadas ao café e à cana-de-açúcar. Em se tratando do contexto regional ao qual Orlândia estava inserida, Paiva (2017) ressalta que a chegada da ferrovia, operada pela Companhia Mogiana, foi o grande ponto de partida para a região como um todo, haja vista que a mesma conectava as cidades e vilas aos principais mercados do estado e estimulava o surgimento dos núcleos urbano – como é o caso de Orlândia.

A origem do município remonta ao ano de 1901 no qual foi construída a Estação Ferroviária Coronel Orlando, localizada na fazenda Boa Vista, ambas propriedades do Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, que enxergava nesta edificação novas possibilidades de fluxos que lhe beneficiaria economicamente. Além disso, Salgado e Pscinato Júnior (2011, p.105) destacam que ela “despertou o desejo do próprio coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, mineiro de grandes posses na região, e dos outros fazendeiros vizinhos na implantação de uma cidade”.

Mapa 1: Localização do município de Orlândia

Fonte: IBGE (2022).

Objetivando a consolidação da então Vila Orlando enquanto cidade, Coronel Orlando contratou engenheiros para desenhar o traçado urbano da cidade. Este traçado foi definido como uma malha ortogonal com avenidas largas e arborizadas, intercaladas por canteiros centrais, com modelo urbanístico inspirado nas cidades modernas do século XIX (Pereira, 2021a).

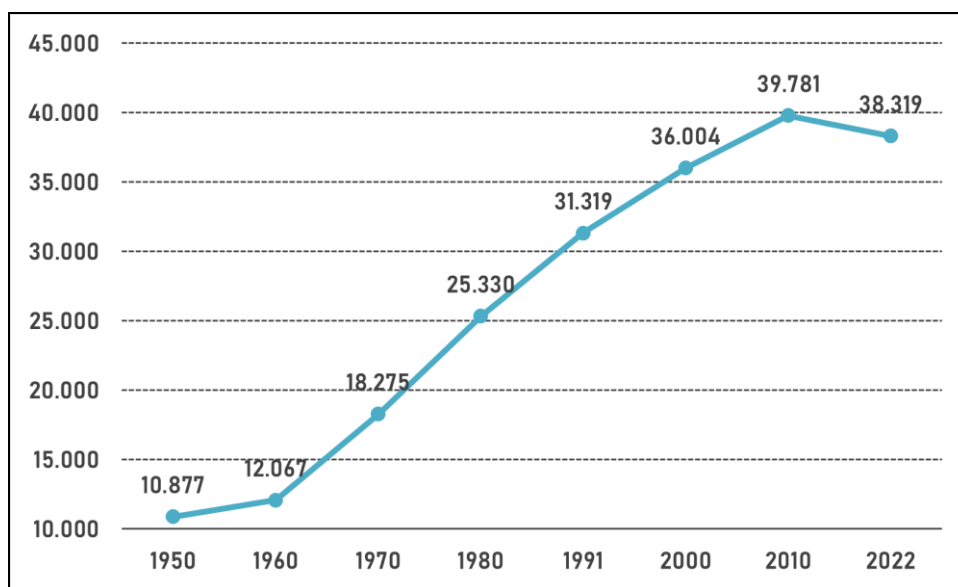
A ascensão de Orlândia foi consolidada anos depois, em 1909, quando a vila foi elevada à categoria de município, tornou-se sede da comarca – que anteriormente pertencia à Nuporanga – e adotou Orlândia como nome oficial. A partir desse momento, Orlândia começou a atrair imigrantes de diferentes partes do estado, do país e até mesmo estrangeiros (italianos, sírios, libaneses, japoneses, portugueses e lituanos), movidos pela rentável economia de exportação cafeeira (Pereira, 2021a).

Paiva (2017) aponta que em um primeiro momento (1909-1938) a malha urbana de Orlândia teve como base a Vila Orlando e se expandiu nos sentidos norte e sul da atual cidade. Posteriormente, entre 1939-1965 a cidade não presenciou um crescimento econômico e demográfico tão expressivo devido à decadência da economia cafeeira e à diversificação das

atividades produtivas brasileiras, resultando em um crescimento territorial discreto nos sentidos leste e oeste.

Foi somente a partir da década de 1970, acompanhando as políticas de interiorização do desenvolvimento promovidas pelo governo federal e o processo de desconcentração industrial da região metropolitana paulista, que a cidade de Orlândia presenciou seu *boom* demográfico, com um crescimento populacional de 164,93% entre 1960 e 1970 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Crescimento demográfico, em Orlândia (1950-1970)



Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022b);. **Org.:** Amaral (2025)

Esse aumento expressivo da população orlandina deve-se, também, ao surgimento de importantes indústrias dos mais variados setores, como: Companhia de Óleos Vegetais (COMOVE) e Brejeiro, ligadas ao beneficiamento de grãos; MORLAN S/A, ligada à metalurgia; Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (CAROL); e INTELLI, indústria de terminais elétricos. Pereira (2021b) destaca que devido às oportunidades de emprego oferecidas por essas indústrias, a cidade passou a receber uma vasta quantidade de imigrantes, sobretudo nordestinos e mineiros, o autor ainda afirma que

A ampliação da rede urbana de Orlândia seguiu dois sentidos, leste e oeste. E, em ambos os sentidos, se destacaram duas formas de construção de residências. A primeira consistiu em loteamentos, onde ficou a cargo do poder público: implantar a infraestrutura necessária, como a demarcação e pavimentação das ruas e avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico; e aos moradores: a construção das casas. Já a segunda forma, correspondeu a construção de conjuntos habitacionais. Que consistiu na doação por parte da prefeitura de terrenos para empresas que ficaram responsáveis pela construção das residências, bem como implantar a infraestrutura necessária, como a demarcação e pavimentação das ruas e

avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico (Pereira, 2021, p.162).

Segundo Paiva (2020), a partir desse período a malha territorial urbana de Orlândia passa a se expandir ainda para leste, atingindo a periferia leste atual já nas décadas de 1980 e 1990, com a criação do Jardim Santa Rita em 1989 e do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, em 1992.

Em seu artigo “Uma cidade entre narrativas: construções históricas sobre a história de Orlândia-SP”, Pereira (2021a) evidencia contradições e exclusões representativas acerca de grupos e territórios orlandinos que foram excluídos da narrativa oficial adotada pelo poder público municipal.

A partir dos apontamentos do autor, destacamos que apesar da intencionalidade de se projetar e criar uma cidade ordenada e funcional, Orlândia não se excetua das contradições inerentes ao desenvolvimento dos centros urbanos brasileiros, haja vista as desigualdades entre o centro histórico (antiga Vila Orlando) e as áreas periféricas, deficitárias em serviços públicos e infraestrutura urbana, ambas se relacionando com as dimensões do lazer, do espaço urbano e dos espaços públicos, que serão discutidas por nós no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE ORIENTAM A PESQUISA

Dada a importância do rigor científico para a pesquisa, apresentamos neste capítulo referenciais teóricos basilares no que tange aos objetos de estudo da pesquisa. Sendo assim, trilharemos um caminho teórico que se inicia nas conceituações a respeito do lazer, suas relações com o tempo livre e com o capitalismo, além de considerar as relações entre esses fenômenos e a ciência geográfica.

Posteriormente, apresentamos como a Geografia investiga e define tanto o lazer quanto as cidades e o urbano, destacando o papel do Estado na produção dos espaços urbano e de lazer. Além disso, desdobramo-nos conceitualmente acerca do(s) espaço(s) público(s) e suas relações com o lazer e com a cidade.

Ao final, nos desdobramos em elucidações teóricas a respeito das metodologias de análise espacial apresentadas por Santos (2008) e Lefebvre (2013) que são o ponto central de nossas investigações empíricas e análises posteriores.

2.1 Panoramas sobre lazer, tempo livre e reprodução social à luz do capitalismo de acumulação flexível

A palavra lazer vem do latim “*licere*” e significa ser lícito, permitido, aquilo que remete à liberdade, que é realizado quando o indivíduo se encontra livre de suas responsabilidades e necessidades (Andrade, 2001). Portanto, trata-se de um fenômeno social que varia de acordo com a sociedade na qual está inserido, além disso ressalta-se que “o entendimento do lazer não é efetuado ‘em si mesmo’, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada” (Marcellino, 1996, p. 3).

Sendo assim, verifica-se a dialeticidade entre lazer e sociedade, com ambas as categorias se influenciando diretamente, não podendo, portanto, serem compreendidos separadamente. Para tanto, a análise deste fenômeno perpassa pela análise do contexto histórico no qual ele está inserido.

As expressões espaciais das práticas do tempo livre assumiram distintos aspectos ao longo dos tempos nas diferentes sociedades. Assim como as formas de uso dos tempos livres e as práticas dos ócios variaram no decorrer dos séculos, valorizados ou desvalorizados em função de vários factores, ajustando-se à estrutura social que os produzia, assim deveremos também encarar o problema dos espaços do ócio e dos tempos livres (Gama, 2008, p. 19)

Nos primeiros modelos de sociedades humanas, ainda no período arcaico, a festa e o lazer estavam dissolvidos no trabalho, não existindo uma separação precisa entre os tempos laborativos e recreativos, com ambas as dimensões da vida humana se entrelaçando cotidianamente.

A inexistência do vocábulo trabalho, entre os povos primitivos, significava principalmente que não havia uma clara distinção entre a vida e o trabalho, entre o tempo de viver e o tempo de trabalhar. Trabalhar era ao mesmo tempo existir, como existir era ao mesmo tempo se recrear. (Requixa, 1973, p. 11)

Dando sequência à periodização histórica do lazer, chega-se na Grécia Antiga, na qual verifica-se não só as primeiras manifestações precisas do que seria o lazer, como também sua valorização enquanto prática social benéfica à vida humana. Sobre isso, nos diz Parker (1978, p. 27):

A concepção grega de lazer baseava-se numa associação à aprendizagem ou cultivo do eu, em lugar de basear-se em tempo livre. [...] A concepção grega de lazer era realmente parte, de uma concepção mais ampla da natureza de um homem livre. (Parker, 1978, p. 27)

Nesse sentido, Bacal (2003) ressalta que para o homem grego o ócio não representava um tempo desperdiçado, este período ocioso era visto como benéfico ao homem livre, pois era o instante possibilitador de valorização pessoal, em que o homem renovava suas ideias e desfrutava do seu próprio “eu”:

Para o homem grego, o ócio não significava estar ocioso no sentido de não fazer nada, mas implicava operações de natureza intelectual e espiritual que se traduziam no exercício da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária (Bacal, 2003, p. 43).

Notabilizamos, portanto, o caráter segregatório oculto do lazer neste recorte espaço-temporal, tendo em vista que as desigualdades sociais já existiam e eram verificadas nas cidades-estados gregas, com claras diferenças de acessibilidade ao lazer hedônico entre as elites e as classes mais baixas, ausentes em tempo disponível para o lazer. Ou seja, esse lazer ideal, hedonista e bem-conceituado não era aplicável a todos os gregos, sendo restrito aos cidadãos de primeira classe (De Masi, 2000).

Já na Idade Média, a Igreja passa a assumir o controle moral e social da vida humana, passando a ditar as configurações a respeito do tempo e das práticas de lazer. O tempo, por

sua vez, era definido pelo badalar dos sinos em uma abordagem diária (micro) e pelos dias santos em uma abordagem mensal/anual (macro), dividindo os momentos de trabalho e lazer conforme os pressupostos religiosos. Portanto a prática do lazer era desvinculada do prazer humano e da valorização do “eu” subjetivo, sendo estimulada a basear-se na busca pela elevação da alma e na conexão com Deus (Araújo e Ouriques, 2002).

Foi somente com o advento da Revolução Industrial que o lazer realmente se destacou como uma instância específica da vida social, como uma prática compreendida durante um tempo outorgado do trabalho, uma vez que era neste momento em que se separava definitivamente a vida familiar, profissional e comunitária (Gutierrez, 2001, p. 6).

O lazer surge como um fenômeno urbano, apreendido a partir das configurações sociais proporcionadas pelo modo de vida urbano originado da industrialização que ocorreu nas cidades.

Percebe-se que a institucionalização em massa do tempo livre é, basicamente, um fenômeno relacionado ao modo de vida urbano e sobretudo à opressão do trabalho nas fábricas. Seu advento se insere, portanto, no contexto mais amplo das novas formas de reprodução da força de trabalho nos marcos do capitalismo industrial (Jesus, 2003, p. 4).

As novas configurações de trabalho no mundo fabril reformularam as práticas sociais além das fábricas, as jornadas de trabalho se tornaram extenuantes e mais concentradas. Cenário distinto daquele pré-industrial, no qual o ócio “não era fração da vida isolada do processo de atividade com fins lucrativos, mas estava presente até nos poros e nichos da própria atividade produtiva” (Kurz, 2000).

Mesmo considerando a falta de acesso ao lazer por grande parte da população, ressalta-se que o reconhecimento dos benefícios dessa prática social na legislação é de grande valia para a implementação de outras políticas públicas e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, ou, no mínimo, um valioso pontapé inicial na busca por uma sociedade igualitária.

O lazer é compreendido pela sociedade como uma prática prazerosa, um momento cultural de vivências significativas seja a nível individual ou coletivo, realizado em ambientes privados ou públicos, relacionados ao consumo ou meramente apreendido pelos dotes humanos básicos. Por sua vez, o Estado compreende o lazer enquanto direito e evidencia sua importância para a vida urbana. Já em nível acadêmico esse conceito é extremamente polissêmico, originando discussões assíduas a respeito de suas definições e de seus limites.

Basicamente, pode-se destacar duas grandes vertentes teóricas a respeito da conceituação desse fenômeno: aqueles que defendem o caráter temporal do lazer; e aqueles que defendem este fenômeno enquanto atitude. (Marcellino, 2000)

A primeira vertente considera que lazer se trata das atividades realizadas no tempo contrário ao tempo de trabalho. Essa definição, contudo, recebe críticas e indagações relacionadas principalmente à indisponibilidade de fruição desse “tempo livre”, uma vez que o indivíduo pode se ocupar com outras obrigações que não as específicas do ambiente de trabalho formal, a exemplo das obrigações familiares, religiosas, sociais, ou até mesmo o tempo que está orientado ao trabalho mesmo fora de seu período delimitado formalmente e/ou fora de seu local de trabalho (preparação, aprimoramento pessoal etc.). Além disso, existe ainda a possibilidade de uma pessoa desenvolver mais de uma atividade em um mesmo período.

Já a segunda vertente desconsidera a dimensão temporal do lazer, defendendo que este não precisa restringir-se a um período específico, podendo ocorrer a qualquer momento, desde que se trate de uma ação que provoque uma satisfação pessoal.

Contudo, assumiremos nesse trabalho uma linha intermediária entre as duas dimensões, unindo aspectos na intenção de apreendermos melhor as nuances dessa prática, visto que “uma compreensão adequada de lazer exige que consideremos tanto as suas dimensões de tempo quanto de atividade” (Parker, 1978, p. 21). A priori, ressalta-se a conceituação estabelecida por Dumazedier (1979, p. 91), o qual considera como lazer o

Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se, de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua formação ou informação de forma desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1979, p. 91)

Adicionalmente, o autor elenca alguns itens que são opostos ao lazer, sendo eles: a) O trabalho profissional; b) O trabalho suplementar (ou trabalho de complementação); c) Os trabalhos domésticos (arrumação da casa, a parte diretamente utilitária. Da criação de animais destinados à alimentação, do bricolagem e da jardinagem); d) Atividades de manutenção (as refeições, os cuidados higiênicos com o corpo, o sono); e) As atividades rituais ou ligadas ao cerimonial, resultantes de uma obrigação familiar, social ou espiritual (visitas oficiais, aniversários, reuniões políticas, ofícios religiosos); f) As atividades ligadas aos estudos Interessados (círculos e Cursos preparatórios de um exame escolar ou profissional) (Dumazedier, 2001, p. 31).

Em nossa visão, para uma melhor definição do que é o lazer faz-se necessário compreender suas características elementares a se destacar: sua liberdade de escolha; seu caráter hedonista e desinteressado; e o tempo livre para que ele aconteça.

Tais características, quando colocadas em debate, suscitam discussões assíduas que acabam por contribuir ainda mais para a polissemia do conceito, deixando evidente que nenhum conceito parece perfeito e que sempre haverá nuances questionáveis em cada definição.

A primeira delas, no caso da conceituação adotada por Dumazedier (1979), diz respeito à liberdade que se coloca como necessária para a realização do lazer. Pois seria ilusório concluir que os indivíduos dispõem de total liberdade para tomarem suas decisões. Carlos (2005, p. 40) indaga:

Estariam eles tão longe de qualquer tipo de vigilância? Estariam realmente livres para escolher o que fazer em suas horas livres? Seriam essas horas suficientes? Hoje o lazer é mediado pela mercadoria, que faz com que o cidadão, longe de se apropriar socialmente da cidade, através das brincadeiras, dos jogos, do ócio, se veja obrigado ao consumo da diversão (Carlos, 2005, p. 40).

Há diversas imposições espaciais, sociais e até mesmo ideológicas à liberdade dos indivíduos, contudo estas raramente são percebidas, deixando a falsa sensação de que o indivíduo é livre para escolher o que faz durante seu período de não trabalho.

É evidente que o lazer não possui a miraculosa propriedade de anular os condicionantes sociais, nem de instaurar o reinado da liberdade absoluta, mas a liberdade de escolha dentro do tempo de lazer é uma realidade mesmo que limitada e em parte ilusória (Dumazedier, 1979, p. 58).

O que realmente verifica-se é apenas uma liberdade de escolha maior do que aquela estabelecida no trabalho. Todavia, é válido mencionar que mesmo com a ausência de tempos desvinculados de coações normativas, o lazer ainda deve ser apreendido como um fenômeno de livre escolha do indivíduo.

Nessa mesma linha, desta vez tratando sobre o caráter hedonista do lazer, questiona-se a influência que o consumismo moderno exerce perante ele, uma vez que as pessoas paulatinamente vêm apresentando tendências ao lazer de consumo em detrimento ao lazer propriamente hedônico e à busca do bem-estar pessoal/subjetivo intrínseco às necessidades de reprodução sociais e individuais dos sujeitos.

O tempo livre, por sua vez, é a mais notória necessidade elementar para que a prática do lazer aconteça, este pode ser definido como “a denominação atual de uma parcela do

tempo liberado do trabalho, (...) é estabelecido a partir, preponderantemente, do sistema de referência adotado para a valorização das atividades a ele relacionadas (Bacal, 1988, p. 16)”.

Destaca-se que essa seria a ideia de tempo ideal para que acontecesse o lazer, porém, conforme destacou-se anteriormente, esse tempo completamente alheio aos determinantes sociais, políticos, econômicos e ideológicos é quase que inexistente nos moldes socioeconômicos atuais, mesclando o tempo sociocultural e o tempo livre cotidianamente.

Logo, conclui-se que considerar o tempo livre como a instância única de tempo disponível para lazer se faz inadequado para reflexões e conclusões palpáveis e condizentes a realidade em curso. Dito isso, adianta-se que os resultados de nossas investigações, assim como as demais pesquisas acerca do lazer pós-moderno, tendem a apresentar a simbiose do tempo livre de lazer e do tempo sociocultural, bem como seus lazeres derivados: respectivamente o lazer hedônico e o lazer cultural.

O tempo livre varia de acordo com as particularidades espaço-temporais de cada momento histórico no processo de reprodução social, ou seja, depende da história e do atual contexto em que cada sociedade se encontra³. Esse tempo livre, em sociedades mais primitivas encontrava-se mais diluído com os afazeres necessários à sobrevivência e foi ganhando novas especificidades e delimitações conforme a sociedade foi se aprimorando tecnicamente. Nos dizeres de Padilha (2003, p. 190)

A história do lazer - ocupação de um ‘tempo livre’ ou disponível – está inegavelmente associada à história dos tempos sociais, seus usos, suas percepções, representações e às lutas travadas para medi-los e controlá-los. Certamente, o estudo do tempo é bastante enriquecedor para a compreensão das sociedades e dos modos de vida humana, na medida em que a vida e tempo mesclam-se relacionam-se, determinam-se. (Padilha, 2003, p. 190).

Durante a Revolução Industrial teve-se o momento crucial da mudança dos tempos sociais antigos para os tempos sociais modernos. Foi neste contexto que o tempo passou a ser delimitado pelo relógio, tanto dentro das fábricas, quanto na vida social fora delas, uma vez que as dinâmicas produtivas fabris se reverberaram na reprodução social como um todo, subordinando os tempos sociais ao tempo do relógio.

O estabelecimento de torres com relógios, a posse e o uso generalizado de cronômetros individuais, medindo as horas, minutos e segundos, servem para

³Tal dinâmica também influencia diretamente processo de (re)produção do(s) espaço(s), sobretudo os de espaços lazer nas cidades, visto que “para a efetivação das características do lazer, é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível” (Marcellino, 2008, p. 15). Nesse sentido, destacamos que esse processo será mais bem discutido a posteriori.

sistematizar a divisão do tempo, mas, paralelamente, esse novo conceito de duração, em que sobressai o aspecto quantitativo, terá influências de diversa ordem sobre o pensamento e o comportamento do homem atual (Bacal, 1988, p. 20).

Isto posto, ressalta-se que a segmentação dos tempos sociais modernos tem início com o advento da Revolução Industrial, sendo a cidade o lócus deste acontecimento, espaço onde as relações sociais ganham novos contornos, diferentes daquelas de tempos passados, pois “o tempo da cidade é diferente, é um tempo social construído por relações produtivas. Este tempo passa a mediar as relações entre as pessoas, em uma relação coisificada, mediada pelo dinheiro e pela necessidade de ganhá-lo” (Santos, 2015, p. 55).

Essa nova segmentação do tempo passa a determinar a ordem dos acontecimentos e da realização da vida humana em sociedade. Sobre este modelo fragmentado da vida e dos tempos sociais, Lefebvre (1991, p. 61) o subclassifica em três categorias, sendo elas:

O tempo obrigatório (o do trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazeres), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades etc.), verifica-se que o tempo imposto ganha terreno. Ele aumenta mais rápido que o tempo dos lazeres. O tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições (pelo conjunto delas) (Lefebvre, 1991, p. 61)

A partir das palavras do autor, conclui-se que o tempo livre não pode ser apenas compreendido como aquele fora do local de trabalho, uma vez que estes podem estar vinculados entre si, o primeiro tornando-se tão alienado quanto seu oposto (Adorno, 1995). Por isso, havemos de considerar alguns elementos que impossibilitam a vivência de um tempo de livre para os indivíduos, como obrigações sociais, espirituais e até mesmo as relacionadas ao trabalho, caracterizando o momento como tempo imposto.

Na direção contrária ao tempo imposto e ao tempo obrigatório temos, finalmente, o tempo de lazer, também denominado de “tempo disponível” por Marcellino (1995) ou “tempo desocupado” por Dumazedier (1979), que ainda o classifica em quatro períodos possíveis para sua existência: o fim do dia, o final de semana, o fim do ano (período equivalente às férias) e o fim da vida (período da aposentadoria), sendo que [...] a disponibilidade de tempo significa a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (Marcellino, 2007, p. 31).

Devido à importância do tempo de livre e de sua consequente possibilidade para ser aproveitado enquanto tempo de lazer, esse foi ao longo da história do capitalismo muito requisitado e reivindicado por parte dos trabalhadores. Portanto, “a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho” (Marx, 2014, p. 223)

Nesse sentido, coloca-se também o papel das empresas em relação à redução do tempo de trabalho, estas também tiveram papel fundamental na nova realidade temporal cotidiana dos trabalhadores. Com novos avanços tecnológicos e cada vez mais potencial produtivo as jornadas de trabalho extenuantes começaram a ser desnecessárias, visto que as máquinas podem realizar tarefas em grande escala, sendo necessário somente a supervisão ou uma pequena colaboração da mão de obra humana (Padilha, 2003).

Têm-se ainda, por parte das empresas, a necessidade de escoamento e consumo da produção, que há de ser realizada justamente pelos trabalhadores-consumidores e, portanto, estes devem dispor de mais tempo livre. Situação que tornou central a formulação de novas estratégias para obtenção de lucro por parte dos donos dos meios de produção. Segundo Lefargue (1999) “o grande problema da produção capitalista não é mais encontrar produtores e dobrar suas forças, mas descobrir consumidores, excitar seus apetites e neles criar falsas necessidades” (Lefargue, 1999, p. 83).

Em nossa visão, a redução da jornada de trabalho e o vasto tempo de lazer surgem, então, do alinhamento dos movimentos sociais reivindicatórios somados às necessidades de reprodução do capital por parte das empresas, uma vez que estes temas também foram apreendidos por parte dos capitalistas, que se adaptaram às novas realidades e aos anseios populares, remodelando as formas de reprodução do capital com novos padrões produtivos, ideológicos e publicitários, propondo um novo modo de vida à população, baseado na indústria do ócio⁴.

O foco do capital na criação de novas estratégias de controle sobre o tempo livre faz com que uma nova categoria seja central na reprodução social e econômica: o consumo (Mészáros, 2002). Este ganha centralidade devido ao atrelamento da felicidade e do bem-estar ao ato de consumir:

Fato este que faz com que o trabalho continue sendo um elemento estruturador da sociedade, visto que sem ele não há como obter dinheiro e sem dinheiro não há como consumir (Padilha, 2000). Sobre isso, alerta-se que “ao contrário do desejo defendido pelos utopistas da igualdade pelo ócio, o desenvolvimento das relações sociais perante o ócio traduziu-se também, como para outros tantos bens, dentro da própria lógica do sistema capitalista” (Gama, 1988, p. 20).

⁴ Também denominada de “indústria cultural” ou “indústria do lazer”, trata-se de um conceito discutido por autores como Lefebvre (2013), Gorz (2003), Santos (2006), Kurz (2000), entre outros, destacando a massificação cultural proporcionada pelos avanços nos modos de produção e da globalização que aliena os indivíduos e padroniza o lazer e o modo de vida, orientando as práticas sociais ao consumo, de modo a contribuir para a reprodução do capital.

Os indivíduos, então, estão vinculados às lógicas de manutenção do sistema mesmo sem perceber. Dinâmica que se mostra ainda mais severa quando colocada à luz do capitalismo do século XXI, pois no mundo globalizado o tempo se torna mercadoria, transmuta-se em dinheiro ou na possibilidade de ganhá-lo. Implementa-se a lógica “*time is money*” e suas trágicas consequências sociais, pois os sujeitos abrem mão de seu tempo de lazer em detrimento da busca pela acumulação de bens.

Consideramos que não é possível apreender um tempo livre no capitalismo, pois esse é regido e orientado pela e para as práticas de consumo, não sendo então do uso do indivíduo e sim do uso do capital, dispondo de diversas formas pelas quais os capitalistas estabelecem o controle social, induzindo a mercadoria e o consumo como categorias centrais à vida humana.

A comunicação de massa, o marketing e a propaganda contribuem demasiadamente para a disseminação dos ideais de consumo capitalistas, colonizando os indivíduos ideologicamente com necessidades criadas e mercadorias fúteis, inserindo-os em um ciclo consumista que não os dignifica ou em atos fugazes que não os realizam humanamente, estabelecendo uma realidade em que são apenas orientados para adquirir bens para se colocarem a frente dos demais.

O lazer não foge à essa dinâmica, visto que este também é idealizado previamente, inserindo o indivíduo numa realidade alienada até mesmo em seus momentos ditos hedonistas, pessoais e subjetivos. Segundo Santos (2007), o lazer torna-se alienado pois verifica-se a “cisão entre a essência do homem e a sua existência” (Santos, 2007, p. 51), complementando ainda que “neste mundo, onde, para nascer, as coisas já são desenhadas como mercadorias e planejadas com símbolos, a alienação não é apenas resultante, mas já nasce também quando o homem nasce” (*Ibid.*, p. 68-69).

A alienação, portanto, não é limitada às instâncias produtivas, mas abrange também o tempo livre, momento necessário para a prática de lazer emancipada e propulsora de contraconduas à ordem vigente, pois ““a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo um tempo/espço privilegiado para a vivência de valores que contribuíram para mudanças de ordem moral e cultural” (Marcellino, 2000, p. 17). Contudo, alerta-nos Lefebvre (1973, p. 102):

O ócio libera e desaliena em relação ao trabalho, mas tolera suas próprias alienações, por exemplo, a passividade e a não participação no espetáculo – TV, cine – ou faticidades das sociedades do ócio, clubes e colônias de férias [...] cibernizam a

cotidianidade, carregada de significações redundantes e repetitivas que alienam a vida⁵. (Lefebvre 1973, p. 102)

Além disso, o acesso ao lazer pelo consumo não se dá de maneira igualitária entre as distintas classes sociais, sendo o objetivo de todos, mas a ser conquistado apenas por alguns. Segundo Santos (2007, p. 53)

Numa sociedade em que a pobreza se alarga e se aprofunda, a fabricação de novas necessidades agravava a vocação ao consumo, e esta só é parcialmente saciada para alguns, enquanto para os pobres não contemplados, e para os novos pobres que se criam pelo mesmo processo econômico, a revolução das expectativas crescentes renova a alimentação das esperanças: é a esperança dos inconscientes de sua condenação à pobreza (Santos, 2007, p. 53)

Harvey (2012, p. 181) salienta ainda que

É nesse campo que a destruição criativa do capital manifesta seu aspecto mais traiçoeiro, promovendo um consumismo alienado e formas individualistas de vida que conduzem a nada menos do que uma cobiça egoísta, grosseira e competitiva, ao mesmo tempo que atribui a suas vítimas a responsabilidade pela situação difícil em que se encontram quando não conseguem (como é inevitável) construir seu capital pretensamente humano” (Harvey, 2016, p. 181).

Sendo assim, o querer humano associado aos interesses econômicos vigentes configuram a atual situação do consumo, interferindo na realidade de modo a regular a vida dos sujeitos e criar objetivações pessoais colaborativas à reprodução capitalista. Por conseguinte, as relações sociais são diminuídas a objetos, sendo hierarquizadas e valoradas de acordo com a quantidade de “coisas” que cada um possui, desumanizando e desvalorizando em detrimentos dos objetos criados (Faleiros, 1980).

Para além das condições de disponibilidade de tempo para a prática do lazer urbano, temos o fator econômico como forte influenciador do processo de declínio do lazer urbano na modernidade. Uma vez inseridos no processo reprodutivo do capital, os indivíduos reproduzem a desigualdade e tendem a cada vez mais ampliá-la, resultando em um menor acesso ao lazer de modo geral, pois este é vinculado ao consumo e só usufrui dele aqueles que tem condições de pagar.

Resta aos menos abastados economicamente, a dimensão da própria casa para aproveitar dos prazeres do ócio. Nesse ponto, destacamos que o lazer doméstico é sim uma dimensão possível, pois a casa é “o principal equipamento de lazer das pessoas” (Camargo,

⁵ Tradução nossa

2003, p. 37), o local onde as pessoas passam a maior parte do seu tempo livre, podendo desenvolver seu próprio “eu” em sua intimidade⁶.

Somam-se a isso os altos índices de violência e a sensação de insegurança intrínsecas à cidade moderna, que fazem com que o lazer doméstico seja ainda mais visado pela população, uma vez que compreendem a dimensão pública do lazer como perigosa a sua integralidade. Além de todo aparato digital atual com variados serviços de streaming, televisão, videogames, computadores, celulares, entre outros, que fazem da dimensão da casa um universo espetacular de oportunidades para uso do tempo livre.

Contudo, o lazer doméstico tende a seguir a lógica reprodutiva do capitalismo e do lazer de consumo, privilegiando os lazeres individuais e globalizados em detrimento dos lazeres de convivência social, mais vinculados às culturas locais e necessária à vida social urbana, bem como às dimensões políticas e sociais dos espaços públicos da urbe.

Apesar de suas características agregadoras à prática do lazer e caracterizando como um importante equipamento para tal, o lazer doméstico não é uma realidade para todos os habitantes da urbe. Sendo que, em grande parte dos casos, sobretudo aos grupos sociais mais vulneráveis, a casa é um espaço pequeno que não possui áreas livres ou espaços adequados para a prática do lazer – como é o caso dos conjuntos habitacionais.

Para ser compreendida como um espaço de lazer, a casa deve ser, primeiramente, um bem comum a todos, realidade não verificada no caso brasileiro. Portanto, considera-se o lazer doméstico mais uma das diversas desigualdades oriundas do sistema capitalista, relativa à dimensão do lazer, essa que pode ainda ser duplamente segregada no espaço urbano: quando além de não ser possibilitado dentro dos lares, também é retirada dos espaços públicos da cidade.

A respeito do avanço do consumo, Fromm (1987) enfatiza a centralidade que o ato de consumir passa a ter na vida social, indicando que neste momento ocorre a superação do valor de troca ao valor de uso, visto que o consumo passa até mesmo a ser buscado como fim, uma vez que a obtenção e o pertencimento de objetos é o que confere ao indivíduo posições de prestígio social, ao passo que o mesmo se encontra em uma realidade vendida, controlada, idealizada e que não preenche seus vazios existenciais.

No capitalismo, consumir significa reproduzir a desigualdade, a opressão e a exclusão; significa estar preso a um espetáculo no qual o indivíduo é reduzido a uma mera mercadoria ou objeto que é vendido a qualquer preço significa a obliteração de

⁶ De acordo com Dumazedier (1979) isso se trata de uma característica básica do lazer: a busca pelo prazer e a valorização da esfera subjetiva de cada indivíduo, desgarrada de obrigações formais e/ou interesseiras.

nossa capacidade crítica e criativa; significa ser controlado, manipulado e orientado segundo os princípios do marketing e da comunicação de massa (Almeida, 2016, p. 106).

Sendo o consumo do lazer uma prática dirigida e orientada para atender os interesses do capital, alerta-se para os impactos disso na vida social. Os indivíduos sem a possibilidade de um trabalho significativo à vida, sem conhecerem a si e às suas vontades, se tornam insatisfeitos e/ou entediados, sem aspirações subjetivas que o realizem humanamente, pois este está fadado a, no máximo, anestesiar sua felicidade em um consumo fútil (Gorz, 2003).

O lazer na modernidade, portanto, se encontra dividido entre duas possibilidades, distintas entre si:

a) o lazer integrado na cotidianidade (leitura de jornais, televisão etc.), que deixa uma insatisfação radical, que se interessa pela situação daquele senhor kierkegardiano que rasga seu jornal diante da mulher e dos filhos, gritando: ‘coisas possíveis! Coisas possíveis!’ b) a espera da partida, a exigência de uma ruptura, a vontade de uma evasão: o mundo, as férias, o LSD, a natureza, a festa, a loucura (Lefebvre, 1991, p. 95).

A alienação social, aliada ao estranhamento no trabalho e nas relações sociais levam, dessa forma, à alienação completa, verificada até mesmo nos momentos de lazer. Se tal dinâmica se despontava nas sociedades industriais, hoje em dia, em vias de reestruturação produtiva do capital, ela adapta-se à nova realidade e se expande largamente.

Esse sistema produtivo renovado faz surgir novas formas de alienação, visto que supõe o envolvimento do trabalhador com o processo, porém o que se verifica é a atuação de novas formas de dominação capitalistas, mascarando a exploração do trabalhador sem afetar a lucratividade das empresas (Antunes, 2007).

A sociedade atual, mais corriqueira, dinamizada, envolvida e compromissada com o padrão produtivista do sistema econômico não reconhece a importância e necessidade do lazer, pois “a eficiência requerida pelo processo de acumulação capitalista aniquila a possibilidade da ‘ineficiência’ e, dessa forma, aniquila o ócio, a ‘calma’, o ‘devagar’” (Araújo; Ouriques, 2009, p. 114).

A globalização atual age como mais uma força agregadora à configuração do lazer como alheio aos indivíduos, pois subordina as sociedades a um mesmo padrão, massificando as formas de fruição do tempo livre, impondo um modo de vida único às diferentes configurações sócio-temporo-espaciais nacionais e internacionais. Segundo Gorz (1964 *apud* Santos, 2007, P. 52)

Atos, ações procedentes dos quatro cantos do mundo, se entrecruzam em meu campo de vida, levam para outros fins, distintos dos meus, os objetos sobre os quais eu próprio atuo, fazem-se inserir em uma- rede de relações, conferem à minha ação significações diferentes das que eu inicialmente desejava (Gorz *apud* Santos, 2007, p. 52).

Logo, cria-se a ideia de que é preciso ser, agir, pensar e almejar o mesmo que todos os outros, aniquilando a individualidade. Isso possui implicações diretas à esfera do lazer, pois este também passa a ser padronizado, idealizado enquanto consumo.

Em busca de uma vida dissociada das imposições consumistas provenientes dos moldes capitalistas de produção, se faz necessário pensar estratégias emancipatórias que tenham o pleno proveito das individualidades e aspirações dos sujeitos e que os permitam realizar-se humanamente. Destarte, Lefebvre (2001) compreende que

O problema dos lazes obriga a pensar mais claramente ainda numa estratégia. Para colocá-la em toda sua amplitude, convém inicialmente destruir alguns fantasmas misturados com ideologia. O imaginário social arrumado (pela ideologia, pela publicidade), bem como a triste realidade dos ‘hobbies’ e da ‘criatividade’ miniaturizada fecham os horizontes. Nem as saídas em férias, nem a produção cultural industrializada – nem os lazes na vida cotidiana, nem os lazes fora da quotidianidade – resolvem o problema. [...] O problema é acabar com as separações: ‘quotidianidadelazes’ ou ‘vida cotidiana-festa’. O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana. (Lefebvre, 2001, p. 128-29).

Necessita-se, então, de reformular o modo como se vivencia o lazer para que este não se restrinja às fugas esporádicas da realidade, mas sim para que seja contínuo, diluído no cotidiano social, singular a cada indivíduo e não mais regido por terceiros. Para tanto, se faz necessária, conforme apontam Marx (2014), Lefargue (1999) e Antunes (2001), a redução da jornada de trabalho – a ser conquistada a partir da prática revolucionária – pois somente assim os atores sociais disporão de tempo livre para humanizar a si e a seus semelhantes.

Destarte, Harvey (2016, p. 254) aponta que “permitir tempo livre para que mais indivíduos busquem seus objetivos de realização é terrível para as perspectivas do controle sólido e contínuo do capital sobre o trabalho, tanto no local de trabalho quando no mercado”, compreendendo que a não realização perfeita do ciclo produtivo do capital – pois seu encerramento ideal se dá por meio do consumo alienado – pode ocasionar em comportamentos alheios ao padrão consumista e, portanto, abrir caminhos para a emancipação dos sujeitos.

Em concordância, consideramos essencial a tomada de consciência dos indivíduos em relação às práticas de lazer, pois quanto mais ela seja atrelada às subjetividades de cada um, maiores serão as possibilidades de transformação social e, conseqüentemente, da realidade.

Destacamos também o espaço e suas relações com a reprodução social, seja como instrumento de dominação capitalista das mesmas, seja como local facilitador do encontro e possibilitador de práticas emancipatórias. Tal articulação conceitual será discutida na seção seguinte, bem como as aproximações entre essa prática social e sua apreensão pela ciência geográfica.

2.2 Dizeres geográficos sobre o lazer e o urbano

A Geografia é uma ciência social que se debruça em interrogações a respeito da disposição das coisas no espaço, suas causas e consequências. Não somente, essa ciência vai além, procurando investigar as significações que tais distribuições assumem na vida dos indivíduos, assim como o seu oposto, ao interpretar a maneira como as sociedades atuam na produção das materialidades.

Para isso, essa ciência assume como conceito central o “espaço geográfico”, categoria que analisa a dialética entre homem e meio, considerando que ambas as dimensões interagem, se modificam e se articulam, não podendo ser interpretadas separadamente (Carlos, 2007). Portanto, certifica-se que o espaço se trata de uma dimensão construída no processo de desenvolvimento das sociedades, uma vez que distintas configurações sociais levam a distintas configurações espaciais e vice-versa.

Sendo assim, o espaço seria o mais interdisciplinar dos objetos concretos, uma vez que não pode ser compreendido dissociado de seus conteúdos. Segundo Milton Santos (2008, p. 1) “o espaço não pode ser formado apenas pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da Natureza abriga uma fração da sociedade”.

Classificamos, então, o espaço geográfico como a materialidade das coisas somadas à sociedade encaixada nelas, com ambas as dimensões pulsando juntas em um processo dialético infinito, deixando de lado a interpretação simplista da dimensão material sendo apenas um suporte para as práticas sociais (Santos, 1988).

Além disso, elencamos a compreensão do mesmo enquanto uma forma-conteúdo e a indissociabilidade das dimensões estruturais (forma) e sociais (conteúdo), não existindo a determinação de uma sobre a outra (Gomes, 2002). Sobre isso, destaca Lefebvre:

¿La presencia? Siempre se da en una forma, y sin embargo la forma, tomada separadamente, es hueca, por lo tanto ausencia. Tomado por separado el contenido es informe, por lo o ausente. Forma y contenidos separados son fugas de la

presencia. Ésta supone e implica un acto: el acto poiético (Lefebvre, 1980, p. 255-256).

Sendo assim, destacamos que as práticas espaciais, as manifestações dos indivíduos e as atividades humanas necessitam de acontecer em algum espaço, modificando-o ao mesmo tempo que é possibilitada por ele – como é o caso do lazer no espaço urbano. Portanto, a Geografia pode contribuir vertiginosamente no estudo do lazer, uma vez que tal prática ocorre no e a partir do espaço destinado para tal fim, nesse sentido, Jesus (2003) assinala que

Cabe aos geógrafos, indubitavelmente, o estudo de suas implicações territoriais ou, no sentido mais geral, de sua espacialidade. Entretanto, esta dimensão espacial permanece pouco estudada, pois quando examinamos a trajetória do pensamento geográfico, o que se percebe em seu extenso e mutante repertório temático é justamente a escassez de preocupações quanto ao uso do tempo livre. (Jesus, 2003, p. 8).

Ademais, a Geografia pode contribuir nos estudos do lazer urbano como interpretações para além das dimensões costumeiras como fazem as demais ciências sociais, tampouco se restringindo às subjetivações e interesses pessoais intrínsecos a cada indivíduo feitas pelas análises da psicologia, nem mesmo se limitando às interpretações das reverberações e motivações por e para o lazer advindas das ciências filosóficas, mas sim, trabalhando por meio de sua capacidade de síntese – e complexificação – por através da união de todos elementos supracitados, acrescentando, ainda, a dimensão espacial em suas análises.

Contudo, conforme apontado por Mascarenhas (2010, p. 146)

A contribuição dos geógrafos ao entendimento do lazer permanece muito aquém da magnitude deste, conferindo aos que nesse campo se aventuram a desconfortável oscilação entre a abordagem superficial e a escuridão errante” (Mascarenhas, 2010, p. 146).

Consideraremos aqui, a Geografia enquanto ciência potencialmente agregadora da interpretação do lazer, sobretudo no que tange às espacialidades e a influência dos espaços (especialmente os públicos em nosso caso) em tal prática social. Para tanto, assumiremos a perspectiva de que o espaço modifica-se ao decorrer do processo de evolução da humanidade, possuindo especificidades concernentes aos contextos sociais distintos de cada época – podendo até mesmo perpetuar-se por outros recortes socio-temporais.

O ato de produção da vida é, consequentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. Nesse raciocínio afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da

humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade (Cavalcanti, 2011, p. 65).

Resumidamente, o espaço será considerado aqui como a dimensão que possibilita a prática social, ao mesmo tempo em que media tal atividade e, ainda, como um produto dela, visto que também é construído pelos atores sociais (Carlos, 2007). Em nosso caso, o lazer funciona como a prática que há de ocorrer nos espaços públicos de lazer, porém esses espaços ao mesmo tempo em que são condicionantes/determinantes das práticas, podem explicitar dinâmicas de apropriação distintas das previstas formalmente, de modo a inaugurar uma nova dinâmica socioespacial nestes locais.

Essa dinâmica socioespacial faz parte de um processo dialético, infinito e nunca estático, direcionado sempre para rumos imprevisíveis, porém interpretáveis quando verificados. A respeito disso, Santos (1977, p. 91) destaca que o mesmo

Reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quanto evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (Santos, 1977, p. 91).

Diante desse processo de produção do espaço, diversas abordagens teórico-metodológicas surgem para a interpretação deste fenômeno, pautadas em distintos métodos da ciência geográfica. Em nosso caso, nos basearemos em Santos (2008) com sua interpretação pautada nas formas, funções, estruturas e no processo; e em Lefebvre (2013) tratando sobre os espaços concebidos, vividos e percebidos. Ambas propostas fazem uma abordagem pautada no materialismo histórico-dialético, considerando que o espaço geográfico não é apenas um palco, estático e neutro às dinâmicas sociais, mas sim um produto histórico originário – e condicionante – da reprodução humana.

Em sua abordagem teórico-metodológica analítica do espaço, Santos (2008) o pormenoriza em quatro categorias que, por mais que sejam importantes individualmente, são essencialmente articuladas entre si e requerem uma interpretação conjunta para a compreensão da totalidade espacial, são elas: forma, função, estrutura e processo.

Sobre a *forma*: esta categoria refere-se aos elementos materializados no espaço, os arranjos físicos que possibilitam o habitar, o transitar e o interagir. Tal categoria, contudo, não é autossuficiente, sendo estritamente atrelada às outras categorias, sobretudo à categoria

função, visto que um objeto apenas se materializa no espaço se há uma intenção para sua criação, um uso ou efeito esperado para tal façanha.

A forma, apesar de não possuir grande relevância quando analisada isoladamente, é extremamente relevante para a totalidade espacial, visto que é a base para qualquer prática socioespacial, pois

Se a forma é primariamente um resultado, ela é também um fator social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma frequentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função (Santos, 2008, p. 74-75).

Além disso, as formas exercem suma importância no ato de interpretação da realidade, pois podem manifestar diferentes tempos históricos em sua concretude. Antigas formas ainda existentes apresentam conteúdos distintos, pertencentes a diversos contextos históricos e que ainda permanecem vivos física e simbolicamente nas formas materializadas no espaço, possibilitando a coexistência de múltiplos espaços-tempo num mesmo momento.

Dessa maneira, a forma guarda significações e materializações decorrentes do processo de produção espacial, permitindo análises e discussões a respeito do modo pelo qual tal forma foi produzida em tempos passados, bem como as intenções e usos realizados e/ou motivados na criação e manutenção destes objetos.

Contudo, de nada seria a *forma* sem a *função*, visto que é a segunda que dá sentido e motiva a criação da primeira. Conceitualmente, *função* é conceituada como a ação esperada a partir de uma forma, ou seja, os usos que são feitos ou orientados para que se façam a partir e por meio das formas.

Neste ponto, insere-se a categoria *estrutura*, sendo esta, a responsável por mediar as relações entre forma e função, dando coesão à totalidade espacial. Por sua vez, tal categoria é compreendida como o contexto social vigente que atua no e por meio do espaço. Sendo assim, as funções exercidas perante as formas são motivadas por significações, anseios e determinações sociais, econômicas e ideológicas, sendo estas pertencentes a *estrutura* sócio-espacio-temporal presente.

Nada seriam das formas caso não houvesse funções idealizadas, esperadas e/ou realizadas nelas, assim como nada seriam das funções caso não houvesse uma estrutura que lhes delimitam e lhes dão sentido. Nessa dialética categórica adiciona-se, então, o *processo*, este sendo responsável por conferir um caráter histórico à dinamicidade da produção do espaço.

O espaço, portanto, não pode ser interpretado ignorando a dimensão temporal de sua produção. Ele há de ser considerado como um reflexo de diversos momentos históricos, materializados e até mesmo presentes simbolicamente na atualidade. Também, as antigas formas podem ganhar novas funções, ditadas pelas diferentes configurações sociais e econômicas que atuam sobre elas atual e futuramente.

Sendo assim, ao pormenorizar o espaço em categorias analíticas, devemos examiná-las conjuntamente, entendendo que são necessariamente articuladas entre si e substanciais para a compreensão da totalidade espacial, que se realiza num incessante processo de produção, este que materializa formas por meio de usos-funções pretendidos por e para elas, que por sua vez são regidos pelas diferentes estruturas pertencentes a distintos momentos históricos.

De modo a concordar com estes ideais e regido pelo materialismo histórico-dialético, Lefebvre (2013) também considera a dimensão processual de produção do espaço, sobretudo o urbano, alegando que este “deve ser sempre lido como uma realidade inacabada, uma virtualidade iluminadora e em marcha” (Lefebvre *apud* Sobarzo, 2007, p. 165).

Por sua vez, para a análise do espaço, este autor propõe uma tríade analítica composta por três categorias, que são: as representações do espaço; os espaços de representação; e as práticas [sócio]espaciais – estas três sendo referentes, respectivamente, à dimensão das formas, as materializações do espaço. Ao mesmo tempo em que, respectivamente, se tem três dimensões referentes aos sujeitos, sendo: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido (Schmid, 2012).

As representações do espaço são aquelas planejadas, instituídas majoritariamente pelo poder público por meio dos projetistas e urbanistas, que produzem o espaço de acordo com suas acepções e intenções, pressupondo futuros usos. Nas palavras do autor

Las representaciones del espacio, es decir, el espacio concebido, el espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnócratas fragmentadores, ingenieros sociales y hasta el de cierto tipo de artistas próximos a la cientificidad, todos los cuales identifican lo vivido y lo percibido con lo concebido (lo que perpetúan las Arcanas especulaciones sobre los Números: el número áureo, los módulos, los cánones, etc.). Es el espacio dominante en cualquier sociedad (o modo de producción). Las concepciones del espacio tenderían (con algunas excepciones sobre las que habrá que regresar) hacia un sistema de signos verbales – intelectualmente elaborados” (Lefebvre, 2013, p. 97).

Ainda sobre as representações do espaço, Lefebvre (2013, p. 100) segue dizendo que estas são “permeadas por um conhecimento (misto de conhecimento e ideologia) sempre

relativo e em processo de transformação⁷”. Sendo assim, esses espaços são dotados de saberes prévios para que se implementem, abrangendo desde os científicos até os estritamente ideológicos, uma vez que é notória a participação de determinados grupos hegemônicos – indivíduos de maior poder aquisitivo – no poder de decisão quanto à produção do espaço, sobretudo do urbano.

Por isso, o espaço concebido é majoritariamente produzido pela classe dirigente, por interesses ligados ao âmbito econômico que exercem poder sobre o âmbito político e influenciam na produção institucional do espaço urbano.

Para Harvey (2005), a classe dirigente atua também como dominadora ideológica, regulando a criação e disseminação de ideias, além de reger a produção espacial da urbe conforme suas motivações. Sobre isso, Lefebvre (2019, p. 60) ressalta que “o espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente, o espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia”, acrescentando ainda que

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la os lugares prescritos; organizar os fluxos diversos suborganizando-os às regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalista (Lefebvre, 2019, p. 145). P. 234

Tal concepção de espaços, sobretudo as referidas ao poder público, se realiza, sobretudo, a partir da inserção de modelos externos, sem se observar previamente ou deixar pulsar os movimentos da vida, dos usos e da cultural local. A ordem provinda de outros locais e realidades do planeta é inserida forçosamente no espaço urbano, na maioria dos casos sem articulação com a comunidade local.

Após implementadas, essas representações do espaço inserem-se no espaço urbano de duas maneiras. A primeira delas se dá quando tal espaço se encontra tão desarticulado à cultura e aos anseios locais que estes são completamente abandonados com o tempo, pois são desconexos ao cotidiano, restringindo-se, assim, a não-lugares – espaços sem reconhecimento, usos e apropriações (físicas e simbólicas) por parte dos indivíduos.

Uma segunda maneira de evolução das representações do espaço é verificada quando esta não encontra resistência, se adaptando e inserindo-se paulatinamente ao mundo vivido dos cidadãos. Dessa forma a representação do espaço se torna prática, mediada pela

⁷ Tradução nossa

determinação e posterior realização de práticas sociais [espaciais], contribuindo para a propagação e dominação de estruturas externas globais à realidade cotidiana dos habitantes da cidade, em detrimento das culturas locais.

Os sistemas de espaços livres urbanos são claros exemplos da diferença entre o espaço concebido, o percebido e o vivido, que compõem a tríade lefebvriana. O espaço proposto pelos técnicos (espaço concebido) isoladamente, idealiza sua futura apropriação, ainda que por vezes de maneira equivocada, pois o espaço livre vivido se transforma, transgredindo planos inicialmente estabelecidos pelo Estado e pelos agentes imobiliários (Queiroga, 2012, p. 132).

À vista disso, temos a representação enquanto dimensão ambivalente, podendo essa ser apenas concebida, ou também vivida – quando apropriada em conformidade com as idealizações-práticas pressupostas. Contudo, temos o espaço vivido, que congrega outros modos de se inserir no e através do espaço, uma vez que “a apropriação social não ocorre apenas de maneira formal, mas também a partir de ‘usos imprevisíveis ou proibidos’” (Serpa, 2007, p. 77).

Este espaço – categorizado como espaço de representação na dimensão das formas – é compreendido como aquele apropriado pelos habitantes, produzidos de acordo com seus interesses subjetivos e ausentes de dominação externa. Por sua vez, são caracterizados esperançosamente como possibilitadores de movimentos ressignificantes do espaço, a serem realizados a partir das práticas cotidianas, indo contra a dominação vertical dos espaços produzidos pela hegemonia econômica. Lefebvre (2013, p. 98) os conceitua da seguinte forma:

Los espacios de representación, es decir, el espacio vivido a través de las imágenes y los símbolos que lo acompañan, y de ahí, pues, el espacio de los ‘habitantes’, de los ‘usuarios’, pero también el de ciertos artistas y quizá de aquellos novelistas y filósofos que describen y solo aspiran a describir. Se trata del espacio dominado, esto es, pasivamente experimentado, que la imaginación desea modificar y tomar. Recubre el espacio físico utilizando simbólicamente sus objetos. Por consiguiente, esos espacios de representación mostrarían una tendencia (de nuevo con las excepciones precedentes) hacia sistemas más o menos coherentes de símbolos y signos no verbales (Lefebvre, 2013, p. 98).

Desse modo, ressaltamos que estes espaços possuem um relevante papel na interpretação e na produção do urbano e dos espaços públicos, pois carregam consigo a possibilidade de desalienação, transformando um espaço alienado em espaço apropriado, sendo este um lugar que extrapola a materialidade das formas, caracterizando-o como um espaço do usuário (Pereira, 2023).

Esse movimento contra-hegemônico, por sua vez, é mediado pelo espaço percebido, este sendo caracterizado pelas práticas espaciais que são realizadas no cotidiano dos indivíduos. Sobre isso Lefebvre (2013, p. 97) pondera que

La realidad cotidiana (el uso del tiempo) y la realidad urbana (las rutas y redes que se ligan a los lugares de trabajo, de vida ‘privada’, de ocio). Sin duda, esta asociación es sorprendente pues incluye la separación más extrema entre los lugares que vincula. La competencia y la performance espaciales propias de cada miembro de la sociedad sólo son apreciables empíricamente. La práctica espacial ‘moderna’ se define así por la vida cotidiana de un habitante de vivienda social en la periferia – caso límite, pero sin duda significativo –, sin que esto nos autorice a dejar de lado las autopistas o la política de transporte aéreo. Una práctica espacial debe poseer cierta cohesión, sin que esto sea equivalente a coherencia (en el sentido de intelectualmente elaborada, concebida lógicamente (Lefebvre, 2013, p. 97).

Portanto, as práticas [sócio]espaciais se realizam no espaço ora concordando com as imposições de terceiros, determinadas por exterioridades, ora emergindo das subversões e contra-condutas por parte dos indivíduos, ambas dimensões sendo percebidas na realidade cotidiana urbana

A partir da articulação entre as interpretações advindas da dialética do espaço urbano, da dialética homem-meio e das categorias de forma, função, estrutura e processo, pretendemos basear nossas análises sobre os espaços públicos de lazer, de modo a compreender as relações entre concepção, apropriação e práticas sociais destes espaços no contexto de Orlândia-SP.

Nesse sentido, constata-se uma produção dual do espaço urbano, dividida entre o plano econômico e o plano social, com clara predominância do primeiro sobre o segundo, na qual a cidade passa a ser pensada como mercadoria e como reprodutora de capital, dinamizadora e potencializadora das dinâmicas econômicas, sendo também a materialização do processo de produção capitalista, refletindo a desigualdade em sua organização espacial. Esse processo de produção do espaço urbano será discutido por nós no tópico seguinte.

2.3 A cidade é de todos, mas não para todos: o processo desigual de produção das cidades e as acessibilidades ao lazer urbano

O espaço, conforme salientado anteriormente, é condicionante e reflexo dos movimentos da sociedade que interage com ele, essa sendo afetada ao mesmo tempo em que o produz, fazendo com que o espaço se apresente de diferentes modos em consonância às distintas temporalidades verificadas historicamente.

Ao longo da história houve grandes influências sociais, culturais e econômicas na produção do espaço e, conseqüentemente, em suas materializações, sendo as econômicas as mais notórias e modeladoras das instâncias da vida e o modo de (re)produção dela nos últimos séculos. Nesse sentido, o capitalismo toma para si – por meio da dimensão econômica e da vida centrada nela – o cotidiano dos indivíduos, suas relações sociais, sua cultura e a produção dos espaços.

O modo de vida urbano e a cidade – sua materialização – seguem estes princípios, catalisando os fluxos e materializando os fixos que lhes servem de base. Para Lefebvre (2019, p. 109) a cidade

[...] atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem a troca, sem a aproximação, sem a proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo diferenças (Lefebvre, 2019, p. 109)

Dessa maneira, temos a urbanização como processo e a cidade enquanto forma, sendo a materialização do modo de vida urbano, que “produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e de cultura” (Carlos, 2005, p. 26). Sendo este não só um modo produzir, mas também de “consumir, pensar, sentir, enfim, um modo de vida” (*ibid.*, p. 27).

Entendemos esse modo de vida como estritamente social, agregador de pessoas, potencializador de interações sociais, econômicas e políticas, um espaço necessariamente plural e público. Consideramos também, conforme os preceitos de Pereira (2023), a cidade enquanto materialidade, um espaço essencialmente público no qual pulsa a vida cotidiana; e o urbano como imaterialidade das dinâmicas socioespaciais – especificado no conceito de urbanidade⁸.

O principal fator de realização do urbano e conseqüentemente da estruturação de cidades é a reunião de pessoas e as possibilidades de troca fornecidas por tal. Dessa forma, o espaço urbano se qualifica pelas possibilidades de articulação e fluxos sociais, políticos e econômicos, possibilitados, sobretudo, pelo caráter público deste espaço. Carlos (2016, p. 130-131) descreve esse processo de realização da vida pública nas cidades da seguinte forma:

⁸ Gomes (2002, p. 109) a define como “um conjunto de atitudes e comportamentos que dá ênfase à reciprocidade entre indivíduos diferentes, mas expostos a um lugar de permanentes trocas sociais, a urbe”.

A contradição espaço público-privado revela a natureza sócio-espacial da práxis, que funda as relações sociais, e é condição de realização da vida humana em sua multiplicidade. A relação do homem com o mundo é construída a partir de um ponto no qual o indivíduo se reconhece e a partir de onde constrói uma teia de relações com o outro e através deste, com o mundo que o cerca, produzindo-se enquanto humano à medida que constrói a realidade. Assim se o ponto de partida é o espaço privado, revelando-se através do habitar que é real e concreto (aquele dos gestos, do corpo, o lugar da habitação que cerca o mundo privado, a peça do apartamento ou da casa), ele também se abre, inexoravelmente, em direção ao público, ao coletivo como lugar da prática cotidiana que descreve e dá conteúdo à vida na cidade, ligando lugares e pessoas na cidade (Carlos, 2016, p. 130-131).

Nesse sentido, concordamos com a autora e compreendemos a cidade enquanto um espaço público, pois sua essência remonta à reunião de indivíduos, ao contato com o próximo e à convivência entre diferentes, bem como as benesses que tais interações podem gerar. Contudo, pontos negativos são verificados nesta configuração socioespacial, a se destacar a desconfiança e insegurança para com os diferentes, bem como a desigualdade socioespacial⁹.

O atual espaço urbano, compreendido aqui enquanto produto do modo de produção capitalista, assume características relativas a tal modelo produtivo, revelando-se desigual, fragmentado e segregador, reflexo de valores capitalistas como competitividade e individualismo, onde o próximo é visto como concorrente e uma ameaça aos interesses pessoais de cada indivíduo.

A desigualdade espacial, portanto, é fruto da desigualdade social, que por sua vez é produto da lógica econômica, em outras palavras, “a produção do espaço urbano fundamenta-se num processo desigual; logo, o espaço deverá, necessariamente, refletir essa contradição” (Carlos, 2005, p. 40).

No século XXI essa desigualdade social verificada no espaço, socioespacial portanto, é sobressaltada dentro da cidade, definindo claramente áreas e localidades dentro da urbe que são aproveitadas, construídas e dinamizadas diferencialmente de acordo com as classes sociais que delas se ocupam.

O espaço não se (re)produz sem conflitos e as contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata, dentro da fábrica. É na vida cotidiana como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente, nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade e tipos de produtos consumidos, etc; Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofunda as diferenças entre os indivíduos (fundamentalmente nos países subdesenvolvidos) (Carlos, 2005, p. 79)

⁹ Destacamos que tais desigualdades sempre estiveram presentes nas aglomerações humanas e urbanas, mas nos restringiremos àquelas oriundas do modo de produção capitalista, principalmente as que vigoram nas cidades atualmente.

As diferenças no poder aquisitivo e de influência dos indivíduos ditam onde eles podem morar, o acesso que terão aos serviços urbanos, a qualidade de suas relações sociais, sua segurança e o acesso aos serviços urbanos como saúde, educação e moradia que terão, podendo os mais abastados escolherem onde moram e de que forma vão viver a cidade (ou se ausentar dela), enquanto aos mais pobres restam as migalhas habitacionais, o baixo acesso aos serviços e os desafios diários para usufruir da cidade.

Carlos (2001) explicita que os desprovidos de boas condições financeiras não conseguem se apropriar integralmente da cidade, estes acabam restringindo-se às apropriações de seu entorno imediato. A baixa efetividade dos transportes públicos e o alto custo do transporte individual inviabilizam a mobilidade fluida e a possibilidade do usufruto da cidade em sua totalidade por parte dos pobres, pois

Como certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram têm condições de consumi-los. Desse modo, as pessoas desprovidas de mobilidade, seja em razão de sua atividade, seja em razão de seus recursos, devem resignar-se à não-utilização de tais bens e serviços, cujos preços são, às vezes, inferiores aos de sua localidade. (Santos, 2007, p. 116)

Este processo é cíclico e se manifesta magnificamente na dinâmica de (re)produção do espaço urbano capitalista. As desigualdades sociais se perpetuam e estão estritamente relacionadas à localização geográfica dos cidadãos na urbe, uma vez que estar na periferia é estar duplamente condenado à pobreza, pois agregam-se as desigualdades espaciais às desigualdades socioeconômicas (*id.*)

A apropriação diferenciada da cidade e a segregação socioespacial são alavancadas, inclusive, pela crescente individualização social, convergindo para um espaço urbano cada vez mais desigual e fragmentado. Se no passado obedecia-se à lógica centro-periferia nos centros urbanos (escala macro), hoje em dia verifica-se um poder de isolamento social e sobreposição da esfera privada à esfera pública até mesmo em áreas menores dentro da cidade como bairros, ruas e quadras (escala micro).

O individualismo moderno, ligado à implosão das orientações socioculturais e à crise da cidade, aponta para o fato de que as transformações do processo de reprodução do espaço urbano tendem a separar e dividir seus habitantes na cidade em função das formas de apropriação, determinadas pela existência da propriedade do solo urbano. A acomodação de cada um num endereço específico aponta para uma segregação espacial, bem nítida, possível de ser observada na paisagem (Carlos, 2016, p. 135).

Tal individualismo aparece-nos em tempos modernos como um grande mal ao convívio social, sendo muito impulsionado pelas novas mídias digitais e a comunicação mediada por máquinas que ela proporciona, estabelecendo assim uma comunicação virtual imediata com qualquer pessoa e em qualquer local.

Porém, ao mesmo tempo, estabelece-se um “processo paradoxal de abertura maior sobre o mundo a partir de um confinamento cada vez mais expressivo no espaço imediato” (Gomes, 2002, p. 184). Desse modo, as relações de vizinhança são reduzidas ao mínimo ou até mesmo inexistem em determinados contextos.

Este, então, trata-se de um dos maiores malefícios sociais – se não o maior – ocasionados pela expansão das cidades e sua inserção na rede urbana mundial. Sobre isso, Santos (1982) pontua que

A própria cidade converteu-se num meio e num instrumento de trabalho, num utensílio como a enxada na aurora dos tempos sociais [...] quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros (Santos, 1982, p. 22).

Nesse sentido, compreende-se a urbanização enquanto processo paradoxal em relação às distâncias sociais atuais, pois ao mesmo tempo em que o espaço urbano se abre e se conecta com o mundo, este se fragmenta internamente, não sendo raras as ocasiões em que os indivíduos não conhecem seus vizinhos, ao passo que estão intimamente conectados com pessoas de outras cidades, estados, países e continentes¹⁰ (Santos, 2006).

No caso brasileiro, destacamos que o processo de urbanização foi impulsionado por políticas estatais de industrialização, originando um aumento vertiginoso da população urbana – tardia quando comparada com os países desenvolvidos. Mesmo fazendo parte de um planejamento estatal, esse processo foi conturbado e originário de grandes problemas sociais e espaciais, sobre isso concordamos com Marcellino (2000), quando o mesmo afirma que

O processo desenfreado da urbanização não teve um desenvolvimento da infraestrutura compatível ao aumento do contingente populacional, resultando em dimensões espaciais urbanas desorganizadas, podendo diferenciar marcadamente, de

¹⁰ Soma-se a isso, os impactos ocasionados pela globalização cultural. Estando os indivíduos por vezes reproduzindo culturas externas (inter-regionais e internacionais) em seu cotidiano, em detrimento às culturas locais

um lado as áreas centrais, concentradoras de benefícios, e de outro a periferia, verdadeiro depósito de habitações (Marcellino, 2000, p. 25).

Essa situação de diferenciação dos indivíduos de acordo com sua classe revela a perversidade do espaço urbano e de suas desigualdades internas, oriundas do modo pelo qual foi produzido. Santos (2007) aduz ainda que há um julgamento a partir da localização geográfica do indivíduo no espaço, uma vez que “a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está” (Santos, 2007, p. 107). Ainda pior: “nos países subdesenvolvidos, de um modo geral [como é o caso do Brasil], há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (*ibid.*, p. 24)

A não-cidadania extrapola-se para além do âmbito social, sendo verificada no espaço, formando os “espaços sem cidadãos”, áreas com alto grau de exclusão social, onde os indivíduos são majoritariamente desprovidos de acesso a direitos básicos como educação, saúde, lazer, entre outro, desprovidos de condições básicas que garantam a plena realização da vida, “é como se as pessoas nem lá estivessem” (Santos, 2007, p. 43).

A exclusão social, portanto, vai além das desigualdades sociais, sendo uma evolução dela, uma realidade na qual os indivíduos não dispõem de condições que garantam a sua sobrevivência, não tendo acesso a uma vida digna. Schwartzman (2004) aponta que “o conceito de exclusão é, portanto, inseparável do de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais”. (Schwartzman, 2004, p. 36).

Este processo pode ser amenizado por meio de políticas assistenciais por parte do poder público, porém dificilmente serão sanadas em decorrência do modo produção que se baseia necessariamente na desigualdade como forma de manutenção econômica do mesmo. Até mesmo o Estado atua como propagador da diferenciação socioespacial dos indivíduos, uma vez que “a instituição da lei diferencia espaços medida que exclui aqueles que não são por ela atingidos; então, cria e formaliza territórios de inclusão e de exclusão social” (Gomes, 2002, p. 34).

Na realidade brasileira, temos então uma cidadania mutilada, subalternizada, distante do conceito ideal de usufruto legal dos direitos previstos aos cidadãos (Santos, 2006). Estes direitos, quando unidos, permitem a compreensão parcial daquilo que Henri Lefebvre chamou de “direito à cidade”, este sendo conceituado como a forma superior dos direitos, contemplando o direito à liberdade, à individualização, à habitação, à socialização, à participação na vida política e à possibilidade de participar da cidade também como produtor

independentemente de onde se encontre, sendo este direito enquanto conjunto a magnificência dos direitos individuais e coletivos da e na urbe (Lefebvre, 1968, *apud* Gama, 2008).

Embora a concepção de Lefebvre seja ampla, na prática o direito à cidade tende a ser interpretado somente como aquele previsto na constituição, a exemplo do artigo 6º da CF que busca garantir a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância aos desamparados (Brasil, 1988).

Santos (2007) concorda que tais direitos são essenciais, visto que “prover o indivíduo dessas condições indispensáveis a uma vida sadia é um dever da sociedade e um direito do indivíduo” (Santos, 2007, p. 124), mas que “esses bens, públicos por definição, em nosso caso não o são realmente. Para a maioria da população são bens públicos, mas a obter privadamente” (*ibid.*)

Dessa forma, desfigura-se a imagem do cidadão, pois ser ou não cidadão se relaciona diretamente com sua localização no espaço, fazer valer os direitos previstos nas legislações depende do poder político do cidadão e de seus próximos; direitos e interesses se colidem, dando origem a uma realidade na qual “a distância geográfica é duplicada pela distância política [...], estar na periferia significa dispor menos de meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado” (Santos, 2007, p. 118).

Há muitos fatores que influenciam na dinâmica da produção do espaço urbano. Sua materialidade não se dá de maneira aleatória, os objetos não estão dispostos ao acaso, em consonância ao espaço concreto existe o movimento da vida que pulsa sobre ele, num processo produtivo que congrega diferentes dimensões, interesses, temporalidades e sujeitos.

Nesse sentido, Loboda (2008) defende que para uma compreensão totalizante do espaço urbano temos que observá-lo

Não somente a partir da sua “estrutura” física, uma soma de edifícios, equipamentos e infra-estruturas, mas também dos trajetos e meandros por onde se inscreve ou se geografiza a luta do cidadão pelo acesso à cidade e seus diferentes lugares, mediado por suas práticas socioespaciais diárias que caracterizam suas necessidades e desejos (Loboda, 2008, p. 153).

A cidade há de ser compreendida como a forma de manifestação do espaço urbano – composto pela dialeticidade entre a materialidade e as práticas sociais que lhe conferem sentido. Sendo então uma determinada realidade verificada em um tempo histórico específico, pois à medida em que as sociedades se reorganizam o mesmo acontece com o espaço urbano e suas estruturas físicas.

Em seu interior surgem novas práticas sociais e culturas que se sobrepõem e se mesclam às antigas formas e funções deste espaço¹¹, introduzindo novas dinâmicas reprodutivas à realidade urbana, categorizando a cidade como um local onde relações tradicionais e atuais se metamorfoseiam e se reproduzem a todo instante, criando e recriando espaços-tempos singulares a cada contexto específico (Carlos, 2007).

Conforme os desdobramentos da sociedade, que por sua vez são dominados pelo modo de produção capitalista, a cidade passa a ser também um objeto a ser consumido. Nas palavras de Lefebvre (2019), além dos espaços voltados para o consumo, há também o consumo do espaço – sendo a cidade um claro exemplo disso. Uma vez transformada em mercadoria, a cidade

se torna também uma mercadoria que, como todas as outras, é consumida de forma diferenciada, segundo a renda dos indivíduos os espaços da cidade vão se diferenciando conforme os usos e principalmente pelo *status* de quem os habita (Santos, 2015, p. 57).

Neste processo sobressaem-se valores de troca (representados pelo consumo da habitação, dos transportes etc.) aos valores de uso (representados pelos espaços produzidos socialmente e/ou pelo estado sem atrelamento aos interesses mercantil).

Verifica-se, então, uma cidade dual, com sua produção estando dividida entre os interesses econômicos e sociais, orientando-nos a uma análise geográfica que compreenda a cidade como um espaço contraditório, onde a luta dos indivíduos e a expansão do capital se colidem cotidianamente, sendo o Estado a entidade mediadora desse embate.

É importante salientar que o espaço urbano se reproduz na contradição/luta. De um lado estão as necessidades do processo de valorização do capital – enquanto condição geral de produção – em que o indivíduo se perde, cria-se o estranhamento, o distanciamento e o desencanto do mundo; a cidade dividida e vendida aos pedaços, espelha a segregação do habitante, expulsando-o para a periferia da mancha urbana. De outro, ocorre a reprodução da vida humana em todas as suas dimensões, enquanto retomada dos lugares, recriação de pontos de encontro, e da busca de identidade com o outro. (Carlos, 2005, p. 92)

O ambiente urbano dos direitos dos cidadãos efetivados em seus cotidianos, com pleno proveito das vantagens de conviver em sociedade e oportunidades de desfrutar do espaço urbano como um todo, ou seja, a cidade social, é subjugada justamente pela falta do

¹¹ Conceituamos como *temporalidades* essas influências socio-temporais que se inserem no processo de produção do espaço e que permitem a verificação de diferentes espaços em diferentes tempos históricos. Assumindo este conceito como central para a compreensão das atuais configurações espaciais de nosso objeto de estudo (espaços públicos de lazer) de acordo com o materialismo histórico-dialético e com os preceitos de Lefebvre (2008) e Santos (2013)

cumprimento destes direitos à todas as classes sociais. Lefebvre (2001, p. 138-139) assinala que

Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida (Lefebvre, 2001, p. 138-139).

Conforme os escritos de Santos (2007), a negação desses direitos faz com que a figura do cidadão passe a inexistir, uma vez que esse além de ter sido transformado em consumidor, sofre paulatinamente com o desamparo político e judiciário.

Essa lógica de dominação das firmas passa a se expandir para além do controle interno do cidadão no mercado de trabalho, extrapolando a lógica mercadofila para a dimensão da vida urbana e seu(s) cotidiano(s). Nesse modelo, reafirmam-se a destinação de recursos à expansão do capital enquanto os reclamos de ordem social são atendidos de forma residual, sendo a prioridade o valor econômico e político agregado nas intervenções estatais e não o valor de uso das ações para os cidadãos.

O lazer, como uma prática estritamente urbana, não foge à regra, sendo “mediado pela mercadoria, que faz com que o cidadão, longe de se apropriar socialmente da cidade, através de brincadeiras, dos jogos, do ócio, se veja obrigado ao consumo de diversão” (Carlos, 2005). A lógica capitalista de orientação ao consumo, apropria-se do lazer e também dos espaços destinados a esse fim, sendo a cidade mais um espaço a ser apropriado e vendido pelo capitalismo, sobretudo os espaços destinados ao lazer, conforme pontua Marcellino *et al* (2008)

Se o lazer é colocado pela sociedade capitalista como um momento de consumo, o espaço para o lazer também é visto como um espaço para o consumo. [...]. Dessa forma, também os equipamentos de lazer, os espaços de convívio seguem uma tendência à privatização, incluindo aí áreas verdes que, como o próprio lazer, passam a ser “mercadorias” (Marcellino et al., 2008, p. 135).

Em concordância a isso, o cidadão tende a ser capturado pelo lazer de consumo, uma vez que não disporá de espaços públicos na cidade que satisfaçam suas vontades e que permitam a prática do lazer dissociada da lógica mercantil. Agrega-se ainda, os problemas relacionados à falta de tempo dos indivíduos, pois estes se encontram cada vez mais aprisionados ao trabalho, buscando por mais dinheiro, uma vez que só esse poderá proporcionar-lhes um maior acesso ao lazer (de consumo).

o lazer permanece como categoria interna da economia política, sendo gerado e apropriado em decorrência das mesmas relações sociais. É por isso que ele traduz – à sua maneira – as esferas da produção, da distribuição, da troca e do consumo [...] quanto mais acentuada a hierarquia de classes; maiores se apresentam as distinções do tempo e das atividades do lazer”. (Cunha, 1987, p. 20).

Além disso, na cidade moderna existe ainda uma tendência à centralidade de equipamentos existentes no que tange ao lazer urbano, contrastando com as áreas periféricas. Em seus trabalhos, Santos (2015), Sartório (2018), Lucas (2007) e Azevedo (2013), verificam justamente essa realidade em diferentes recortes espaciais, sendo, respectivamente, duas grandes cidades e duas cidades médias, nas quais as áreas mais segregadas do ponto de vista socioespacial e econômico coincidem com aquelas com baixa oferta de espaços públicos de lazer.

Tendo em vista que a sociedade é composta por diferentes classes sociais, as oportunidades de acesso ao lazer também serão diferentes segundo os distintos grupos sociais, a se agregar, ainda, as questões de gênero, faixa etária, nível educacional, entre outros, que limitam lazeres e espaços a uma minoria da população. Para a grande massa, essa prática fica restrita ao lazer local, realizado nos espaços públicos e às festas públicas/culturais esporádica (Marcellino, 2000).

Aqueles que têm condições financeiras dispõem de grandes oportunidades, não só desfrutando das melhores oportunidades de lazer da cidade como um todo devido à sua capacidade de deslocamento, como também podendo ir a outras cidades para realização de práticas não ofertadas em seu entorno imediato.

A classe alta, além de possuir condições de pagar pelo lazer de consumo, ainda possui o poder de se apropriar dos espaços públicos de lazer cultural (cinemas, bibliotecas, teatros etc.), visto que estes em geral possuem uma áurea de santuário, afastando simbolicamente as classes populares de sua apropriação (Sposito, 2013).

Somam-se à dinâmica segregatória do lazer no espaço urbano, o crescimento de espaços privados para esse fim, simulando o lazer público, mas que em essência não atingem o potencial público, pois congregam apenas grupos sociais específicos, unidos por uma suposta identidade autosegregatória: é o caso de certos bares, condomínios e clubes particulares. Portanto, para analisar a segregação socioespacial do lazer, Santos (2007, p. 142) pontua:

se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a

cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro. (Santos, 2007, p. 142)

O autor complementa ainda que

Os fixos sociais de natureza privada (criados, mantidos e operados pelo mercado) obedecem, como é natural, à lei do próprio mercado. Se, em sua proximidade, a população é demograficamente rarefeita ou economicamente fraca, frequentemente não é atingido o limiar indispensável à sua operação rentável, e tais serviços deixam de se instalar (*Ibid.*, p. 143).

Por concentrarem práticas que anteriormente era realizadas nos espaços públicos da urbe, os fixos privados acabam por atrair toda a população, até mesmo a mais pobre, que luta diariamente por melhores condições econômicas visando frequentar esses locais e usufruir do lazer ofertado por eles.

Conclui-se que, no espaço urbano, o direito social ao lazer não é totalmente garantido a todos, sendo que no atual modelo neoliberal da economia o Estado é insuficiente no que tange ao acesso a disponibilização de espaços e atividades para esse fim, contribuindo para a propagação e reprodução da cidade como mercadoria.

No tópico seguinte discutiremos mais sobre o papel do Estado na produção do espaço urbano, seu papel como mediador de interesses, bem como suas responsabilidades e intervenções relativas ao lazer e à produção de espaços públicos para esse fim.

2.4 O papel do Estado na produção do espaço urbano e na garantia ao lazer

É latente a importância que o Estado possui na produção do espaço urbano, sendo um dos principais agentes responsáveis por tal dinâmica. Seu papel se dá principalmente na concepção, determinação e mesmo na criação de condições que permitam a produção do urbano e, conseqüentemente, dos espaços públicos em ser cerne.

Não só, este agente também impacta as dinâmicas espaciais da(s) cidade(s) quando se ausenta, revelando lacunas que são preenchidas por outros agentes produtores do espaço urbano, a se destacarem os promotores mobiliários e os proprietários dos meios de produção devido ao seu poder político e econômico (Corrêa, 2002).

Soma-se, ainda, seu papel enquanto mediador dos interesses individuais e coletivos, que estão em conflito permanentemente. Apesar de ser representado como institucionalização dos interesses coletivos, o Estado não condiz verdadeiramente com essa ideia, até porque, em nossa visão, existem inúmeras coletividades e cada uma delas é composta por inúmeros

indivíduos, com cada um possuindo interesses diversos, então, dessa forma, seria utópico idealizar um Estado capaz de atender as demandas de cada coletividade social, o que é duplamente dificultado quando se pensa na esfera de cada individualidade¹².

Ao tratamos sobre os direitos correspondentes ao lazer (foco da pesquisa), destacamos que este é ofertado pelo poder público majoritariamente de duas formas: por meio da criação de espaços públicos destinado a esse fim; e por meio de políticas de animação que permitam a realização de eventos mobilizadores de lazer no espaço urbano.

Porém o que consta em realidade é tanto a não verificação de espaços públicos de lazer, quanto a ineficácia ou inexistência de políticas mobilizadoras de atividades sociais voltadas essa prática. Essa realidade afeta principalmente as classes mais baixas da sociedade, visto que essas dispõem de menor poder aquisitivo e consequentemente de menos oportunidades ao lazer nos padrões atuais (voltado ao consumo), fazendo com que esses grupos tentem se amparar nos direitos legais para fruir da vida urbana. Porém

para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta. As manifestações de desalento e descrença quando uma ofensa ao direito é constatada são muitas vezes mais numerosas que as palavras ou gestos de confiança, ou, ao menos, respeito, pelo a parelho judicial-policial. (Santos, 2007, p. 90)

Em consonância, destaca-se a relevância do Estado na diferenciação valorativa do solo urbano, visto que este pode optar aumentar o valor da terra de determinadas áreas ao mesmo tempo em que pode optar por realizar operações urbanas voltadas ao interesse social (Harvey, 2005).

A classe alta, por sua vez, tem laços estreitos com o poder público, estando bem representada politicamente, possuindo benefícios diversos relacionados com as obras infraestruturais, o acesso a serviços, a disponibilidade de locomoção intra e interurbana, entre outros. Lefebvre (1976, p. 42 *apud* Sobarzo, 2006, p. 97) ressalta que “essa classe dominante dispõe de um duplo poder sobre o espaço: em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo e, em segundo lugar, através da ação do estado, representante dos seus interesses”.

Harvey (2005) salienta ainda que o poder público está ocupado majoritariamente pelas classes dirigentes, atendendo a interesses que mantenciam a estrutura social, portanto essa instituição enquanto materialização da vontade pública na verdade não se verifica como tal, sendo seletiva e parcial.

¹² O que segundo Smith (1973, *apud* Santos, 2007) nem se trata de uma tarefa essencial do Estado, essas devendo ser três: a proteção de uma sociedade em relação as outras; a proteção de cada membro; e a manutenção de certas obras e instituições públicas – que atenderiam aos interesses da coletividade.

A atuação do Estado se dá por meio de instituições¹³, ou seja, esse agente não apenas cria materialidades dos espaços, mas atua também delimitando o conjunto de regras que determinam (ou não) os usos dos espaços urbanos (Bobbio, 2010).

Porém, segundo Gomes (2002), o Estado tende a cometer erros, ocasionados principalmente pela incompetência e pela corrupção, aliadas às parcialidades gerenciais que colocam a cidade como espaço beneficiário e manutencial da estrutura econômica neoliberal. Outrossim, os interesses que permeiam os governos tendem a se manter conservadores independente dos sujeitos que estão atualmente no poder, pois é verticalmente controlado por classes dominantes que prezam pela continuidade da ordem política e econômica do presente.

As alianças entre os grupos hegemônicos e a instância política manifestam no espaço as desigualdades e contribuem para a negação de direitos fundamentais à população, como, por exemplo, o lazer (Azevedo, 2013).

Dessa forma, o Estado, age de maneira dual, ora atendendo aos interesses do capital, ora atendendo os interesses sociais. Sua ação, portanto, corrobora-se junto às dos demais agentes produtores do espaço urbano e refletem-se em materialidades e práticas desiguais, segregando habitações, habitantes, usos e sociabilidades que remontam à essência do urbano.

As questões eleitoreiras também se fazem presentes e prejudicam a ação ideal do Estado enquanto instituição potencialmente benfeitora de obras e ações sociais, pois inserem interesses dos próprios agentes governamentais em manter seus cargos públicos, fazendo com que a implementação de políticas públicas e a construção de espaços públicos de lazer sejam moedas de troca para a obtenção de votos ou mesmo instrumentos publicitários do próprio governo.

Portanto, esse agente atua como ordenador dos espaços e de seus usos, sendo que tal ordenamento se verifica majoritariamente como concepção, ou seja, idealiza-se as formas públicas urbanas e suas respectivas funções anteriormente às apropriações de seus futuros usuários.

O Estado atua perante o espaço não somente criando formas urbanas, mas também determinando os usos esperados para tais. Contraditoriamente, quando se trata dos espaços

¹³ Em nosso caso figurada principalmente no poder público municipal e em seus órgãos internos, sobretudo as secretarias de infraestrutura urbana, engenharia e de esportes e lazer. Esse agente, portanto, é fundamental na produção do espaço urbano, seja por meio da deliberação, da coerção ou da normatização da ocupação e dos usos dos espaços públicos urbanos.

públicos, o que se verifica é a restrição de práticas autênticas, uma vez que o poder público geralmente opta por territorializar espaços e equipamentos padronizados¹⁴.

Questiona-se, então, o caráter efetivamente público dos espaços públicos da cidade desde o momento de sua concepção pelos planejadores, visto que suas formas físicas parecem privilegiar determinados usos, pensados por aqueles que não necessariamente vivem o espaço: trata-se, indubitavelmente, da concepção sobressaindo-se perante a vivência, ou melhor, do espaço concebido materializando-se e sufocando o pulsar da vida cotidiana no plano do espaço vivido.

Nos casos brasileiros, conforme apresentado nos estudos de Sartorio (2015), Santos (2015), Lucas (2007), entre outros, o que se verifica é a importação de exterioridades, modelos que surgem nas grandes cidades e/ou nos países desenvolvidos e que paulatinamente são inseridos nos mais diversos países e cidades sem levar em consideração suas particularidades.

Utilizando-nos das afirmativas de Santos (2007) assumimos que isso retrata o poder da ordem global se impondo perante os lugares, além de constatar que, de acordo com Lefebvre (2013), as representações do espaço ao concretizarem-se nas realidades locais acabam por manifestar uma forma heterogênea no espaço, ausente de conteúdo, pois é dissociada da realidade.

Dessa forma, a sociedade atual se encontra inserida em uma cidade vigiada, controlada até mesmo nos espaços ditos públicos, que na verdade são tão disciplinares como aqueles verificados nas instâncias privadas. Entendemos isso como uma ameaça à cidadania, uma vez que a concepção de espaços alheios às apropriações da população vai contra o estatuto público dos espaços públicos, pois restringe a participação popular em práticas autênticas e até mesmo políticas.

Entendemos que é dever do poder público criar equipamentos, dinamizar a vida urbana e assegurar o direito constitucional ao lazer à toda população. Nesse sentido, esse agente tem como estratégia a criação de espaços públicos que supram essa necessidade, sendo estes os espaços públicos de lazer, objeto de estudo da presente pesquisa.

Em concordância com Marcellino (2000), acreditamos que para garantir democraticamente o acesso ao lazer, as formas urbanas destinadas para esse fim devem estar

¹⁴ Assim como Gomes (2002), compreendemos territorializar como “o movimento de um agente titular no ato de presidir a lógica da distribuição de objetos sobre uma dada superfície e de, simultaneamente, controlar as dinâmicas que afetam as práticas sociais que aí terão lugar (p. 12)”.

acompanhadas de incentivos ao uso, como também de medidas de manutenção delas, evitando o abandono (geralmente precoce) destes espaços.

Além do mais, a implantação dos espaços públicos de lazer deve ser coesa com os interesses de seus futuros usuários, sobretudo daqueles que residem em seu entorno imediato. Para tanto, as demandas da população devem ser verificadas pelo poder público e atendidas de maneira satisfatória, originando um espaço que esteja em harmonia com os movimentos da vida urbana, em busca do bem-estar cotidiano democrático nas cidades. Segundo Sartório (2015)

A conquista da cidadania e de direitos sociais deve ser considerada com atenção, principalmente pelo Poder Público, por intermédio da promoção da qualidade de vida das pessoas e por meio da promoção de maior igualdade social e material. Nesse sentido, cabe ao Estado planejar uma conjunção de políticas públicas, especialmente nas cidades, no sentido de impedir que haja um recuo da cidadania, atendendo às amplas necessidades dos indivíduos e que, efetivem, de fato, a busca do bem estar para todos. As Políticas Públicas devem ser permeadas de fiscalização e de cobranças dirigidas ao poder econômico (Sartório, 2015, p. 96)

Para uma melhor compreensão do tema, consideramos política pública como um instrumento legal do Estado para gerir e garantir os direitos dos cidadãos, atingindo todas as escalas da vida urbana e, conseqüentemente, reverberando-se no espaço. Sua importância deve-se ao fato visar garantir o acesso democrático à cidadania, devendo ser compreendido pelos executores como uma importante ferramenta para gerar o desenvolvimento da cidade não só no sentido econômico, mas sim em uma escala mais ampla, considerando aspectos sociais e de qualidade de vida.

Os atores governamentais acabam por viabilizar demandas de diversos grupos da sociedade, sendo permeada por interesses sociais ao mesmo tempo em que se fazem presentes as demandas econômicas que atendem aos interesses do capital. No contexto de espaços e sociedades desiguais, Lucas (2007) destaca

[o] importante desafio de direcionar as políticas públicas no sentido de tentar reverter essas desigualdades e implementar um maior acesso à cidadania. Para isso, será necessária além da atuação do poder público, a atuação também de diversos segmentos da sociedade civil (Lucas, 2007, p. 50)

Dada a importância da horizontalidade na criação e execução de políticas públicas, concordamos com Lefebvre (2008a) quando ele defende que tais políticas devem ser pautadas no direito à cidade, sendo compreendidos como uma série de práticas que devem basear o

planejamento e a gestão urbana para garantir a cidadania, que em nosso caso se traduz como a igualdade no acesso ao lazer e aos espaços destinados a este fim.

Nesse sentido, é necessário que elaborar políticas públicas de lazer considerando as realidades locais, criando espaços em conjunto com as comunidades. De acordo com Pereira (2023, p. 404)

O concebido, tanto científico quanto técnico (do planejamento), necessita evadir a idealidade, buscando, na materialidade, os elementos para se pensar espaços possíveis, reconhecendo nos usos, nas apropriações da sociedade, os indícios e as demandas implícitas e explícitas por espaços públicos que podem vir a se tornar lugares, desse modo, convocando a população a participar diretamente da produção de espaços públicos, onde e como eles realmente fazem sentido (Pereira, 2023, p. 404)

Para se pensar uma política efetiva de lazer deve-se, primeiramente, identificar as demandas sociais no que tange às práticas de lazer, bem como a localização delas na malha urbana. Marcellino (2000) elenca, ainda, uma série de perguntas basilares para se pensar tais políticas, sendo elas: “Há equipamentos públicos subutilizados? Como os equipamentos estão distribuídos? Como são gerenciados? Há possibilidade de adaptação e utilização de equipamentos não específicos? Existe uma estrutura de animação capacitada e atuante? (Marcellino, 2008, p. 15).

Se elaboradas de acordo com estas questões, tais políticas seriam mais coesas com seu entorno, dotadas de características próprias, sem obedecer ao conjunto de regras impostas e inseridas verticalmente por idealizadores não usuários do(s) espaço(s) público(s) de lazer das cidades, que tendem a estar de acordo com a indústria do lazer e vazia de conteúdo – pois desarticuladas da realidade local (Sartório, 2015).

No entanto, as políticas de lazer – assim como as de saúde, saneamento básico, entre outras – por serem voltadas para a qualidade de vida da população, às vezes são erroneamente consideradas pelos gestores como gastos públicos, fazendo com que essa esfera receba menos prioridade e menos verbas e não investimentos (Rodrigues e Pitz, 2002).

Longe de ser simples, pensar e elaborar as políticas de lazer se configuram como tarefas árduas ao poder público, sobretudo ao tentar articulá-las com as diversas outras políticas como educação, saúde, entre outras. Contudo, essa articulação se faz extremamente necessária, visto que

os problemas sociais não estão isolados, mas sim interligados, o que quer dizer que não é uma tarefa fácil eleger prioridades, uma vez que a melhora em uma das esferas

resulta benefícios em outras, e que o descaso com uma provoca efeitos colaterais nas outras (Santos, 2015, p. 97)

Dessa forma, os problemas sociais não podem ser interpretados isoladamente, lazer, saúde, segurança e educação, por exemplo, conectam-se constantemente entre si e em conjunto. Equivocadamente há uma tendência de eleger ordem de prioridade nas políticas públicas e classificar as grandes áreas de problemas sociais com objetivo de melhor desenvolver a sociedade.

Contudo, Gutierrez chama atenção para o fato de que “este caso não se comprova pela observação de nenhuma sociedade. As opulentas são ricas em educação, saúde e lazer, e as pobres são pobres em saúde, educação e lazer” (Gutierrez, 2001, p. 113). O descaso para com as políticas públicas de lazer abre espaço para que o mercado se aproprie deste fenômeno, alimentando a privatização dos espaços e limitando o acesso apenas àqueles que dispõe de recursos para consumi-lo (Padilha, 2003).

Portanto, garantir uma gestão integrada do lazer se faz essencial – principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil – para que as pessoas possam usufruir desse direito sem que tenham que pagar por isso, assegurando a evolução das relações humanitárias estabelecidas nessa prática para além dos aspectos econômicos que a permeiam atualmente.

Além disso, a garantia do lazer urbano vai além da construção de equipamentos, sendo necessária uma programação que envolva a população, incentivando o uso e dinamizando os espaços, essa devendo ser longa e não apenas momentânea como acontece em grande parte dos casos. Santos (2015) pontua que

A problemática do lazer nas cidades vai além de oferecer espaços, pois é preciso que haja políticas de animação; ou seja, atividades que envolvam a população e façam esta se sentir pertencente a este espaço, o que se torna muito difícil no atual mundo globalizado. Sem este sentimento de pertencimento, muitos enxergam estes espaços como algo estranho, distante de sua realidade, e não contribuem para sua conservação: jogando lixo, quebrando, e, ainda, não fiscalizando. (Santos, 2015, p. 198)

Uma política de animação bem consolidada afirma a relação entre os habitantes e os espaços, tornando-os mais seguros, visto que a participação conjunta nos locais públicos faz com que os indivíduos percebam que os locais de lazer não necessariamente são um território exclusivo dos “indesejados”, mas sim um espaço plural que possibilita o uso harmônico de todos.

Dentre as diversas funções e obrigações do Estado, encontra-se justamente a competência de gerenciar e fiscalizar as áreas de uso comum (Bortolo, 2015). Há, no entanto,

uma vasta discussão sobre o caráter público dessas áreas, permeadas por uma multiplicidade de conceitos e definições que serão discutidas no tópico seguinte.

2.5 Da esfera política às práticas de lazer: o processo de (re)produção do(s) espaço(s) público(s)

Ao se pensar em espaço público, os estudos remetem como expressão máxima (enquanto materialidade) e primaz do espaço público a Ágora Grega, notório espaço público da Antiguidade (Souza, 2006). Em sequência, ao decorrer da história, outros tantos espaços públicos urgiram nas cidades, como são os exemplos dos fóruns romanos e, séculos após, as praças públicas. De antemão, destacamos que cada um destes espaços carregava consigo aspectos sociais e materiais respectivos às suas configurações sociais.

A Ágora grega, é compreendida como a gênese dos espaços públicos políticos, pois era o local de debate de ideias, de encontros pessoais e diálogos que guiavam a sociedade grega, sendo este espaço não apenas local de encontros, mas também o símbolo da comunicação interpessoal, ou melhor, do espaço público materializado como esfera pública comunicativa – base do debate político (Azevedo, 2013).

É neste contexto que se distingue explicitamente a esfera da vida privada e da vida pública, pois no debate os sujeitos privados decidiam aberta e publicamente, em espaços e em ideologias, as atitudes e ações que impactavam a sociedade como um todo, com todos os cidadãos tendo possibilidades de participar dos debates¹⁵.

Posteriormente houve a continuação da esfera pública enquanto ideal de debates com sua materialidade estabelecida nos Fóruns Romanos, porém dessa vez não mais centrado na política, mas sim no direito em si. Já na Idade Média, o espaço público apresentava uma morfologia complexa, com pouca participação social e tomadas de decisão centradas em poucos indivíduos, geralmente ligados ao poder religioso, abdicando assim do espaço e esfera pública.

Foi somente a partir do Renascimento que o espaço público voltou a ter notoriedade, inserindo as praças urbanas como importantes elementos constituintes do desenho urbano, sobretudo a partir do século XVIII. Além disso, pouco tempo após a Revolução Industrial o espaço público ganha ainda mais importância, pois com a grande expansão urbana ocorrida,

¹⁵ De Masi (2000) chama atenção para o fato de que nem todos eram considerados cidadão, pois mesmo na Grécia Antiga já haviam distinções de classe e diferenças no acesso à certas práticas intelectuais – como é o caso do direito ao debate público político – entre os ditos cidadãos de primeira classe, os de segunda e, até mesmo, os escravizados.

as praças, parques e áreas verdes se configuraram como relevantes espaços de folguedo nas cidades europeias do século XIX (Azevedo, 2013).

Contudo, nesse momento a esfera pública ganhou uma nova roupagem, estando permeada por interesses capitalistas burgueses, sendo o momento da suplantação da esfera pública burguesa à esfera pública social, como nos diz Pereira (2023):

Com o início do capitalismo e a formação da classe burguesa, o público, enquanto espacialidade, retorna como local onde a argumentação sobre o bem comum ressurge; no entanto, ocupado por burgueses que orientavam o debate a partir de seus interesses, e mesmo o encontro ocorria em lugares não acessíveis a todos. A própria criação de espaços públicos perpassa pelo interesse burguês. A dicotomia entre público-privado é suplantada pela esfera social. A política se segmenta como atividade de classes, e o espaço público ganha conotações econômicas, culturais e de lazer (Pereira, 2023, p. 113).

O espaço público surge, então, como um local de articulação entre os sujeitos sociais ainda na Grécia Antiga e é pautado no debate público, sendo um espaço que media as relações entre a vida privada e a vida pública. Portanto, sua origem está estritamente ligada à política, sendo, segundo Arendt (2007), o lugar das ações políticas, baseado necessariamente no poder comunicativo entre os sujeitos sociais, que manifestam suas particularidades e as discutem publicamente.

Ao mesmo tempo em que a dimensão privada do sujeito, ao sair de sua casa, se apresenta ao público e impacta a vida em sociedade, a experiência coletiva também o afeta, estabelecendo uma dialética fundamental para a compreensão do que é o espaço público – até porque essa dinâmica não ocorre caso não se tenha o espaço como instrumento mediador.

Nesse sentido, Carlos (2016, p. 130) caracteriza o espaço público como

Lugar onde se realiza um tipo de troca de conteúdo social diferente daquela que dá conteúdo ao espaço privado – do dominado oikos por relações hierárquicas definidas no seio da família e das relações de parentesco –, o espaço público expõe tensões, ambiguidades, conflitos. Diferenciando-se do nível do privado, contempla a possibilidade do acaso e do inesperado, sendo também o lugar da festa e dos referenciais constituidores da identidade. Em sua dimensão política, não negligenciável, contempla a esfera pública (Carlos, 2016, p. 130)

Nesse ambiente fora de casa (no espaço público) o indivíduo apropria-se de novas vivências, e são geridas por novas regras plurais e comuns a todos. Sobarzo (2006) afirma que nesse instante há a “apropriação corporal” do espaço, prolongando a vida privada na vida pública, pois o sujeito conquista para si uma parcela do espaço público, não necessariamente ofuscando seus semelhantes.

Ao se livrar das limitações das necessidades do domínio do *oikos*, o indivíduo pode, então, desfrutar de sua liberdade no espaço público, uma vez que é “somente na Polis, em comunidade com outros, o homem é capaz de cultivar em todas as direções todos os seus dotes, afirmando a sua liberdade, pois não há liberdade solitária (Santos, 2007, p. 103)”.

Conceitualmente, a esfera pública seria nada mais do que a “organização da vida em comum de homens que se definem como indivíduos, diferenciados e racionais, que almejam coexistir e tirar proveito de uma vida em comum sem que para isso tenham de renunciar à liberdade (Pereira, 2023, p. 24). Sendo o espaço público então, a materialização dessa esfera¹⁶, ou mesmo o arranjo físico de coisas necessário para o desenvolvimento dela. Importante autor da filosofia política, Jürgen Habermas (2003) entende essas duas dimensões como semelhantes, alegando que

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. [...] A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, ao ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (Habermas, 2003, p. 92).

Por desconsiderar a dimensão espacial do espaço público, em nosso entendimento as colocações do referido autor são equívocas ao pensamento geográfico. Precisamos de compreender as materialidades, os impactos e as relações das dimensões físicas e abstratas para investigar com precisão os fenômenos sociais. Nesse sentido, concordamos com Santos (2015, p. 108-109), sendo o espaço público

um espaço que nasceu da necessidade de a sociedade ter um lugar físico para agir em coletividade, que pode servir para as manifestações políticas, religiosas, sociais, para encontros, para a convivência e para o lazer. No entanto, como a sociedade muda, consequentemente há uma mudança nos sentidos destes espaços que ganham novas formas e novos conteúdos (Santos, 2015, p. 108-109)

Não apenas materialidade da esfera pública, o espaço público é também influente no movimento da sociedade, pois ao se estruturar em formas urbanas e adquirir espacialidade, atua como condição para o funcionamento de práticas sociais, sejam elas voltadas ao debate, ao vai e vem do trabalho ou ao lazer. Salienta-se ainda que essa dinâmica é guiada pela

¹⁶ Ao longo de nosso texto e principalmente neste subcapítulo nos referiremos textualmente de maneira distinta entre o espaço público enquanto materialidade e o espaço público enquanto abstração: Ao tratar sobre o primeiro caso utilizar-se-á “espaços públicos”, no plural, compreendendo os espaços públicos fisicamente estruturados na cidade; Já no segundo caso, o trataremos como “espaço público”, no singular, representando a esfera pública e o caráter político do espaço público enquanto abstração.

racionalidade e pela civilidade, conduzindo o comportamento esperado nas diversas instâncias da vida cotidiana.

Com a modernidade, há uma conseqüente mudança na esfera pública, pois os indivíduos passam a se reunir em público não mais para discutir interesses democráticos, mas sim buscando atender a interesses privados. Essa atual configuração denomina-se, de acordo com Habermas (2014) como esfera pública burguesa, sendo essa baseada nos valores da sociedade contratual moderna, ou seja, no racionalismo-liberalismo econômico e em seu oriundo individualismo social.

Nesse contexto, o espaço público e as práticas que nele acontecem passam a figurar usos singulares, individuais ou limitados a pequenos grupos, não se verificando um espaço plural e articulado entre distintos grupos sociais e seus respectivos usos e apropriações. Então, se faz necessário compreender as mudanças na esfera pública na sociedade atual para que se investigue o espaço público, pois ambas as dimensões são, ao nosso ver, indissociáveis.

É justamente a configuração social que age modificando os usos e as demandas relativas ao espaço público, sendo ela também a responsável pelas possibilidades de transformação do mesmo, pois mesmo considerando a materialidade como um agente determinante, o espaço também é modificado perante os usos e influências da estrutura social (Santos, 2008).

O que se verifica no século XXI é o medo do convívio com estranhos, o medo do mundo público e da interação social, tendenciando os indivíduos cada vez mais a se fecharem em si mesmos, privilegiando suas subjetividades e centrando-se na esfera privativa da vida. Sennett (1988) aduz que este medo da apropriação do mundo público advém, sobretudo, da percepção de que este trata-se do espaço da violência, gerando uma recusa à participação social plural dos cidadãos nos espaços públicos da cidade.

Contudo, autores como Gomes (2002), Serpa (2007), Caldeira (2011), Souza (2005), entre outros, elencam que a principal ameaça o uso dos espaços públicos trata-se da insegurança que permeia os mesmos. Esse fator ataca justamente a sociabilidade, elemento essencial para o dinamismo urbano, uma vez que “com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana” (Bauman, 2009, p. 68).

Ao invés de ser percebido como o espaço do uso, o espaço público é cada vez mais percebido como o espaço do medo, com a população associando a apropriação destes como uma possível ameaça à sua integridade física, abstendo-se de ir à praça, de ir a locais públicos passear, levar crianças e/ou conversar em prol de sua segurança pessoal.

Ninguém quer arriscar sua integridade física ou moral e a ameaça de agressão é um ingrediente bastante eficiente para nos convencer de que, em certas circunstâncias de insegurança, é melhor renunciar a alguns direitos. Podemos assim, dizer que a insegurança e o medo que a acompanha são fortes componentes dentro desse processo de demissão do homem público e do desinvestimento do espaço de sua capacidade federadora e de arena de debates (Gomes, 2004, p. 260).

Nesse sentido, surge a interpretação de que os espaços públicos necessitariam de mais vigilância para serem utilizados e passarem a qualificar positivamente a cidade. Todavia, Loboda (2009) afirma que essa percepção não é integral, visto que “mais importante do que a polícia para manter a ‘ordem’ e os espaços públicos seguros, é a sua ocupação, bem como o trânsito livre das pessoas, que vão ‘garantir’, de certa forma, sua segurança, por meio dos usos diferenciados (Loboda, 2009, p. 51) Assim sendo, a segurança dos espaços públicos assume uma característica paradoxal, pois “a ausência de usuários e de passantes é o melhor indicador de lugares ‘inseguros’” (Serpa, 2007, p. 104).

Em concordância, Caldeira (2011) elenca que a segurança dos espaços públicos é mantida justamente pelo engajamento social que neles se verificam, pela ocupação de grupos diversos e pelas afetividades construídas para com os espaços. Paradoxalmente, o medo e a insegurança podem ser superados pela reunião de grupos e usos diversos nos espaços públicos.

Segundo Lipovetsky (2005, *apud* Gomes, 2012), tal movimento decorre principalmente das condições geradas pelos fenômenos do industrialismo e da metropolização, o primeiro sendo responsável por aumentar a competitividade e diminuir o interesse de comunhão, enquanto o segundo se encarregaria da redução da possibilidade de socialização entre os sujeitos – pois aliena as relações humanas entre eles.

Isto posto, os espaços públicos da cidade tendem a se transformar em lugares ímpares, reservados ao anonimato, à observação sem participação e ao egoísmo entre os cidadãos. Uma vez que as relações na modernidade são fluidas e efêmeras e que o espaço reflete essa dinâmica, entendemos que o espaço público atualmente seria a materialização do individualismo social – oriundo das condições de produção e do projeto neoliberal em vigor (Bauman, 2001).

A este “novo” espaço, damos o nome de espaço líquido, pois baseia-se em relações líquidas e supérfluas, não apreendendo os grupos sociais em sua magnitude total, segregando o direto ao espaço público e à participação social.

Os espaços-tempos na atualidade se verificam cada vez mais corriqueiros, sem desfrute por parte dos sujeitos, pois todos estão apressados, atrasados para o trabalho ou para os cuidar da casa/família. Esse tempo imposto não abre margem para que o cidadão se aproprie do espaço público, da cidade e da vida em sociedade, subjugando os espaços públicos ao abandono ou à condição de espaços de passagem ou embelezadores da urbe.

As transformações socioespaciais contemporâneas afetaram diretamente a vida cotidiana nos espaços públicos, tornando esses espaços mais esvaziados de uma condição fundamental para sua existência: a sociabilidade. Novas Dinâmicas socioespaciais contribuem para que as áreas urbanas tenham novos usos e funções com o passar do tempo. Essas mudanças na forma de organização do espaço público representam uma ameaça à vida democrática e ao exercício da cidadania, uma vez que contribuem para a diminuição da sociabilidade urbana. Na prática, muitos espaços públicos têm seu uso limitado a determinados grupos sociais, o que não deveria acontecer, pois, se público, esse espaço deveria atender a todos (Azevedo, 2013, p. 126)

Com a imagem do outro é tida como a de um desconhecido, o convívio tende a ser evitado pois este passa a ser permeado pelo medo e pela insegurança. Há então, a busca constante de se conviver com seus semelhantes, pessoas com gostos, modos e padrões de vida mais próximos possíveis dos seus, abdicando do espaço público da cidade, nesse sentido, Pereira (2023) pontua que

[...] os espaços coletivos que possibilitem o contato e interação, se reduziram em quantidade, devido à disseminação de espaços fechados vinculados ao consumo diverso, como lazer e cultura. Esses espaços foram reduzidos também em qualidade, pois, ao passo que ainda subsistem espaços públicos acessíveis, estes são evitados pela população, por medo, insegurança e degradação da conservação desses espaços (Pereira, 2023, p. 117).

Com o declínio do espaço público urbano, novos espaços emergem, sendo estes criados para serem vendidos, excluindo a população que não pode pagar por eles. Dito isso, supõe-se que o conceito de espaço público ideal formulado pelos autores pioneiros na temática (em sua maioria filósofos, sociólogos e politólogos), de caráter estritamente libertador e amplamente acessível, foi corrompido e atualmente está alinhado com interesses mercadológicos pertencentes a uma minoria da população (Sennet, 1988).

Em um primeiro momento o espaço público era considerado *uno* com a esfera pública, tendo como exemplo notório a Ágora Grega, consolidando-se historicamente como tal. Contudo, Pereira (2023) explicita que essa união se descola ao longo do tempo, destinando instituições específicas para a prática da política decisória (fóruns, assembleias legislativas

etc.) e conferindo novas dinâmicas ao espaço público, relacionadas sobretudo com as práticas sociais cotidianas, dizendo ainda que

O conceito/noção do espaço público é, em grande medida, tratado cientificamente a partir dos clássicos. Nesse sentido, inicia-se tomando por base a imaterialidade da esfera pública desenvolvida principalmente pela filosofia política, sendo esta interpretada como dimensão acessível e de participação de todos, à medida que os indivíduos podem se expressar e comunicar ideias e posições aos demais. Constitui-se aí uma visão ideal do que seria o espaço público, e, se colocado no contexto atual, apresentaria uma crise sem tamanho. A esfera pública, na atualidade, bem como também no passado, apresenta acessibilidade restrita. Na contemporaneidade, a restrição está centrada na questão do ingresso por falta de condições econômicas, falta de organização, falta de acesso a objetos tecnológicos etc., enfim, por assimetrias que evidenciam o poder. Porém, mesmo os que têm acesso e ingressam, em maioria, sua “voz” não é ouvida, não ressoa; sua participação é irrelevante. Assim, as pessoas são cada vez mais informadas em público, não ocorrendo a comunicação ou o processo de intersubjetividade. A sociabilidade torna-se limitada (Pereira, 2023, p. 117).

Devemos então, desconsiderar o espaço público moderno como sendo o mesmo a que se remetem os clássicos, visto que fatores como as desigualdades em seu acesso, o recuo do Estado como assegurador da participação e interesse público e a baixa resistência local às imposições verticais de ordem global, fazem com que este espaço seja conflituoso (Valverde, 2007).

No caso brasileiro, conforme nos apresenta Sobarzo (2006), a acessibilidade irrestrita é apenas uma utopia, uma vez que o contexto de formação do espaço público no país obedeceu a especificidades distintas daquelas encontradas nos países desenvolvidos. Em nosso caso o que se pondera atualmente é a estreita ligação com os preceitos neoliberais, bem como as desigualdades estruturadas desde o período colonial que se verificam, em outra escala, até os dias de hoje.

O espaço público em nossa realidade deve ser visto como um espaço em redefinição, que não necessariamente segue padrões ou moldes estrangeiros, mas sim que carrega suas próprias características. Nesse sentido, estruturamo-nos em Loboda (2009, p. 22), assumindo que

os espaços públicos devem ser vistos a priori enquanto lugares sociais, em que uma multiplicidade de significados são produzidos cotidianamente. Um espaço em redefinição, por meio de práticas socioespaciais cotidianas, fazendo desses lugares espaços da diferença e do conflito, mas também das possibilidades, das identidades, da subversão e transformação socioespacial (Loboda, 2009, p. 22)

Com as novas dinâmicas postas na realidade do século XXI, a vida e o espaço se modificam na mesma velocidade com que se reproduz a cidade. Da mesma forma, os espaços

públicos tendem a ganhar novos contornos, usos e funções, ligadas aos mais diversos grupos e que variam de acordo com as diferentes temporalidades.

Sendo assim, pode-se dizer que os espaços públicos de lazer contemporâneos podem ser considerados como espaços camaleônicos, ou seja, se transformam e se modificam de acordo com as necessidades, variados interesses, sejam políticos, econômicos, sociais, em um determinado momento histórico, sendo modificados e adaptados das mais distintas situações, possibilitando, os mais diferentes tipos de uso, e não ocasionando a perda de sua essência enquanto espaços públicos de uso coletivo (Bortolo, 2015, p. 64-65).

Apesar de aparentar estar em processo de abandono total devido à perda do aspecto político, o espaço público ainda se mantém como elemento constituinte da cidade, tendo sua importância primaz no convívio social. Este, também visto como ameaçado, passa pelo mesmo processo de redefinição, deixando cada vez mais de lado o aspecto político e assumindo características ligadas ao lazer.

Contudo, não se abandona a possibilidade de participação política nesses espaços, pois em algumas ocasiões – quando a sociedade sente necessidade de lutar – eles transfiguram-se e passam de um espaço de práticas cotidianas para espaços estritamente políticos com rotina e usuários não costumeiros, sendo utilizado como um campo de lutas e reivindicações, revelando, mesmo que esporadicamente, sua herança com o passado político (Castro, 2018).

Entendemos então, que o espaço público possui uma dimensão social inata, haja vista que essa sempre se verificou em conjunto a ele, independentemente de seu recorte espaço-temporal. Salienta-se, também, que estes espaços mesmo sendo de cunho social e/ou voltado para o lazer, ainda obedecem à normatização política institucional, bem como aos limites físicos e simbólicos verificados.

Visando uma análise geográfica do espaço público, Gomes (2012) destaca a necessidade da articulação entre as dimensões física e abstrata dele, sendo a Geografia a ciência capaz de mesclar conhecimentos de distintas ciências e unificá-los em um saber investigativo comum. Nos dizeres do autor

um problema na definição do espaço público é a existência de duas formas de compreendê-lo. A primeira é a dimensão física desse espaço, objeto de estudo do planejamento urbano. A segunda está relacionada a um espaço abstrato e imaterial, base para a vida política e democrática, objeto de análise dos cientistas políticos. Para o autor, o espaço público pode contemplar tanto sua dimensão física como sua dimensão abstrata através de uma abordagem geográfica, que permitiria uma análise na interação entre a materialidade dos objetos com as práticas sociais. (Gomes, 2012, p. 21)

Admite-se a apreensão da materialidade juntamente com a vida que lhe confere sentido como necessária ao firmamento do espaço público enquanto tal. Para tanto, há de se considerar também a presença mesclada de diferentes temporalidades que nele se verificam, pois formas produzidas no passado sediam os movimentos da sociedade presente, configurando um espaço multitemporal e multicategórico¹⁷, inserido em seu autoprocesso de (re)produção essencial.

Nessa perspectiva, ao analisar o espaço público, devemos considerar que se trata de um produto e de um possibilitador de relações sociais. É a sociedade que pelo uso outorga o caráter público a esse espaço e, no mesmo processo, é esse caráter público que permite parte da reprodução social (Sobarzo, 2007, p. 159).

Na tentativa de abranger a imensidão de aspectos e características do espaço público e a partir dos pressupostos geográficos de análise, são muitos os autores que levantam definições sobre o conceito de espaço público em si, ora arriscando defini-los detalhadamente em considerações extensas, ora elencando características específicas para contribuir em discussões e conceituações futuras¹⁸.

Gomes (2002) chama atenção para três equívocos costumeiros adotados em considerações a respeito do espaço público, devendo estes serem evitados em abordagens científicas – sobretudo as geográficas – a seu respeito. O primeiro trata-se de considerar como espaço público tudo aquilo que não é privado, pois para o autor essa ambiguidade não satisfaz a grandiosidade de nuances encontradas ao tratar deste conceito.

O segundo equívoco encontra-se em conceituações que tratam do espaço público como áreas juridicamente delimitadas, reconhecidas legalmente e que assumem seu estatuto de público a partir da lei. Na visão de Gomes (2002) é justamente o contrário disso que impede que essa conceituação seja correta, ou seja, os espaços públicos devem preceder a lei, estabelecendo-se enquanto espaço público para que posteriormente os instrumentos legais o reconheçam como tal.

Já a terceira colocação apresentada pelo autor nos indica que atribuir o caráter público a um espaço simplesmente pelo livre acesso é um erro, uma vez que uma série de instituições como escolas, áreas militares, hospitais etc., são públicas, mas não necessariamente dispõem de acesso contínuo e livre a todos.

¹⁷ Pois abrange concomitantemente as categorizações de forma, função e estrutura propostas por Santos (2007).

¹⁸ Ressaltamos que tais considerações a respeito desse conceito polissêmico tendem a variar de acordo com as temporalidades encontradas, com a quantidade de contribuições anteriores, com os interesses do momento em que é formulado e com o método no qual se baseiam.

A acessibilidade verdadeiramente é uma das características elementares do espaço público, sendo ela necessária para garantir o caráter público dele. Nesse sentido, destacamos que – excetuando-se alguns espaços como os supracitados – os espaços públicos da cidade, sobretudo os de lazer, devem possuir acessibilidade ampla desde o momento em que são concebidas até as apropriações posteriormente nele estabelecidas. Caso contrário, com a acessibilidade sendo restringida por condições econômicas, físicas ou simbólicas, as desigualdades urbanas se expandem, transformando aquilo que deveria ser do acesso de todos em um instrumento fragmentário das cidades.

Tal acessibilidade, na visão de Serpa (2007) deve ir além da dimensão física, extrapolando-se para a dimensão simbólica, uma vez que “apropriação social dos espaços públicos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, shopping centers e prédios públicos” (Serpa, 2007, p. 16), sendo que essa está estreitamente vinculada à demarcação de territórios urbanos, revelando o caráter simbólico que permeia o acesso aos espaços públicos.

Em um cenário ideal, o espaço público por excelência deveria ter sua condição de acessibilidade vinculada apenas aos aparatos legais que legitimam o acesso livre a estes espaços por parte dos cidadãos, assegurando o direito no acesso e o respeito às liberdades de cada indivíduo, bem como a isonomia que permeia o acesso aos locais públicos.

Contudo, o que se verifica majoritariamente são as condições econômicas representando um grande entrave para que os espaços sejam acessados por todos, bem como a tendência ao encontro social homogêneo – também controlado por preleções econômicas e simbólicas. Porém, Carlos (2016, p. 71) assinala que

[Na] análise do lugar, que envolve também a análise da vida cotidiana, pressupõe a superação do entendimento da produção do espaço restrita ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, como espaço constitutivo da realização da vida humana no seio da produção do espaço (Carlos, 2016, p. 71).

Outra característica essencial do espaço público, conforme destacado anteriormente, é a copresença de indivíduos, sendo esta necessária para que nele se insiram atividades públicas¹⁹ (Gomes, 2002). Dessa maneira, temos este espaço como o local em que as diferenças são expressas, debatidas e confrontadas, não apenas de modo negativo, mas também como instrumento que possibilita a promoção da cidadania, pois “são esses espaços

¹⁹ Queiroga (2012) confere o conceito de pracialidade ao conjunto atividades de caráter público, comunicativo e interativo dos sujeitos para as práticas sociais na cidade. Este se referindo às práticas que são características das praças públicas, mas que se espalham para outros espaços públicos da cidade.

que, reconhecendo o valor criativo das diversidades e sua capacidade de tornar a vida mais intensa, encorajam as diferenças a empenhar-se num diálogo significativo” (Bauman, 2009, p. 71).

Mesmo sendo diversas, as identidades verificadas no espaço público não devem sobrepor umas às outras, “seguindo um código de respeito mútuo. Assim, afinidades particulares, estatutos sociais, identidades grupais ou qualquer outra preferência devem se submeter às regras de coabitação, ou, em uma palavra, à civilidade.” (Gomes, 2002, p. 29).

A vivência entre diversos grupos e indivíduos que compõem a sociedade civil faz com que a civilidade se transforme, quando estabelecida sob o espaço público, em sociabilidade, haja vista que vai além das regras comportamentais tradicionais do âmbito privado e passa a ser regido por normatizações coletivas firmadas por meio da linguagem comum (implícita e explícita) que se estabelece nesses locais. Desse modo, esse espaço “contribui de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos” (Marcellino *et al.*, 2008, p. 138).

Em realidade, não podemos considerar que o espaço público assume com magnificência tais características, mesmo assim elencamos que sua capacidade de possibilitar o encontro, a discussão, o debate etc., oferece uma importante contribuição para a construção do sentimento de comunidade, além de subsidiar novas visões de mundo possivelmente geradoras de consciências coletivas transformadoras. Destaca Carlos (2005):

O contato cotidiano com o outro implica na descoberta de modos de vida, problemas e perspectivas comuns. Por outro lado, produz junto com a identidade. A consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana (Carlos, 2005, p. 87)

Nesse sentido, Serpa (2007) alega que mesmo não sendo mais necessariamente o centro da esfera política, o espaço público ainda constata a possibilidade de atividades políticas na sociedade moderna, uma vez que é nele em que os cidadãos se encontram, debatem e articulam pensamentos e movimentos sociais.

Quando as sociabilidades não se firmam em meio ao espaço urbano – com a falta de espaços públicos de lazer colaborando para isso – contata-se o enfraquecimento das ações reivindicatórias, direcionando os cidadãos ao individualismo, que por sua vez é pautado no consumo e contribui para o aumento das disparidades econômicas e sociais entre os sujeitos.

Mesmo sendo elementos notórios dos espaços públicos, as identidades coletivas formadas nestes espaços não devem dominar os mesmos em sua totalidade, pois tal fato subverteria o próprio estatuto público dele, inibindo o uso do espaço por outros grupos e indivíduos. Desse modo, “A única identidade possível de ser afirmada, de maneira geral, é aquela compatível com a natureza normativa, ou seja, aquela que se associa à ideia de cidadão, que reforça os termos do contrato social que estrutura esse espaço” (Gomes, 2002, p. 166).

O contrato social estabelecido nos espaços públicos não se consolida apenas por prerrogativas legais, mas sim por aspectos próprios daqueles que os utilizam e o dinamizam, criando e recriando normatizações comuns que ditam a convivência destes espaços. Azevedo (2013, p. 15) pontua que

O espaço público é o lugar da cidade onde as pessoas interagem baseando-se em normas estabelecidas pelo contrato social, que devem considerar o respeito às diferentes formas de apropriação desse espaço, por meio de um comportamento baseado na civilidade (Azevedo, 2013 p. 15).

Outra característica fundamental do espaço público, segundo Gomes (2012), é o efeito espelho, que se traduz no ato de ver e ser visto em público, de modo com que o indivíduo se expressa em meio à coletividade ao mesmo tempo em que a coletividade age sobre ele, evidenciando a instância pública destes espaços.

Tal dinâmica também confere aos indivíduos a capacidade de conhecerem uns aos outros, porém não tão profundamente, caracterizando um tipo específico de relação, que ao mesmo tempo que não é tão aprofundada quanto a escala da casa ou aos espaços homogêneos, também não se verifica como uma interação estranhada com completos desconhecidos (Sobarzo, 2006).

Para além da institucionalização e da determinação de usos, o espaço público se caracteriza também pela possibilidade de subversões que existem em seu cerne – sendo que isso pode até mesmo ser considerado uma das dimensões essenciais para que se estabeleça um espaço verdadeiramente público. Haja vista que, caso constate-se apenas usos programados, a espontaneidade e a criatividade dos espaços públicos pode ser repelida.

Ao mesmo tempo em que a condição física institucionalmente implementada age como determinação, as apropriações realizadas pelos usuários surgem como possibilidades transformadoras. Tal apropriação, além do uso de equipamentos, inclui também “o afetivo, o

imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital” (Serpa, 2007, p. 22).

O lazer, por sua vez, verifica-se como uma significativa maneira de se apropriar dos espaços públicos, sendo inclusive, na modernidade, a principal prática verificada tanto na concepção dos espaços quanto nas apropriações que se fazem dos mesmos. Para que se efetive, essa prática deve ser, portanto, incorporada no cotidiano do cidadão, tal qual fosse uma prática de sua vida pessoal realizada em seu âmbito privado.

Se em tese a apropriação do espaço urbano pelas práticas de lazer deveria ocorrer nos espaços destinados a tal, em realidade essa dinâmica vai muito além, com a população avançando sob as aberturas deixadas entre as concepções dos espaços advindas do Estado e das instituições privadas. Desse modo, criam-se formas e conteúdo em um movimento transformador, não necessariamente formal. Sobre isso, pontua Mendonça (2007, p. 297)

É importante salientar que as apropriações, mesmo quando intuídas e adaptadas não implicam, necessariamente, em inadequação ou indícios de marginalidade. Podem, ao contrário, indicar criatividade, capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas e fornecer subsídios que alimentem o projeto e a construção futura de ambientes desta natureza (Mendonça, 2007, p. 297)

Além de expor as necessidades e aspirações da população em relação aos espaços públicos, as apropriações são também um meio de resistência às imposições que são colocadas verticalmente na cidade, podendo ser consideradas até mesmo um ato político devido a sua capacidade de revelar (mesmo que simbolicamente) o posicionamento da população frente às intervenções espaciais colocadas pelo poder público e pelos agentes privados.

Na escala do indivíduo, ao se apropriar de um espaço, cada um encontrará uma maneira de participar dele, criando vínculos afetivos e históricos intrínsecos a ele que consolidarão sua relação particular com este espaço, transformando-o em lugar. Serpa (2007) constata que “é principalmente a história pessoal do indivíduo que determina sua relação com os espaços compõem o seu cotidiano. O lugar se transforma e vira história pessoal, permuta-se em sujeito” (Serpa, 2007, p. 133).

Portanto, estes espaços públicos apropriados singularmente são tomados como próprios a cada indivíduo, construindo identidades e fazendo-os se sentirem pertencentes aos lugares, configurando um valor de uso que vai completamente na contramão dos valores de troca verificados nos usos guiados e alienados dos espaços de consumo.

Nesse sentido, os espaços informais podem proporcionar a desalienação dos sujeitos, pois estes participam da produção dos lugares, dando sentido a eles. Mesmo que brevemente e sem tanto impacto em uma escala global, essas pequenas apropriações se fazem valorosas àqueles que estão inseridos em seu processo, criando relações com os espaços que dão sentido aos usos.

Isto posto, precisa-se considerar que as condições colocadas pelo mercado e pelo Estado são importantes condicionantes para a produção do espaço, mas que essa não é regida apenas por tais, sendo a população um importante agente da produção dos mesmos, tal como nos apresenta Pereira (2023)

O vivido, tangenciado por meio da produção de lugares pela práticas/usos que remontam a uma apropriação que ressignifica o espaço público inerte, conferindo a ele as características (mesmo que aparentemente irrisórias) da necessidade, de demandas, condições que remetem ao habitar a cidade, produzindo pequenas obras que não se submetem a uma lógica economicista reprodutível ou de valorização da terra urbana, subvertendo, ainda que não sendo radical, o programa institucional dos espaços públicos (Pereira, 2023, p. 31)

É justamente no plano dos espaços de representação que as práticas da sociedade local se manifestam, indo além da propriedade pública (estatal) e das normatizações físicas e simbólicas. Nesse sentido, sucedem-se novos usos subversivos, novas dinâmicas promovidas pela inventividade e pela capacidade de criação dos usuários. Contudo, concordamos com Sobarzo (2007, p. 151) quando ele alega que

Partindo da definição de apropriação como uma dimensão do uso dos espaços, no sentido de uma privatização do espaço público na escala do corpo dos usuários (uma privatização corporal), vemos que dificilmente alguém alcança a experiência do uso e da apropriação cotidiana de toda a cidade, pois em função das trajetórias habituais a cidade será apropriada de forma parcial e fragmentada. Assim, para cada usuário existem “pedaços” de cidade apropriada (Sobarzo, 2007, p. 151).

Em síntese, considera-se o espaço público como aquele que propicia o convívio social na cidade, sendo responsável por estabelecer as trocas sociais igualitárias entre os sujeitos da urbe. Neste espaço há oportunidade para várias dinâmicas, indo desde as práticas sociais como lazer, circulação e conversação, perpassando por práticas políticas e indo até mesmo às atividades comerciais e de trabalho. Bortolo (2015), aponta que

Nessa perspectiva, os espaços públicos devem ser considerados bens públicos de grande relevância social, por cumprirem não apenas uma função estética no conjunto das cidades, mas, por possibilitarem diferentes formas de lazer, manifestações sociais, dentre outras variadas ações (Bortolo, 2015, p. 176).

Contudo, há a regra básica de respeito às diferenças e à liberdade de cada um, haja vista que o espaço público “enquanto mundo comum reúne-nos a companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (Arendt, 2007, p. 62).

Dessa forma, a importância dos espaços públicos se dá principalmente pela possibilidade de condicionar as experiências humanas em coletividade no que tange à vida nas cidades, visto que “é nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue de outras formas de convivência humana atingem sua mais complexa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos” (Bauman, 2009, p. 70).

O ato de agir em sociedade nestes espaços é um elemento chave para que os indivíduos se expressem em escalas amplas como as da vizinhança, do bairro e da cidade, podendo conhecer melhor aos seus semelhantes e permitindo com que eles, em conjunto, criem mecanismos que vão em busca de uma realidade que melhor lhes agrade.

Além disso, os espaços públicos são importantes para a realização de atividades físicas, culturais, artísticas, turísticas e sociais, todas estas sendo pertencentes ao lazer. Dito isso, o bem-estar e a qualidade de vida das populações urbanas passam, potencialmente, pelos espaços públicos de lazer e pelas práticas que eles promovem.

Grandes são as semelhanças entre a origem das cidades com a origem dos espaços públicos, podendo até mesmo serem considerados processos iguais, haja vista que ambos surgem como a possibilidade do encontro, da troca e da co-presença. Dessa maneira, “os espaços públicos fundem-se a própria cidade, ou seja, a cidade é vista como espaço público. [...] Assim sendo, espaço público e cidade passam a ser vistos como elementos indissociáveis formando um sistema contínuo” (Franciscon; Bovo, 2020, p. 15).

Para tanto, consideramos que ambos os espaços mediam a relação entre a esfera pública e privada, abrigando as relações do “eu” perante a coletividade e colhendo os frutos dessa interação. Nessa linha, elencamos que, assim como sua semelhante, o espaço público também é afetado pelas circunstâncias econômicas e sociais em curso, das quais se destacam o pensamento neoliberal do mercado e os avanços dele nas instâncias sociais – promovendo o individualismo e sua decorrente ameaça à vida pública.

O espaço público enquanto fruto da instância pública na cidade, sofre as consequências da reprodução capitalista exacerbada que toma para si as práticas de convívio social e de lazer, transformando-as em segmentos consumistas e destinando aos espaços públicos os equipamentos mais básicos e desvalorizados (em valor de uso), sendo justamente

a população de menor poder aquisitivo a responsável por sua apropriação, conforme apresentado por Santos (2007)

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (Santos, 2007, p. 64)

Soma-se ainda, a publicidade e o marketing como fatores que orientam a população ao lazer de consumo, disseminando retaliações aos espaços públicos: arguindo que nestes residem a insegurança, o medo e a indeterminação. Dessa forma, a propaganda coloca o contato com o desconhecido um fator primordial para que se evite a vida em sociedade em lugares não vigiados, não pagos e de gerência essencialmente pública. Em vista disso, os espaços públicos vão perdendo pouco a pouco seus usos multifuncionais, conforme salientado por Gomes (2006)

Praças transformam-se assim em grandes mercados, e as principais ruas da cidade tornam-se estreitas, pois restam apenas pequenas passagens para os transeuntes. Os lugares da vida pública, da deambulação, do passeio, do espetáculo da coabitação, da ideia de vida urbana, que construíram os grandes projetos urbanísticos do final do século XIX e começo do século XX, desaparecem dando lugar a um emaranhado de balcões de mercadorias. A dimensão do homem público se estreita, restringindo-se a mero passante ou no máximo limitando a de um eventual consumidor (Gomes, 2002, p. 178).

Assimila-se, dessa forma, os espaços públicos a locais mal-conservados, ingeridos e/ou abandonados, configurando-os apenas como elementos compositores da paisagem urbana e benefícios restritos ao embelezamento – o que é questionável em grande parte dos casos – e à circulação/passagem. Aqueles que possuem condições para tal, não desejam se apropriar destes espaços, relegando-os aos grupos menos abastados

Surge o fenômeno da ocupação dos espaços públicos por aqueles que, não tendo meios para reproduzir privadamente esse estilo de vida, estão condenados a desfilarem sua condição por esse espaço: os pobres. Assim, os espaços públicos se transformam cada vez mais numa espécie de passarela para o espetáculo da pobreza. [...] As classes populares também comumente são as usuárias majoritárias, sobretudo nos fins de semana, dos grandes centros de lazer ou das grandes praças da cidade. (Gomes, 2002, p. 184-185)

Uma vez que a cidade se transforma cada vez mais em espaço reprodutor de capital por excelência, o espaço público tende a seguir a mesma lógica, sendo este cada vez mais entendido como “o que pode ser privatizado. [...] Ou seja, submetida à lógica da propriedade, a sociedade vê o público não como o que é passível de apropriação por todos, mas como aquilo que pode ser privatizado para alguns” (Sposito, 2013, p. 25).

Nessa dinâmica, o espaço público tende a decair em uso e em existência, pois sofre com os movimentos de privatização da vida pública pelos capitalistas. Neste movimento, as pessoas são cada vez mais orientadas ao consumo compensatório, pois sem espaços gratuitos para se apropriarem, buscam reproduzir-se publicamente dentro de instituições privadas, mesmo que regidas por normatizações verticalizadas e com acessibilidade restrita.

A não possibilidade de inserção nos espaços de consumo confere aos mais empobrecidos a insatisfação de não se apropriar integralmente da cidade, não por opção, mas sim por incapacidade financeira. O que em tese teria de ser regulado pelo Estado e que não acontece na prática, pois conforme salientado anteriormente, este atende aos interesses da população desigualmente.

Mesmo quando verificadas práticas socioespaciais nos espaços públicos, estas podem não os caracterizar como efetivamente públicos, pois a esfera pública necessária para conferir o caráter público ao espaço se encontra fragmentada na modernidade, haja vista que indivíduos e grupos são verificados nos espaços públicos, mas nitidamente observa-se “uma justaposição de diferentes territórios, todos juntos, mas de fato, separados (Serpa, 2013, p. 180).

A falta de acessibilidade motivada por fatores econômicos prejudica demasiadamente os espaços públicos, indo em desacordo com a isegoria essencial dos mesmos. Além disso, a isonomia também não é garantida, visto que o direito ao lazer por parte dos mais necessitados cada vez mais está ameaçado pelo avanço das privatizações e dos espaços de consumo vendidos no espaço urbano do século XXI.

Verifica-se, então, uma série de elementos que ameaçam a vida pública e, consequentemente, os espaços públicos, conforme já apresentados anteriormente: a privatização dos espaços; a fragmentação socioespacial; a segregação (e exclusão) socioespacial; a criação de novos espaços de sociabilidade e de lazer; e a reprodução da vida pública em espaços privados, que degradam a qualidade da apropriação do espaço efetivamente público por parte da população.

Além destes, destaca-se também a possibilidade recente dos indivíduos se conectarem em espaços sem que estes tenham uma dimensão física, sem que seja necessária a apropriação

corporal do espaço. Novas relações são criadas em espaços de sociabilidade que não necessariamente comportam a ideia de espaço público enquanto esfera pública expressada e materializada em formas físicas, pois essas podem ser consolidadas em meios digitais, formando comunidades, articulações interpessoais e até mesmo políticas de maneira remota, hospedada em mediada por meio da internet, redes sociais etc., sendo este um dos motivos daquilo que Sennet (1988) identifica como o declínio do homem público²⁰.

Acrescenta-se a isso os interesses do setor privado na baixa usabilidade dos espaços públicos, juntamente ao ramo publicitário, os agentes mercadológicos explanam características negativas da vida pública não regulamentada como a criminalidade, o medo e a insegurança urbana, associando a imagem da cidade como o espaço do medo.

Essa dinâmica, quando analisada junto às tendências do individualismo social e à ausência do Estado no fornecimento de espaços públicos de qualidade e seguros, fazem com que a população recorra aos lugares essencialmente segregados do convívio social com o(s) desconhecido(s), como são os condomínios fechados: “tem-se aqui a impressão de que somente atrás de muros e grades a segurança real existe e de que, do lado de fora, impera a ‘selvageria’ de um mundo sem controle, perigoso” (Ferreira, 2002, p. 37).

A crescente demanda por espaços mais vigiados e seguros ao mesmo tempo alimenta um poderoso mercado²¹, fazendo com que o espaço público comum seja cada vez menos buscado e sofra com a baixa frequência de usuários: “Saímos da cena pública em direção às coxias privadas e seguras de nossas casas e apartamentos. Decretamos a morte dos espaços públicos” (Serpa, 2005, p. 416)

A este processo de busca por mais segurança e pela reprodução da vida pública em espaços menores, privados e mais seguros, Gomes (2002) dá o nome de “crescimento das ilhas utópicas”, que se soma a mais três processos que levam ao declínio do espaço público na modernidade²², a saber: a apropriação privada dos espaços públicos; a progressão das identidades territoriais; e o emuralhamento da vida social.

O crescimento das ilhas utópicas, segundo o autor, é uma tendência das classes médias metropolitanas brasileiras, buscando morar em ambientes cada vez mais homogêneos e

²⁰ As novas relações sociais em meios digitais impactam diretamente a produção do(s) espaço(s) público(s), principalmente em seu recuo/declínio. Contudo, assumimos que investigar tal temática requer pesquisas e objetivos próprios que se distinguem dos nossos, portanto não nos desdobraremos conceitualmente neste campo, utilizando-o apenas como suporte.

²¹ Denominado por Rodrigues (2002) como ‘negócio do medo’.

²² Ressaltamos que o contexto espacial e temporal do autor difere-se, em partes, daquele por nós investigado. Sendo assim, o embasamento teórico-conceitual em Gomes (2002) justifica-se em termos comparativos com nossa realidade, podendo elencar quais dessas características do espaço público se afirmam independentemente da escala de análise e quais são intrínsecos aos recortes espaço-temporais analisados pelo autor.

isolados. Dizendo respeito aos condomínios fechados, onde o espaço público é recriado em esferas menores e privativas, onde seja possível encontrar calma, segurança, lazer e prestígio social.

Porém, segundo o autor, estes locais negam os princípios da vida democrática e então jamais conseguem estabelecer uma verdadeira vida urbana, estando condenados ao tédio do esperado. Até porque “espaços públicos são, por excelência, aqueles que se configuram como espaços de comunicação entre diferentes. Lugar de confronto e negociação, esses espaços são cotidianamente atravessados por estratégias de ocupação entre os diferentes grupos” (Gomes, 2002, p. 229).

Apesar da possível dinamicidade que os comércios podem proporcionar aos espaços públicos, avivando-os e fortalecendo seus usos, a presença/inserção dos mesmos devem ser cautelosas a fim de evitar a inibição das práticas que lhe são próprias como o convívio social, o lazer e a circulação. Quando não evitadas, a presença destes comércios indica o que Gomes (2002) caracteriza como a apropriação privada dos espaços públicos (segundo processo que leva ao declínio do espaço público para o autor), verificada quando comerciantes formais ou até mesmo os camelôs avançam sobre estes espaços e o tomam como somente seu.

O terceiro processo diz respeito à progressão das identidades territoriais, onde alguns grupos assumem identidades comuns e avançam sobre um território, excluindo este do controle e do acesso das demais partes da sociedade, visto que “estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais” (Gomes, 2002, p. 181). O autor dá a este fenômeno o nome de tribalização, e alerta que esta é em parte responsável pela transformação da imagem da cidade contemporânea, cada vez mais fragmentada. Serpa (2013) concorda com tal ideia ao alegar que

Essas formas nuançadas de segregação também ajudam a revelar a estrutura de uma sociedade intimista que reage ao mito da “impessoalidade enquanto mal social” através da “perversão da fraternidade na experiência comunal moderna”, a fraternidade se tornando “empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliado a rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local” (Serpa, 2013, p. 177)

Já o quarto processo descrito por Gomes (2002) trata-se do emuralhamento da vida social, este sendo caracterizado pelos artifícios cada vez maiores que a população tem de se mostrar inacessível para o contato social, isolando-se em seu próprio “mundo”, sendo inúmeras as maneiras pelas quais o ser humano moderno dispõe para se tornar inacessível para o contato social. O avanço da internet, das plataformas digitais e das redes sociais são exemplos comprovados que propiciam meios do indivíduo se entreter, relacionar-se

socialmente e satisfazer suas necessidades e obrigações sem sair de casa e/ou de ter o contato com o outro.

Tais processos, em comunhão ou mesmo isoladamente, trazem duas grandes consequências: A primeira, claramente, é a “vivência cada vez menor do espaço da cidade” (Gomes, 2002, p. 183), enquanto a segunda refere-se ao abandono dos espaços comuns, pois estes sujeitos marcados pela individualidade se recusam a compartilhar um território coletivo de vida social (*Ibid.*, p. 184).

A dimensão física do espaço público também se retrai à medida em que novas sociabilidades aparecem e com isso muitos autores apontam para o fenecimento dos espaços públicos. Contudo, concordamos com Gomes (2002, p. 172) ao defender que “a degenerescência desse tipo de espacialidade pública atualmente só teria sentido houvesse efetivamente existido um momento de apogeu do espaço público”.

A chamada crise do espaço público nitidamente ameaça a dimensão física do espaço, seus usos políticos e as sociabilidades que sempre o permearam, mas ainda assim não coloca em xeque a dimensão do lazer e outras dinâmicas que ainda se fazem presentes nos mesmos. Sendo assim, compreendemos que assumir que o espaço público está em crise pode ser uma interpretação equívoca e parcial.

Por mais que a vida pública esteja materialmente diminuindo nos espaços da cidade e que estes tendenciem ao esvaziamento social, consideramos que o espaço público passa por um momento de redefinição, sendo necessário um trabalho intelectual e investigativo sobre as novas dinâmicas de produção, caracterização e utilização deles. Sendo que dentre estes usos, conforme destacado por Bortolo (2015), destaca-se a prática do lazer – que possivelmente ganha centralidade nos espaços públicos urbanos da modernidade.

Além disso, os espaços públicos, inclusive aqueles destinados ao lazer, por meio do contato social e da participação comunitária, podem proporcionar uma maior consciência crítica nos cidadãos, revelando aspectos e organizações necessárias para que se efetive uma mudança significativa nas cidades, visando um mundo mais igualitário e isônomio.

Portanto, a mudança social passa essencialmente pela instância espacial, principalmente no que tange ao espaço público e mesmo que este isoladamente não seja suficiente para concretizar mudanças, seu papel ainda é relevante, “as práticas sociais não são independentes de uma certa organização espacial, e reconstituir uma esfera pública implica redefinir o espaço, em suas dimensões física e simbólica (Gomes, 2002, p. 191).

Nesse sentido, os espaços públicos carregam consigo possibilidades de gestar subversões e reivindicações, sendo que os protagonistas tendem (e devem) ser aqueles que se encontram em posições desfavoráveis. Sobarzo (2006, p. 107) explana que

O pobre convive com o lugar, apropria-se do espaço público, interage com outros – mesmo que numa prática de sociabilidade segmentada – e ao criar laços de reconhecimento e identidade pode adquirir a consciência que o leva a transformação (Sobarzo, 2006, p. 107).

A união dos sujeitos sociais e o reconhecimento de interesses comuns, a serem realizados nos espaços públicos, sucedem a transformação da realidade e somente por meio do contato e da articulação dos indivíduos é que se pode chegar a um projeto social igualitário (Santos, 1996).

Para atingir uma realidade igualitária, com acesso plural à vida pública e à sua respectiva reprodução, deve-se ainda, primar pela civilidade nos espaços públicos, devendo estes serem neutros às diferenças sociais e munidos pela coabitação. Para Gomes (2004)

Produzir uma vida urbana é dar alguma unidade a essa multiplicidade, ou seja, é produzir sentido dentro da variedade de ações e práticas sociais que ocorrem dentro desse vasto quadro de possibilidades oferecido pelo espaço urbano. Esses sentidos só podem surgir através do encontro variado e do diálogo livre; em outros termos, só pode haver verdadeiramente vida urbana, se tiver um lugar de expressão da variedade – se a cidade voltar a falar através de seus espaços públicos (Gomes, 2004, p. 254-255).

Defendemos então, o espaço público enquanto importante elemento constituinte do modo de vida urbano, confundindo-se em alguns momentos (inclusive em sua gênese) com a própria cidade, além de ser expressado materialmente em formas urbanas específicas que ganham vida e conferem movimento ao espaço urbano, pois abrigam práticas socioespaciais urbanas diversas que vão do contato social, perpassam pelas práticas mercadológicas e chegam até mesmo ao lazer – todas podendo ocorrer simultaneamente nos espaços públicos da cidade.

2.6 Procedimentos metodológicos

De antemão, apresentaremos aqui uma breve síntese do referencial teórico já abordado no texto de modo a explicar de que forma os assuntos mencionados até aqui nos auxiliarão no processo metodológico para que, posteriormente, consigamos cumprir nossos objetivos gerais e específicos. Almeja-se então, estabelecer uma ponte entre aspectos teóricos e metodológicos

de modo a detalhar suas relações – necessárias para uma boa apreensão das dinâmicas a serem investigadas em nosso recorte espaço-temporal.

Conforme o que já foi apresentado, uma análise geográfica do espaço deve necessariamente levar em consideração o assíduo diálogo entre a dimensão física e abstrata, de modo a compreender como essas duas interagem entre si, sendo o espaço estudado uma instância que se verifica pelas materialidades estruturais unidas às práticas sociais que lhe conferem movimento.

Em nosso caso, os espaços públicos de lazer são as materialidades, enquanto o lazer em si é a prática social que lhe movimenta e lhes dão sentido de existência. Dessa forma, consideramos central o materialismo histórico-dialético e o referencial teórico-metodológico que lhe é característico para analisar os espaços públicos de lazer.

De acordo com os pressupostos de Santos (2008) consideraremos quatro categorias essenciais para a análise dos espaços públicos de lazer, sendo elas: forma, função, estrutura e processo. A primeira, dizendo respeito à concretude do espaço, não sendo uma dimensão neutra, mas sim carregada de interesses e sentidos que lhes possibilitaram a existência, conforme evidenciado por Narciso (2008, p. 58)

A forma manifesta uma vontade, um objectivo, uma organização política, um conceito e um significado, mesmo que alienado do que ela está reproduzindo no momento em que se concebe. A forma não existe por si só, mas comporta uma série de objectos materiais e imateriais, assim como um conjunto de acções que são determinantes na sua projecção urbana e no modo como as pessoas se apropriam dos espaços. A apropriação efectua-se pela e na forma dos espaços públicos, conduzida pelas suas componentes. Cada pessoa encontra entre os diferentes objectos e acções, uma configuração que lhe confere uma identidade, um gosto particular, que vai fazer com que se aproprie do espaço. É nesse momento que o espaço se torna num lugar, único e intransponível, porque têm um valor identitário, tem uma estrutura organizacional e social. Considerando o espaço público o lugar por excelência da cidadania, do encontro e também como pontos estruturantes da malha urbana, definidos por uma tipologia própria, a forma aparece como a determinação do que é e representa o espaço público, e como a sua vivência o transforma num lugar específico (Narciso, 2008, p. 58). P. 215

Dessa forma, ressaltamos que o espaço urbano e, mais especificamente, os espaços públicos são produzidos de acordo com interesses advindos de diversos segmentos sociais e do Estado, este sendo o principal agente produtor dos espaços públicos de lazer, sendo que em sua ausência ora se verifica a criação de espaços particulares para o lazer, ora se emergem apropriações e manifestações (físicas e simbólicas) dos grupos populares na dimensão do mundo vivido, dos mundos possíveis.

Em um cenário no qual o tempo livre se vê cada vez mais dominado pelas dinâmicas produtivas do sistema econômico, seja pelo tempo de trabalho em si, ou mesmo pelo tempo imposto fora do trabalho, os indivíduos tendem a reduzir sua participação na vida pública urbana, pois o esvaziamento do tempo é também uma pré-condição para o esvaziamento do espaço (Guiddens, 1991).

Nesse sentido, as firmas dispõem de vários meios de controle dos indivíduos em prol da acumulação financeira. Além do tempo livre, insere-se também nessa dinâmica o próprio espaço, este passando a ser um instrumento de dominação, servil às exigências do capital, uma vez que

O capitalismo já não se apoia somente sobre as empresas e o mercado, mas sobre o espaço. Há também o ócio. Com a indústria do ócio o capitalismo apoderou-se dos espaços que ficaram vazios: o mar, a praia, a alta montanha. Criou uma indústria nova, uma das mais poderosas: a indústria do ócio (Lefebvre, 2013, p. 221).

Verificamos no atual espaço urbano uma realidade fragmentária, segregatória e individualista, na qual o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Nessa dinâmica, os espaços públicos se encontram fadados ao esquecimento, sendo suprimidos pelos novos espaços voltados ao lazer consumista, mais atrativo (ou construído ideologicamente) no imaginário dos cidadãos.

O lazer, apesar de estar majoritariamente voltado ao consumo e à reprodução capitalista, pode ser uma prática significativa para a apropriação dos espaços públicos. Essa prática social realizada nos espaços – portanto socioespacial – tem a capacidade de revelar novas maneiras de se viver a cidade, apresentando-nos um universo de possibilidades que beneficiem a apropriação do urbano por todos, visto que ao mesmo tempo em que os indivíduos determinam o espaço, ele pode ser um determinante para as atitudes dos indivíduos.

Para a análise do urbano consideraremos centrais as dimensões do espaço propostas por Lefebvre (2013): concebido, vivido e percebido. A partir dessas categorias acreditamos que a apreensão dos espaços públicos de lazer pode ser realizada de maneira mais precisa, pois consideram-se diferentes agentes e interesses que são responsáveis por sua produção. Sobre essa análise, Azevedo alerta que

Devemos pensar o espaço público pela indissociável relação entre dominação e apropriação. Entender a cidade somente pela ótica da dominação é suprimir o caráter público das ruas, praças e parques. Considerar o espaço público como um espaço de apropriação e ignorar a dominação existente nesse processo é uma alternativa

simplista, que oculta contradições socioespaciais que se manifestam na cidade. Portanto, é fundamental que a análise da realidade socioespacial utilize essas duas abordagens de forma dialética, para que se possam elucidar as contradições existentes na produção do espaço público (Azevedo, 2013, p. 77).

Prezamos por uma análise totalitária, buscando compreender todos os fatores que influenciam na produção e na dinâmica de uso (ou não) dos espaços públicos de lazer em nosso recorte teórico, compreendendo que existem determinações estatais, empresariais e sociais na criação das materialidades voltadas ao lazer urbano. Ao mesmo tempo em que a vida pública e as possibilidades de subversão à ordem imposta pulsam, principalmente por meio da apropriação imprevista dos espaços públicos na urbe.

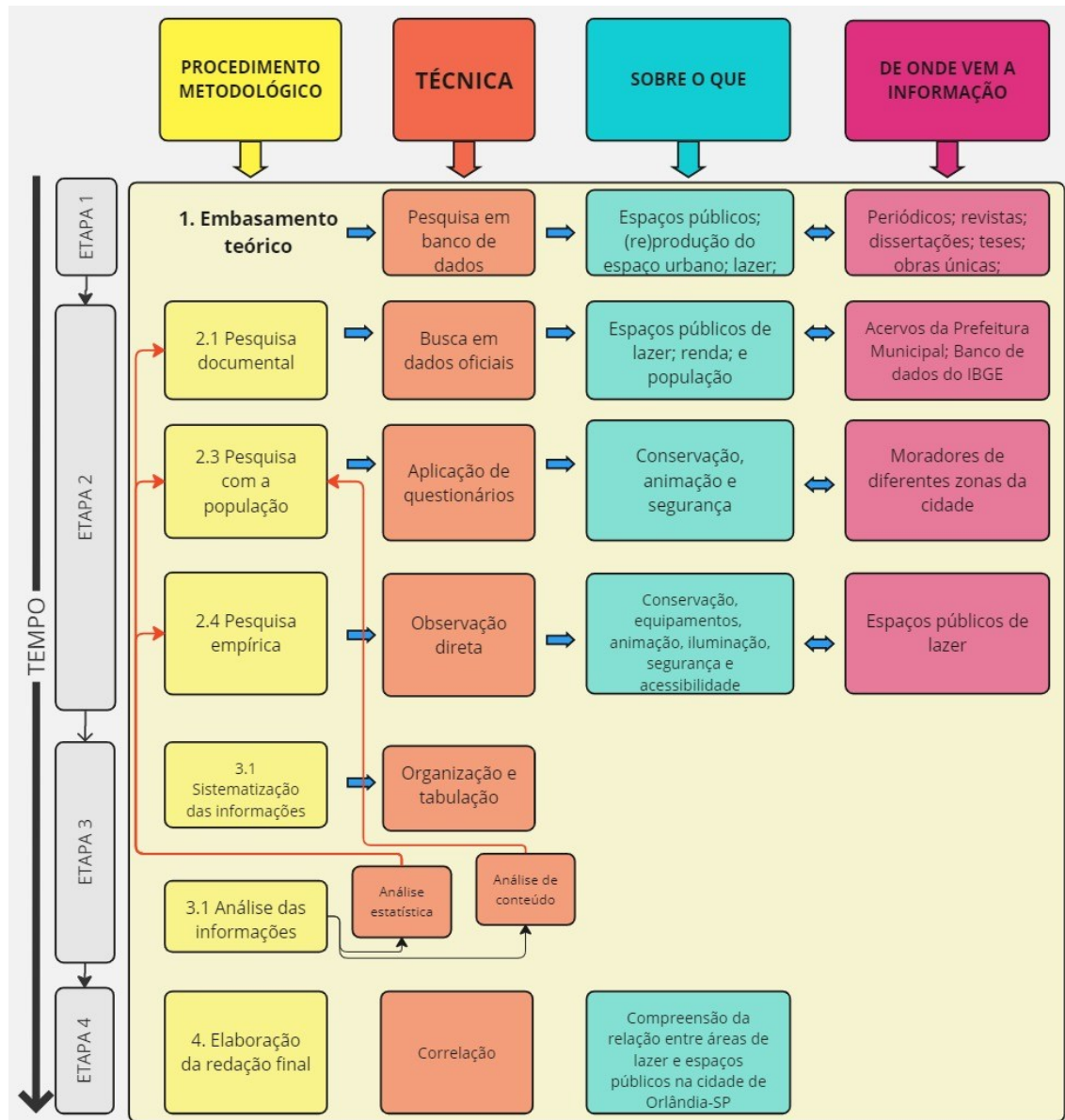
Entendemos também que todas essas dinâmicas se influenciam, num processo contínuo que ao mesmo tempo em que é resultado de acontecimentos passado, dialoga e se verifica com o presente, bem como fará parte (materialmente e/ou simbolicamente) do futuro.

Dessa maneira, realizamos nossas investigações a respeito das concepções dos espaços públicos de lazer por meio das ações de implantação dos espaços públicos e das políticas públicas voltadas para a animação destes espaços; das vivências destes espaços por meio das práticas socioespaciais apreendidas empiricamente nos trabalhos de campo; e das percepções por meio da análise dos questionários realizados junto à população.

Compreendendo o espaço como um produto em constante transformação e dialético às dinâmicas sociais, buscamos investigar cientificamente os espaços públicos de lazer da cidade de Orlândia. Marconi e Lakatos (2003, p. 139) definem a pesquisa científica como um “procedimento reflexivo sistematizado, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Diante disso, visando atingir nossos objetivos, se fez necessário estabelecer um conjunto de procedimentos metodológicos de pesquisa para organizar nossas investigações de forma lógica e processual, criando uma estruturação das ideias e uma estrutura textual coesa, além de facilitar o processo de construção da pesquisa como um todo (Figura 1).

Nosso foco inicial foi traçar caminhos que nos embasem teoricamente sobre nosso objeto de estudo. Para tanto, elencamos conceitos teóricos basilares a respeito de cada um dos temas investigados, possibilitando-nos aprofundar em nosso recorte espaço-temporal em etapas seguintes.

Figura 1: Sistematização dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Org.: Amaral (2023)

Tais conceitos foram agrupados em palavras chaves e autores basilares que serviram de arcabouço teórico para a pesquisa, sendo elas: produção do espaço urbano a partir de autores como Sobarzo (2006), Santos (2007), Carlos (2005) e Corrêa (2002); Também trabalhamos com concepções sobre os espaços públicos de acordo com Serpa (2007), Gomes (2002, 2004, 2012), Loboda (2008, 2009); além de desenvolvermos conceituações sobre o lazer, considerando autores como Marcellino (1995, 2000, 2008), Dumazedier (1979, 2001), Camargo (2003, 2008), Requiza (1973) e Gutierrez (2001)²³.

²³ Por ser um fenômeno não costumeiro da ciência geográfica, utilizamos de autores de outros ramos do conhecimento. Nesse sentido, ressaltamos que essa interdisciplinaridade pode beneficiar a pesquisa com fundamentações e análises plurais do fenômeno estudado, indo de acordo com a essência da ciência geográfica.

Além disso, como complemento ao corpo teórico, os seguintes conceitos foram trabalhados: apropriação; forma; função; conteúdo; áreas de lazer; práticas socioespaciais; planejamento urbano; acessibilidade; e tempo livre.

No caso dos espaços públicos supracitados, advertimos que este abrange várias formas e funções, as quais não serão contempladas em sua totalidade, tendo em consideração que nosso objeto de análise terá foco majoritário naqueles logradouros públicos produzidos com a intencionalidade de proporcionar lazer à população, bem como os construídos pelos moradores.

A consolidação do balizamento teórico e conceitual foi realizada em diversas fontes de informações, abrangendo: Pesquisas em periódicos como Scielo e Periódicos Capes; revistas e livros científicos; teses e dissertações inseridas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDT); além de materiais impressos.

Não menos importante, nesta primeira etapa também está realizada a pesquisa documental, a partir da coleta e análise de dados oficiais oriundas de pesquisas de campo na secretaria de infraestrutura urbana do município de Orlândia, com o objetivo de reunir informações sobre a existência e a localização dos espaços públicos de lazer da cidade. Além desta, foram utilizadas fontes estatísticas de dados armazenados no domínio digital do IBGE, fazendo uso principalmente dos setores censitários, que nos possibilitaram uma análise mais profunda da relação entre renda, localização e qualidade dos espaços de lazer dentro da malha urbana de Orlândia.

Uma vez que não bastam as informações teóricas e conceituais para compreender o espaço urbano, sobretudo em uma pesquisa de cunho geográfico, necessariamente há de se ter a valorização da esfera empírica, buscando o contato com o espaço urbano e seus diferentes atores.

Desse modo, buscamos validar as informações teóricas e documentais levantando dados empíricos por meio do trabalho de observação direta orientada por ficha sistemática (Apêndice 2), previamente elaborada, não participante e individual, realizado nos espaços públicos destinados ao lazer na cidade de Orlândia. Para Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 222) a observação direta “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”, possibilitando uma interpretação profunda da realidade.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que a inserção de autores de outras áreas pode nos levar a análises equívocas e não geográficas, para isso procuramos nos embasar interdisciplinarmente, mas centrando-nos nas características fundamentais da Geografia.

Em nossas observações diretas, inventariamos os equipamentos de lazer presentes em tais espaços e avaliamos sua conservação, além de verificar a dinâmica de uso destes locais. Cada espaço recebeu visitas investigativas ao menos duas vezes (variando de acordo com a estrutura e equipamentos do local), sendo que as investigações realizadas ao menos uma vez durante o dia e ao menos uma vez durante a noite.

Para evitar a avaliação fosse realizada com critérios voláteis e com a possibilidade de interferências subjetivas do pesquisador/avaliador, estabelecemos alguns parâmetros fixos para nortear a avaliação. Os parâmetros utilizados para cada item foram:

- **Iluminação:** qualidade luminosa do interior do espaço durante o dia (se obscuro devido às copas das árvores ou não); quantidade de postes/holofotes; conservação dos equipamentos de iluminação; distribuição da iluminação; presença ou não de espaços escuros.
- **Segurança:** policiamento; localização; presença de pessoas; iluminação
- **Arborização:** quantidade; sombreamento; distribuição.
- **Equipamentos de lazer:** quantidade; conservação; pluralidade; sombreamento; harmonia com o contexto do entorno;
- **Instalações hidrosanitárias:** quantidade; conservação.
- **Conservação geral:** equipamentos; estruturas; varrição; roçadura; limpeza
- **Acessibilidade física:** localização; qualidade do piso/chão/calçamento; existência de rampas de acesso; corredores de acesso/circulação
- **Acessibilidade simbólica:** De acordo com Gomes (2002) e Serpa (2007) avaliaremos se se trata de um espaço de convívio entre diferentes (plural) ou com barreiras simbólicas de grupos que tomam para si o espaço público (espaço segregatório).
- **Atividades realizadas no local:** quantidade; número de pessoas envolvidas; distribuição; tipo; faixa etária.

Além das visitas e das fichas de observação direta, fizemos usos de fotografias, as quais Possamai (2008, p. 254) reconhece “como reprodução fiel da realidade”. Em nossa pesquisa elas foram demasiadamente úteis, pois nos permitiram análises posteriores mais profundas e detalhadas dos fenômenos apreendidos em campo, configurando-as em “um importante instrumento de análise e interpretação do real” (Mauad, 1996, p. 76), além de auxiliarem na composição das descrições das localidades no corpo do texto exposto *a posteriori*.

A partir de nosso levantamento teórico-prático foi possível distinguir os espaços públicos destinado à prática do lazer das demais formas presentes no espaço urbano e classificá-los de acordo com suas especificidades, sendo: os espaços públicos de lazer, os

espaços livres, as áreas de lazer, as áreas verdes, os espaços particulares de uso coletivo; as áreas de circulação; e os espaços públicos especiais de lazer

Para não reduzir nossas análises apenas aos levantamentos documentais, remotos, observações empíricas próprias do pesquisador e teorias, aplicou-se questionários à população a fim de compreender suas principais demandas e práticas com relação ao lazer, bem como suas apropriações de espaços para tal fim.

Este instrumento de coleta de dados “constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato” (Gil, 2002, p. 115), sendo uma ferramenta valiosa para pesquisas sociais, conseguindo averiguar opiniões, interesses, crenças e expectativas de seus respondentes (Gil, 2019).

No tocante ao número de questionários a serem aplicados, apoiamo-nos em Tejada (2012), que adota como procedimento metodológico a fórmula de Slovin para cálculo amostral, sendo ela:

$$n = N / (1 + Ne^2)$$

Onde: “n” corresponde ao tamanho da amostra; “N” corresponde ao tamanho da população; “e” corresponde à margem de erro.

Em nosso caso, partimos de um universo de 38.319 indivíduos (N), correspondentes à quantidade total habitantes no município de Orlândia no ano de 2022, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2022), com uma margem de erro de 10%. Estes números, quando aplicados à fórmula indicam que o tamanho da amostra seja de 99,73 sendo aproximado para um total de 100 questionários a serem aplicados aos habitantes da cidade.

Tais questionários são compostos por perguntas fechadas, abertas e de alternativa, buscando identificar as práticas e as demandas da população no que tange aos espaços público de lazer da cidade, por isso estarão dotados de perguntas de cunho investigativo sobre a conservação dos espaços tanto do entorno imediato quanto da cidade como um todo, sobre os usos realizados, como eles interpretam estes locais, pontos fortes e fracos, gostos pessoais, motivos que levam (ou não) ao uso, possíveis atrativos e também um campo livre para demais contribuições não abarcadas em perguntas anteriores (Apêndice 3).

Quanto à aplicação do questionário em si, estimou-se um tempo de 4 minutos para que o participante o respondesse. Este questionário foi hospedado no site *GoogleForms*, tendo em vista a facilidade no processo de aplicação e de resposta dele, sendo inicializado por meio do acesso ao link disponibilizado pelo pesquisador pessoalmente e/ou de maneira remota.

A aplicação dos questionários de modo presencial não se restringiu apenas àqueles que se encontravam nos espaços públicos de lazer, abrangendo respondentes que se encontravam

no entorno dos espaços, como pontos de comércio, sentados na calçada de casa e até mesmo no interior de suas residências, onde foi solicitado o acesso do pesquisador e questionado sobre o interesse em participar da pesquisa.

Quanto aos questionários aplicados totalmente remota, estes foram divulgados pelos pesquisadores a familiares e conhecidos por meio do *link* de acesso, ampliando a abrangência de público e facilitando o processo de resposta.

Em ambos os casos supracitados (presencial e remoto) as respostas eram registradas na plataforma *GoogleForms*, com objetivo de facilitar as tabulações dos dados posteriormente. Ressalta-se também que os participantes não foram localizados por endereço ou bairro visando resguardar os direitos de impessoalidade apresentados no Termo de Consentimento.

Os participantes da pesquisa foram moradores da cidade de Orlândia, com idade superior a 18 anos e que se dispuseram a participar da pesquisa, mediante concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Não foram recrutados para esta pesquisa pessoas com menos de 18 anos de idade, ou moradores de outros municípios e nem aqueles que, quando abordados, se recusaram a participar.

Em relação aos métodos de levantamento das informações e considerando que o termo quantitativo se trata daquele no qual elencam-se informações em uma escala maior e com nível de detalhamento reduzido, enquanto que o termo qualitativo

[...] é usado para descrever métodos e técnicas de pesquisa que utilizam e dão preferência a informações qualitativas em vez de quantitativas. Em geral, a abordagem qualitativa tende a coletar uma grande quantidade de informações "ricas" sobre poucos casos, em detrimento de informações limitadas sobre um grande número de casos, o que é típico de uma pesquisa quantitativa (Veal, 2011, p. 265).

Classificamos nossa pesquisa como de cunho quali-quantitativo, tendo em vista que analisará as informações de uma maneira que abranja porcentagens e comparações matemáticas dos dados obtidos, ao mesmo tempo em que essas informações também foram analisadas através de interpretação de respostas abertas e não necessariamente numéricas advindas dos respondentes dos questionários e das observações diretas realizadas em campo.

Ao nosso ver, a união das duas abordagens ocasiona maior credibilidade aos resultados encontrados, pois “as abordagens quantitativas e qualitativas utilizadas em uma mesma pesquisa são adequadas para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados” (Paschoarelli *et al*, 2015, p. 70).

Com objetivo de representar espacialmente as informações obtidas em campo, fizemos uso de Sistemas de Informação Geográficas (SIGs), conceituados como “um conjunto poderoso de ferramentas para a coleta, armazenamento, recuperação e visualização de dados espaciais do mundo real para um conjunto de propósitos específicos” (Burrough; McDonnell *apud* Fitz, 2018, p. 23).

Para as representações cartográficas utilizamos as bases cartográficas adquiridas tanto nos domínios digitais do IBGE, quanto em bases pertencentes ao poder público municipal, sendo que tais produtos foram tratados posteriormente por meio do SIG *QuantumGis* (QGis),

O geoprocessamento foi considerado por nós, a partir da leitura de Fitz (2018) como um conjunto de tecnologias, que possibilitam visualizar, manipular, analisar e interpretar dados georreferenciado. Dessa forma, ressaltamos a importância de tal tecnologia na composição dos mapas aqui apresentados, fazendo com que fosse possível inserir os dados coletados empiricamente e espacializar as informações, auxiliando as interpretações e análises posteriores.

Encontroamo-nos em curso no que tange ao tratamento e à análise das informações quantitativas e qualitativas coletadas. A análise, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186) “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre um fenômeno estudado e outros fatores”, enquanto a interpretação das informações “procura dar significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos” (*Ibid.*, p. 186).

Estamos analisando as informações textuais oriundas das respostas abertas nos questionários por parte dos respondentes a partir da técnica de análise de conteúdo, pois “essa técnica possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações [...] e é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados” (Gil, 2002, p. 89).

A partir desta técnica, as respostas abertas foram filtradas por temática por meio da verificação de palavras-chave em cada uma das respostas textuais dos questionários, tais palavras foram categorizadas em assuntos comuns, permitindo assim a quantificação das informações textuais.

Vale ressaltar que para a análise e interpretação dos resultados utilizaremos uma abordagem dialética, pois, de acordo com Gil (2008):

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (Gil, 2008 *apud* Prodanov e Freitas, 2013, p. 35).

Em consonância com nossa abordagem, esta estratégia metodológica se justificou devido ao fato de que nosso objetivo não foi apenas caracterizar os espaços públicos de lazer em Orlândia e sua espacialidade, mas também de buscar explicações que envolvem os fenômenos de organização e produção destes espaços, uma vez que estes não emergem naturalmente, sendo fruto de um jogo de interesses repleto de contradições, guiado pelos agentes que produzem o espaço urbano capitalista.

CAPÍTULO 3 - OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DE ORLÂNDIA: entre projeções e apropriações

A grandiosa materialidade do fenômeno da urbanização, denominada cidade, apresenta diversas formas urbanas, essas, por sua vez, são passíveis de subclassificações. Macedo (1995) as divide entre dois grandes grupos: os espaços edificados destinados ao trabalho ou à habitação; e os espaços livres de edificação, que são as ruas, os parques, as praças, entre outros.

Ao tratar dos espaços livres, Cavalheiro e Nucci (1998) alertam para o fato de que existem diversas conceituações de áreas com características similares e que por vezes são consideradas sinônimas, dentre elas: os espaços livres de construção, as áreas verdes, as áreas de circulação e as áreas de lazer.

Para evitar equívocos, distinguiremos cada subclasse analítica, assumindo os Espaços Livres de Edificação como o conjunto geral dos espaços livres, sendo estes entendidos como qualquer área ao ar livre com potencial para exercer funções ecológicas, estéticas e de lazer (Macedo, 1995).

Nesse sentido, é a sua especificidade funcional que lhe atribui uma subclassificação, podendo defini-lo como: a) Áreas verdes: um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação, com solo livre de edificações ou coberturas impermeabilizantes em pelo menos 70% da área (Bucher e Nucci, 2006; Bargas e Matias, 2011); b) Áreas de circulação: Espaços destinados exclusivamente à circulação de veículos e pedestres (Macedo, 1995); ou c) Áreas de lazer: Espaço livre de edificação destinado prioritariamente ao lazer, podendo ser um lazer ativo, quando há a presença de jogos, esportes, brincadeiras, entre outros, ou contemplativo, quando se ganha destaque o valor cênico/paisagístico para a finalidade de descanso, passeio ou contemplação (Macedo, 1995 e 1996), sobre essas áreas, Robba e Macedo (2010 apud Azevedo, 2013) apontam que

Dentre os valores funcionais, a principal atribuição dos espaços livres é a opção de lazer e recreação que essas áreas oferecem, principalmente em bairros populares onde os espaços públicos tornam-se bastante utilizados devido à impossibilidade de usufruir o lazer pago, presente nos clubes privados, cinemas, parques de diversão, e outros (Robba e Macedo, 2010 apud Azevedo, 2013, p. 66)

Para além de contribuições da arquitetura e do urbanismo como é o caso dos autores supracitados, elencamos também contribuições essencialmente geográficas em nossa análise,

cujos focos de análise não se restringe às formas, mas sim uma análise totalitária que une materialidade e movimento, além de aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciam no processo de produção espacial.

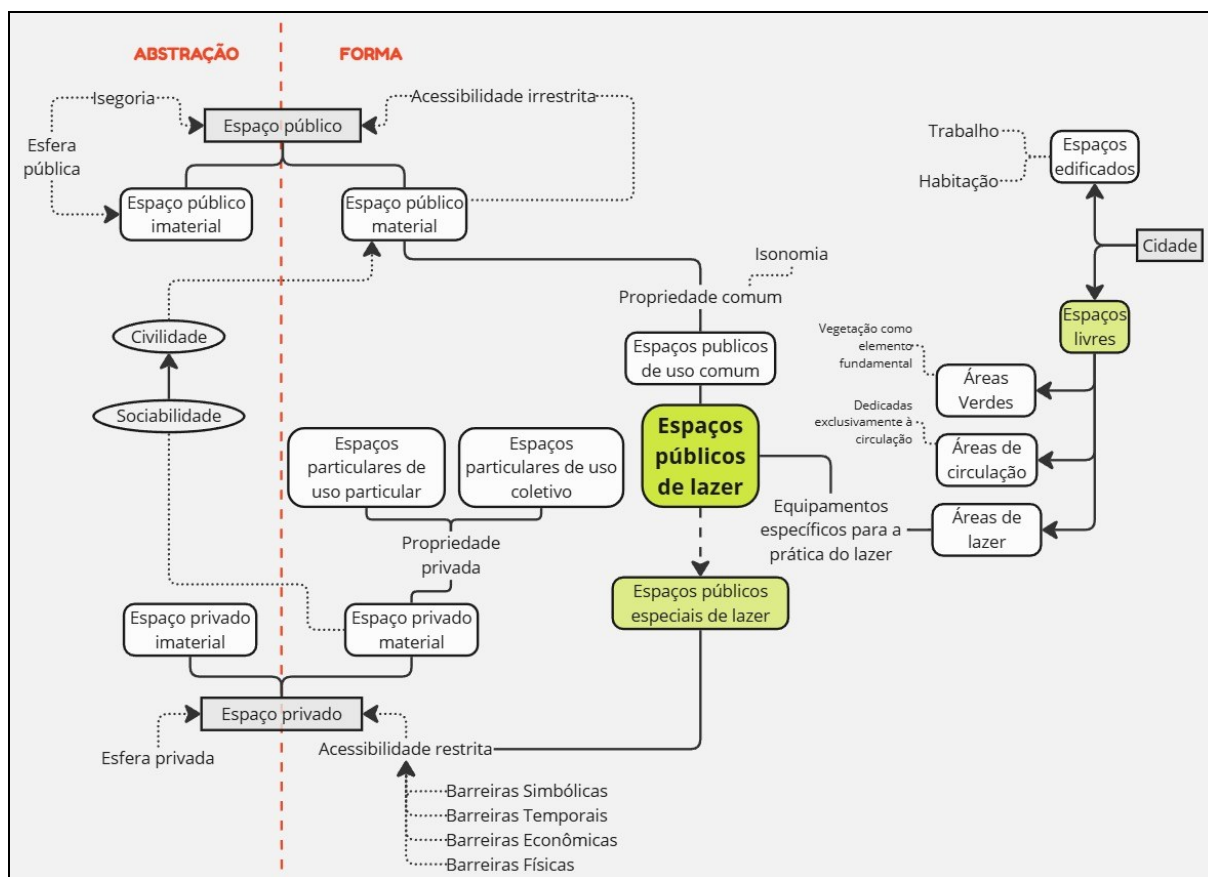
Isto posto, ressaltamos que na maioria dos casos as literaturas da ciência geográfica analisam a realidade urbana dos espaços livres de construção conceituando-os e os considerando como constituintes do “espaço público”, de modo a investigar o caráter efetivamente público destes espaços, ou seja, a união da esfera pública à materialidade da forma e o acesso (físico e simbólico) dos indivíduos. Considera-se, então, o espaço público como aquele onde “não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e participação” (Gomes, 2012).

Ao aplicar esse panorama sobre os espaços livres e, mais especificamente, sobre as áreas de lazer, pode-se chegar ao conceito de Espaços Públicos de Lazer, definido por Azevedo (2013) como “uma área geralmente mantida pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação” (Azevedo, 2013, p. 64).

Por conseguinte, conceituamos os Espaços Públicos de Lazer (EPL) como sendo os espaços livres urbanos destinados prioritariamente ao lazer e à recreação, abertos, com equipamentos específicos para a prática de atividades ativas (parquinhos infantis, traves de futebol, pistas de caminhada, piscinas, etc.) ou passivas (bancos, anfiteatros, palco, etc.), que possuam acessibilidade ininterrupta e irrestrita – permitindo a (co)presença e de quaisquer indivíduos ou grupos sociais – e obedeça à civilidade.

No entanto, alguns espaços são exceções dentro do grande grupo de Espaços Públicos de Lazer, tratando-se dos locais onde se obedece à maioria das características, com exceção da acessibilidade ininterrupta e irrestrita, pois não são abertos ao público o dia todo ou que necessitam de permissões para o uso. Exemplificando, estes espaços trata-se das bibliotecas, de algumas quadras poliesportivas e dos centros de lazer.

Para melhor definir nossos objetos de pesquisa, as diferenciações das formas urbanas foram representadas na Figura 2, sendo um instrumento fundamental para orientar as classificações e delimitações dos espaços concernentes ao objetivo de nossas investigações e aquelas que, por mais que componham a estrutura urbana, não são de nosso interesse primário.

Figura 2: Classificação dos Espaços de Lazer e dos Espaços Livres

Fonte: Bucheri e Nucci (2006); Bargos e Matias (2011); Cavalheiro e Del Picchia (1992); Gomes (2002); Macedo (1995). **Org.:** Amaral (2024)

Em relação às formas dos espaços livres não edificadados das cidades, entre eles os espaços públicos de lazer, temos algumas que se destacam por abrigar as práticas socioespaciais cotidianas da população, sendo: as praças, os parques e as ruas. No caso das primeiras formas citadas ressaltamos trata-se dos mais notórios espaços de lazer das cidades, os primeiros que vêm a ser considerados pela maioria dos indivíduos quando questionados a respeito dos espaços públicos.

Apesar de possuir várias definições, em nossas investigações nos baseamos em Robba e Macedo (2002 apud Mendonça, 2007, p. 299) e consideramos elas como espaços livres públicos urbanos, de propriedade pública, acessíveis aos cidadãos, livres de veículos e com a presença equipamento(s) de lazer, seja ele passivo ou ativo.

Por se tratar de espaços públicos importantes em diferentes contextos históricos, presente até nos dias atuais, com formas e funções distintas, as praças são os espaços ideais para averiguação de fenômenos que dizem respeito à vida pública e ao lazer das cidades, revelando as dinâmicas de dominação e de apropriação, pois são nelas que se verificam os

usos regulados e determinadas, mas também os usos insurgentes que estão em desacordo com as concepções pré-estabelecidas.

Destacamos que as praças pertencem também ao infinito processo de produção espacial da cidade, sendo possível constatar as interações entre forma, função e estrutura elencadas por Santos (2008). A exemplo, notabiliza-se que as praças do presente podem ter sido construídas séculos atrás, mas é a atual dinâmica da sociedade e os usos que ela faz deste espaço que vai caracterizar as funções dessa praça no tempo presente (Queiroga, 2012).

A praça não é, portanto, estática no tempo, o que explicita a necessidade de interpretações que a considerem tanto como forma de momentos passados, quanto materialidade e abriga e rege os usos do presente. Quanto a isso, ressaltamos que as praças da atualidade não se trata de espaços de cunho estritamente político como era a *Ágora Grega*, tampouco de cenários bucólicos como foram durante uma parte da idade moderna, mas sim um ambiente em redefinição, que ganha usos e até mesmo novas formas a depender dos contextos geográficos, econômicos e políticos que a cerceiam.

Hoje, a tendência é que a praça seja um local de circulação/passagem/passeio de pessoas, de contemplação, de descanso, de reivindicação política esporádica, de amenização do ritmo urbano, de lazer e de recreação, com estes elementos – e tantos outros – ora coexistindo, ora sobressaindo-se uns aos outros. Robba e Macedo (2010) apontam que

Não se trata mais de construir praças que sejam simples cenários bucólicos: a praça é um espaço livre, que deve ser destinado ao lazer. O lazer contemplativo e o caráter de convivência social continuam sempre presentes; o lazer esportivo e a recreação infantil foram definitivamente incorporados; e o lazer cultural começou a se manifestar com vigor no programa moderno. Os equipamentos, como quadras esportivas, playgrounds e brinquedos infantis, palcos e anfiteatros ao ar livre, passaram a ser implantados com frequência, confirmando essas novas formas de uso da praça (Robba e Macedo, 2010 apud Azevedo, 2013 p. 69).

Além disso, a pluralidade de usos das praças é afetada por elementos temporais, até mesmo dentro de um mesmo dia, pois “a mesma praça que de dia é um território de descanso e amenidade do espetáculo da vida pública pode, à noite, transformar-se em terreno de uma gangue em luta contra a polícia. (Gomes, 2002, p. 123).

As praças geralmente se localizam no cruzamento de ruas, ocupando parcelas das quadras e estando sempre localizadas na malha urbana das cidades. Já os parques, por se tratar de amplos jardins, se caracterizam principalmente pelas paisagens bucólicas e pelas cenarizações de ambientes naturais, colocando os usuários em contato direto com a natureza, além de poderem ser constatados fora e/ou às margens do perímetro urbano.

Devido a essa última característica, os parques tendem a não fazerem parte do cotidiano dos cidadãos, estando mais assimilados à frequência em finais de semana e que tendem a acontecer em intervalos maiores de tempo. Ainda sobre as diferenciações entre parques e praças, (Queiroga, 2012) denota:

Se a praça é, conceitualmente, lugar de concentração, de grandes encontros públicos e de identidade com o entorno urbano, o parque é, tipicamente, espaço de dispersão[...]. Os eventos de maior aglomeração nos parques são via de regra mais relacionados ao lazer do que à política. Se ruas e praças se constituem nos principais espaços livres para a realização da esfera pública geral e política, os parques públicos urbanos apresentam características mais favoráveis às práticas de lazer e às atividades físicas, pois, com frequência, também são equipados para práticas esportivas. São espaços mais propícios, portanto, à esfera pública geral enquanto lugar de convívio público em menor densidade, salvo em eventuais apresentações culturais e outras manifestações (Queiroga, 2012, p. 97).

Por estarem por vezes descolados organicamente da malha urbana, os parques possuem uma dinâmica de apropriação tênue entre a possibilidade de usos significativos, dinâmicos e plurais, ou ao abandono por distanciamento, vandalismo, desuso e descuido. Da mesma forma que as praças públicas, os parques também passam por momentos de redefinição de usos e formas, sendo apresentados por Bortolo (2015) – juntamente às praças – como “espaços camaleônicos”:

As praças e os parques que em período anterior eram tidas como espaços estruturantes, organizativos, comerciais, político-administrativos, espaços do ócio da jornada de trabalho etc., acabaram na atualidade, desempenhando uma diversidade de papéis e funções que podem coincidir com as desempenhadas nos tempos passados, mas também surgiram outras funções e formas de se utilizar ou dar sentido a estes espaços. A “correria do dia a dia”, a importância e o enfoque dado a prática esportiva associada ou não à busca da melhor qualidade de vida, a valorização das áreas verdes dentro do tecido urbano, são elementos que acabaram interferindo na dinâmica de produção do espaço urbano e das ações praticadas no cotidiano [...] Sendo assim, pode-se dizer que os espaços públicos de lazer contemporâneos podem ser considerados como espaços camaleônicos, ou seja, se transformam e se modificam de acordo com as necessidades, variados interesses, sejam políticos, econômicos, sociais, em um determinado momento histórico, sendo modificados e adaptados das mais distintas situações, possibilitando, os mais diferentes tipos de uso, e não ocasionando a perda de sua essência enquanto espaços públicos de uso coletivo (Bortolo, 2015, p. 64-65).

Nesse sentido, refletimos que os parques são “sensíveis” a quaisquer fatores que possam prejudicar ou aprimorar seus usos, sendo possível com que o descaso com eles por

parte das administrações governamentais o direcionem ao abandono completo e à aversão por parte dos cidadãos, ou que a criação de políticas pública e/ou intervenções assertivas nestes espaços o tornem grandes atrativos ao lazer, à recreação e À vida pública, sobretudo pela capacidade que os parques possuem de receber visitas de públicos de diferentes bairros e cidades.

De forma física completamente distinta, as ruas também se configuram como espaços públicos que podem ser destinados ao lazer, pois são de propriedade pública e de acesso irrestrito (a exceder-se os condomínios fechados), além de estarem espalhados por todo território urbano.

Essas muitas vezes são consideradas como extensões das casas, sobretudo em bairros periféricos, onde o baixo fluxo de automóveis e a proximidade das casas permitem maior segurança para a apropriação das mesmas para brincadeiras infantis ou mesmo para a socialização de adultos e idosos.

Contudo, por mais que autores como Jacobs (2009) as considerem como os principais espaços públicos da cidade, não as consideraremos como Espaços Públicos de Lazer em nossas investigações, dada as dificuldades de apreensão (recorte espacial extenso) e análise das práticas – itinerantes e espalhadas por toda a cidade – que são realizadas nas ruas.

Dessa forma, apresentaremos neste capítulo tanto as estruturas físicas dos espaços públicos e/ou livres da cidade de Orlândia, quanto os usos verificados nas observações de campo, permitindo-nos apreender de que modo a população se apropria destes espaços: confirmando os usos determinados e concebidos previamente ou revelando práticas que transgridam o controle formal por meio de modificações na forma e no conteúdo destes espaços.

Salientamos, então, que o estudo da dimensão concebida do espaço se dá pelo levantamento de informações oficiais sobre os espaços públicos de lazer do município, enquanto a apreensão da dimensão vivida dos espaços se dará por meio das atividades de campo, a serem realizadas em cada um dos espaços públicos (ou não) de lazer da cidade, sendo que a captura da dimensão percebida destes espaços se dará mediante a análise das informações advindas dos questionários aplicados à população orlandina.

3.1 Os espaços públicos e suas apropriações para a prática do lazer urbano

Neste tópico pretendemos caracterizar os espaços de lazer no município de Orlândia, contrastando e diferenciando-os dos demais espaços livres da cidade, de modo a definir os

espaços que são foco da pesquisa e as práticas que neles ocorrem, articulando as definições teóricas, os espaços encontrados realisticamente e os dados oficiais advindos do poder municipal. De antemão, destacamos que as informações encontradas nos mapas oficiais por vezes não condizem exatamente com os pressupostos teóricos que baseiam nossas definições e tampouco encontram-se em total consonância com os espaços verificados.

Dito isso, baseamo-nos majoritariamente nas definições teóricas apresentadas anteriormente e nas observações de campo para elencar o que será considerado como sendo os Espaços Públicos de Lazer (EPL), os espaços públicos especiais de lazer e os espaços livres (Mapa 2; Quadro 1).

Por meio de atividades de campo, ao observar in loco as práticas e as apropriações dos espaços públicos de lazer é que se pode apreender o que realmente acontece nestes locais, de que maneira a população os utiliza e se há sintonia entre o que é proposto pela esfera material os desejos de cada sujeito e/ou grupos sociais.

Mapa 2: Espaços de Lazer, em OrLândia 2024:

Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Quadro 1: Identificação dos espaços de lazer, em Orlândia (2024)

Identificação dos espaços de lazer, em Orlândia (2024)			
ID	Nome	Classificação	Bairro
1	Praça Cristo Rei	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
2	Praça Roque Mei	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
3	Praça Alcebiades Figueiredo	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
4	Praça José Roberto Macedo	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
5	Praça de Esportes Nilson Domingos	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
6	Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 05	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
7	Espelho D'água	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
8	Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 02	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
9	Praça Argemiro Vicente Sobrinho "Maizena"	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Boa Vista
10	Praça Cyro Rosário Nalla	Espaço Livre (EL)	Jardim Boa Vista
11	Praça Dos Imigrantes	Espaço Público de Lazer (EPL)	Centro
12	Praça São José	Espaço Público de Lazer (EPL)	Centro
13	Praça Mário Furtado	Espaço Público de Lazer (EPL)	Centro
14	Praça Coronel Orlando	Espaço Público de Lazer (EPL)	Centro
15	Piscina Pública Dr. Pedro Tassinari Filho/Adolescente No Esporte	Espaço Público de Lazer (EPL)	Centro
16	Praça Da Câmara Municipal	Espaço Livre (EL)	Centro
17	Praça Luiz Mariotto	Espaço Público de Lazer (EPL)	Centro
18	Praça Homero Vieira	Espaço Livre (EL)	Centro
19	Praça das Mães	Espaço Livre (EL)	Centro
20	Praça São Judas Tadeu	Espaço Livre (EL)	Centro
21	Praça do Cemitério	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Nova Orlândia
22	minicampo Jardim Nova Orlândia	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Nova Orlândia
23	Praça Jardim Santo Expedito	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Parisi
24	Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 04	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Parisi
25	Praça Domingos Bocardo e Quadra Poliesportiva Euripedes Aparecido Fernandes	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Parisi
26	Quadra Juventude	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Santa Rita
27	Praça Jardim Santa Rita	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Santa Rita
28	Quadra Poliesportiva Do Jd. José Vieira Brazão	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Santa Rita
29	minicampo Jardim Santa Rita	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Santa Rita
30	Quadra Poliesportiva "Antônio Paixão"	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Santa Rita
31	Praça Cotovia	Espaço Livre (EL)	Jardim Santa Rita
32	Praça Tico-Tico	Espaço Livre (EL)	Jardim Santa Rita
33	Praça Sabiá	Espaço Livre (EL)	Jardim Santa Rita
34	Praça Beija-Flor	Espaço Livre (EL)	Jardim Santa Rita
35	Praça da Andorinha	Espaço Livre (EL)	Jardim Santa Rita
36	Praça Uirapuru	Espaço Livre (EL)	Jardim Santa Rita
37	Praça Flávio De Freitas Silveira/Praça Da Bandeira e Praça Max Define	Espaço Público de Lazer (EPL)	Bandeirantes

38	Praça Aristides Cividanes	Espaço Público de Lazer (EPL)	Bandeirantes
39	Praça Antônio Alves	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Teixeira
40	Praça Goiaba	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Cidade Alta
41	Praça Iraci Custódio dos Santos	Espaço Público de Lazer (EPL)	Jardim Cidade Alta
42	Praça São Francisco	Espaço Livre (EL)	Jardim Cidade Alta
51	Espaço Informal de Lazer 51	Espaço Informal de Lazer (EIL)	Jardim Teixeira
52	Espaço Informal de Lazer 53	Espaço Informal de Lazer (EIL)	Jardim Santa Rita
53	Espaço Informal de Lazer 52	Espaço Informal de Lazer (EIL)	Jardim Jequitibá
54	Espaço Informal de Lazer 54	Espaço Informal de Lazer (EIL)	Jardim Santa Rita
60	Ginásio Poliesportivo Pedro Lázari	Espaço Público Especial de Lazer (EPEL)	Jardim Santa Rita
61	Parque Cyro Armando Catta Preta	Espaço Público Especial de Lazer (EPEL)	Jardim Nova Orlandia
62	Centro de Lazer Edgar Benine	Espaço Público Especial de Lazer (EPEL)	Jardim Boa Vista
63	Ginásio Maurício Leite de Moraes	Espaço Público Especial de Lazer ((EPEL)	Centro
64	Teatro Municipal Profª Maria José B. Bordim	Espaço Público Especial de Lazer (EPEL)	Centro
65	Biblioteca Municipal Prof. Geraldo Rodrigues	Espaço Público Especial de Lazer (EPEL)	Centro
66	Centro de Lazer Luiz Oscar Alves de Andrade	Espaço Público Especial de Lazer (EPEL)	Jardim Cidade Alta

Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Além disso, é essa apreensão nos permite articularmos perfeitamente as três dimensões do espaço (concebido, vivido e percebido), fazendo com que se compreenda os modos de apropriação dos espaços pelos usuários, podendo ir de acordo com o que eles propõem ou subvertê-los.

3.1.1 Espaços Públicos de Lazer (EPL)

Iniciamos nossas caracterizações com os EPL relativos ao bairro Boa Vista, considerando a importância desse bairro devido ao fato de ser o mais populoso do município, abrigando 12,53% de toda população urbana orlandina. Seu principal espaço público de lazer, sendo também o mais antigo do bairro, é a Praça Cristo Rei (Mapa 3), que em tempos passados figurava-se como um importante espaço urbano destinado ao encontro e à conversação, sobretudo nos dias de atividades religiosas na igreja que fica em seu interior e que lhe confere o nome.

Atualmente a praça não figura como um importante espaço de socialização, sobretudo no período noturno, tendo em vista a precariedade de iluminação dela e de alguns equipamentos deficitários e seguida de uma arborização alta e densa que deixa a praça com traços de insegurança, sobretudo no período noturno. Eventualmente a praça aviva-se durante a noite,

sendo ponto de parada de carretas infantis, mesmo assim a sensação de insegurança naqueles que aguardam na fila é nítida.

Mapa 3: Equipamentos de lazer na Praça Cristo Rei, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Porém, durante o dia a arborização não impede a incidência de iluminação natural e este espaço torna-se um importante local de lazer para crianças, adultos e idosos, com o primeiro grupo apropriando-se (de maneira recreativa) dos aparelhos de ginástica, o segundo grupo levando as crianças para brincar e o terceiro grupo majoritariamente utilizando-se dos bancos para conversação a partir de pequenos comércios de secos e molhados que cerceiam o local. Além disso, durante as atividades de campo pudemos verificar a presença de moradores de rua se utilizam da praça para dormir, fato que pode ser um agravante no afastamento de alguns possíveis usuários.

Os equipamentos de lazer presentes no local (bancos e academia ao ar-livre) são bem conservados e ofertam boas alternativas para a prática recreativa/esportiva da população do entorno, porém ele não se aplica para o calçamento da praça, apresentando muitos desníveis, buracos e rachaduras (provocadas majoritariamente pelo crescimento das raízes arbóreas).

Tal falta de qualidade no calçamento, ao nosso ver, prejudica demasiadamente a acessibilidade ao local, tanto para usos da população geral, quanto para o acesso ao templo religioso, o que é duplamente prejudicado tendo em vista que este importante espaço do bairro não apresenta rampas de acesso para cadeirantes, excluindo uma parcela da população de sua utilização.

Também chamamos atenção para o fato de que o templo religioso e a praça, por mais que compartilhem da mesma nomenclatura, não são articulados entre si. Verifica-se certa desconexão entre os usos comuns e os usos religiosos, constatados pelos diferentes usuários que realizam as práticas nas duas instâncias da praça. Além de que o templo é segregado do restante da praça por cercas de metal, impedindo o contato dos usuários comuns com a igreja em períodos ausentes de atividades religiosas.

Sendo a mais recente praça do bairro boa vista, com inauguração em 2023, a Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 01 (Mapa 4) atualmente é invejável pela conservação de seus equipamentos, dispondo de bancos, academia ao ar-livre recém-inaugurada, boa qualidade de pavimentação e de áreas permeáveis.

Esperançosamente, espera-se que tal espaço permaneça bem conservado e que ganhe usos, atraindo a população para seu interior, uma vez que essa praça está localizada quase que isoladamente em um bairro onde há uma quantidade significativa de habitantes. Marcellino (2000) alerta para o fato de que, costumeiramente, as administrações públicas criam os espaços, os entregam à população e não promovem políticas de animação para conferir dinamicidade a tais espaços, levando o ao abandono e, conseqüentemente, à má conservação – pois a população tende a não cuidar daquilo que não usa ou que não tem afeto.

Se os equipamentos de lazer são de primeira qualidade, o mesmo não se pode dizer da qualidade luminosa, (importante aspecto que influencia no uso), uma vez que os postes de iluminação colocados não fornecem claridade o suficiente no período noturno para que a praça seja um ambiente seguro e atrativo para a população. De maneira semelhante, as árvores não conseguem fornecer sombra o suficiente para as atividades diurnas, justificada pelo fato de ainda estarem em fase de crescimento.

Mapa 4: Equipamentos de lazer na Praça Argemiro Vicente Sobrinho “Maizena”, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Dessa forma, acreditamos que estes dois impedimentos são os responsáveis por não termos encontrado usos deste espaço em nossos trabalhos de campo, independentemente do período ou dia de visitação.

De maneira semelhante, a Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 05, também é de recente implementação e está localizada no bairro Boa Vista, possuindo bancos para o lazer passivo e uma academia ao ar-livre para o lazer ativo (Mapa 5).

No local verificamos usos realizados em sua maioria nos finais de tarde por parte da população, uma vez que a praça apesar de dispor de uma significativa quantidade de árvores em seu interior, essas ainda não oferecem sombreamento suficiente para uma utilização satisfatória durante períodos de maior incidência solar. De maneira semelhante, a praça é completamente mal iluminada durante a noite e se torna um local inóspito para usos noturnos.

Mapa 5: Equipamentos de lazer no Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 05, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

No mais, elencamos que esse espaço pode ser considerado como um local provavelmente criado para se fazer cumprir a Lei de Parcelamento de Solo Urbano (Lei nº 6.766/79), que torna obrigatória a implementação de áreas destinadas a espaços livres de uso comum em novos loteamentos, como é o caso do loteamento em construção nos arredores desse EPL.

A Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 02 (Mapa 6), localizada também no bairro Boa Vista, apesar de não colocada como uma praça da cidade no Mapa Oficial do município de 2018, apresenta uma excelente dinâmica de uso e ótimas contribuições para a vida pública dos moradores de seu entorno.

Sobre essa praça destacamos que mesmo não constando como oficial, verifica-se a presença do poder público, sobretudo pelo fato de que nestes espaços constam equipamentos idênticos àqueles implementados nos demais EPL da cidade, como academia ao ar-livre, playground e bancos.

Mapa 6: Equipamentos de lazer no Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 02, em Orlandia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Em relação aos usos, esses foram largamente verificados, sobretudo por pais e crianças que se utilizam do playground e da academia ao ar-livre, mas também de grupos de idosos que se apropriam deste espaço para “fazer praça” com amigos de velha data.

Verificamos também, in loco, a presença de um espaço de plantio no interior da praça, ressaltando o aspecto de área verde do local, além de destacar materialização do cuidado e do apego da população com essa praça, pois esse tipo de cultivo necessita de cuidados diários e que não são realizados pelo poder público.

Dessa maneira, compreendemos que a Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 02 trata-se de um espaço produzido primordialmente pela população, que em tempos passados tratava-se de um mero espaço livre na cidade e que vem ganhando novas formas e funções, a se destacarem: as práticas socioespaciais de lazer (relativas à função); a manutenção por parte da população (relativa à função); e as características mescladas de área verde urbana e de espaço público de lazer (relativas à forma). Tal produção espacial realizada

em um primeiro momento pela população e posteriormente pelo PPM, pode ser verificada na Figura 3.

Figura 3: Placas de aviso no Espaço de Lazer Público Sem Denominação Oficial 02, em Orlândia (2024)



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Na figura podemos apreender que a população se apropria de um espaço, lhe confere modificações espaciais e sociais, produz o mesmo e o funcionaliza de acordo com seus anseios. Posteriormente, o PPM apoia as práticas destes grupos e confere institucionalidade ao espaço, firmando-o como local notório do espaço urbano, agregando ainda mais dinâmica a ele pela implementação de mais equipamentos e infraestrutura.

A partir de nossa interpretação, essa se trata de uma relação de ganho mútuo para estes dois agentes que produzem o espaço, pois a população sana seus interesses e passa a dispor de um local para práticas que ela mesma almejava, enquanto o poder público cumpre com seu dever de assegurar o lazer a seus cidadãos.

Tal dinâmica evidencia uma das principais possibilidades para a implementação de espaços públicos de lazer, uma vez que articula organicamente população e poder público na produção dos EPL. Essa construção conjunta aumenta o afeto para com o espaço, que por sua vez impacta nos usos do local e essa, consequentemente, aumenta os cuidados com o local, garantindo a longevidade do espaço e de suas práticas.

De enorme importância e notoriedade para a cidade e para os habitantes, o Espelho D'água (Mapa 7) possui em seu interior equipamentos diversos, carrega diversas funções e fornece muitas alternativas de lazer, esporte, recreação e serviços sociais à população.

Mapa 7: Equipamentos de lazer no Espelho D'Água, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Chama-se atenção também o valor natural do espaço, sendo um local para o cidadão se desconectar do dinamismo das cidades e praticar atividades em harmonia com a natureza, movimento de suma importância pois estes espaços cada vez mais representam o antídoto para os ritmos urbanos, o stress e a poluição” (Serpa, 2007, p. 82).

Os usos desse espaço são distintos, abrangendo todas as faixas etárias, pois em seu interior há uma vasta gama de equipamentos, sendo eles: Pista de caminhada, lago para pesca, academia ao ar-livre, parquinhos infantis (em diferentes áreas), bancos e ainda a casa de brinquedos (com acessibilidade restrita por horários e dias).

Durante os trabalhos de campo verificamos certo descaso para com o espaço em totalidade, com a pista de caminhada ocupada por matos e sujeira nas laterais, parquinhos infantis abandonados e incapacitados para uso, e com a vegetação tomando conta da academia ao ar-livre. Sobre este último aspecto, concluímos que este equipamento se encontra completamente degradado, abandonado e tomado pela vegetação, chamando atenção para o contraste entre seus equipamentos e os brinquedos infantis implementados posteriormente ao seu lado.

Ao nosso ver, isso evidencia que os espaços públicos de lazer por vezes são apenas concebidos e abandonados, sobressaindo o interesse do poder público em criar novos equipamentos em detrimento de manutenciar os que já estão postos. Por ser mais atrativa e notória aos olhos da população, novos equipamentos e obras realizadas pelo poder público tendem a agregar mais valor e destaque político àqueles que a fazem, liderando os interesses dos governos em construir espaços e não melhorar/dinamizar as obras construídas anteriormente.

Em campo, também detectamos a alta presença de obras e investimentos que demandam grandes parcelas de verba pública para este espaço, mas que em realidade não se configuram como importantes mudanças e melhorias ao uso do local, não afetando vertiginosamente em seu uso pela população. Outrossim, verificamos nestes espaços obras inacabadas que impedem com que os usuários desfrutem do espaço como deveriam, a exemplificar o caso de crianças brincando com uma bola de vôlei bem em frente à quadra de voleibol abandonada, explanado na figura 4.

Percebemos ainda a falta de articulação entre os equipamentos presentes e os usos verificados, uma vez que o local dispõe majoritariamente de brinquedo para crianças e não contempla os adolescentes da mesma maneira. O mesmo acontece com a prática de esportes como futebol e voleibol, realizadas em áreas gramadas e/ou cimentadas em seu interior, mas que não foram planejadas para tais práticas.

Quanto à iluminação, essa também deixa a desejar, fazendo com que o espaço seja seguro e com muitos usos durante o dia, enquanto durante a noite os usos sejam quase que impossíveis devido à insegurança ocasionada pela baixa iluminação.

Em relação à acessibilidade física, salientamos que este espaço possui rampas de acesso a cadeirantes, mas ao mesmo tempo é insuficiente na acessibilidade em geral, pois não se configura como um local convidativo a essa parcela da população, com desníveis constantes no calçamento e baixa manutenção dos locais de passagem.

Já simbolicamente, o Espelho D'água trata-se de um dos mais plurais espaços de lazer da cidade, atraindo habitantes de todos os bairros da cidade para seu interior, principalmente por causa de sua pista de caminhada, sendo um local seguro e adequado para correr e caminhar devido à não permissão de automóveis em seu interior.

Figura 4: Dissociação de equipamentos concebidos e práticas realizadas no Espelho D'água, em Orlândia (2024)



Fonte: Atividades de campo.

A Praça José Roberto Macedo (Mapa 8), por sua vez, apresenta uma dinâmica completamente distinta deste último espaço supracitado. Essa verifica-se como um espaço majoritariamente de passagem e circulação moradores do próprio bairro, sobretudo por estar localizada em uma franja urbana caracterizada pela calma e baixo fluxo de automóveis.

Mapa 8: Equipamentos de lazer na Praça José Roberto Macedo, em Orlândia (2024).

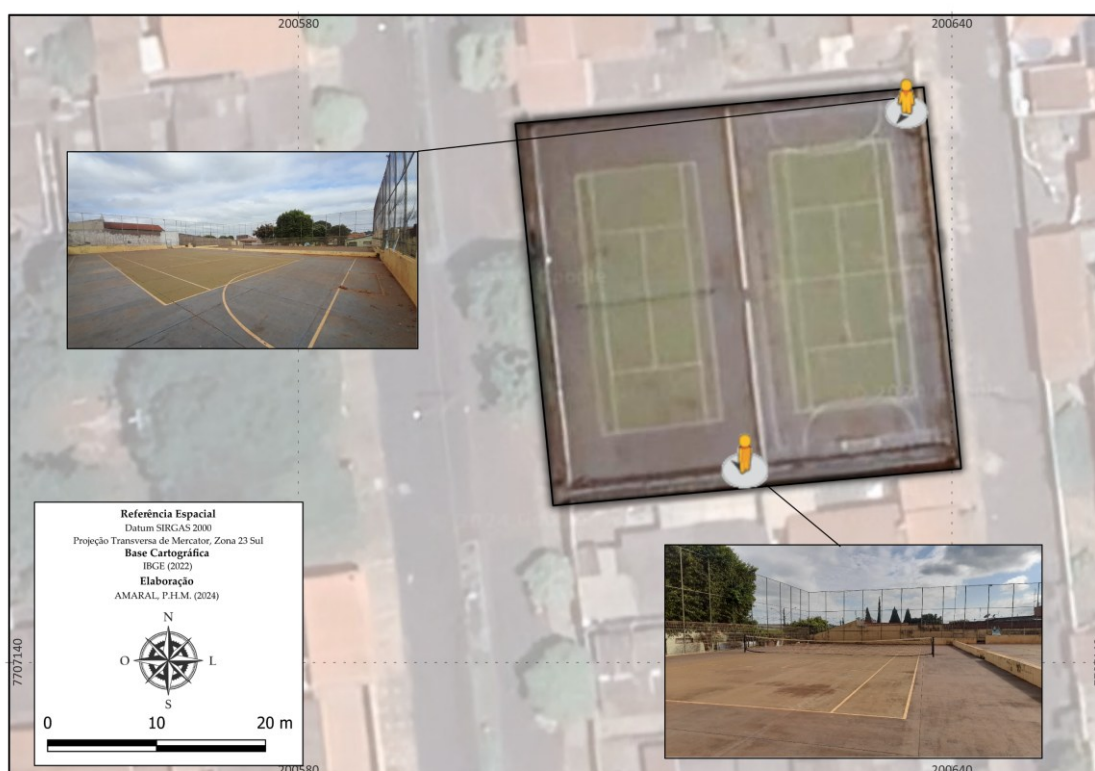


Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Este espaço oferece apenas bancos para descanso como equipamento de lazer, que se encontram malconservados e/ou completamente degradados. Fato este que se assemelha à qualidade geral da iluminação e dos caminhos internos – que não impedem a passagem da população pois nas bordas os caminhos são de boa qualidade e permitem a circulação.

Logo ao lado, localiza-se a Praça de Esportes Nilson Domingos (Mapa 9), que possui uma quadra de tênis e uma quadra poliesportiva. Ao longo das visitas de campo, verificamos muitos usos da quadra no período diurno, efetuado por crianças e jovens que praticam esportes e brincadeiras nas quadras, bem como a presença de aulas particulares de tênis (a nível individual) que ocorrem esporadicamente.

Mapa 9: Equipamentos de lazer na Praça de Esportes Nilson Domingos, em Orlandia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Contudo, a quadra poliesportiva está restrita ao futebol e ao handebol (não praticado), não agregando os demais esportes propostos como voleibol e basquetebol. Além disso, durante o período da pesquisa de campo, um dos gols foi retirado do local, inviabilizando a prática do futebol por grupos numerosos.

Este espaço é utilizado principalmente por adultos e jovens do sexo masculino para a prática do futebol e do tênis, conferindo um caráter levemente segregador para o uso de seu interior por parte dos demais grupos sociais. Apesar disso, o espaço funciona como um ótimo dinamizador da vida do bairro, promovendo movimento ao seu entorno imediato.

Devido aos usos diurnos, a praça aparenta ser um local seguro para a população geral, que também a utiliza como local de passagem, porém durante o período noturno os usos são inviabilizados pela falta de iluminação, conferindo um caráter de insegurança ao espaço.

A Praça Alcebiades Figueredo (Mapa 10), também localizada no bairro Boa Vista, apresenta equipamentos bem conservados, sendo eles: uma quadra poliesportiva, um playground e uma academia ao ar livre.

Mapa 10: Equipamentos de lazer na Praça Alcebiades Figueredo, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

A conservação de seus equipamentos de lazer e de sua infraestrutura é valorosa, uma vez que a seus equipamentos são recém implementados ou, quando antigos, são bem cuidados e conservados. Fazendo com que a praça seja chamativa e abrigue usos diversos, estando

ligados à academia, aos playgrounds, à quadra e aos bancos – seja para conversar ou assistir aos jogos que acontecem na quadra.

Da mesma forma, a Praça Roque Mei (Mapa 11) se assemelha em equipamentos e usos, privilegiando o lazer ativo – principalmente esportivo – para a população de seu entorno, ofertando dois playgrounds, uma quadra poliesportiva, uma academia ao ar-livre e diversos bancos para descanso.

Tal praça se figura como um importante espaço de lazer para a população que a cerca, sendo possível verificar usos em momentos distintos do dia e da semana, feitos por pessoas mais jovens e também mais velhas, ambas de gêneros distintos, sendo que as principais atividades são: usos da academia ao ar-livre por jovens, adultos e idosos; usos da quadra esportiva por jovens e crianças de ambos sexos; uso dos playgrounds por crianças; e utilização dos bancos para conversação por parte de adolescente e jovens adultos do sexo masculino, bem como de mulheres adultas e idosas que se apropriam deste espaço para socialização.

Mapa 11: Equipamentos de lazer da Praça Roque Mei, em Orlândia (2024)



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Em relação à arborização do local, a consideramos como adequada aos usos noturnos pois não atrapalha a iluminação (satisfatória) do local, contudo, sendo insuficiente levemente durante o dia por não fornecer sombra suficiente em equipamentos específicos, como no caso dos playgrounds e da academia ao ar-livre. Mesmo assim, a presença mediana de árvores no interior da praça se justifica pelo fato de possivelmente atrapalhar o uso da quadra poliesportiva com folhagens.

Destaca-se neste espaço a qualidade de sua conservação geral (bancos e demais equipamentos) e, sobretudo, a qualidade da limpeza do local mesmo não dispondo de lixeiras em seu interior. Tal conservação e limpeza se devem ao serviço prestado por trabalhadores contratados pelo poder público para realizar a manutenção desse e de outros espaços da cidade.

Ressaltamos também, práticas verificadas próximas a este espaço e que condizem exatamente com práticas que poderiam ser realizadas em seu interior (pois possuem equipamentos para isso) como o futebol de/na rua e brincadeiras infantis. Tal realidade não é exclusividade deste espaço em específico, nem mesmo de nosso quadro urbano, uma vez que Sartório (2015), ao investigar o lazer em Vitória-ES, verificou uma dinâmica semelhante, na qual

Percebe-se, que os playgrounds mais prósperos, são aqueles localizados próximos a ruas movimentadas, com o frequente uso feito por crianças. Os playgrounds, em muitos casos, parecem desinteressantes para as crianças das periferias, que dão preferência às ruas e às calçadas (Sartório, 2015, p. 118)

Então, apesar da completa diferença entre os dois quadros urbanos (populacional, inserção na rede urbana, econômica etc.) verifica-se a imprevisibilidade da prática do lazer no espaço urbano, pois mesmo com equipamentos bem qualificados para a prática, os usuários por vezes não se apropriam dos mesmo e realizam o lazer em outros locais próximos, renunciando ao equipamento formal e criando seus próprios lugares para satisfazer seus anseios.

Nos questionamos sobre os motivos de tais práticas em desacordo com os espaços estruturados fisicamente na urbe: Por que os habitantes praticam futebol na rua ao lado de um espaço que oferece uma quadra poliesportiva para tal? Por que as brincadeiras acontecem na rua, em meio a automóveis e à escuridão e não na praça ao lado que oferta segurança e luminosidade adequada? Estes questionamentos não foram respondidos em nossa pesquisa, mas são importantes pontos de reflexão/investigação para futuros trabalhos.

No bairro Jardim Parisi, verificamos mais duas praças (Praça Jardim Santo Expedito e Sem Denominação Oficial 04), de implementação recente, a segunda praça estando sem nomenclatura oficial (ao menos não constatada no mapa oficial do município e sem identificação física de logradouro) e com dinâmicas de uso completamente inferiores à praça supracitada.

A primeira dessas praças (Mapa 12), possui pouquíssimos bancos em seu interior (quando comparados com o tamanho da praça), uma academia ao ar-livre e um playground, sendo estes os equipamentos de lazer ofertados.

A arborização do local ainda está em fase de crescimento e não atingiu a qualidade de sombra desejada, mas apresenta-se como um futuro local bem sombreado e atrativo para convivência/circulação de pessoas. Já a iluminação do local é qualitativamente boa e oferece uma sensação de segurança noturna para o interior da praça e para seus arredores.

Mapa 12: Equipamentos de lazer na Praça Jardim Santo Expedito, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

De maneira semelhante, a segunda praça recém implementada no bairro (Mapa 13), também sem denominação oficial, verifica-se sem usos cotidianos. Essa, por sua vez, possui

equipamentos de lazer ainda menos chamativos (mas bem conservados) e não conta com iluminação noturna, restringindo a apropriação para o lazer e colaborando para a sensação de insegurança em suas proximidades e em seu interior.

Em nossa interpretação, essas duas praças sem denominações oficiais possuem uma característica que se assemelha mais às áreas verdes do que à EPLs em si, possuindo seu valor principalmente em questões paisagísticas, estéticas e climáticas de seu entorno imediato.

Mapa 13: Equipamentos de lazer no Espaço Público de Lazer Sem Denominação Oficial 04, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Segundo Kallas (2005, p. 44)

As áreas verdes transmitem sensação de conforto e bem estar tornam a paisagem agressiva dos blocos de concreto mais agradável, além de reduzirem o calor e contribuírem para melhorar as condições físicas e psíquicas do homem, servindo como referencial simbólico à população (Kallas, 2005, p. 44).

Além disso, supomos que tais espaços foram utilizados como estratégias de valorização imobiliária dos lotes urbanos ao seu redor. Em consonância aquilo evidenciado por Serpa (2007) a respeito dos parques públicos na cidade contemporânea, sendo eles

“verdadeiras grifes do setor imobiliário, [...] pois tornam-se importantes instrumentos de valorização imobiliária (Serpa, 2007, p. 25)”, consideramos essas áreas verdes em nosso recorte espacial com a mesma dinâmica.

Dessa forma, esses dois espaços supracitados funcionam muito mais como um instrumento de valorização das áreas adjacentes do que como locais dinamizadores do lazer cotidiano e da vida urbana do bairro, sendo estruturalmente dotados de árvores e paisagens bucólicas, mas vazios de conteúdo.

Sendo assim, alertamos para os efeitos das diferentes formas de produção espacial e os efeitos disso no lazer urbano e, principalmente, nos espaços públicos de lazer. Ao realizar uma comparação com a Praça Domingos Bocado (Figura 17), percebemos que a mesma é de implementação (e habitação do entorno) mais antiga, sendo este um importante e consolidado espaço de lazer, sobretudo na escala do bairro.

A Praça Domingos Bocado valoriza-se pela quantidade de equipamentos presentes e de práticas que ocorrem em seu interior (Mapa 14), possuindo: a Quadra Poliesportiva Euripedes Aparecido Fernandes; um parque infantil; um playgorund; muitos bancos e uma academia ao ar-livre; além de espaços livres em seu interior que permitem apropriações não normatizadas e diversas por parte da população.

As práticas verificadas in-loco abrangem: crianças brincando na academia ao ar-livre, no playground e no parquinho; adultos e jovens conversando; bem como o uso da quadra poliesportiva para o futebol de jovens, adultos e crianças. A praça abriga também um dos Centros Sociais da cidade, que mesmo não estando em funcionamento nos dias de visita se torna um instrumento que contribui para nossa interpretação sobre a notoriedade que essa praça tem perante o bairro.

Dito isso, a praça possui centralidade em uma escala micro, atraindo usuários tanto de seu entorno imediato, quanto de bairros próximos, principalmente pelo tamanho e conservação de sua quadra poliesportiva que um vasto público para a prática de futebol, sendo utilizada também para uma escolinha de futsal que funciona em dias e horários específicos da semana.

Ressaltamos que a convivência nesses EPL da cidade tende a aumentar ao decorrer dos anos, pois em espaços recém implementados os usos tendem a ser individuais, esporádicos e desarticulados, não configurando-se como essencialmente públicos, pois caminham em desacordo com a essência da vida pública compartilhada e expressam a justaposição de diferentes territórios num mesmo local, mas separados entre si (Serpa, 2007). Porém, tal dinâmica tende a ser modificada com ao se firmarem relações de vizinhança, de

confiabilidade e de vontade de convívio com o próximo, avivando a essência que funda os espaços públicos e a cidade em si.

Mapa 14: Equipamentos de lazer na Praça Domingos Bocardo, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Já no Bairro Nova Orlândia, encontramos dois EPL, o primeiro deles sendo o minicampo Jardim Nova Orlândia (Mapa 15), um espaço aberto ininterruptamente que se figura como uma boa alternativa para a prática de futebol para crianças, jovens e adultos.

Em relação à conservação, este se encontra com o gramado satisfatório, sendo adequado para práticas esportivas amadoras. No entanto, o espaço não dispõe de iluminação adequada para práticas noturnas, pois os refletores verificados se encontram deteriorados.

Quanto aos usos, estes são majoritariamente realizados em finais de semana, por usuários do próprio bairro e de outras localidades da cidade, visto que o tamanho do campo e dos gols são convidativos a pequenos grupos de pessoas.

Justifica-se o uso de pessoas de outros bairros pela ausência de campos de futebol ao longo da cidade, de forma com que este minicampo compita com apenas mais dois espaços: um localizado na outra extremidade da malha urbana e outro, que por mais que esteja

localizado a 500m de distância (pertencendo ao Parque Cyro Armando Catta Preta), possui proporções muito maiores.

Mapa 15: Equipamentos de lazer no minicampo Jardim Nova Orlândia, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

O segundo espaço deste bairro trata-se da Praça do Cemitério, um EPL de baixo uso, com poucos equipamentos de lazer e localizada na borda da malha urbana do município (Mapa 16).

No que tange aos equipamentos de lazer presentes, consta no local: um playground; uma academia ao ar-livre; e bancos diversos para contemplação. Apesar de possuir equipamentos parecidos com outros espaços da cidade, não verificamos muitos usos cotidianos em nossas observações de campo, estes estando restritos ao descanso e à conversação nos bancos do local, mesmo que em uma visão diagnóstica, a praça tenha boas condições de uso.

Associamos essa baixa nos usos da praça a três principais fatores: 1) o baixo fluxo de seu entorno; 2); a presença do cemitério da cidade ao seu lado; 3) a proximidade desse EPL com o EPEL Parque Cyro Armando Catta Preta.

Sobre o primeiro fator, entendemos que por estar localizado nas margens do perímetro urbano, este espaço deixa de ganhar fluxos contínuos de circulação de pessoas, automóveis, mercadorias e acaba não ser tão dinamizado quanto outros EPL da cidade (a exemplo do Espaço de Lazer Público Sem denominação Oficial 02 que possui os mesmos equipamentos e é largamente utilizada).

Mapa 16: Equipamentos de lazer na Praça do Cemitério, em Orlandia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

No segundo caso, consideramos que este espaço tende a competir – desigualmente – com o Parque Cyro Armando Catta Preta, localizado em seu entorno imediato e que acaba por atrair a grande maioria da população pois possui maior notoriedade, equipamentos, beleza cênica, conforto térmico e dinâmica de práticas socioespaciais internas. O parque consegue atrair usuários de toda a cidade, sendo o principal espaço de lazer da cidade em uma escala ampla, subjugando assim a Praça do Cemitério no que tange ao lazer urbano.

A respeito do terceiro fator, assumimos que o cemitério ao lado (que confere o nome à praça), faz com que o sentimento da população orlandina para com o espaço se associe com

lembranças desagradáveis, configurando uma sensação melancólica para este espaço por parte daqueles que não residem em seu entorno imediato.

Tal presença, em nossa análise, caracteriza a destinação de usos dos espaços públicos e a visitação de usuários advindos do restante da cidade ao bairro Nova Orlândia em dois grupos: a) habitantes que almejam práticas de lazer e que vão para o Parque Cyro Armando Catta Preta; b) habitantes que almejam práticas religiosas e/ou espirituais e que fazem visitas ao cemitério municipal – não se apropriando da praça localizada em frente para o lazer urbano.

Em nossa visão – considerando que numa realidade ideal os espaços teriam de ser construídos horizontalmente entre população e poder público – entendemos que os equipamentos presentes no local se trata de um erro logístico por parte de seus conceptores, uma vez que em uma curta distância verificam-se os mesmos equipamentos oferecidos, com maior quantidade, variedade e quantidade.

Em nossa análise, a implementação de playgrounds e de academias ao ar-livre tão próximas ao mais notório espaço de lazer da cidade visando ampliar ainda mais as oportunidades de lazer para a população, somente se justificaria caso a intenção do PPM fosse oferecer opções de lazer noturno à população, uma vez que o Parque ao lado é de uso restrito e não pode ser acessado a noite. Porém, o que se verifica no local é uma precária iluminação interna, refutando essa teoria.

A Praça do Cemitério se faz notória e ganha usos expressivos em datas específicas do ano, como o dia das mães, o dia dos pais e o dia de finados, nos quais ela comporta um notório fluxo de pessoas (para visitação do cemitério) e de mercadorias (com comércio de alimentos e flores).

Logo, concluímos que ao se tratar especificamente do lazer cotidiano, este espaço não demonstra relevância, pois está mais relacionado com momentos específicos e com práticas que não se caracterizam como sendo de lazer.

Tratando do bairro Cidade Alta, nele também se verificam duas praças que pertencem ao grupo dos EPL, mas que possuem dinâmicas que se diferem entre si. A primeira delas trata-se da Praça Iraci Custódio dos Santos (Mapa 17), estando localizada bem ao norte do bairro e em uma franja urbana – pois o bairro localiza-se na periferia noroeste da malha urbana do município.

O local não oferece equipamentos para lazer ativo, restringindo os usos aos bancos, à socialização e até mesmo à espera de ônibus no ponto fixado em sua borda (prática que não se

caracteriza como lazer). Contudo, o espaço é bem conservado, apresentando bancos limpos, confortáveis e lixeiras que impedem, de certa forma, a degradação do local.

Mapa 17: Equipamentos de lazer na Praça Iraci Custódio dos Santos, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

A arborização do local oferece um clima interno agradável aos usuários, favorecendo a apropriação do local, porém durante a noite este espaço passa a expelir os usos pois é insuficiente na iluminação, estando completamente tomado pela escuridão e pela sensação de insegurança.

Durante as observações de campo, apenas verificamos usos cotidianos relacionados à escola que fica ao lado, sendo dinamizada por crianças e pais de alunos que se sentam nos bancos ou que ocupam esse espaço para conversar e brincar temporariamente nos momentos de entrada e saída da escola.

Já a Praça José dos Santos ou Praça Goiaba (Mapa 18), como era conhecido José dos Santos, oferece boas alternativas de lazer para a população do bairro Cidade Alta, dispondo de uma academia ao ar-livre e de um playground para as crianças.

Durante o dia a praça é dotada de uma excelente dinâmica de usos, promovida pela boa localização na margem da principal rua do bairro, perto de seu principal supermercado e de uma escola de ensino fundamental. Dito isso, são plurais as práticas nela verificadas, como: socialização nos bancos e na academia ao ar-livre realizada por adultos e jovens; brincadeiras no playground e na academia por parte de crianças; e o uso específico da academia ao ar-livre para prática esportiva. Contudo, durante a noite os usos caem vertiginosamente, também pela baixa qualidade luminosa do local.

Mapa 18: Equipamentos de lazer na Praça José dos Santos (Praça Goiaba), em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

O bairro Jardim Teixeira, por mais populoso que seja, é acompanhado de somente um espaço público de lazer que é a Praça Antônio Alves Teixeira (Mapa 19), ou “Praça da Mãe Rainha” como é conhecida popularmente, localizada nas extremidades do bairro e não sendo, ao nosso ver, suficiente para a oferta de lazer ao bairro todo.

Essa é uma das praças que mais chamam atenção por sua conservação, sendo notória a beleza cênica da mesma dependendo do ângulo em que se observa. A praça dispõe apenas de

bancos e dois equipamentos específicos para lazer ativo: academia ao ar-livre e playground. Contudo, a praça é bem dinâmica e oferece usos diurnos notórios, sobretudo ao final da tarde, quando a população a utiliza como ponto de preparo e de descanso para caminhadas e corrida de rua em seus arredores.

Mapa 19: Equipamentos de lazer na Praça Antônio Alves Teixeira (Praça Mãe Rainha), em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Por ser um espaço que é cortado por duas ruas e ofertar boas condições microclimáticas, este EPL sedia aulas de autoescola nos dias de semana e as provas práticas das mesmas em eventos organizados pelo DETRAN-SP (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo). Não somente, durante nossos trabalhos de campo a praça estava recebendo aulas de ginástica ao ar-livre promovidas pelo poder público, que aconteciam três vezes por semana durante o período noturno.

Tal programação de lazer é de suma importância, pois traz contribuições relevantes e incentivam a apropriação da praça pela população, convidando-a para ocupar-se do local,

promovendo saúde aos cidadãos e fazendo com que esses criem laços afetivos com o local e contribuam para a conservação do mesmo (Marcellino, 1995).

Além disso, durante a noite não é raro verificar pessoas se utilizando do espaço da praça para socialização, principalmente aos finais de semana. Situação surpreendente para nós, uma vez que a iluminação do local é insuficiente, possuindo alguns espaços de alta incidência luminosa, mas também deixando espaço completamente sombrios, fato que, segundo uma das alunas das aulas de ginástica, o transforma em um local propício para atividades ilegais.

A Praça da Mãe Rainha possui em seu interior um templo religioso que lhe dá o nome popular, porém este não é responsável por conferir usos cotidianos no local, visto que o templo religioso não promove eventos diários ou semanais, estando restrito a casamentos ou outros cultos esporádicos.

Já no bairro Centro, verificamos um grande e variado número de EPL, que se diferenciam nos propósitos, nos entornos imediatos e nos usos realizados. Um destes espaços trata-se da Piscina Pública Dr. Pedro Tassinari Filho, que é acompanhada de uma quadra de esportes, ambos completamente degradados, abandonados e de vedado (Mapa 20).

Em anos anteriores à pesquisa, este local tratava-se de um importante espaço para a população, visto que nele funcionava o Projeto Adolescente no Esporte, de suma importância para oferecer atividades para o público jovem, que se utilizava de suas instalações para realizar as atividades do projeto, envolvendo desde trabalhos remunerados para eles até atividades de lazer e de utilização destes equipamentos.

Em nossa visão, reformar e revitalizar este espaço deveria ser prioridade imediata para o poder público, visto que o projeto era visto com bons olhos por parte daqueles que eram atendidos por ele e para a população geral, oferecendo, segundo a mesma, uma excelente alternativa para a ocupação do tempo livre dessa faixa etária.

Diferentemente, temos no interior do bairro três praças bem semelhantes entre si, com alta movimentação de pessoas, de grande notoriedade para a cidade e de grande importância para a vida urbana, para eventos públicos, para a passagem de pessoas e para a socialização dos habitantes de Orlândia (Amaral, 2023). A primeira delas, trata-se da Praça São José (Mapa 21), essa ofertando apenas bancos para a prática de lazer (passivo).

Mapa 20: Equipamentos de lazer na Piscina Pública Dr. Pedro Tassinari Filho, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

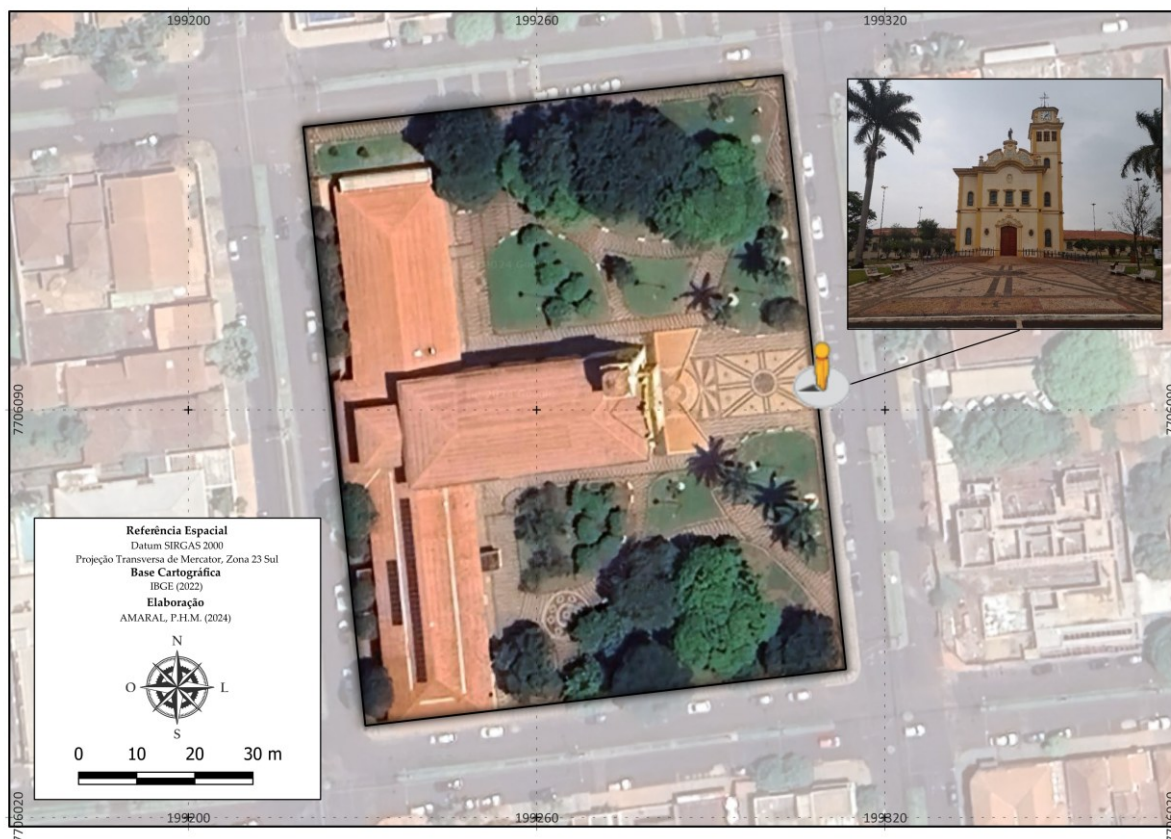
Apesar de possuir apenas um tipo de equipamento de lazer (os bancos), verificam-se uma boa taxa de uso por parte de jovens nos finais de semana, que se utilizam da praça para socializar, ou de casais que se utilizam das instalações da praça para namoro. Além disso, Amaral (2023) relata a utilização cotidiana da praça durante os dias da semana principalmente para passagem/deslocamento, passeio com cachorros ou crianças, além dos usos voltados para o templo religioso fixado no centro da praça.

Quanto à conservação, esse espaço apresenta-se bem conservado, com pavimentação invejável e bancos bem conservados. Contudo, alguns bancos são insuficientes durante o dia pelo baixo sombreamento, mas que não afetam a apropriação da praça em demasia pois existem no local muitos bancos e que nunca são ocupados em totalidade.

Em outros estudos (Amaral, 2023), constatou-se baixa qualidade na iluminação da praça, com postes de luz e refletores quebrados e/ou desligados, sendo que, anos após o estudo e com intervenções realizadas na praça (instalação de novos postes e refletores), o que consta ainda é a mesma baixa qualidade na iluminação, com a maioria dos equipamentos de

luz quebrados e desligados, resultando em um espaço restrito a usos do templo religioso em períodos noturno e que repele os demais usos na praça propriamente ditos.

Mapa 21: Equipamentos de lazer na Praça São José, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Outro espaço público de lazer central, a Praça Coronel Orlando (Mapa 22), também oferece apenas bancos como equipamento de lazer, mas que ao contrário de sua vizinha, abriga usos cotidianamente.

Durante as visitas de campo, presenciamos apropriações distintas, resumidas em: descanso diurnos em intervalos de trabalho; espera de ônibus; uso comercial para serviços de moto taxistas; conversação/socialização de idosos e adultos; e socialização de jovens no período noturno. Porém, ressaltamos que, com exceção dos dois últimos, a maioria dos usos da praça não privilegiam o lazer, conferindo à praça um caráter utilitário para a população economicamente ativa e um lugar de lazer para jovens e idosos – que dispõem de mais tempo livre para o lazer.

É curioso o fato de que mesmo ofertando os mesmos equipamentos de lazer que a Praça São José, localizada a 120 metros, essa praça seja indubitavelmente mais utilizada que sua vizinha.

Mapa 22: Equipamentos de lazer na Praça Coronel Orlando, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Associamos essa diferenciação de movimento devido a quatro fatores: 1) O templo e as atividades religiosas da Praça São José afastam o público (sobretudo os jovens do período noturno); 2) A Praça São José está localizada à margem do hipercentro comercial de Orlândia e com poucos estabelecimentos comerciais ao seu redor; 3) A Praça Coronel Orlando está localizada bem em frente a Prefeitura Municipal de Orlândia, elegendo um cuidado maior em sua conservação, como, por exemplo, a iluminação; 4) A recente reforma pela qual passou a Praça Coronel Orlando, tornando-a mais chamativa para a população, que passou a exercer nela os usos que eram realizados nas demais praças centrais da cidade.

Sobre o último fator, Queiroga aponta que

As praças centrais são as mais dinâmicas, conflituosas, carregadas de memória e história, mesmo que, em muitos casos, as municipalidades não cansem de reformá-

las, mais do que restaurá-las. São espaços de ampla visibilidade pública, fortemente relacionadas ao entorno e contexto urbano (Queiroga, 2012, p. 95).

Dessa forma, é fato que a atenção dada às praças centrais pelo poder público, pelos moradores e até mesmo pelos visitantes da cidade, conferem uma dinâmica de formas e usos completamente distintos entre esses espaços e os outros EPL da urbe. Sobre isso, Gomes (2013, p. 269) afirma que

É fácil perceber que certos logradouros concentram atenção, repercutem os eventos, têm sempre olhos voltados para eles. Esses logradouros, por circunstâncias variadas, funcionam como uma espécie de cenário da vida urbana, um resumo das formas de sociabilidade, e constituem, assim, um ingrediente fundamental na definição de traços que caracterizam a cidade (Gomes, 2013, p. 269).

Contudo, a mais notória praça – e talvez o mais notório EPL do município – trata-se da Praça Mario Furtado, essa também dispondo apenas de equipamentos passivos de lazer: restritos aos bancos, ao coreto e à fonte abrigada em seu interior (Mapa 23).

Conforme apresentado em estudos anteriores (Amaral, 2023), a praça ganha dinamismo principalmente por estar rodeada de estabelecimentos comerciais e por se localizar na principal rua da cidade. Devido a isso, este é o EPL mais movimentado da cidade, sendo utilizado ao longo do dia principalmente para descanso, passagem e socialização e durante a noite também para estes mesmos usos, sendo evidente a influência dos comércios na venda de produtos e na atração de pessoas, que se utilizam da praça para consumir e para “fazer praça” com outros sujeitos.

Contudo, chamamos atenção para a passividade do lazer neste local, falhando em ofertar alternativas de lazer ativo para a população. A sugestão de implementação de playgrounds para crianças em áreas gramadas da praça levantada por Amaral (2023) é um dos exemplos de intervenção a serem realizadas no local que em nossa visão continua sendo plausível, uma vez que os agentes privados se ocupam da praça com brinquedos e infláveis para oferecer alternativas pagas de lazer para crianças nos finais de semana.

Mapa 23: Equipamentos de lazer na Praça Mario Furtado, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Como democratizar o lazer é dever do poder público e um direito dos cidadãos, relatamos que a passividade do poder público ao permitir a destinação de usos da praça para a iniciativa privada é algo a ser combatido, sendo uma importante ação em busca da efetivação da cidadania. Azevedo (2013, p. 77-78) pontua que

Pensar o espaço público como local da dominação política evidencia o poder do Estado sobre espaços que deveriam ser livres de qualquer ingerência, mas é alvo de disputas entre diferentes segmentos sociais. [...]. Entretanto, as ações do poder público no espaço urbano levam ao atendimento de determinados interesses, não resultando em uma administração comprometida com os grupos sociais da mesma maneira. Em geral, essas ações buscam legitimar os interesses de uma classe dominante (Azevedo, 2013, p. 77-78).

Nesse sentido, é nítida a demanda social de alternativas de lazer infantil na área central da cidade, o que além de garantir o direito às crianças, colaboram para que seus responsáveis se insiram com mais frequência na vida pública urbana. Enxergamos isso como mais uma evidência de que o espaço, para além de palco das ações da sociedade, colaboram para a

mudança social; as reformas sociais perpassam, portanto, pela dimensão espacial (Gomes, 2002).

Em campo, verificamos que a Praça Mario Furtado, passa por um momento de mudanças nos usos, com sua ocupação noturna sendo drasticamente reduzida – essa perdendo espaços para a recém reformada Praça Coronel Orlando. Ligamos esse movimento primeiramente à qualidade da conservação da praça, que se encontra com calçamento irregular, diversos desníveis de solo, baixa acessibilidade física e com uma iluminação de baixa qualidade e desarticulada das árvores de copa alta, resultando em um espaço inseguro, com impedimentos ao acesso e de difícil circulação.

Apesar da recém queda em usos cotidianos, essa praça recebe muito eventos ao longo do ano, movimentando-a e oferecendo excelentes opções de lazer a população, mesmo que apenas durante alguns dias. A citar, esses eventos são: Festa das Nações; Feira do Livro; Festa Nordestina; e Natal Encantado. Estes atraem o público de toda a cidade, com atrações de expressão nacional ou com decorações específicas que conferem uma dinâmica não costumeira à praça, sendo um excelente atrativo não só para a população orlandina, mas também para moradores de municípios próximos.

A Praça dos Imigrantes (Mapa 24) – mais um espaço central e de grande notoriedade – apesar de não obedecer ao conceito de praça definido por Robba e Macedo (2002, apud Mendonça, 2007, p. 299) que consiste em “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” recebe o mais importante evento público do calendário anual do poder público: o carnaval de rua.

Além disso, a praça é a que mais abriga opções diversas de lazer para a população, indo desde o lazer intelectual, passando pelo lazer social e indo até o lazer físico, possuindo os seguintes equipamentos: Quadra de Streetball; Pista de Skate; Academia ao ar-livre; Quadra de Basquetebol; Biblioteca; Teatro; Palco (inutilizado) e Arquibancada.

Ao longo das visitas de campo, o maior número de usos se deu principalmente nos equipamentos de lazer físico, sendo realizado nos mais diversos dias da semana durante o período diurno, enquanto no período noturno o EPL como um todo cai no esquecimento e passa a somente a servir de abrigo (informal) para moradores de rua devido à baixa qualidade da
iluminação.

Mapa 24: Equipamentos de lazer na Praça dos Imigrantes, em Orlândia (2024).



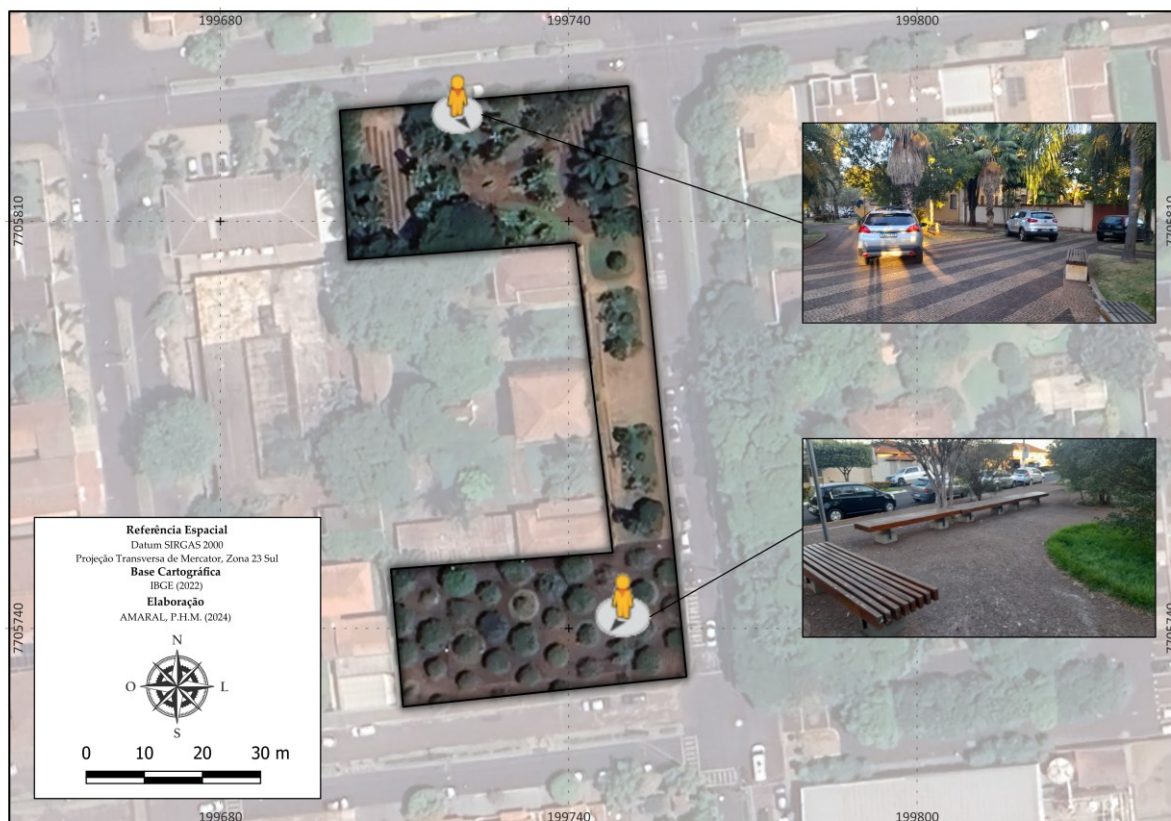
Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Os usos da praça relacionam-se também com uma escola de ensino fundamental (anos finais), que por ter alunos com idade suficiente para ir para casa sozinhos depois da escola, acabam por se apropriar dos equipamentos ali disponíveis para a prática de atividades físicas em conjunto, além da socialização com os amigos. Além disso, por ser atravessada por uma rua, a praça serve também de espaço para aulas de autoescola durante os dias da semana.

Ainda nas bordas do Centro, recebendo levemente a dinamicidade da área central, mas já localizada no bairro Bandeirantes, estão estruturadas: a Praça Flávio de Freitas Silveira (também chamada de Praça da Bandeira) e a Praça Max Define (Mapa 25). Como as duas praças estão no mesmo quarteirão, as consideramos como o mesmo espaço público de lazer.

Neste EPL os equipamentos de lazer dizem respeito apenas aos bancos colocados ao longo das praças e o Museu Municipal que as divide. Quanto aos usos, estes são restritos à apropriação esporádica de alguns indivíduos para descanso e/ou passagem e raros usos aos finais de semana por jovens que a visitam para socialização e/ou namoro

Mapa 25: Equipamentos de lazer na Praça Flávio de Freitas Silveira (Praça da Bandeira) e na Praça Max Define, em Orlandia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Apesar disso, a praça é bem conservada, principalmente pelas instituições públicas que possui, como: Delegacia Municipal; Centro de Saúde; Casa da Cultura; e Museu Municipal. Em se tratando de iluminação e arborização a praça é bem qualificada, chamando nossa atenção para uma particularidade encontrada que age de maneira contrária ao constatados nos referenciais teóricos em que nos baseamos: a diminuição de usos com a inserção de postes de iluminação.

Em nossa análise, associamos isso à vontade que o público jovem possui em subverter os usos, de frequentarem lugares mais isolados da cidade para realizarem práticas não aprovadas por seus responsáveis e/ou politicamente incorretas, fazendo com que a alta na iluminação do local afastasse esse público por passaria a expor mais seus usos e seus ambientes mais particulares.

Também pertencendo ao bairro Bandeirantes, a Praça Aristides Civildanes (ou Praça da Rodoviária) – assim como a maioria dos espaços das áreas mais antigas da cidade – oferta somente alternativas de lazer passivo aos cidadãos, dispondo de uma vasta quantidade de bancos e de árvores que contribuem para a melhoria do microclima local (Mapa 26).

O lazer público em si quase não foi constatado nas visitas de campo, sendo muito raro encontrar usos sociais voltados apenas para o bem-estar pessoal e para a interação com outros indivíduos. Essa praça possui os usos exclusivamente voltados à passagem de pessoas para utilizar-se da rodoviária que está em seu interior. Do mesmo modo, os usos sociais que ali ocorrem se vinculam mais aos estabelecimentos comerciais do que ao lazer hedônico e democrático.

A conservação do local é relativamente adequada, com boas condições de iluminação e de permanência (bancos), porém os locais de passagem não se encontram bem conservados, com muitos desníveis e buracos, dificultando a passagem de pessoas e, sobretudo, de pessoas em cadeiras de rodas.

Mapa 26: Equipamentos de lazer na Praça Aristides Civitanes (Praça da Rodoviária), em Orlândia (2024)



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Outro EPL verificado no bairro Centro – porém mais associado à zona industrial “para lá da rodovia” – trata-se da Praça Luiz Mariotto (Mapa 27), que por mais que se enquadre nos Espaços Públicos de Lazer, possui apenas bancos em seu interior.

Em tal espaço, não foram verificadas práticas socioespaciais de lazer em nenhuma das observações diretas de campo, consequências diretas da localização à margem das ruas mais movimentadas da cidade, da falta de iluminação noturna e da baixa conservação de seus bancos.

Mapa 27: Equipamentos de Lazer na Praça Luiz Mariotto, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

No bairro Jardim Santa Rita, com nomenclatura semelhante, encontra-se a Praça Santa Rita, um EPL que assim como os demais que abrigam um templo religioso em seu interior, possui práticas ligadas principalmente às atividades religiosas, com o lazer cotidiano não se verificando enquanto principal dinamizador do espaço.

A praça, assim como outras semelhantes, dispõe de uma academia ao ar-livre, um playground e bancos pulverizados por toda sua extensão, além de oferecer uma ampla área aberta e pavimentada que abre alternativas para usos diversos (Mapa 28).

Porém, o que foi constatado nas observações de campo foram apenas usos esporádicos, bem esparsos e desarticulados, estando restritos a poucas apropriações por parte de crianças que se utilizavam dos equipamentos de lazer ativo e de jovens que se reuniam para socialização.

Isso se deve ao fato de que os equipamentos se encontravam majoritariamente com problemas de uso, malconservados ou completamente quebrados, impossibilitando a prática do lazer ativo, por exemplo, na maioria dos aparelhos de ginástica ou no playground. Não só, a praça tem por característica ser um espaço ligado ao templo religioso (que lhe confere o nome) e os usos de lazer ativo são “disputados” com outros EPL mais atrativos que se localizam nas proximidades, tendenciando para a fuga de usos cotidianos de lazer dessa praça para quadras e campos de seus arredores.

Mapa 28: Equipamentos de lazer na Praça Santa Rita (Praça da Rodoviária), em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Apesar disso, a praça possui iluminação e conservação geral (com exceção dos equipamentos de lazer ativo) satisfatórias, recebendo usos voltados para o lazer passivo – impulsionado pelo microclima propiciado da boa arborização – em períodos específicos do dia, como os momentos de entrada e saída de alunos de uma escola próxima.

Sendo assim, elencamos que ao analisar conjuntamente o bairro, a Praça Santa Rita adquire grande valor qualitativo no que tange ao lazer urbano, pois mesmo não oferecendo alternativas de lazer ativo, essas demandas são supridas por EPL específicos para tal, localizados em suas proximidades.

Dito isso, a Quadra da Juventude (Mapa 29), oferece boa qualidade de equipamentos para o lazer ativo, sendo voltada principalmente para a prática do futsal em dias comuns e para sediar campeonatos de futsal em dias específicos – organizados pela população com o apoio do PPM.

Neste espaço, todos elementos contribuem para a boa utilização: iluminação; segurança; arborização; e equipamento de lazer (quadra poliesportiva). Apesar da área ao

redor da quadra não ser cimentada, isso não impede a apropriação do espaço, que é muito utilizado pela população, seja para a prática de esportes em seu interior, seja para assistir aos jogos, ou ainda se utilizando dos bancos para consumo e conversação – dinamizados pelo estabelecimento comercial próximo.

Mapa 29: Equipamentos de lazer na Quadra da Juventude, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Da mesma forma a “Quadra Poliesportiva do Jardim José Vieira Brazão” também possui maior foco nas atividades esportivas, sobretudo para a prática do futsal, mesmo possuindo banquinhos voltados para o lazer passivo de socialização (Mapa 30).

No entanto, a quadra é utilizada majoritariamente nos finais de tarde devido principalmente à alta incidência solar no período diurno – uma vez que não dispõe de árvores altas o suficiente para sombrear a quadra – e porque não possui equipamentos de iluminação em funcionamento. Ademais, os usos verificados no local são realizados em sua maioria por adolescentes e crianças na parte interna e externa da quadra.

Mapa 30: Equipamentos de lazer na Quadra Poliesportiva do Jardim José Vieira Brazão, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

No mesmo sentido, temos Minicampo Jardim Santa Rita, conhecido popularmente como “campinho do Brazão”, o qual oferece espaços internos de lazer voltados para o futebol, para o voleibol e para brincadeiras com pipas (Mapa 31).

No geral, o campo de futebol aparenta uma conservação razoável, estando com um gramado aceitável para as práticas de lazer e com gols desafixados do solo, o que permite seu deslocamento para toda extensão do campo e faz com que os usuários o adaptem conforme suas necessidades.

Durante nossas observações, verificamos um curioso espaço que segundo o mapa oficial seria destinado para uma instalação do fundo social denominada “Pró-Criança Mãe Maria”, mas que em realidade não passa de um prédio abandonado e apropriado de diferentes maneiras pela população, sendo que uma das apropriações verifica-se exatamente com usos voltados para o futebol.

Ao nosso ver, isso exemplifica a complexidade das práticas urbanas de lazer, visto que mesmo dispondo de um espaço destinado explicitamente para o futebol de campo, os usuários dobram o espaço aos seus anseios e fazem com que um espaço a pouco metros de distância

subverta a prática do futebol e passe a figurar em uma escala menor, com menos espaço interno e para um limite de pessoas diferentes praticando o esporte conjuntamente.

Mapa 31: Equipamentos de lazer no minicampo Jardim Santa Rita., em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Dito isso, explicitamos que mesmo agindo em prol da sociedade, os planejadores urbanos (representando o Estado) enfrentam grandes desafios na implementação de EPL, pois mesmo fazendo isso da melhor forma possível (em conjunção com a comunidade) os usos ainda podem ser subversivos, imprevisíveis e modificar as formas e funções do espaço de acordo com demandas momentâneas, que originam novas práticas socioespaciais de lazer.

De outra forma, já reconhecida institucionalmente, a Quadra Poliesportiva Antônio Paixão trata-se de um espaço público de lazer de livre acesso e que está abandonado a anos, não possuindo uso algum por parte da comunidade (Mapa 32).

Em questão de equipamentos, o espaço oferece como foco a quadra poliesportiva em si, dispondo até mesmo de uma grande arquibancada para que pessoas pudessem acompanhar as práticas que eram realizadas em seu interior. Além disso, há também uma área gramada disponível ao lado, que proporciona espaço para outros tipos de uso, como, por exemplo, brincadeiras com pipas ou até mesmo o futebol.

No passado, este era um importante espaço público de lazer para a população, sendo utilizado durante o dia todo por crianças, jovens e adultos que praticavam futsal na quadra, figurando-se como o principal espaço de lazer cotidiano do bairro todo. No entanto, com o passar dos anos, a quadra foi sendo abandonada pelo zelo do PPM e, conseqüentemente, pela população.

Mapa 32: Equipamentos de lazer na Quadra Poliesportiva Antônio Paixão, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

O que se verifica hoje em dia, é a ausência de gols de futsal, de tabela de basquete ou de qualquer outro equipamento de lazer no local, havendo ainda gramas e vegetação crescendo por todo espaço. Em nossa análise, tal abandono deve-se, principalmente, pela situação logística do espaço, localizado ao lado de um ginásio poliesportivo que oferece as mesmas modalidades de lazer e que recebeu reformas recentes – este se caracterizando como um dos Espaços Públicos Especiais de Lazer, que serão apresentados na próxima subseção.

3.1.2 Espaços Públicos Especiais de Lazer (EPEL)

Consideramos Espaços Públicos Especiais de Lazer aqueles espaços que são de propriedade pública, mas que não possuem acessibilidade irrestrita. Sendo assim, elencamos duas subclasses destes EPELs: A primeira sendo relativa aos espaços que não estão abertos à comunidade o tempo todo, como os centros de lazer e o parque da cidade; e a segunda dizendo respeito aos espaços que além de serem fechados durante determinados horários, ainda possuem o uso condicionado à reserva de horários, que são os casos dos ginásios poliesportivos fechados da cidade.

Ressaltamos que por se tratar de espaços geralmente fechados, controlados e com um quadro fixo de funcionários, os EPEL tendem a ser de boa qualidade, bem conservados, iluminados, seguros e com equipamento satisfatórios e convidativos ao uso. Sendo justamente o que foi verificado a respeito da Quadra Poliesportiva Pedro Lázari, localizada no bairro Jardim Santa Rita (Mapa 33).

A quadra cumpre perfeitamente sua função de local para práticas esportivas, sendo utilizada para distintas modalidades como futebol, voleibol e basquetebol em dias comuns e recebendo competições esportivas amadoras. Sua estrutura interna é de primeira qualidade, uma vez que dispõe de sanitários, bebedouros, arquibancadas, bancos e piso esportivo completamente novo, todos elementos oriundos de uma reforma recente.

Reforma esta que foi responsável por também implementar o sistema de reservas à quadra, colocando-a neste seletivo grupo de espaços públicos especiais de lazer. Em nossa análise, esse foi uma modificação estrutural e funcional de sucesso por parte do PPM, uma vez que a quadra vinha perdendo usos e se encontrava majoritariamente fechada ao público, ficando restrita a raros eventos que ali aconteciam. Agora, com nova dinâmica de uso e apropriação, este espaço voltou a figurar-se entre os principais locais para a prática do lazer em Orlândia – mesmo não possuindo uso livre.

Também com a intenção de alavancar os usos por meio de intervenções espaciais, outros EPELs da cidade passam por reformas. É o caso do Centro de Lazer Edgar Benine, um espaço que sempre se destacou pela vasta colaboração para com as práticas de lazer urbanas, dispondo de uma vasta gama de equipamentos de lazer a serem utilizados pela população (Mapa 34).

Mapa 33: Equipamentos de lazer na Quadra Poliesportiva Pedro Lázari, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Este espaço contém duas quadras poliesportivas, dois campos de futebol (de diferentes dimensões), uma quadra de areia, uma pista de bocha, três piscinas e um salão de festas (de utilização por reserva prévia). Contudo, durante o tempo de realização da pesquisa não foram verificadas práticas de lazer cotidianas neste espaço e isso se deve a diversos motivos. O primeiro dizendo respeito às reformas que ocorrem neste espaço, realizadas pelo poder público e visando ampliar o local, ofertando mais espaços e oportunidades de lazer à população.

Devido à presença de maquinários, tratores e todas os equipamentos necessários para as reformas, a prática de atividades fica restrita aos campos de futebol, sendo que estes não se encontram em bom estado de conservação, possuindo gramas altas e até mesmo restos de construção em seu interior, prejudicando a prática esportiva no local.

Não só, em relação à acessibilidade plural deste espaço, grupos de usuários jovens do sexo masculino se apropriam majoritariamente do local e segregam simbolicamente os demais. Em nosso entendimento e em concordância com Serpa (2007) e Gomes (2002), são necessários mais espaços e alternativas de lazer neste local para que seu uso seja possível para

outros gêneros e faixas etárias, pois os equipamentos oferecem um importante incentivo ao uso e, quanto apropriados por diferentes usuários, fazem valer o princípio da acessibilidade física e simbólica característica dos espaços públicos de lazer.

Mapa 34: Equipamentos de lazer no Centro de Lazer Edgar Benine, em Orlandia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Além disso, é imprescindível a criação de projetos de animação para os espaços a serem implantados, fazendo com que os usos sejam contínuos e que a população crie laços com esses locais, de modo com que pouco a pouco todos os grupos sociais se sintam confortáveis para se apropriarem do Centro de Lazer.

Acredita-se que as modificações nesse espaço possam – assim como na Quadra Poliesportiva Pedro Lázari – modificar beneficemente os usos do local, atraindo mais pessoas para o Centro de Lazer e fazendo com que este volte a se como um dos principais espaços de lazer do município (como o próprio nome aponta).

Além disso, pontuamos a tendência do PPM em garantir o acesso ao lazer urbano por meio destes espaços públicos controlados, em detrimento de espaços de acessibilidade irrestrita. Essa trata-se, em nosso entendimento, de uma boa estratégia, pois vivencia-se uma

realidade em que a insegurança toma conta dos espaços de uso livre, uma vez que o pensamento coletivo está voltado cada vez mais à violência (ideologicamente construída ou realmente existente) que permeia esses locais.

Dito isso, apostar em espaços nos quais os usuários podem se sentir mais seguros devido às condições de acesso controlado – mas não restrito às condições econômicas/sociais – pode ser uma excelente saída para combater o abandono aos EPL da cidade. Além do mais, mesmo possuindo determinações de uso, estes espaços podem servir para a reunião de pessoas, articulações pessoais e políticas de indivíduos e coletividades, que posteriormente podem se desenvolver e voltar a primar pela vida pública e o contato com o próximo em instâncias essencialmente públicas, de acessibilidade ilimitada, como as praças e os demais espaços de lazer abertos intermitentemente.

Haja vista que o lazer essencialmente público há de ser realizado em espaços de propriedade pública e com plena acessibilidade física e simbólica, enxergamos o acesso ao lazer sem restrições de pagamento ao menos como um pontapé inicial para a socialização e a prática do lazer coletivo, que posteriormente pode desenvolver-se e extrapolar os limites das instituições públicas de uso regulado, firmando laços e conexões interpessoais que sustentarão a vida pública futura – a ser realizada nos demais espaços públicos da urbe.

Similarmente, o Centro de Lazer Luiz Oscar Alves de Andrade, localizado no bairro Cidade Alta, caracteriza-se pela pluralidade de ofertas de lazer, possuindo em seu interior: duas piscinas, uma quadra poliesportiva, um minicampo, um salão de festa e um campo de futebol com arquibancada (Mapa 35).

Diferentemente do anterior, este EPEL já passou por obras revitalizadoras, sendo a mais recente delas relativa ao vestiário e à construção da arquibancada – importantes estruturas para a dinâmica do lazer neste espaço. A conservação do espaço não falha em nenhum aspecto, com todos os equipamentos estando bem zelados e disponíveis para uso.

Quanto às práticas, essas se destacam pela presença de grupos de todas as faixas etárias que se apropriam das piscinas e do campo de futebol, bem como a presença majoritária de crianças na quadra poliesportiva e no minicampo, enquanto adultos se reúnem em finais de semana para participarem de campeonatos futebolísticos que são realizados no campo de futebol, atraindo um grande público para acompanhar as partidas, socializar e torcer para as equipes.

Mapa 35: Equipamentos de lazer no Centro de Lazer Luiz Oscar Alves de Andrade, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Localizado na periferia urbana, o bairro Cidade Alta não possui muitas praças e equipamentos de lazer, fazendo com que esse EPEL se figure como o principal atrativo de lazer para a população, comportando um elevado contingente de usuários nos finais de semana e presenças moderadas em dias úteis. Nesse sentido, destacamos a importância do local para a vida pública do bairro, bem como a relevância que a prática do lazer, sobretudo o esportivo, possui em relação à reunião de pessoas, convidando-os a participarem ativamente dos eventos e acontecimentos da vida urbana.

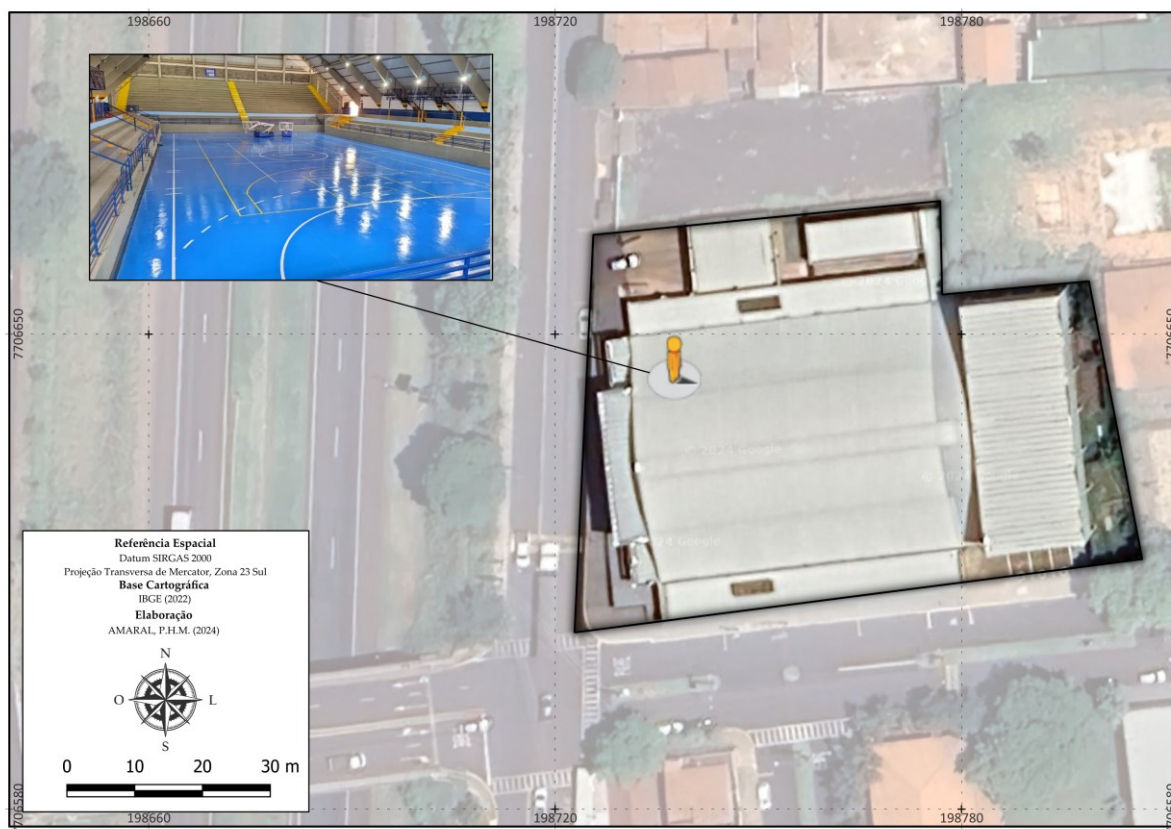
Na mesma trilha das modificações em espaços públicos especiais de lazer, temos o Ginásio Maurício Leite de Moraes, que passou por uma longa reforma, ganhando um espaço interno maior e maior capacidade de público (Mapa 36).

O ginásio ficou amplamente conhecido em tempos passados por receber jogos da Liga Nacional de Futsal (LNF), principalmente em dias de partidas da ADC Intelli, equipe da cidade e responsável por dinamizar o movimento de pessoas que iam ao ginásio acompanhar

o time. Contudo, com a morosidade da reforma, durando mais de 6 anos para ser concluída, a equipe encerrou suas atividades na cidade.

Hoje em dia, o ginásio está em pleno funcionamento, com uma estrutura de excelente qualidade, seguro, amplo, bem iluminado e conservado, abrigando até mesmo as instalações da Secretaria de Esportes e Lazer do município de Orlandia. Os usos do local são realizados mediante reserva prévia e acontecem todos os dias da semana, além disso este espaço recebe competições esportivas variadas, indo desde o próprio futsal até outras modalidades como voleibol e basquetebol.

Mapa 36: Equipamentos de lazer no Ginásio Maurício Leite de Moraes, em Orlandia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

O Parque Cyro Armando Catta Preta, conhecido como Parque da Gruta, trata-se do maior dos espaços públicos da cidade, ficando localizado na borda do perímetro urbano, próximo ao bairro Nova Orlandia. Esse EPEL também possui a maior variedade de lazeres a serem aproveitados pela população (Mapas 37 e 38).

Em totalidade os equipamentos disponíveis no parque são: Um espaço/salão para socialização; um zoológico (abandonado); duas piscinas públicas; um bar; lagos diversos; o

Parquinho Infantil “Sítio do Pica-Pau Amarelo”; a “Casa da Branca de Neve e os Sete Anões”; uma quadra poliesportiva; uma quadra de tênis; um campo de futebol; uma área para churrasco; um anfiteatro; uma academia ao ar-livre; diversos quiosques para piquenique; diversos bancos para descanso e contemplação; uma cachoeira; e uma gruta (que concebe o nome popular do parque e do bairro) com a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

As práticas de lazer do local são amplas, sendo que todos os equipamentos são utilizados em horários e dias diversos. Resumidamente, elencamos que o campo de futebol atrai um número significativo da população em dias de competições esportivas, enquanto em dias comuns os usos são mais voltados às duas quadras – sobretudo a poliesportiva – e ao parquinho infantil, este sendo o principal atrativo para a visita ao parque, feito por pais que levam seus filhos para brincar nas dependências do local.

A piscina, por sua vez, era responsável por boa parte da dinâmica do parque e por atrair grande quantitativo de pessoas, sobretudo os moradores próximos, porém encontra-se atualmente em reforma, juntamente às suas áreas adjacentes. Dito isso, ressaltamos novamente o investimento do PPM nos EPELs da cidade, com todos os espaços desse grupo passando por modificações estruturais e funcionais recentemente.

A conservação geral do parque não é satisfatória, possuindo um calçamento decadente e que prejudica a circulação de pessoas e de automóveis no interior do parque, além de restringir o acesso de portadores de necessidades especiais a certos locais. Além disso, verifica-se o abandono de alguns espaços internos, como, por exemplo, o zoológico, que se tratava de um importante local de visita das pessoas da cidade e até mesmo de turistas de outras cidades, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, nas quais o parque viveu seu apogeu de movimento, visitas e usos para o lazer.

Ressaltamos que nessa época a beleza cênica do parque chamava atenção, com caminhos, bancos, mesas, organização e calçamentos de qualidade, mas que ao longo do tempo esses elementos “secundários” foram sendo deixados de lado, esquecidos pelo zelo público – seja sem reformas ou manutenção periódica – e fazendo com que pouco a pouco o parque fosse ganhando traços de aparente abandono.

Mapa 38: Equipamentos de Lazer do Parque Cyro Armando Catta Preta (parte 2), em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Em nossa visão, o descuido com o espaço e a falta de apropriações são dialéticos, interagem entre si, afetando um ao outro dialeticamente em um ciclo degradativo. Alertamos também que as intervenções realizadas neste espaço como um todo visando aprimorá-lo são majoritariamente destinadas aos equipamentos de lazer ativo como reforma da piscina, implementação de novos brinquedos infantil, reforma da quadra poliesportiva etc., destacando que os locais tidos como secundários e elementos que apenas compõem a paisagem e agregam esteticamente são deixados de lado.

Mesmo considerando que os equipamentos para atividades ativas são mobilizadores para o uso efetivo dos espaços públicos (Jacobs, 2009), consideramos que os elementos paisagísticos ou de lazer passivo também possuem valor e não podem ser vistos apenas como complementares. No caso dos parques estes elementos ganham ainda mais importância, uma vez que é justamente este o espaço em que a população busca conectar-se com a natureza e usufruir de um microclima agradável.

Para tanto, é imprescindível que os elementos paisagísticos, de passagem e de descanso, estejam bem conservados para voltar a dinamizar o local, haja vista a prática costumeira de pais levarem filhos para o lazer em parques urbanos, necessitando de espaços para descanso, para o próprio lazer ou até mesmo para a reunião em família por meio de churrascos, piqueniques etc.

Elencamos também o fator tempo aos usos verificados nos trabalhos de campos neste parque, compreendendo que usufruir do parque requer um maior esforço, deslocamento e tempo, por isso as práticas verificadas são em sua maioria de longa duração, separadas e programadas por grupos de pessoas que reservam uma parcela do seu dia para apropriar-se destes espaços e dos equipamentos que ele oferece.

Ressaltamos, ainda, as modificações funcionais pelas quais passaram o parque ao longo dos anos, modificando também a categoria das formas e vice-versa. Em tempos passados, o parque caracterizava-se pela visita passiva do zoológico, da cachoeira (inadequada para banho) e da beleza cênica, configurando-se um lazer passivo. Todavia, o que se verifica recentemente é a transição para o lazer ativo nas dependências deste EPEL, sendo os equipamentos esportivos e infantis os principais dinamizadores do local.

Nesse sentido, explicitam-se as interações entre formas, funções e estruturas no processo de produção desse parque em específico, evoluindo de um passado voltado à contemplação e socialização para um presente de lazer dinâmico e ativo – da mesma forma como ocorre tendencialmente nos demais espaços públicos de nosso quadro urbano e de outras realidades urbanas.

Questiona-se, então, o princípio dessa transformação pela qual perpassa o espaço público de lazer e até mesmo os parques urbanos especificamente: É a crescente oferta de equipamentos esportivos e infantis juntamente ao abandono de elementos complementares que fazem com que os usos destes espaços sejam cada vez mais voltados ao lazer ativo? Ou a predominância de práticas ativas devem-se à possível consolidação da tendência das necessidades funcionais dos sujeitos sociais progressivamente vão ao espaço público buscando exercitar-se e/ou recrear-se ativamente?

Elencamos também como EPELs o Teatro Professora Maria José Bertrami Bordim e a Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues (Mapa 39).

Mapa 39: Equipamentos de lazer no Teatro Professora Maria José Bertrami Bordim e na Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Ambos os espaços associados intimamente com o lazer do tipo artístico e intelectual, uma vez que o primeiro diz respeito às manifestações artísticas de todos os tipos (entre elas o teatro e o cinema), enquanto o segundo se trata daquele onde há predominância da busca pelo

conhecimento e pelos dotes intelectuais gerais (Dumazedier, 1980). No entanto, Marcellino (2008, p. 15) alerta que

Constata-se, principalmente, a centralização de equipamentos específicos (teatros, cinemas, bibliotecas etc.), ou a sua localização em espaços para públicos segmentados, o ar de “santuário” de que ainda se revestem um bom número deles e as dificuldades para utilização de equipamentos não-específicos – o próprio lar, bares, escolas (Marcellino, 2008, p. 15).

Ressaltamos que em nosso caso o que o autor apresenta consta como verdadeiro, estando ambos os equipamentos intelectuais e artísticos de lazer da cidade localizados no centro da cidade e próximos entre si. Dessa forma, a democratização no acesso toma traços segregatórios, com a condição social e econômica impactando na determinação de públicos que podem usufruir destes espaços.

No caso da biblioteca, o acesso tende a ser relativamente mais democrático, com um público diverso entrando no espaço para estudar e/ou pegar livros para ler recreativamente. Já no caso do teatro, ressaltamos que apesar de ser um espaço público, seu uso é mediado na maioria das vezes pelo pagamento, com sessões de cinema e de peças teatrais pagas que são apresentadas no local, dessa forma o espaço acaba sendo um alavancador de interesses privados ao invés de servir como um instrumento de democratização cultural e de lazer.

3.1.3 Os demais Espaços Livres (EL)

Consideramos como Espaços Livres aqueles locais de propriedade pública, livres de edificações e que não apresentam equipamentos específicos para práticas de lazer (bancos, quadras, academias ao ar livre etc.). Dessa forma, para nosso quadro urbano elencamos nessa categoria analítica os espaços institucionalizados pela PMO e que são considerados como praças no mapa oficial, mas que em realidade não se configuram como tais quando consideramos as conceituações de Robba e Macedo (2002) apresentadas anteriormente.

Destacamos aqui o hábito comum de destinar a nomenclatura de praça meramente a espaços livres residuais, mas que não apresentam usos/dinâmicas concernentes à esfera pública. Sobre isso, Queiroga (2012, p. 57) nos aponta que “assim como há pracialidades que se estabelecem em diferentes locais, também existem logradouros públicos denominados como praças que, porém, não apresentam ações da esfera pública capazes de caracterizá-las como tal”.

Para tanto, denominamos essas praças como “praças de papel”, pois apesar de se apresentarem enquanto praças não as são em realidade, existindo abstratamente nos papéis

dos registros oficiais, mas sendo ausentes funções típicas das praças no meio urbano – como a socialização e a interação entre os habitantes da cidade, ou melhor, a pracialidade.

Sendo assim, devido a essa falta de funcionalidade social, não consideramos estes espaços enquanto praças, mesmo que institucionalmente sejam denominadas enquanto tais. Em nossa visão a mera concepção não caracteriza um espaço como praça, pois essa palavra carrega consigo uma conceituação que não se resume às formas ou às intenções políticas a seu respeito, dizendo respeito também aos usos e funções que ocorrem e/ou podem ocorrer nestes espaços.

Sendo assim, a observação de campo e a averiguação da estrutura física destes espaços juntamente às apropriações (ou não) dos mesmos se fez imprescindível para discernir o que se tratava realmente de praças (consideradas Espaços Públicos de Lazer) daquilo que se tratava de espaços livres sem equipamentos e/ou sem possibilidade de usos para o lazer (considerados apenas como Espaços Livres), apresentados espacialmente no Mapa 40.

No caso do Jardim Santa Rita, as “praças de papel” Cotovia (31), Tico-Tico (32), Sabiá (33), Beija Flor (34), da Andorinha (35) e Uirapuru (36) se localizam próximas umas às outras e não oferecem alternativas de lazer ativo ou mesmo de lazer passivo. Além disso, tais espaços se assemelham nos padrões arquitetônicos, sendo sempre árvores esparsas, gramado roçado, em finais de quadras e sem equipamentos de lazer para proveito da população.

Relativos à área central, a Praça das Mães (19) e a Praça São Judas Tadeu (20), conceitualmente se assemelham mais à áreas de circulação do que à praças propriamente ditas, pois além de não oferecerem equipamentos estimulem a prática do lazer, ainda são asfaltadas para que automóveis circulem em seu interior.

Já no caso da Praça da Câmara Municipal (16), a consideramos como EL justamente devido a sua falta de equipamentos para o lazer, juntamente da falta de arborização do local e à sua ausência de usos – que dialoga perfeitamente com a ausência de elementos internos convidativos ao uso. Em nosso ver essa “praça de papel” trata-se de um espaço de propriedade pública sem utilidade e que apenas foi construído para embelezar os arredores da câmara municipal.

Outro espaço livre majoritariamente embelezador, a Praça Homero Vieira (18) – área perimetral do Espelho d’água – não oferece nenhum benefício prático à população, sendo que sua pavimentação é quase que completamente vegetada, assemelhando-se, assim, mais a uma área verde urbana do que a um espaço público de lazer ou uma praça propriamente dita (Bucher e Nucci, 2006; Bargas e Matias, 2011).

A Praça Cyro Rosário Nalla, também se apresenta também como “praça” e não assume as características principais de uma. De modo semelhante à anterior, essa praça possui características mais ligadas à composição de um sistema de espaços livres do bairro (próxima a muitos EPL) do que propriamente a uma praça que atrai a população para usufruir de seu interior, uma vez que não dispõe de infraestruturas internas como iluminação, equipamentos de lazer, bancos, etc.

Também considerado por nós como um dos EL da cidade, a Praça São Francisco (42) aparece como mais um destes espaços por se tratar de apenas uma área com a grama baixa, intermediária entre uma igreja e uma creche e que não oferece equipamentos específicos à população. Porém, este espaço foi notório nas observações de campo devido ao seu pleno uso por parte de jovens e crianças, sendo utilizado costumeiramente para brincadeiras entre esses grupos como o futebol, pipas e demais atividades de lazer realizadas em grupos.

Dito isso, urge a necessidade de pensar os espaços livres da cidade não apenas como espaços abandonados pelo PPM, sem dinâmicas específicas e que inúteis à vida pública e ao lazer urbano. Pelo contrário, ao observar atentamente alguns destes espaços podemos afirmar que eles podem se configurar como importantes locais nos quais as necessidades da população são expressas, sobretudo no que tange ao lazer.

O lazer urbano não se estrutura apenas em espaços bem equipados e dos usos determinados, mas também dos movimentos realizados endogenamente em locais não destinados para tal, nos quais a população apropria-se e realiza suas práticas de maneira espontânea e indeterminada.

Mapa 40: Espaços Livres de Orllândia-SP.



Fonte: Atividades de campo; Prefeitura Municipal de Orllândia (2018); **Org.:** Amaral (2024)

Ou seja, há de se considerar as colaborações destes espaços para a livre prática do lazer, pois neles podem se constatar os desejos e anseios da própria população, verificados nas práticas livres ali realizadas, servindo de base para a posterior implementação de espaços e equipamentos públicos de lazer que atendam as demandas sociais e se articulem com seu entorno, garantindo o uso frequente dos mesmos e o resguardando-os do abandono comumente verificados naqueles espaços forçosamente implementados.

3.1.3 Os espaços produzidos comunitariamente

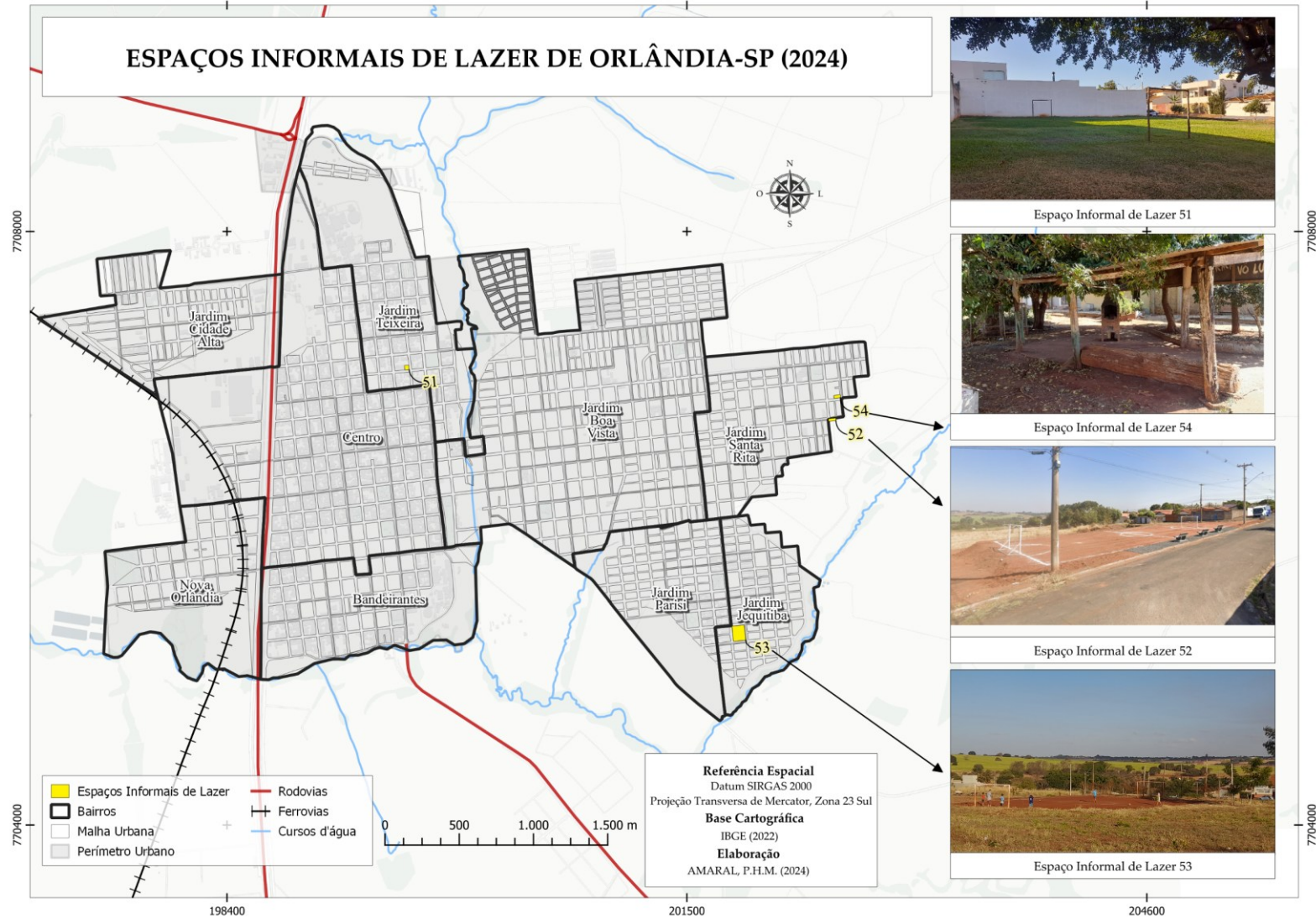
Além de todas essas classificações de espaços não edificados presentes na malha urbana de Orlândia e constatados no mapa oficial do município como espaços de lazer ou praças públicas, temos ainda aqueles espaços que não possuem vínculo algum com a PMO, sendo construídos unicamente pela população orlandina. Dessa forma, os classificamos como Espaços Informais de Lazer (EIL), pois não foram concebidos pelo poder público e mesmo assim assumem características públicas, sendo de acessibilidade ilimitada e voltados para a prática comunitária do lazer (Mapa 41).

O Espaço Informal de Lazer 54 trata-se de um espaço livre localizado na periferia urbana de Orlândia e que foi adaptado para o uso por parte dos moradores próximos, uma vez que era uma área livre em frente às casas e que a população se apropriou e a modificou para receber usos por parte de crianças e adultos, colocando equipamentos como brinquedos infantis e área de lazer para adultos (com bancos e churrasqueira).

Os espaços informais de lazer 51, 52 e 53 são campinhos de futebol improvisados, sendo os dois primeiros localizados em bairros mais carentes e os o terceiro localizado em um bairro de maior renda per capita. Nesse primeiro caso é notória a falta de EPL no bairro como um todo, principalmente voltados às práticas esportivas, o que, em nossa interpretação, serviu de impulso para a criação de um espaço improvisado que suprisse essa demanda.

Já os espaços informais de lazer 52 e 53, além de serem campinhos de futebol improvisados, carregam consigo o caráter de “terrões” (campos de futebol com piso majoritariamente composto por terra batida), comumente produzidos por comunidades em locais de menor renda, criados para suprir os anseios para a prática do futebol por parte de jovens e adultos, além de garantir a recreação das menores faixas etárias.

Mapa 41: Espaços Informais de Lazer de Orllândia-SP (2024).



Fonte: Atividades de campo; **Org.:** Amaral (2024)

Estes espaços produzidos por e para a comunidade são evidências dadas das necessidades de lazer que esses grupos possuem. Afirmamos isso pois ao analisar a cidade como um todo, há apenas três campos públicos de futebol, todos estando distantes desses espaços improvisados para tal prática. Dessa forma, consideramos que os habitantes não atendidos pelo poder público materializam suas necessidades no espaço, modificando-o fisicamente e expondo a negação de seus direitos.

Produzidos para o lazer, estes espaços também são importantes articuladores sociais, pois unem a população e formam o sentimento de comunidade e de pertencimento. Além disso, é notável as contribuições destes espaços no que tange à limpeza e à conservação, uma vez que ao alterar a forma de um local, seus usos e funções se modificam, criam-se laços afetivos para com o espaço, o “lugarizam²⁴” e, com isso, o zelo e o cuidado com ele aumentam (Figura 43).

Figura 5: Evolução do Espaço Informal de Lazer 53.



Fonte: Atividades de campo, Google (2015, 2023). **Org.:** Amaral (2024)

Nesse sentido, salientamos que compete ao poder público analisar os usos e os espaços que emergem em locais não oficiais, pois eles remetem aos anseios da população. Lembramos que é justamente a articulação entre comunidade e PPM que faz com que os espaços de lazer da cidade sejam convidativos, utilizados e significativos ao cotidiano dos cidadãos, contribuindo para a melhor vivência da cidade tanto na questão da vida pública que os une na urbe, quanto àquilo que compete ao lazer público urbano – fenômeno importante e contribuinte da esfera pública nas cidades.

²⁴ Ato de transformar determinado recorte espacial na categoria geográfica “lugar”, dizendo respeito a locais dotados de significados e valores atribuídos pelas relações sociais, culturais e emocionais.

3.2 Análises e espacializações multicategóricas acerca da população e dos espaços públicos: compreendendo as desigualdades socioespaciais e o acesso aos espaços de lazer em Orlândia

Os resultados da pesquisa revelam aspectos da distribuição dos espaços públicos de lazer (EPL) na cidade de Orlândia-SP, sua relação com a renda do entorno e as desigualdades socioespaciais encontradas no contexto urbano, uma vez que “a desigualdade espacial é um produto da desigualdade social” (Carlos, 2005, p.23).

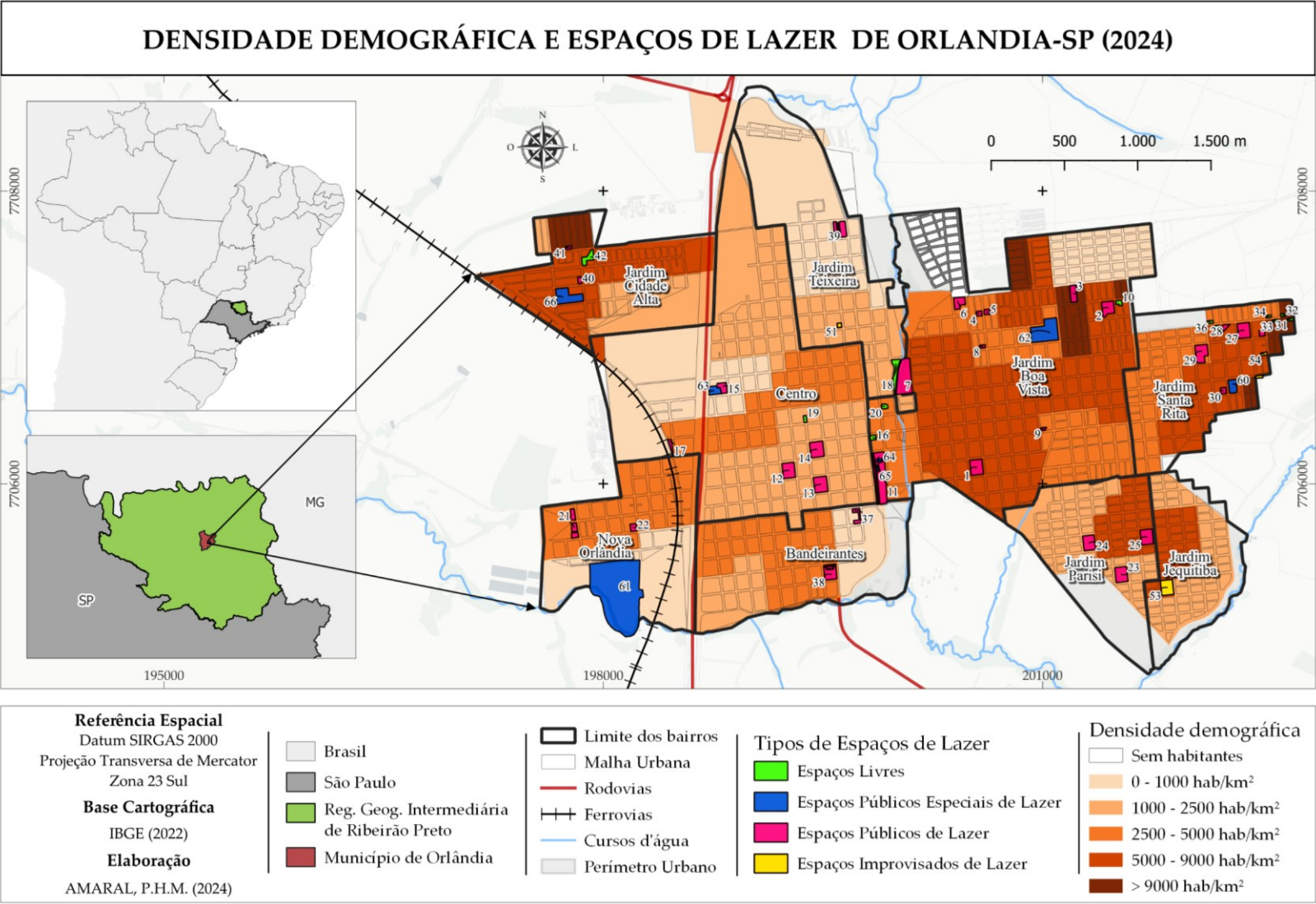
Na cidade de Orlândia foram identificados 49 espaços de lazer de propriedade pública. Destes, 30 foram classificados como Espaços Públicos de Lazer (EPL), 7 como Espaços Públicos Especiais de Lazer (EPEL), 12 apenas como espaços livres (EL) e ainda foi verificado 4 espaços que não possuem relações com o poder público municipal, mas que adquirem formas e funções de lazer público, sendo classificados por nós como Espaços Informais de Lazer (EIL).

3.2.1 Espaços de lazer e questões demográficas

De acordo com Marcellino (2008), “a grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento da população” (Marcellino, 2008, P.140), deve-se considerar fatores demográficos para que se possa compreender a qualidade do acesso ao lazer público pela população. Nesse sentido, a cidade de Orlândia apresenta seus espaços de lazer não particulares relativamente condizentes com os locais mais povoados (Mapa 42).

Primordialmente, observa-se uma maior quantidade de espaços de lazer (EPL e EPEL) na área central, no extremo leste e nas porções nordeste e noroeste da cidade, enquanto pode se verificar um déficit considerável na área leste e no centro-norte. Adicionando o fator populacional em nossa análise, pode-se verificar algumas áreas com grandes contingentes populacionais e que não são devidamente abrangidas por espaços de lazer de propriedade pública, como é o caso das áreas leste, norte e centro do Jardim Boa Vista e do Bairro Bandeirantes quase que em totalidade.

Mapa 42: Densidade Demográfica (2022) e Espaços de Lazer Público de Orlândia-SP (2024).



Fonte: Atividades de campo; IBGE (2022a); Org.: Amaral (2024)

Ainda pior, é notável a situação do Jardim Jequitibá e a inexistência de quaisquer espaços públicos lazer, inibindo o acesso a esse direito de maneira imediata para a população que ali reside. Fato este que justifica a surgência de um Espaço Informal de Lazer (EIL) em seu interior, declarando materialmente as necessidades da população quanto à vida pública e à recreação.

De modo contrário, na área central da cidade encontra-se uma densidade populacional moderada e uma grande quantidade EPL, de EL e de EPEL. Em nossa análise, entendemos que tal presença não configura um planejamento errôneo por parte do poder público e uma má espacialização do lazer público da cidade. Pelo contrário, a área central atua como uma área catalisadora de fluxos da cidade – sobretudo em municípios de médio porte – e comporta uma boa parcela da vida pública.

Além disso, a área central também é dinamizada pelos comércios que ela abriga, fazendo com que a densidade populacional dela seja diminuída, porém tal déficit populacional não necessariamente se transforma em perda de dinamismo ou de importância. Dessa forma, ainda temos os EPL centrais como notórios espaços da cidade, sendo estes os principais locais para os quais a população se desloca para socialização e recreação.

Ao interpretar demograficamente a espacialização do lazer urbano, se faz importante salientar que a maior incidência de espaços de lazer em áreas mais povoadas também é influenciada devido ao tempo de existência dos bairros. Em geral, os bairros mais antigos tendem a ser mais povoados do que os bairros de implementação recente. No caso de Orlândia, verifica-se que bairros como Jardim Jequitibá e a porção norte do Jardim Teixeira são menos povoadas e são deficitários na oferta de espaços de lazer.

Contudo, tais realidades não podem ser interpretadas apenas negativamente, visto que tais bairros possuem áreas livres (conforme Lei nº 6.766/79) que podem ser destinadas ao lazer público, a serem implementadas futuramente.

Em relação ao fator demográfico, o lazer público urbano em Orlândia os bairros periféricos Jardim Cidade Alta (à noroeste) e Jardim Santa Rita (a nordeste) se destacam positivamente, sendo populosos e abrangendo uma excelente quantidade e variedade de espaços de lazer de propriedade pública. No primeiro caso notabiliza-se que todas as instâncias do lazer são contempladas, tendo espaços de lazer passivo como as praças, de lazer ativo como o Centro de Lazer e também espaços livres em que a população se apropria e o modifica a sua maneira.

Já no caso do Jardim Santa Rita, é invejável a quantidade dos espaços que o bairro possui, principalmente no que tange ao lazer esportivo, possuindo seis espaços (formais e

informais) destinados à prática de futebol, futsal e voleibol. De outra forma, verifica-se no bairro um enfileiramento de espaços livres que por mais que sejam bem cuidados, não possuem usos específicos para lazer, socialização e/ou recreação, configurando-se mais como elementos embelezadores urbanos do que como EPL.

3.2.2 Espaços de lazer e questões econômicas

Ao considerar apenas os aspectos de localização para os espaços destinados primordialmente para o lazer (EPL e EPEL), não é possível identificar um padrão definido para a distribuição destes na cidade de Orlândia. No entanto, ao realizar uma análise qualitativa baseada na conservação dos 37 espaços e na renda média dos chefes de domicílio em cada um dos bairros da cidade (Mapa 43) podemos observar algumas tendências.

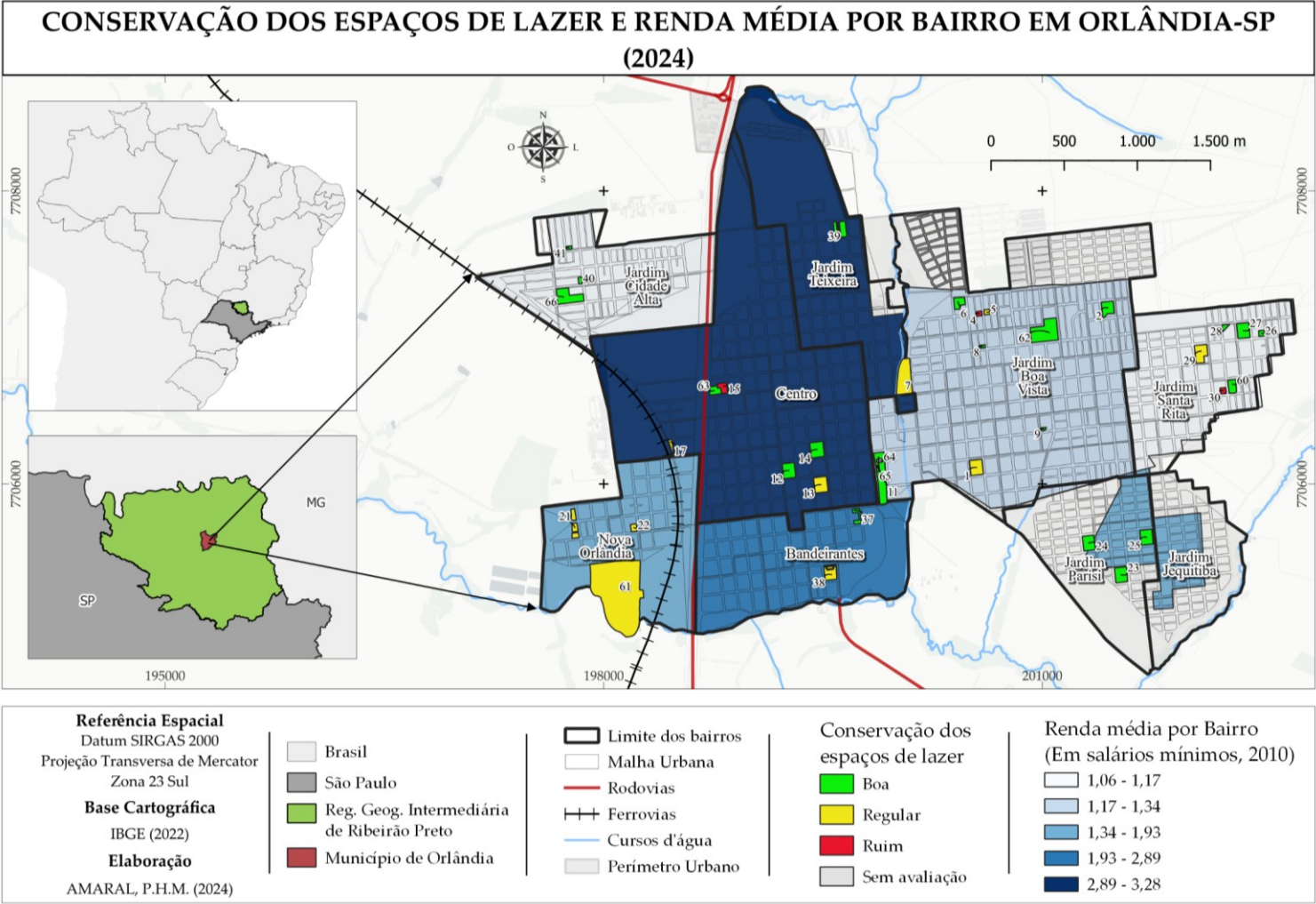
Primeiramente, ressaltamos que os espaços completamente abandonados ou malcuidados são exceções, sendo um total de 3 espaços espalhados por toda cidade (8%), que por sua vez não possuem correlação com critérios locacionais, demográficos ou econômicos.

Os espaços classificados como regulares, ou seja, que não apresentam uma conservação satisfatória, mas que ainda são passíveis de usos e apropriações por parte da população, correspondem a 28% (10 espaços no total) EPL e EPEL da cidade. Também não sendo possível correlacioná-los com fatores econômicos ou demográficos, uma vez que se encontram em quase toda extensão territorial urbana.

No entanto, em boa parte destes espaços de conservação regular o lazer é considerado como elemento secundário, visto que outras atividades são mais privilegiadas, a exemplificar: A Praça do Cemitério, utilizada majoritariamente em datas específicas e para fins de passagem, circulação e embelezamento; a Praça Aristides Cividanes (Praça da Rodoviária), utilizada para embarque/desembarque de passageiros rodoviários e consumo rápido de secos e molhados; a Praça Cristo Rei, utilizada para fins religiosos e, esporadicamente, de lazer privado (Trenzinhos e Carretas Infantis); e a Praça Mário Furtado, utilizada em dias da semana como espaço de passagem e circulação na ida a estabelecimentos comerciais.

Mesmo assim, espaços como o Parque Cyro Armando Catta Preta, o Minicampo Jardim Santa Rita e o minicampo Jardim Nova Orlândia possuem focos para práticas de lazer específicas e ainda assim não se apresentam bem conservados, não contribuindo para a democratização do acesso ao lazer público de qualidade.

Mapa 43: Conservação dos Espaços de Lazer Público e Renda Média (2010) por bairros em Orllândia-SP (2024).



Fonte: Atividades de campo; IBGE (2010); **Org.:** Amaral (2024)

Todavia, a grande maioria dos espaços (22) são bem conservados, seja pela população, pelo poder público ou pela união dos dois, quando verifica-se o cenário ideal do um ciclo (re)produção espacial: que começa na implementação de equipamentos e políticas públicas de incentivo ao uso, acompanhada do zelo com o local por parte do PPM, passa pela apropriação dos mesmo pela população, pouco a pouco transformando-o em um lugar de pertencimento e confortável para a realização das práticas de lazer, dessa forma fazendo com que os mesmos passem a ser mantidos também pelos próprios usuários – como é o caso do Espaço sem Denominação Oficial 02.

Apesar da literatura consultada apontar para cenários em que as cidades (Marcellino, 2008; Dumazedier, 1979; Carlos, 2004), em nosso quadro urbano não verificamos disparidades no acesso ao lazer público que sejam relacionadas a fatores econômicos, demográficos e/ou espaciais (no sentido locacional). Dessa forma, apontamos novamente as particularidades de cada realidade urbana no que tange aos espaços públicos e ao lazer.

Não concluímos que a realidade por nós investigada seja blindada de conexões e semelhanças com os demais cenários urbanos, muito pelo contrário, *in loco* verificamos muitos equipamentos que são importados com base em realidades distintas e que não condizem com a demanda do entorno ou mesmo da cidade como um todo, não se conectando com o cotidiano urbano da maneira ideal – como, por exemplo, as inúmeras academias ao ar-livre instaladas em quase todos novos espaços livres e/ou espaços de lazer.

Em termos gerais, é evidente que em termos de distribuição espacial dos equipamentos de lazer público, verificamos uma realidade na qual o acesso a eles está garantido. No entanto, se procedermos uma análise específica da espacialização de cada tipo de equipamento de lazer, verificamos algumas disparidades que levantam questões alarmantes sobre alguns grupos sociais que são relativamente excluídos de práticas de lazer por não possuírem equipamentos adequados para suas necessidades (Tabela 1).

Tabela 1: Equipamentos públicos de lazer, por bairro, em Orlândia (2024)

Bairro	Equipamentos públicos de lazer ativo	Equipamentos públicos de lazer passivo	Total
Jardim Boa Vista	31	10	41
Centro	9	10	19
Jardim Nova Orlândia	8	5	13
Jardim Jequitibá	1	0	1
Jardim Parisi	8	3	11
Jardim Santa Rita	17	7	24

Bandeirantes	0	2	2
Jardim Teixeira	3	1	4
Jardim Cidade Alta	6	3	9
Total	83	41	124

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa de campo (2024).

A exemplificar, no bairro Jardim Teixeira verifica-se a completa ausência de espaços formais de lazer que oferecem práticas esportivas para a população. Fato este que aponta para a criação de espaços informais como o Espaço Informal de Lazer 51, um campo improvisado construído pela própria comunidade, evidenciando a demanda pelo esporte – nesse caso o futebol – presente entre os habitantes do bairro.

Nota-se também a presença majoritária de espaços de lazer passivos na área central (praças e espaços livres) e na área inferior do Jardim Boa Vista, desfavorecendo as atividades físicas e esportivas, que por mais que não se configurem como as mais notórias práticas de articulação social e política, também agregam à vida pública ao possibilitarem o aprendizado de novos valores por meio de práticas cooperativas e de parceria entre os sujeitos sociais, contribuindo também para uma melhor qualidade de vida (Capra, 1999).

Ao comparar renda média e a oferta de espaços de lazer, percebemos que o bairro Jardim Teixeira e uma significativa parcela do bairro Centro não oferecem muitos Espaços Públicos de Lazer e nem mesmo Espaços Públicos Especiais de Lazer, o que em nossa visão não é interpretado como algo preocupante para a vida pública da cidade.

Entendemos, assim como Pereira (2023), que os grupos de alta renda possuem largas opções de lazer, de recreação e de socialização, não se restringindo e nem sendo “reféns” daqueles espaços de propriedade pública. Devido à sua condição econômica, essa classe social dispõe de espaços privados de lazer para praticarem suas atividades, além de maiores condições de deslocamento para atividades recreativas em cidades vizinhas (não ofertadas em Orlândia) e de viagens turísticas, todas atreladas ao consumo.

Verifica-se, então, a autosegregação destes grupos em instâncias privadas, de acessibilidade restrita física e simbolicamente, onde eles reproduzem socialmente sua vida “pública” mediante o acesso controlado regido por condições econômicas, sociais, espaciais, entre outras.

Desse modo, o lazer público urbano é vivido quase que em totalidade pelos grupos sociais de menor poder aquisitivo, mais dependentes das benfeitorias públicas e dos espaços públicos destinados à socialização e à recreação, enquanto aqueles que podem pagar por

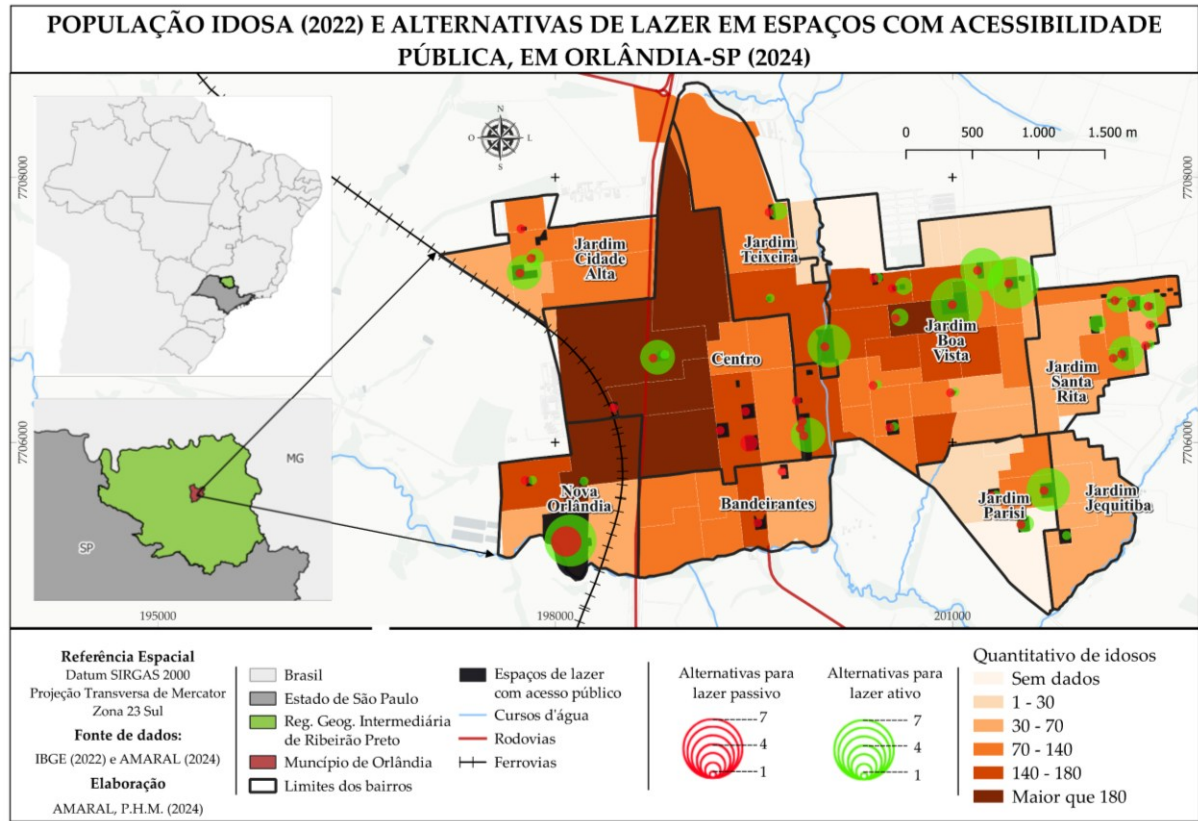
locais restritos, o fazem, segregando-se social e espacialmente – possivelmente devido ao imaginário de insegurança criado e destinado aos espaços públicos.

3.2.3 Espaços de lazer e questões etárias

Para além de questões econômicas, faz-se necessário compreender a acessibilidade aos espaços de lazer por questões relacionadas às faixas etárias da população, pois essas possuem grande influência na determinação das possibilidades e desejos relacionados ao lazer urbano público.

Os idosos, devido às condições naturais do envelhecimento humano, possuem a velocidade média de marcha reduzida em relação aos demais (Novaes *et al*, 2011) e por isso precisam ainda mais que os EPL estejam próximos às suas residências. Em se tratando desse grupo, os EPL mais utilizados tendem a ser aqueles destinados à contemplação, ao descanso e à sociabilização – categorizadas como alternativas de lazer passivo. Nesse sentido, o Mapa 44 nos permite analisar com precisão a proximidade entre a densidade demográfica dos idosos e as alternativas de lazer verificadas nos espaços públicos de Orlandia.

Mapa 44: População idosa (2022) e alternativas de lazer nos espaços públicos de Orlandia-SP (2024).

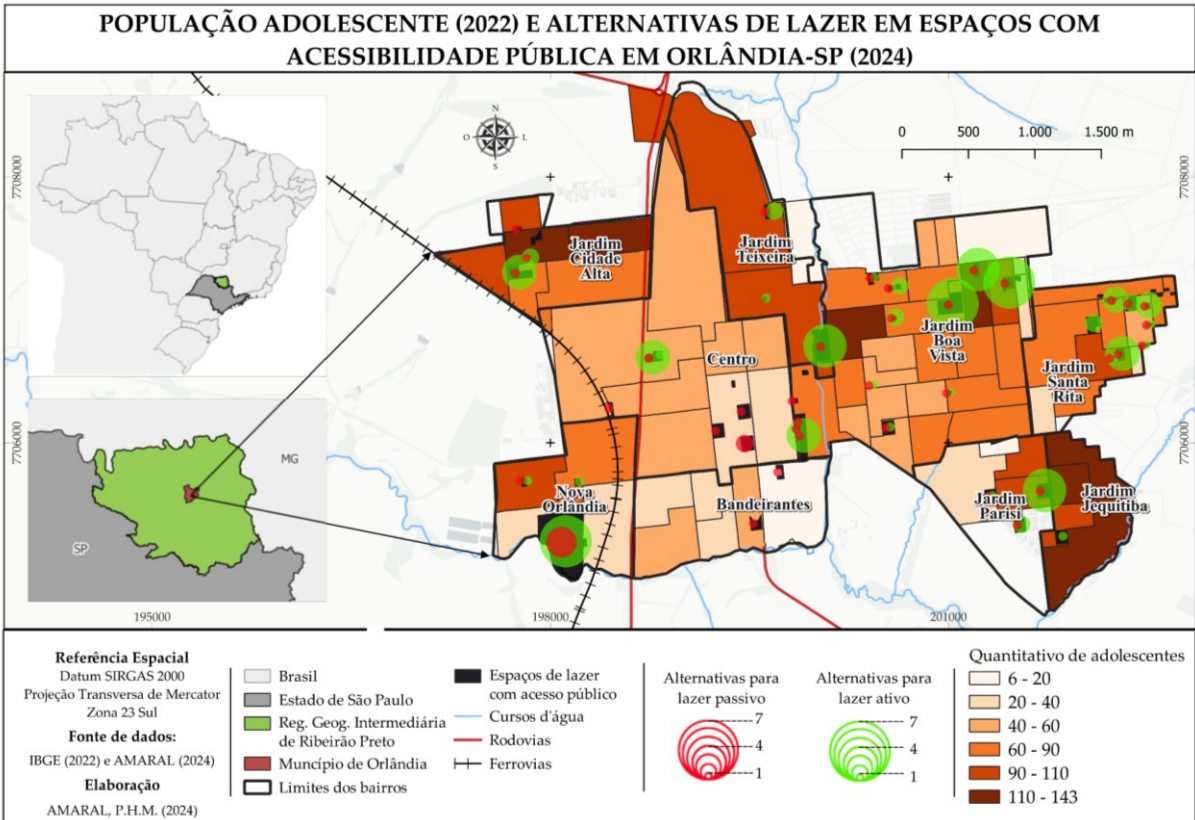


Fonte: Atividades de campo; IBGE (2022a); Org.: Amaral (2024)

Espacialmente, notabiliza-se a baixa concentração de idosos nas periferias da cidade, contrastando nitidamente com a área central, que apresenta a maior concentração de idosos, sendo que nesta porção da cidade a disponibilidade de equipamentos de lazer fica aquém do ideal. Navarro *et al* (2015, p.446) destaca que a apropriação de espaços públicos é uma das maneiras pelas quais “os idosos tornam se conscientes de seus papéis como atores sociais, sendo capazes de contribuir para a sociedade”.

No caso de Orlândia, concluímos que o acesso ao lazer por parte da população idosa é deficitário, com usuários e equipamento divergindo-se espacialmente ao longo da malha urbana. Tal divergência não se verifica quando se trata dos adolescentes da cidade²⁵ (Mapa 45).

Mapa 45: População adolescente (2022) e alternativas de lazer nos espaços públicos de Orlândia-SP (2024).



Fonte: Atividades de campo; IBGE (2022a); Org.: Amaral (2024)

²⁵ Consideramos como adolescentes a população que vai dos 10 aos 19 anos completos, de acordo com a classificação estabelecida pela OMS e seguida pelo Ministério da Saúde

Conforme apontado por Oliveira (2006), consideramos para os fins analíticos da pesquisa, que os adolescentes se utilizam das duas práticas de lazer público, ativas e passivas: as primeiras devido à expressiva atratividade dos espaços públicos para usos ligados ao desporto; e as segundas muito relacionadas com as sociabilizações liberais passíveis de verificação nos espaços públicos, dada a ausência de regras e obrigações costumeiras de ambientes formais como lares e escolas nos quais os adolescentes passam a maior parte de seu tempo diário.

Dessa forma, destacamos que há correlação positiva entre as opções de lazer (passivas e ativas) dos espaços públicos e o quantitativo de adolescentes de seus entornos, sendo o Jardim Jequitibá, o Jardim Cidade Alta e a porção nordeste do Jardim Boa Vista os exemplos mais notórios da garantia de acesso ao lazer para essa faixa etária.

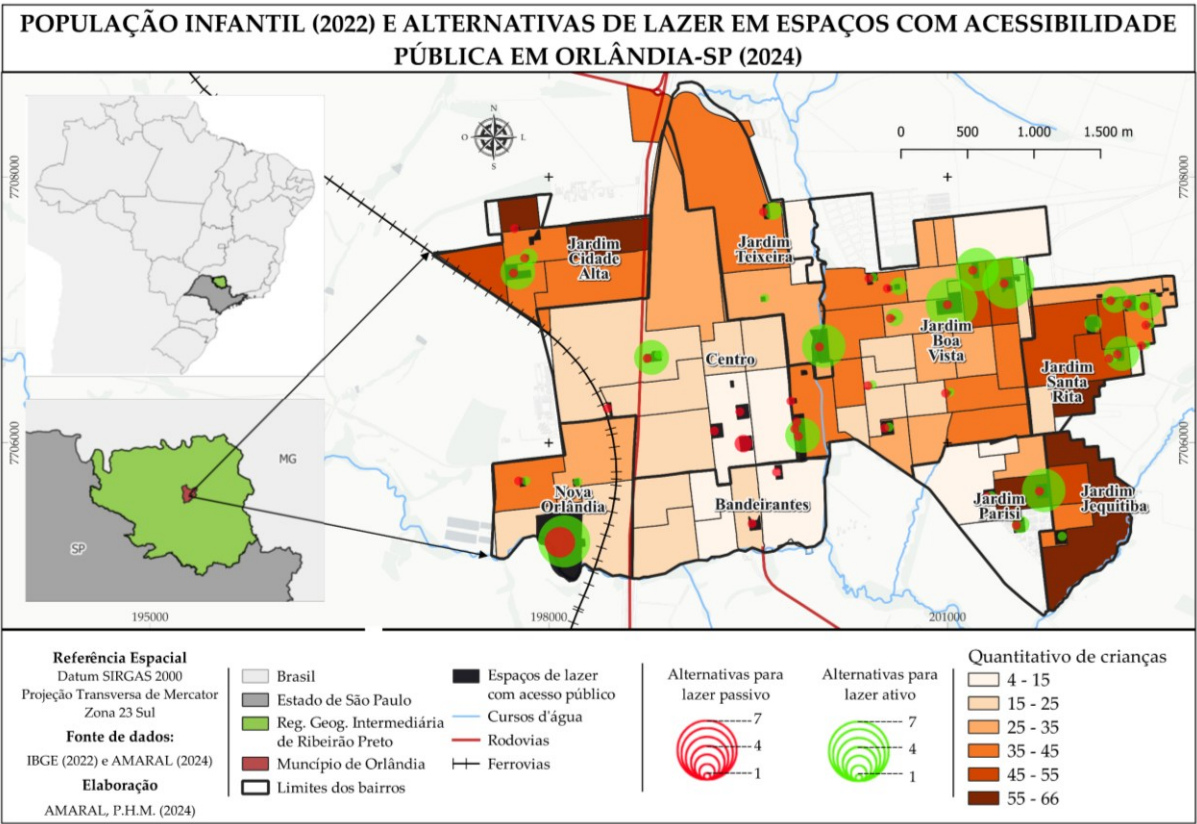
De maneira inversa à população idosa, os adolescentes residem majoritariamente nas periferias da cidade e não se verificam em grande número na área central. Contudo, em estudos anteriores apreendemos que esse grupo se desloca para a área central – sobretudo às praças centrais – nos finais de semana para socializar com seus pares (Amaral, 2023), dinâmica muito importante para o desenvolvimento de suas identidades individuais e coletivas (Vygotsky, 1997, *apud* Pacheco; Oliveira, 2001).

Muito semelhante à distribuição espacial dos adolescentes, as crianças orlandinas também se concentram nas porções mais periféricas da malha urbana, sendo proporcionalmente acompanhadas de espaços públicos dotados de equipamentos de lazer e garantindo quase que totalmente os preceitos de Medeiros (1971, p.213) de que “toda criança de menos de 10 anos deve ter a possibilidade de brincar em local público de recreação, situado perto de sua casa (nas cidades, num raio inferior a 450 m)” (Mapa 46).

Em sua teoria sociointeracionista, Lev Vygotsky apresenta a importância das interações da criança com o mundo a sua volta, destacando que “não é suficiente ter todo o aparato biológico da espécie para realizar uma tarefa se o indivíduo não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem esta aprendizagem” (Vygotsky 1997, *apud* Pacheco; Oliveira, 2011, p.6).

No que tange ao lazer infantil, consideramos que a esfera do lazer passivo se sobressai ao mero aspecto recreativo, visto que toda atividade socioespacial que promova o encontro e o desenvolvimento de novas experiências sociais, que estimule o pensar e o agir, torna-se também uma atividade educativa.

Mapa 46: População infantil (2022) e alternativas de lazer nos espaços públicos de Orlândia-SP (2024).



Fonte: Atividades de campo; IBGE (2022a); **Org.:** Amaral (2024)

Na realidade de Orlândia esse desenvolvimento infantil é passível de ocorrência em todos os bairros, haja vista que a acessibilidade a tais espaços se distribui de maneira equilibrada por toda a cidade, possibilitando o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades físicas, cognitivas, sociais e psicológicas das crianças.

No capítulo seguinte, detalharemos cada um dos espaços públicos criados com a intenção de proporcionar lazer aos cidadãos, descrevendo seus equipamentos, práticas, funções e apropriações, etapa relevante e mais um passo necessário para se compreender dinâmica urbana de lazer público de nosso recorte espacial.

CAPÍTULO 4 - PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO ACERCA DO LAZER E DOS EPL EM ORLÂNDIA

Com objetivo de verificar a atual situação dos espaços públicos enquanto um instrumento absolutamente necessário para a garantia do direito ao lazer, buscamos nessa seção apreender as percepções da população a respeito dos espaços públicos de lazer da cidade de Orlândia.

Para isso, a aplicação dos questionários à população faz-se imprescindível, uma vez que consegue captar com precisão como os espaços e as práticas de lazer são percebidas pela população. Portanto, o foco maior desta seção são as práticas espaciais elencadas por Lefebvre (2013), dizendo respeito à dimensão das percepções a respeito do espaço e, em nosso caso, acerca dos espaços públicos de lazer.

Outrossim, a categorias de forma, função e estrutura proposta por Santos (2008) também serão contempladas, uma vez que é justamente o conhecimento a respeito das apreensões e anseios da população que podem destrinchar e evidenciar quais práticas e espaços de lazer são mais relevantes e quais precisam de refuncionalizados e/ou reformados.

Para aproximar-nos dos anseios e percepções da população orlandina, os questionários foram compostos por questões referentes ao perfil dos respondentes; questões que abordam as preferências e os gostos pessoais relacionados ao lazer; questões sobre a frequência deles nos espaços públicos de lazer; avaliações geral e específica sobre os EPL da cidade; e, por fim, uma questão a respeito de políticas públicas seguida de uma aba aberta para sugestões de melhorias. Dessa forma, as informações obtidas serão apresentadas nas subseções seguintes.

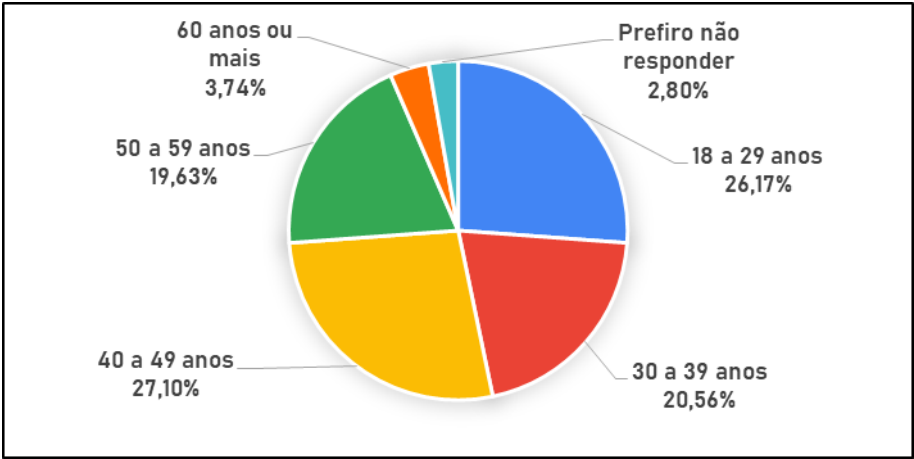
4.1 Caracterizando o público respondente

Na intenção de evidenciar detalhadamente quem foi o público respondente, apresentaremos nesse item, o perfil dos respondentes. Devido ao formulário online, obtivemos um número de respondentes que superou o previsto durante a metodologia, totalizando 107 respondentes, dessa forma, a margem de erro da pesquisa passou para 9,5% (0,5% menor do que o previsto). Dos questionários respondidos, 79 deles foram respondidos de maneira remota (online) e os demais 28 foram aplicados e respondidos presencialmente.

Em relação à faixa etária (Gráfico 2), verifica-se que o maior percentual se refere aos respondentes que apresentavam, no momento da pesquisa, entre 40 e 49 anos (27,10%), seguidos pela população cuja idade estava entre 18 e 29 anos (26,17%), sendo que para essa

faixa etária o intervalo de tempo é maior (11 anos), fato que pode justificar a predominância frente as demais faixas etárias. Em sequência decrescente, temos o grupo dos respondentes com idade entre 30 e 39 anos (20,56%), e o grupo que compreende entre 50 e 59 anos de idade, ambos pertencendo aos estratos mais incidentes na pesquisa.

Gráfico 2: Idade dos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Atividades de campo; Org.: Amaral (2024)

Já os idosos, compreendidos na pesquisa como a faixa etária de 60 anos ou mais, representam apenas 3,74% da população. Acreditamos que a baixa presença de respondentes dessa faixa etária deva-se pelas dificuldades no uso de tecnologias digitais por parte dos mesmos, o que pode ter dificultado o acesso e o processo de resposta ao questionário online, haja vista que comparativamente o quantitativo de idosos dentre os respondentes é 20,3% menor do que o da população orlandina como um todo (Tabela 2).

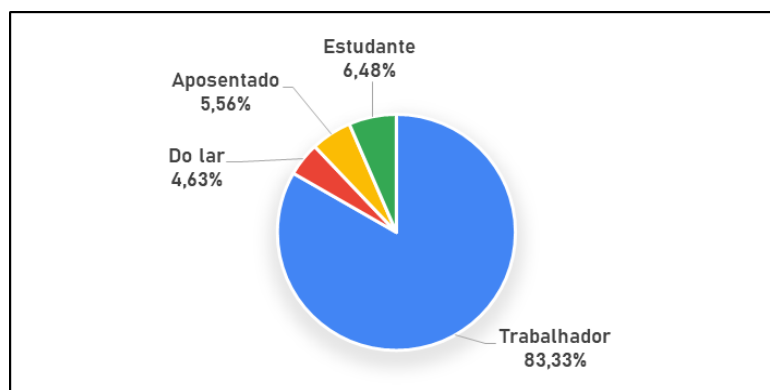
Tabela 2: Valores relativos à faixa etária dos respondentes (2024) e à faixa etária da população orlandina (2024).

Valores correspondentes à faixa etária da população com mais de 18 anos de idade, em Orlândia						
	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 +	Total
Orlândia	20,97%	19,19%	18,39%	17,41%	24,04%	100%
Respondentes	26,17%	20,56%	27,10%	19,63%	3,74%	97,2%*

Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

De modo semelhante às características etárias do público respondente, as informações sobre a ocupação dos respondentes (Gráfico 3), evidencia a alta proporção de trabalhadores (83,33%), enquanto os estudantes foram 6,48%, seguidos dos 5,56% aposentados e posteriormente a pessoas do lar, representando 4,63% do total.

Gráfico 3: Ocupação dos respondentes, em Orlândia (2024)

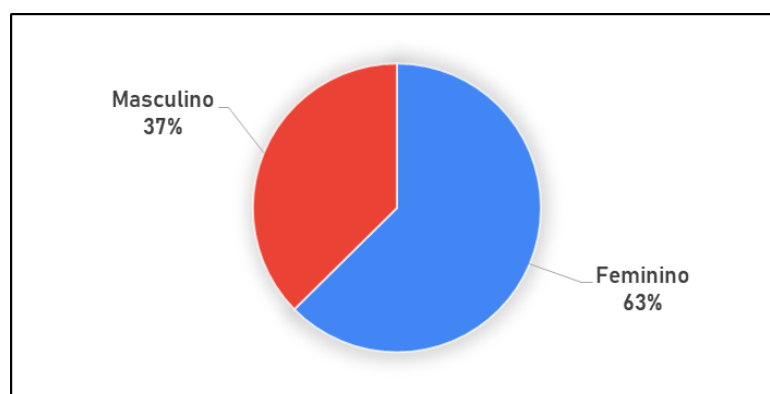


Fonte: Questionários da pesquisa (2024). **Org.:** Amaral (2024)

A maioria de trabalhadores deve-se pelo critério de inclusão da pesquisa, no qual os indivíduos menores de 18 anos eram impossibilitados de participar, fato que excluiu grande parte dos munícipes estudantes de responderem ao questionário. Além disso, ressaltamos que parte considerável da população idosa não era impossibilitada de acessar em responder os questionários devido às dificuldades tecnológicas supracitadas.

Ao tratar sobre o gênero dos respondentes (Gráfico 4), verificamos uma larga predominância de pessoas do sexo feminino, com 63%, em detrimento de uma população masculina pouco expressiva ao responder os questionários, com 37% do total.

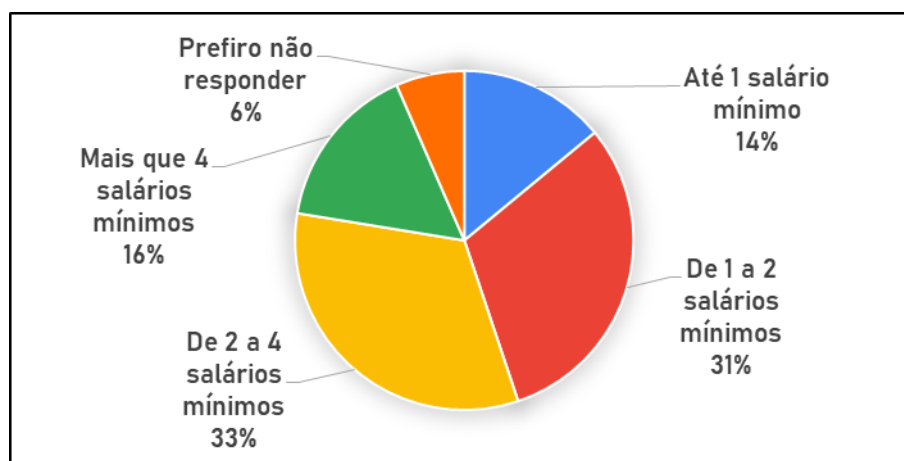
Gráfico 4: Sexo dos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). **Org.:** Amaral (2024)

No que tange à renda média mensal (Gráfico 5), os estratos econômicos mais abrangidos foram aqueles com renda de 2 a 4 salários-mínimos (33%) e de 1 a 2 salários-mínimos (31%). Já as extremidades econômicas, tanto superior quanto inferior, corresponderam, respectivamente, à 16% e 14%.

Gráfico 5: Renda média mensal dos respondentes (em salários-mínimos de 2024) dos respondentes, em Orlandia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Ressaltamos que entre todas as questões, a presente questão sobre renda média mensal foi a que mais apresentou participantes que optaram por não responder, com um alto índice de 6%. Tal opção dos respondentes justifica-se, ao nosso ver, pelo receio em coleta de dados em pesquisas e pelo medo de divulgação de informações tão pessoais em um questionário realizado por terceiros.

Em suma, a partir da análise das questões relativas às questões pessoais e socioeconômicas dos respondentes, verificamos a predominância de: participantes pertencentes à PEA (População Economicamente Ativa); trabalhadores; pessoas do sexo feminino; população de classe média. Dessa forma, este perfil traçado será de grande relevância na análise das práticas e percepções dessa população em relação ao lazer e aos espaços públicos, que será discutido na subseção seguinte.

4.2 Os Espaços Públicos de Lazer a partir da percepção dos orlandinos

Neste tópico, objetivamos compreender como a população orlandina apreende e participa do lazer público urbano, ansiando compreender com mais exatidão os momentos, as

atividades e as preferências ativas e espaciais dos respondentes. Além disso, as informações aqui apresentadas nos auxiliarão na compreensão das virtudes e falhas dos EPL de Orlândia, seja em questões relacionadas às formas físicas ou mesmo em relação às funções presentes e/ou ausentes nestes locais.

Ressaltamos ainda que a busca pela compreensão totalitária dos espaços públicos de lazer e suas dinâmicas perpassa pela questão estrutural da sociedade vigente, que poderá ser investigada a partir das informações que serão apresentadas, uma vez que nos permitirá apreender possíveis desconexões temporais entre os lazes possíveis de serem realizados nos espaços e as preferências reais da população.

De acordo com aquilo evidenciado por Marx (2014) e Santos (2007), ao longo da trajetória de desenvolvimento da sociedade o sistema capitalista foi criando estratégias de apropriação do tempo e da reprodução social para além do mero ambiente de trabalho, visando sempre a reprodução do capital. O lazer, prática efetivada durante o tempo livre, não se excetua à tal tendência, sempre apreendido pelo capitalismo enquanto instância geradora de lucros.

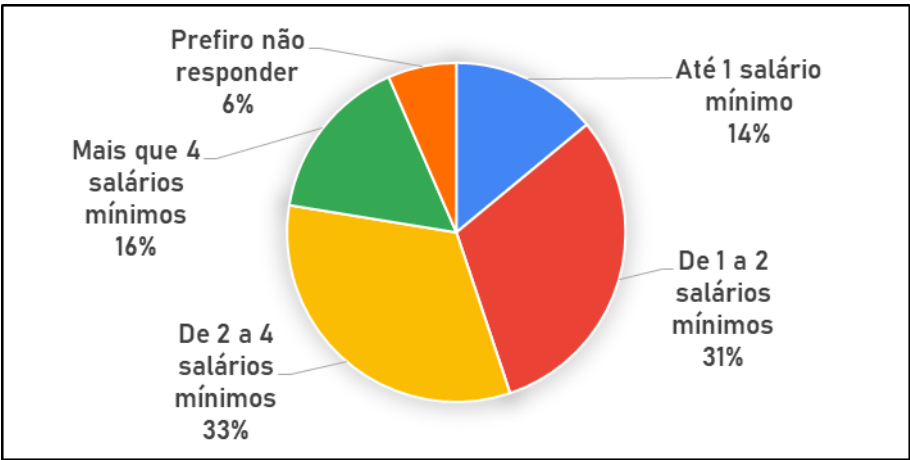
No século presente são criadas inúmeras alternativas de lazer, em grande parte tecnológicas e individualistas, associadas ao consumo que concorrem com o lazer pacato, simples e executado em práticas diárias, afetivas, sociais e gratuitas, como o convívio com amigos, as atividades ao ar livre, a prática de esportes²⁶, entre outras.

Dessa forma, os questionários aplicados à população orlandina apresentam informações que vão na direção contrária ao lazer de consumo capitalista, verificando-se a valorização das questões públicas e sociais. Em ordem decrescente, os respondentes destacaram como suas preferidas as seguintes atividades de lazer (Gráfico 6): convívio social com amigos e/ou familiares (26%); passeio ou atividades ao ar livre (15%); assistir TV, séries, filmes etc. (15%); redes sociais, navegar na internet etc. (15%); e prática de esportes (15%).

Já os jogos online representaram apenas (4%) do público respondente, justificado pela baixa presença de crianças e adolescentes. As atividades de leitura, teatro, viagens e piscinas (que não constavam nas respostas fechadas dos questionários e tiveram que ser escritas na aba “outros”) foram brevemente citadas, com menos de 1% do público respondente preferindo tais lazes.

²⁶ Referimo-nos à prática esportiva amadora, sem a necessidade de equipamentos de alto econômico.

Gráfico 6: Atividades de lazer preferidas pelos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Por mais que atualmente os sujeitos disponham de diversas alternativas de lazer e a tendência seja que aumentem ainda mais, visto que o capitalismo avança sobre todas as instâncias de reprodução social, a realidade de Orlândia se mostra diferente, visto que, somadas, as atividades de convívio social, passeio, festas e prática de esportes representam 65% da preferência dos respondentes, enquanto que as atividades caseiras e tecnológicas como TV, redes sociais, etc., representam um montante de 34%.

Em relação à diferenciação de lazeres por sexo (Tabela 3), observam-se algumas discrepâncias nas atividades de lazer preferidas, uma delas diz respeito ao próprio convívio social com amigos e/ou familiares, com as mulheres citando essa prática 6% a mais que os homens em suas respostas.

Tabela 3: Preferência de atividades de lazer por sexo, em Orlândia (2024).

Preferência de atividades de lazer por sexo, em Orlândia (2024).		
	Masculino	Feminino
Prática de esportes	15%	8%
Convívio social com amigos e/ou familiares	22%	28%
Assistir TV, séries, filmes etc.	15%	15%
Festas	14%	13%
Passeio ou atividades ao ar livre	16%	14%
Redes sociais, navegar na internet etc.	9%	18%
Jogos online	5%	3%

Leitura	<1%	0%
Cinema	<1%	0%
Teatro	<1%	0%
Viagens	<1%	0%
Piscinas	0%	1%

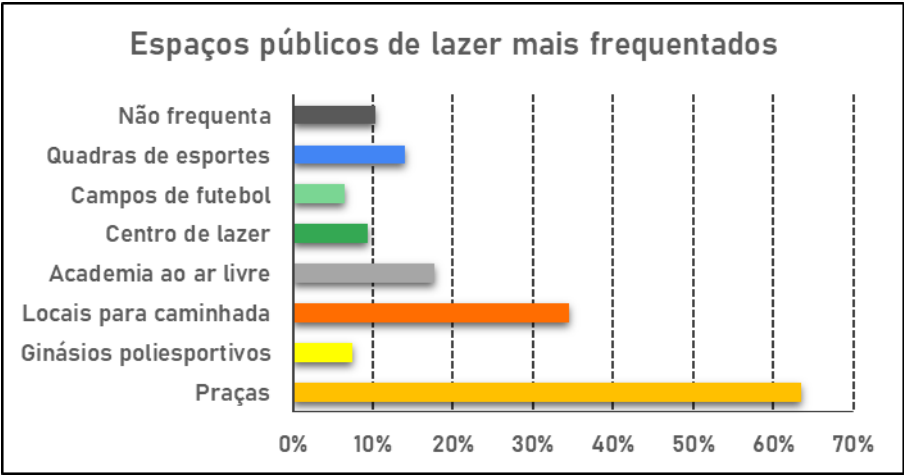
Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Além disso, o total de 28% da preferência por tal prática pelas mulheres é expressivamente superior à segunda prática preferida por elas que consiste em lazeres nas redes sociais e internet, com 18% da preferência – mesmo com tal índice sendo alto, a exemplo dos homens que relatam apenas 9% de preferência nessa modalidade de lazer digital.

Os homens, por sua vez, sobressaem-se às mulheres nas práticas esportivas e ao ar livre, que possuem respectivamente 15% e 16% da preferência masculina, enquanto as mulheres apresentam apenas 8% e 14%. Consideremos que essas diferenças se devam, principalmente, a motivos históricos, haja vista que o acesso das mulheres às atividades esportivas e realizadas ao ar livre era limitado, sendo os homens os únicos a usufruírem de tais práticas. Atualmente, mesmo com o processo evolutivo dos direitos e oportunidade femininas esteja em curso, as heranças do passado machista ainda permanecem.

Em se tratando especificamente dos espaços públicos de lazer (EPL e EPEL) mais e menos frequentados na cidade de Orlândia (Gráfico 7), na visão dos respondentes, destaca-se a predominância das praças frente aos demais espaços, com 63,55% do público frequentando-as, seguida dos locais para caminhada, com 34,58% dos respondentes alegando frequentá-los e, posteriormente, as academias ao ar livre que estiveram presentes em 17,76% das respostas.

Gráfico 7: Espaços públicos mais frequentados pelos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Já com menor frequência do público respondente, temos os espaços de lazer esportivo e ativo, cujas práticas são mais específicas a determinados públicos, além de serem necessários grupos para que as atividades de lazer aconteçam nesses locais, sendo eles: as quadras de esporte (14,02%); os centros de lazer (9,35%); os ginásios poliesportivos (7,48%); e os campos de futebol (6,54%).

Acreditamos que apesar dos questionários mostrarem índices baixos de frequência nos espaços de lazer esportivo, estes ainda são relevantes para o lazer urbano na realidade estudada, haja vista que crianças e adolescentes participam ativamente dos espaços públicos de lazer da cidade, aspecto muito positivo pois

As crianças precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender. Precisam, entre outras coisas, de oportunidades para praticar todo tipo de esporte e exercitar a destreza física - e oportunidades mais acessíveis do que aquelas de que desfrutam na maior parte dos casos. Ao mesmo tempo, no entanto, precisam de um lugar perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções do mundo (Jacobs, 2009, p.88).

Os adolescentes, por sua vez, também tender a ser usuários assíduos dos espaços públicos da cidade, sobretudo aqueles voltados para a prática esportiva, conforme afirma Oliveira (2006)

A prática desportiva é um dos motivos que atrai os adolescentes ao espaço público e há quem afirme que a prática desportiva é a razão exclusiva para utilizar espaços públicos. Estas pessoas procuram preferencialmente espaços que tenham incluídos equipamentos desportivos, ringues, polidesportivos, etc. A maioria dos que praticam desporto não faz desporto de competição. A prática desportiva, assim como a música, a dança e outras atividades extra-curriculares, introduzem os adolescentes a outros grupos sociais, distintos dos espaços e grupos mais comuns – a escola, os vizinhos – e motivam a utilização de outros espaços públicos. A maioria dos adolescentes que pratica desporto não o faz com a família, fá-lo com outros adolescentes. Com frequência o grupo de amigos decorrente da prática desportiva torna-se no grupo de amigos principal e, como tal, justifica actividade social além da associada à prática desportiva (2006, p.70-71).

Dessa forma, associamos a baixa frequência dos espaços públicos de lazer que privilegiam as atividades grupais com o aspecto etário do público respondente da pesquisa, uma vez que durante nossas observações diretas em campo averiguamos que essas práticas são realizadas em sua maioria por crianças e jovens, sendo que essas não responderam os questionários²⁷.

²⁷ Pretendendo viabilizar melhores condições de realização da pesquisa junto ao Comitê de Ética, não aplicamos questionários com menores de 18 anos.

Apesar de possuírem a melhor infraestrutura esportiva dentre todos os espaços de lazer da cidade, os ginásios poliesportivos não se mostram acessíveis à grande maioria da população, explicitado na fala de Renata, de 46 anos, se referindo ao ginásio Maurício Leite de Moraes: “o ginásio acabou de ser aberto a população, porém não tem fácil acesso para os adolescentes e crianças agendarem jogos”.

Mesmo com pautada em argumentos sólidos a respeito da securitização de tais espaços devido ao alto investimento, preocupações com a conservação e deterioração dos mesmos, o PPM controla e normatiza tais espaços, colocando em xeque a dinâmica pública dos mesmos. Essa vigilância constante, por mais bem intencionada que seja, de certa forma repele alguns usos e usuários, negando a essência do espaço público de sociabilidade e acessibilidade irrestrita.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção dos espaços públicos de lazer, as políticas públicas “protetoras” que cercam esses espaços limitam as apropriações àquelas programadas, que, às vezes, configuram-se como formas negativas de uso do espaço público, a exemplo da progressão das identidades territoriais descritas por Gomes (2002), na qual grupos específicos dominam o espaço e restringem o acesso aos demais usuários.

Durante nossas investigações *in loco*, averiguamos que a PMO, representada pela Secretaria de Esporte e Lazer, não limita o uso do Ginásio Poliesportivo Pedro Lázari somente àqueles agendados previamente, mas que esse serviço de reserva garante formalmente o uso do espaço por aqueles que agendaram, procedimento que se não se aplica ao Ginásio Maurício Leite de Moraes.

Sobre o estabelecimento dessa dinâmica dupla de uso, ressaltamos pontos positivos e negativos. De maneira benéfica ao lazer público, a acessibilidade irrestrita em horários livres de reserva garante a presença e uso social destes espaços, que em sua maioria são ocupados por crianças e jovens que residem em seu entorno imediato, que desfrutam da boa infraestrutura e segurança do local.

Contudo, conforme já ressaltado anteriormente, a possibilidade de determinados grupos reservarem formalmente o local (de maneira gratuita), lhes garantem a exclusividade de uso, inviabilizando o contato e a prática social conjunta. Contraditoriamente, consideramos que a reserva desses espaços também garante possibilidades de uso que não seriam possíveis sem o “contrato” formal, pois o livre acesso abre margem para o processo de tribalização, também apontado por Gomes (2002), em que público usual se territorializa nos espaços públicos e o tomam para si por meio de poderes simbólicos e regras implícitas.

Ainda sobre os espaços públicos mais utilizados, os locais para caminhada aparecem com grande incidência nas respostas e se configuram como importantes espaços públicos urbanos. Tais espaços possuem características próprias e seu alto uso deve-se, em nossa interpretação, pela pluralidade de públicos que podem receber, sobretudo se considerarmos a faixa etária do público respondente da pesquisa.

Na realidade de Orlândia, são poucos os espaços destinados exclusivamente à caminhada, pois apenas o Espelho d'água oferece uma pista para caminhada e garante integridade física aos usuários. Todavia, durante as observações de campo e a partir da conversa com a população verificamos a presença de espaços informais para a realização de caminhadas, nos quais a população caminha e corre nas vias públicas, em meio a automóveis e demais obstáculos.

De modo semelhante àquilo verificado nas preferências de lazer por gênero, as diferenças entre homens e mulheres em relação aos espaços públicos de lazer que frequentam na cidade se encontram principalmente nos locais de atividades esportivas (Tabela 4).

Tabela 4: Espaços públicos de lazer frequentados, por sexo, em Orlândia (2024).

Espaços públicos de lazer frequentados, por sexo, em Orlândia		
Espaços públicos de lazer	Feminino	Masculino
Praças	44%	33%
Locais para caminhada	21%	21%
Academia ao ar livre	10%	12%
Ginásios poliesportivos	3%	6%
Centro de lazer	7%	4%
Campos de futebol	2%	7%
Quadras de esportes	6%	12%
Não frequenta	7%	5%

Fonte: Questionários da pesquisa (2024). **Org.:** Amaral (2024)

As mulheres participantes da pesquisa que afirmaram frequentar espaços públicos de lazer voltados para a prática esportiva (ginásios poliesportivos, centro de lazer, campos de futebol e quadra de esportes) foram 18% do total, sendo neste mesmo critério 29% dos homens responderam frequentar tais espaços, ressaltando novamente a baixa representatividade feminina no lazer esportivo – ancorada nos aspectos históricos que ainda influenciam o lazer atualmente.

Além disso, as mulheres frequentam menos os espaços públicos de lazer do que os homens, com respectivamente, 7% e 5%. A tabela 5, que trata sobre os principais motivos que

os respondentes apontaram para não frequentarem os espaços públicos de lazer demonstra as diferenças nas respostas de acordo com o sexo do respondente.

Tabela 5: Categorias principais apontadas pelos respondentes quando questionados sobre as motivações que os levam a não frequentar os espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).

Categorias principais apontadas pelos respondentes quando questionados sobre as motivações que os levam a não frequentar os espaços públicos de lazer				
Categoria	Palavras-chave	Feminino	Masculino	Total por categoria
Desinteresse	Opção própria; Não gosto	2	2	4
Limpeza	Sujeira	2	0	2
Conservação geral	Abandono; Organização; Mato; Manutenção; Adequações; Cuidado; Estruturas	5	2	7
Insegurança	Escuro; insegurança; Segurança; Iluminação	7	0	7
Tempo	Tempo	1	2	3
Pluralidade/Opções	Poucas opções	1	0	1
Total		18	6	24

Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Observa-se claramente a maior preocupação das mulheres com a questão da (in)segurança destes espaços, com 7 respondentes alegando se sentirem inseguras de visitarem ou de frequentarem os espaços públicos de lazer, sobretudo à noite. Tal preocupação pode ser evidenciado na fala da Maria, quando ela afirma: “Frequento apenas de dia, pois a noite não tem iluminação”, ou mesmo na resposta da Flávia, que diz não frequentar “porque os locais estão sempre tomados por traficantes e usuários”.

Além disso, a partir da tabela podemos constatar a predominância de motivações relacionada à conservação geral dos espaços públicos de lazer, com munícipes como Paulo²⁸ e Alex alegando que “as estruturas deixam a desejar” e que “os espaços estão abandonados e sem manutenção”. A partir dessas falas, destacamos a importância que as formas físicas possuem na função dos locais e nas possibilidades de apropriação deles.

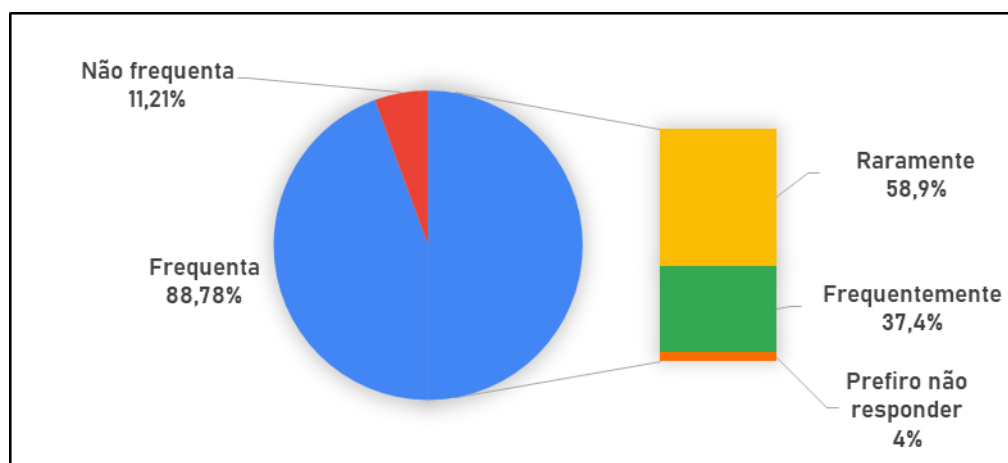
O aspecto visual torna-se extremamente relevante no contexto de atratividade desses espaços e, quando somado aos fatores de segurança desses locais, representam 58% das respostas abertas sobre os motivos que leva a população a não participarem da dinâmica dos

²⁸ Utilizamos nomes fantasia para garantir o anonimato dos respondentes de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

espaços públicos de lazer, número muito superior aos 16% de incidências de motivações pessoais para a não utilização.

Mesmo com estruturas físicas deficitárias, segundo a população, os questionários aplicados demonstram que 88,78% dos respondentes frequentam os espaços públicos de lazer e apenas 11,21% não vão ou não utilizam esses espaços (Gráfico 8).

Gráfico 8: Frequência dos espaços públicos de lazer pelos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

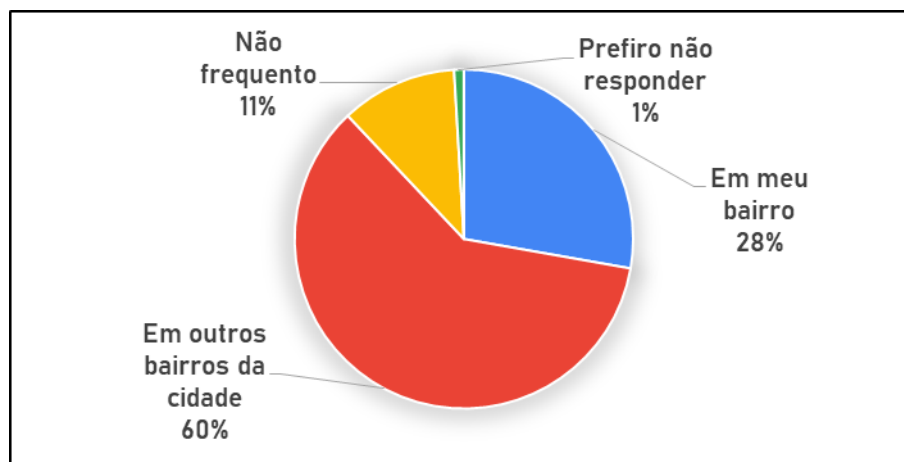
Dentre o total desses respondentes que afirmaram frequentar os EPL, 58,9% vão frequentemente; 37,4% frequentam raramente; e 3,7% optaram por não responder. Tais informações deixam claro que mesmo frequentando os espaços, a maioria da população não o faz com recorrência, o que, ao nosso ver, evidencia o caráter de passagem ou apropriação parcial que alguns espaços públicos, principalmente as praças, assumem no cotidiano das cidades modernas.

Em se tratando de aspectos locacionais dos EPL sua relação de proximidade dos usuários (Gráfico 9), os questionários indicam que 60% dos respondentes utilizam espaços públicos de lazer localizados em bairros da cidade que não os seus, enquanto 28% fazem o uso majoritário de espaços públicos de lazer no interior de seus bairros de residência.

Para além do aspecto da distância dos EPL com seus entornos imediatos, é possível verificar que a utilização de outros espaços da cidade para além de seu bairro diz respeito às questões de mobilidade urbana, visto que

a cidade pode ser o lugar que impede ou que propicia a fruição do tempo livre. Isso porque, nela existem equipamentos de lazer, dispostos para a utilização da população, apesar disso, por exemplo, "ao dirigirmo-nos a um parque ficamos presos em um congestionamento durante quatro horas, estamos diminuindo radicalmente o tempo para o relaxamento, para o lazer" (Rolnik, 2000, p. 180)

Gráfico 9: Localização dos espaços públicos de lazer frequentados pelos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

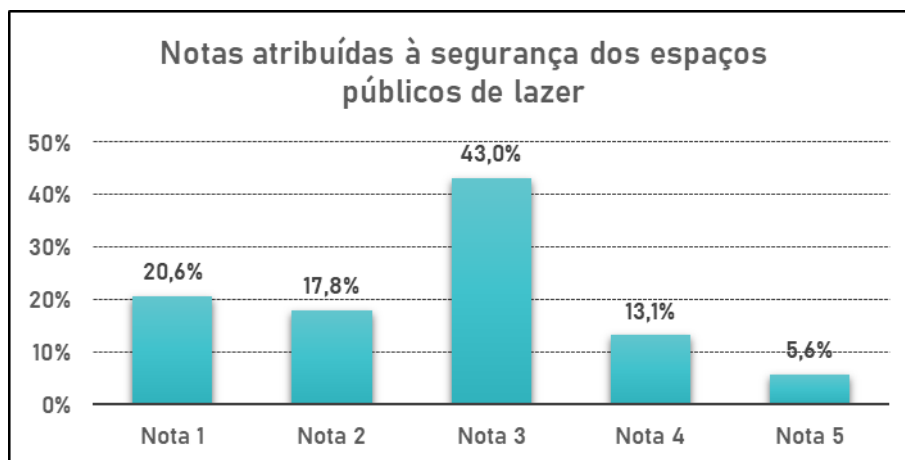
Contudo, em cidades com uma malha urbana reduzida como é o caso de Orlândia, essas problemáticas não se configuram como um grande problema, dada a distância relativamente pequena dos bairros mais afastados com as áreas centrais se comparadas com as realidades metropolitanas.

Uma exceção que se apresenta em nosso recorte espacial é o Parque Cyro Armando Catta Preta, maior espaço público da cidade em extensão territorial, pois este se localiza na extremidade sudoeste do perímetro urbano, sendo quase que inacessível a moradores da extremidade nordeste da malha urbana. Desse modo, o acesso ao parque fica restrito à população do bairro Nova Orlândia e/ou àqueles que possuem veículos.

Mesmo assim, as alternativas de lazer ofertadas no parque não se diferem em demasia daqueles presentes nos demais espaços públicos de lazer dispostos ao longo de toda a malha urbana do município. Sendo assim, quase que o total da população tem acesso a mais de uma opção de lazer perto de seu local de moradia.

Em relação à questão da segurança dos EPL (Gráfico 10), 38,4% dos respondentes atribuíram uma nota baixa a este aspecto, enquanto 18,70% deles atribuíram notas altas sobre o mesmo quesito. Porém, o maior destaque fica em relação aos 43% de respondentes que avaliam a segurança dos EPL com nota 3, que consideramos como uma nota mediana.

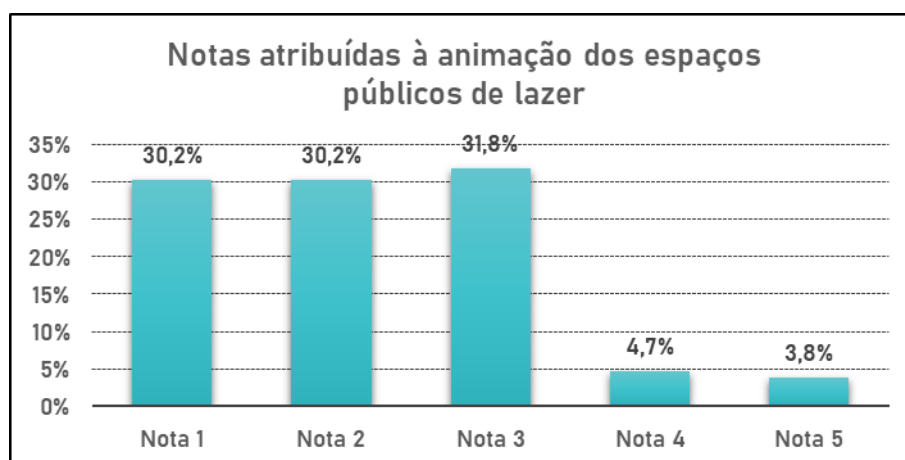
Dimensão necessária entendemos a animação enquanto as atividades costumeiras e esporádicas de lazer realizadas nos espaços públicos, retratando com precisão a percepção da população em relação àquilo que realmente seriam as práticas de lazer. Dessa forma, o Gráfico 11 representa a avaliação geral da população em relação à animação dos espaços – aquilo que interpretamos como apreensão do que seria o lazer na visão da população.

Gráfico 10: Notas atribuídas à segurança dos espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).

Fonte: Questionários da pesquisa (2024). **Org.:** Amaral (2024)

Relativamente, as notas negativas (1 e 2) representam 60,4% do total de respostas, enquanto as notas positivas (3 e 4) somam apenas 8,5% do total, sendo evidente que a percepção que a população em relação ao lazer urbano realizado nos espaços públicos deixa é muito negativa.

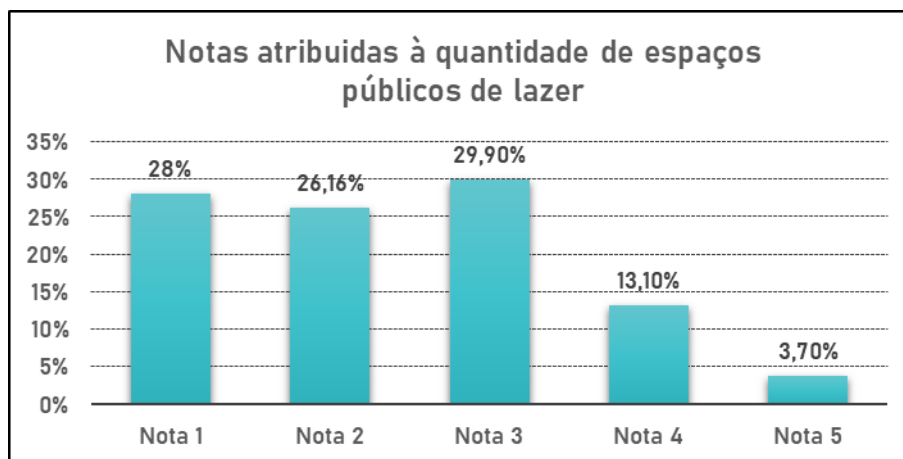
Porém, ressaltamos que os lazeres ativos/esportivos são mais associados à palavra “animação” por parte da população, além do fato dos respondentes não serem usuários frequentes dos espaços públicos de lazer ativo (conforme evidenciado no gráfico 7) e justamente por não vivenciarem, podem ter a percepção errônea de falta de atividades nesses locais.

Gráfico 11: Notas atribuídas à animação dos espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).

Fonte: Questionários da pesquisa (2024). **Org.:** Amaral (2024)

Em se tratando das notas atribuídas à quantidade de EPL da cidade (Gráfico 12), essas também se mostraram muito negativas na opinião dos respondentes. O percentual de participantes da pesquisa que atribuíram notas 1 e 2 à quantidade de espaços públicos de lazer foi de 54,12%, sendo que as notas positivas foram atribuídas somente por 16% dos respondentes.

Gráfico 12: Notas atribuídas à quantidade de espaços públicos de lazer, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Apesar de mal avaliada pelos respondentes, a questão quantitativa dos espaços Orlândia é elevada, com um espaço público de lazer a cada 696 habitantes. Em termos comparativos, os municípios paranaenses de Araruna, Peabiru e Engenheiro Beltrão estudados por Corneli (2013) e o município de Uberlândia-MG, pesquisado por Lucas (2022), apresentam índices bem piores do que aqueles de Orlândia (Tabela 6).

Tabela 6: Quantitativo de habitantes por espaço público de lazer em cidade brasileiras

Quantitativo de habitantes por espaço público de lazer em cidade brasileiras ²⁹ .			
Município	População absoluta	Espaços públicos de lazer	Habitantes por espaço público
Uberlândia-MG (2022)	713.224	297	2.401
Orlândia-SP (2022)	38.319	37	1.035
Engenheiro Beltrão-PR (2010)	13.906	12	1.158

²⁹ Os critérios abordados em cada pesquisa para definir o que seriam os espaços públicos foram distintos. Sobre Uberlândia estamos considerando os espaços urbanos de lazer elencados por Lucas (2022) como os espaços públicos. Já sobre as cidades paranaenses presentes na tabela considerou-se apenas as praças apresentadas por Corneli (2013).

Peabiru-PR (2010)	13.624	3	4.541
Araruna-PR (2010)	13.419	5	2.683

Fonte: Corneli (2013); Lucas (2022); Amaral (2024). Org.: Amaral (2024)

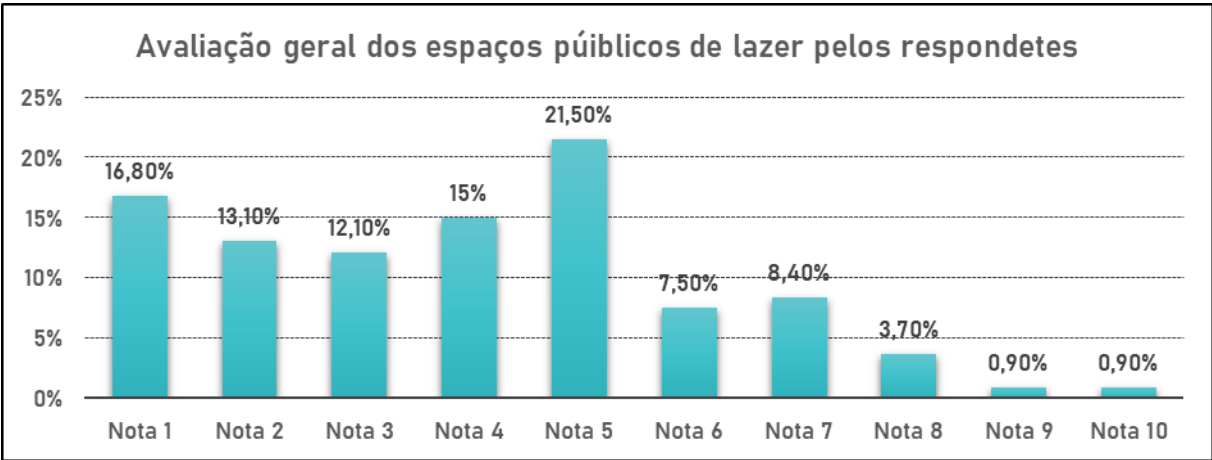
Mesmo abrangendo realidades distintas em tamanho populacional, área urbana, contextos de formação e evolução territorial urbana, entre outros, a tabela nos permite verificar o elevado índice de espaços que a população orlandina tem a seu dispor, chegando a ser 4,38 vezes maior do que a do município de Peabiru, por exemplo.

Não se limitando a realidades em que consideramos apenas as praças públicas na contagem, a realidade de uma grande cidade como Uberlândia, com diversas alternativas de lazer, nos permite afirmar com assertividade o caráter acessível que a população de Orlândia possui em relação ao lazer público urbano.

Contudo, de acordo com os respondentes dos questionários, todos aspectos dos espaços públicos de lazer da cidade se mostraram insatisfatórios. Em uma escala de 1 a 5, a segurança apresentou uma nota média de 2,65; sobre a presença destes espaços, os respondentes atribuíram a nota média de 2,39; e de maneira ainda mais preocupante, avaliaram a animação dos espaços com uma média de 2,24.

Em termos gerais, essa insatisfação também se mostrou presente quando os participantes foram questionados a respeito da nota geral que cada um atribui aos EPL (Gráfico 13).

Gráfico 13: Avaliação geral dos espaços públicos de lazer pelos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

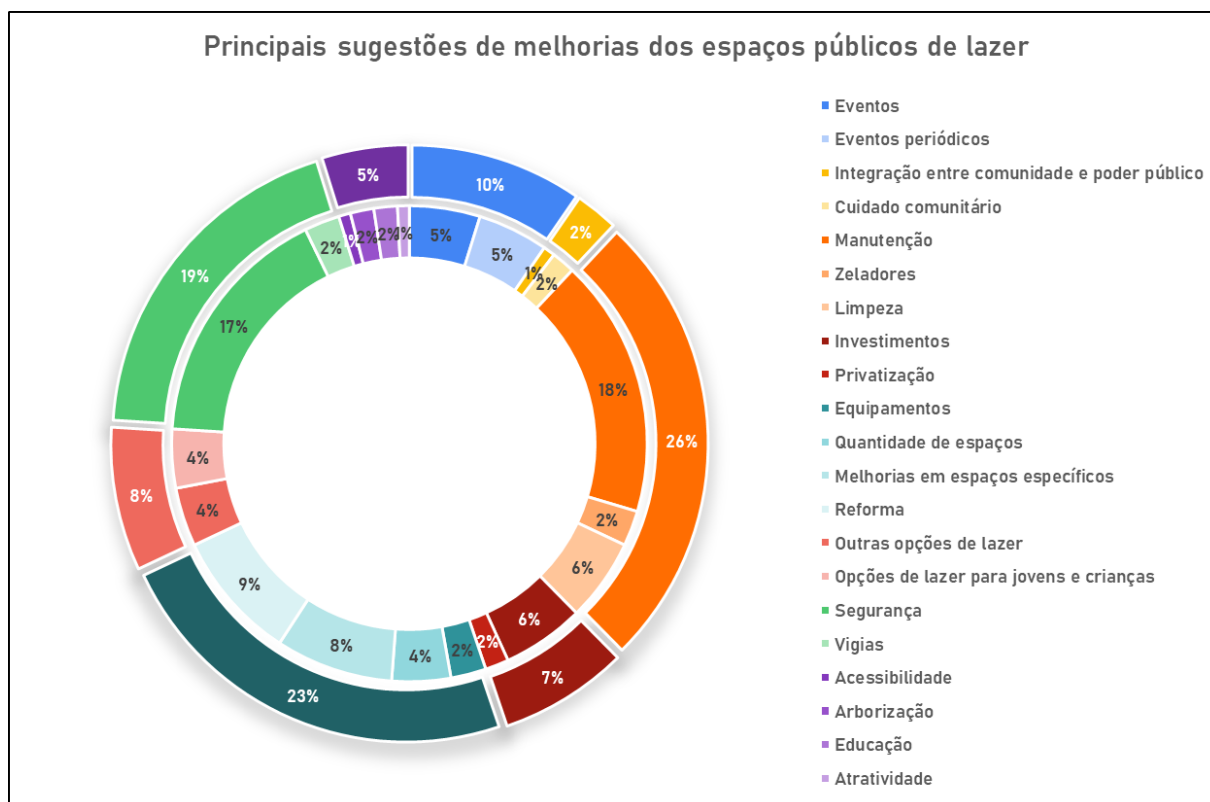
Os participantes cuja avaliação geral a respeito dos EPL foi menor 4, correspondem a 57% do total, enquanto aqueles que atribuíram notas acima de 5 totalizam apenas 21,4% do montante. A nota média atribuída pelos respondentes de 3,98, mais uma vez evidenciando que estes locais não são vistos com bons olhos por parte da população orlandina.

Para além das questões sobre práticas de lazer, preferências, espaços públicos, frequência, etc., os participantes da pesquisa tiveram em seus questionários um espaço aberto para elencarem sugestões de melhorias a respeito do lazer público urbano, as quais foram sintetizadas por palavras-chave e agrupadas em categorias comuns (Apêndice 4), permitindo-nos apreender quantitativamente – mesmo que a partir de respostas textuais – quais aspectos os respondentes julgam ser mais necessários para que o lazer público urbano seja aprimorado (Gráfico 14).

Ao analisar as informações, destaca-se a categoria de manutenção, com 26% das indicações de melhorias por parte dos respondentes, sendo que em sua maioria estão os casos ligado ao próprio cuidado com a estrutura física dos locais, apontada por 18% dos participantes da pesquisa que solicitaram melhorias, entre eles Rita, que destina ao poder público municipal a tarefa de “ter um acompanhamento regular para devidas reformas e não as abandonar”.

Não se restringindo à forma física que se encontram os EPL, alguns moradores também solicitam o serviço de zeladores que teriam de ser contratados pela PMO para prestarem manutenções periódicas em determinados espaços, a exemplo da fala de Catarina, que evidencia a necessidade de “cuidar e colocar pessoas para zelar do espaço público”.

Gráfico 14: Principais sugestões de melhorias dos espaços públicos de lazer apontadas pelos respondentes, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). **Org.:** Amaral (2024)

Outrossim, não faltam moradores que clamam pela necessidade de limpeza e roça dos espaços públicos, sobretudo aqueles que dispõem de equipamentos de lazer como quadras e campos, destacado na fala de Amélia: “quadras e campos [estão] sem manutenção e precisam ser mais cuidadas, além do mato, [que] fica altíssimo e por tudo isso dá insegurança de frequentar”.

Dentre as sugestões mais incidentes nas respostas dos questionários, observam-se também as questões relacionadas à segurança dos EPL, com parte significativa da população alegando se sentir insegura nestes locais devido ao vandalismo e, principalmente, à falta de iluminação dos mesmos nos períodos noturnos, a qual Caio, entre diversos motivos, também destaca em sua fala:

Como pratico caminhadas, posso opinar que seria a adequação dos espaços para caminhada, visto que a grande maioria não se integra como ambiente propício, sendo necessário se expor ao risco nas vias públicas de trânsito de veículos. [Além da] iluminação de espaços que se tornam arriscados durante a noite (marginal FEPASA por exemplo), [bem como a] arborização intensiva nas áreas urbanas públicas, aliando-se à necessidade imediata de redução das emissões de carbono (Caio, 2024).

Além disso, a preocupação em relação à segurança nos espaços públicos também aparece destinada às instituições estatais destinadas a tal serviço, com moradores dizendo

que as praças centrais precisam “urgentemente de policiamento” ou mesmo ressaltando a necessidade de colocar vigias nos espaços públicos “porque [os usuários] quebram tudo”.

A forma, categoria central de análise do espaço, além de sustentar e permitir a existência das funções, consegue apreender para si parte significativa das percepções acerca dos espaços. Fato que pode ser verificado na realidade estudada quando, ao elencar os principais pontos a serem aprimorados para que o lazer público seja garantido e vivenciado, 9% daqueles que expressaram suas sugestões ressaltaram intervenções relativas à materialidade dos locais.

Entre estes, os desejos são variados, alguns defendendo a “recuperação de espaços que existiam”, outros defendendo uma “restauração geral”, ou até mesmo novas maneiras de se “reorganizar os espaços”, todas seguindo o princípio da relação dialética das práticas socioespaciais, nas quais os usos e as estruturas se influenciam diretamente, de modo com que intervenções materiais nos espaços públicos poderiam gerar efeitos benéficos à prática social do lazer.

Considerando aquilo que fora evidenciado por Gomes (2013) sobre alguns espaços públicos que concentram a atenção da cidade para si, constata-se na cidade de Orlândia uma série de espaços que por mais precários que se encontrem atualmente ainda possuem grande relevância para a cidade. Sendo exatamente estes espaços os quais os respondentes mais citam em suas sugestões de melhorias.

Dentre os espaços nomeados para reforma, o mais incidente de todos é o Parque Cyro Armando Catta Preta (Parque da Gruta), correspondendo a metade dos locais citados nas respostas abertas, como a de Carlos, que aponta como possível solução “reformular e pintar a gruta, [pois] era um ótimo lugar agora está roda destruída”.

Além deste espaço em específico, os centros de lazer aparecem como espaços que precisam de intervenções, ligadas principalmente ao desenvolvimento de atividades e à políticas públicas que visem a dinamização de tais locais, haja vista que os mesmos dispõem de variadas estruturas físicas para as práticas de lazer mas falham ao assegurar práticas cotidianas de lazer.

Pertencente à cultura local, a festa de rodeio faz parte do calendário anual de eventos da cidade e mobiliza parte significativa da população e dessa forma alguns moradores se referiram à construção de um recinto oficial de montaria em touros para garantir a prática festiva anual. Em nosso entendimento, mesmo sendo intimamente atrelada à indústria cultural, tal demanda é justificável e abre margem para discussão em torno de políticas públicas que assegurem a permanência desse importante aspecto da cultura local.

Camargo (2003) e Marcellino (2008) afirmam que em muitos casos a casa se apresenta como principal equipamento de lazer das pessoas, situação que pode ser verificada não só em práticas cotidianas como assistir TV, jogar videogame, conversar com familiares etc., mas também nas datas festivas como aniversários e comemorações em geral, nas quais se constata a presença de um número considerável de familiares e/ou amigos.

Contudo, isso não é uma realidade homogênea no espaço urbano, pois em muitos casos, as residências são tão pequenas que mal permitem a sociabilização entre um número elevado de pessoas, influenciando negativamente até mesmo nas práticas cotidianas de lazer mais simples. Sobre isso, Santos (2007, p. 46) evidencia que

A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades [...] na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem (Santos, 2007, p. 46).

Dessa forma, destacamos a fala de Osmar, de 42 anos, que aponta a necessidade de “fazer um espaço para festa”, sendo esse muito provavelmente um reflexo das condições socioeconômicas de parte da população orlandina que não dispõem de condições favoráveis de moradia para receber familiares e amigos em datas festivas como aniversários e festas de fim de ano, evidenciando mais uma vez a importância dos espaços públicos para o lazer.

Ainda a respeito das possibilidades de melhoria relacionadas à infraestrutura, há ainda aqueles que defendem a construção de mais equipamentos como: banheiros nas praças públicas; brinquedos infantis; e espaços para piquenique. Além disso, alguns expressam o desejo pela “construção de mais espaços” para atender às suas demandas – respostas que interpretamos como anseio por práticas específicas de lazer que não foram citadas detalhadamente nas respostas.

Entre os participantes da pesquisa que opinaram a respeito de possíveis melhorias, 8,4% assumem que a solução dos problemas está na esfera econômica. Estes alegam como principal causa da deterioração do lazer público a falta de investimentos (6,54%) e alguns (1,86%) até mesmo defendem que a privatização seria a solução dos problemas relacionados aos EPL.

Categorizadas como intervenções relativas à animação, os eventos também se destacaram nas respostas dos questionários, aparecendo em 10% das sugestões de aprimoramentos, sendo que metade destes são relativos à grandes eventos (shows, festivais,

carnaval, rodeio etc.) e a outra à práticas periódicas (diárias e/ou mensais) que poderiam ser realizadas nos espaços públicos de lazer.

Entre as categorias, destacam-se também questões relativas à baixa pluralidade de opções e espaços públicos de lazer, sobretudo quando destinadas ao público jovem, como destacam Elis e Olga ao solicitar, respectivamente, uma “maior oferta de locais animados para os nossos jovens, com segurança” e necessidade de “lugares com eventos frequentes, principalmente para os jovens, como tinha antigamente”.

Já verificada anteriormente nas avaliações dos respondentes, a animação dos espaços públicos de Orlândia se configura como um sério problema e isso se deve, em parte, pela falta de políticas públicas que incentivem programas e atividades periódicas nestes espaços. Lucas (2007), estudando a cidade de Presidente Prudente-SP, sobre essa questão, afirma que

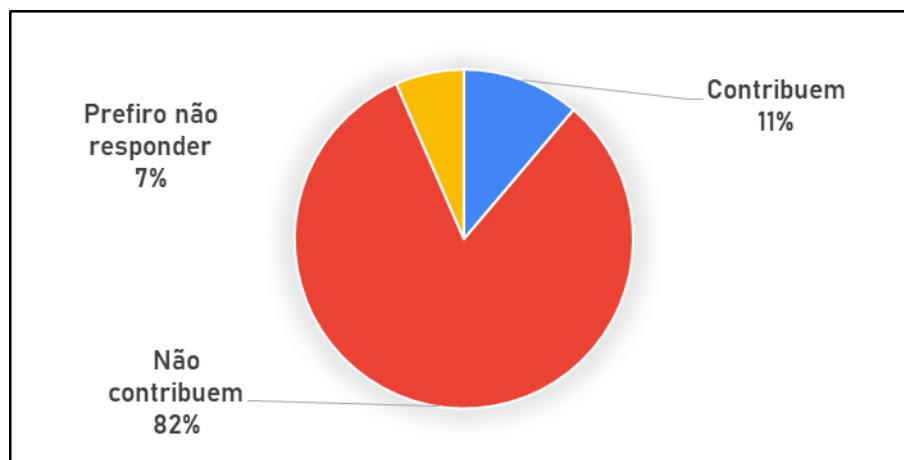
A problemática do lazer nas cidades vai além de oferecer espaços, pois é preciso que haja políticas de animação; ou seja, atividades que envolvam a população e façam esta se sentir pertencente a este espaço, o que se torna muito difícil no atual mundo globalizado. Sem este sentimento de pertencimento, muitos enxergam estes espaços como algo estranho, distante de sua realidade, e não contribuem para sua conservação: jogando lixo, quebrando, e, ainda, não fiscalizando (Lucas, 2007, p.198).

A ausência de animação nos espaços públicos de lazer é uma questão muito abrangente, indo além de questões e soluções simplistas como a construção de mais espaços e/ou equipamentos por parte do poder público, a destinação de mais verbas para as secretarias de lazer, ou até mesmo a total desregulamentação destes espaços e a consequente dominação informal de tais.

Em nossa visão, é justamente a articulação da comunidade local com o poder público que deve ser priorizada para reanimar os espaços públicos, caso contrário os espaços públicos tendem a se transformar em formas ausentes de conteúdo. Sobre a preservação desses locais por parte dos moradores (Gráfico 15), na visão dos respondentes a grande maioria dos orlandinos não contribui para a conservação dos locais (82%).

A responsabilidade dos espaços públicos está mutuamente nas mãos do poder público e da população, sendo necessários esforços conjuntos desses dois grupos para a preservação e para a animação de tais espaços. No entanto, são poucos os moradores que enxergam na articulação estado-comunidade as possibilidades de revitalização dos EPL (2%) e menores ainda são aqueles conscientes de seus papéis enquanto agentes produtores do espaço urbano (1%).

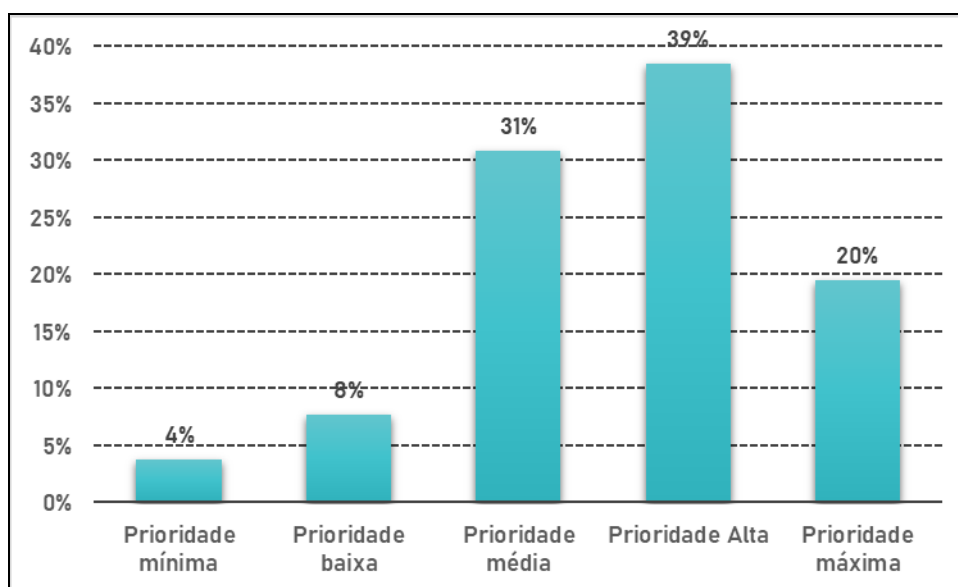
Gráfico 15: Respostas à pergunta "os moradores da cidade contribuem para conservação dos espaços públicos de lazer da cidade?", em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Apesar da baixa contribuição dos moradores no que tange à conservação dos EPL, os questionários deixam claro que a população tende a atribuir a gestão dos espaços públicos ao PPM, com a maior parte dos respondentes (59%) concordando que o lazer deva ser altamente priorizado nas políticas públicas (Gráfico 16).

Gráfico 16: Opinião dos respondentes em relação à prioridade que deva ser dada ao lazer nas políticas públicas, em Orlândia (2024).



Fonte: Questionários da pesquisa (2024). Org.: Amaral (2024)

Dentre os participantes da pesquisa, apenas 12% assumem que o poder público não deva dedicar muitos esforços em relação às políticas públicas de lazer, destacando a

importância dada ao lazer por parte da população. No entanto, a própria comunidade se ausenta das responsabilidades de cuidar das formas destinadas a tal fim, sobre isso, Muller (2002) pondera que

O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio, pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem em um direito dos brasileiros. Assim, vale a pena cobrar para que o poder público se faça presente nesse setor, mas é preciso que a comunidade assuma também sua parcela de responsabilidade nessa co-gestão (Muller, 2002, p. 25)

Zelar dos espaços públicos de lazer e reconhecer o seu papel enquanto corresponsáveis da (re)produção dos mesmos se trata de aspectos necessários aos sujeitos sociais para que o lazer urbano e seus espaços sejam mantidos e conservados. Contudo, o processo de tomada de consciência por parte da população não acontece em curtos intervalos de tempo, sendo necessário um longo trabalho educacional para que as pessoas se sensibilizem e compreendam seus papéis e responsabilidades enquanto cidadão.

Em síntese, as informações obtidas a partir dos questionários demonstram que a população tem preferência por práticas de lazer voltadas à socialização, seguida daquelas que privilegiam a qualidade de vida e a saúde e, posteriormente, aquelas destinadas ao desporto. Verifica-se também que na realidade orlandina as preferências por lazers digitais não se sobrepõem às demais, com os respondentes afirmando a preferência de sociabilizar com amigos e realizar atividades ao ar livre ao invés de permanecerem em suas residências e desfrutarem de televisões e celulares, por exemplo.

Em relação aos espaços mais utilizados, a maioria apontou frequentar praças – que se apresentam em grande número e que não necessariamente são espaços de lazer ativo, frequentemente sendo apenas um local de passagem – e locais de caminhada, que pois mais escassos que sejam ainda são significativos às práticas socioespaciais.

Em se tratando especificamente dos EPL, a maioria dos respondentes não se mostraram contentes com a quantidade de espaços e os avaliaram como inseguros e desanimados.

São várias as sugestões que moradores apresentaram para que os espaços públicos fossem melhorados, a se destacarem, em ordem decrescente: a manutenção; aspectos infraestruturais; a segurança; e a falta de programas e atividades de lazer (periódicas e aperiódicas) nestes espaços.

Desse modo, concluímos os espaços públicos de lazer se configuram como aspectos de suma importância em Orlândia, segundo a opinião da própria população. É latente a preocupação demonstrada dos cidadãos para com estes espaços, deixando claro que mesmo não possuindo usuários assíduos, estes ambientes são percebidos por todos e assumem papéis importantes na vida e no cotidiano urbano desta cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a evidenciar os resultados obtidos pela pesquisa, faz-se necessário resgatar os principais apontamos teóricos que embasaram o processo investigativo, as discussões, as reflexões originadas e nossas conclusões. Num primeiro momento, destacamos a esfera do lazer como sendo aquela referente às práticas hedonistas e desinteressadas realizadas durante o tempo livre, mas que na realidade do século XXI se simbiotizam com as imperiosidades reprodutivas capitalistas, orientando-se para atividades que de alguma forma se ligam ao consumo.

Nesse mesmo caminho, o processo de (re)produção do espaço urbano também reflete as desigualdades do modo de produção capitalista, apresentando segregações, supressões de direitos e exclusões socioespaciais bases deste sistema focado na acumulação de capital. Nesse sentido, o lazer inserido no espaço urbano se especializa e é praticado com claras diferenciações entre áreas e grupos sociais de uma mesma cidade.

Para amenizar essa dinâmica desigual, é dever do Estado promover políticas públicas visando garantir o acesso equitativo ao lazer, sendo que essas podem tanto ser realizadas através da construção de espaços públicos de lazer, quanto na promoção de programas, eventos e atividades que dinamizem os espaços públicos e o lazer urbano.

É justamente nesse sentido que essa pesquisa se apresentou como relevante, pois a partir da ciência geográfica podemos apreender dialeticamente como a prática social do lazer se apresenta e se relaciona com os espaços públicos na cidade de Orlândia.

Destarte, debruçamo-nos em investigar os espaços livres urbanos de propriedade pública e acessibilidade irrestrita que apresentassem ao menos um equipamento voltado para o lazer, conceituados por nós como Espaços Públicos de Lazer (EPL), sendo identificado um montante de 30 deles em nosso recorte espacial.

Nestes espaços foram verificadas diversas atividades de lazer, denotando a importância que estes espaços ainda exercem na vida urbana dessa pequena cidade. Contudo, a maioria dos usos estavam sendo realizados por crianças, jovens, idosos ou mesmo adultos que apenas estavam presentes para vigiar os filhos, corroborando com o fator tempo livre de tais práticas, haja vista que esses grupos são os que mais dispõem de tempo livre para usufruir dos espaços públicos de lazer.

Apesar de apreender somente as necessidades de maiores de 18 anos completos, nossa pesquisa apontou para uma relevância notória dos espaços públicos de lazer na cidade de

Orlândia, sendo que as praças e os locais para caminhada se destacaram. Porém, indaga-se o caráter hedonista dos usos destes espaços: estão realmente sendo utilizados para lazer ou as praças são apenas espaços de passagem para os adultos enquanto os locais para caminhadas são utilizados visando a melhoria da saúde por parte dos frequentantes?

Por meio dos procedimentos investigativos de Santos (2008) conseguimos capturar socioespacialmente as formas urbanas destinadas ao lazer, as funções desempenhadas por elas, as influências que a estrutura social vigente exerce perante os espaços públicos e o processo de (re)produção permanente pelo qual essas categorias perpassam, influenciando umas às outras mutuamente.

De modo a exemplificar a influência as funções pretendidas às formas exercem na análise da totalidade espacial, destacamos que são vários os espaços públicos de lazer (EPL) que caíram em desuso ao longo do tempo, sendo progressivamente abandonados, malconservados e assim, prejudicados em sua estrutura física, a exemplo da Quadra Poliesportiva Antônio Paixão.

As formas, por sua vez, quando degradadas também são motivo de descumprimento das funções, prejudicando as práticas socioespaciais. Em nosso caso, tal interação pôde ser constatada no Parque Cyro Armando Catta Preta e na Praça Mário Furtado, que, se um dia se figuraram como espaços de destaque na dinâmica urbana, hoje se apresentam malconservados e, conseqüentemente, subutilizados.

Além disso, a estrutura social vigente, mais preocupada com o autocuidado, se mostrou adepta às atividades que beneficiem a sua saúde, com os locais de caminhada sendo largamente utilizados. Porém, tal função não é assegurada de realização nas formas produzidas pelo poder público municipal, verificando-se ausentes nos EPL da cidade e sendo realizadas informalmente em outros espaços da cidade que não são destinados exclusivamente para tal atividade.

Nesse sentido, para além da interação estrutura-função-forma ressaltamos as contribuições de Lefebvre³⁰ (2013) para nossa análise socioespacial, haja vista que a apreensão dos espaços concebidos, vividos e percebidos nos permitiram verificar as interações e intenções acerca da construção, apropriação e percepção dos espaços públicos de lazer.

No caso das atividades de caminhada, as apropriações de espaços informais refletem os espaços vividos e expõem as necessidades da população referentes ao lazer urbano e que

³⁰ Destacamos que apesar deste autor ser um sociólogo, suas obras abordam a questão espacial com magnificência, mostrando-se primaz para compreender as interações socioespaciais de objeto de pesquisa.

não são garantidas pelos conceptores dos espaços de lazer da cidade (em nosso caso, o PPM). O contrário infelizmente também se verifica, com a concepção exacerbada de academias ao ar livre que são pouco utilizadas pela população.

A desconexão entre a comunidade e o poder público no processo de produção dos espaços públicos de lazer pôde ser constatada nos questionários respondidos, com a população majoritariamente denotando uma percepção negativa em relação aos EPL e à algumas das características que influenciam o uso: segurança; pluralidade/quantidade; e animação.

A partir da interpretação das informações obtidas por meio dos questionários, daquelas apreendidas presencialmente durante as observações diretas e dos dados oficiais, conseguimos destacar alguns pontos que julgamos ser os mais essenciais para se pensar no aprimoramento do lazer público da cidade de Orlândia e de seus respectivos espaços.

De antemão, deixamos claro que entendemos a dificuldade do poder público em gerenciar os EPL e EPEL desta cidade, haja vista a grande quantidade de espaços públicos de lazer (37) para uma realidade de 38.319 habitantes.

No entanto, assim como Sartório (2015) consideramos que a importância dos EPL está mais relacionada à qualidade de suas materialidades e apropriações do que propriamente à quantidade de espaços que existem em um determinado recorte espacial. Entendemos que garantir o lazer para os cidadãos vai além da mera instalação de espaços públicos, uma vez que para democratizar as práticas de lazer é necessário, inicialmente, incentivar a apropriação e a utilização dos espaços (Marcellino, 2000).

Desse modo, acreditamos que promover programas e atividades de recreativas constantes nos espaços públicos de lazer é a maneira mais adequada para a realidade de Orlândia, uma vez que a necessidade de construir mais espaços e equipamentos não é tão latente nesta cidade em específico.

Destacamos a dialética existente entre os espaços públicos de lazer e sociedade, que negativa ou positivamente, influencia nas materialidades de tais espaços ao mesmo tempo em que pode motivar ou desmotivar as apropriações a serem realizadas neles.

Dessa forma, para além dos breves momentos nos quais a população se apropriaria dos espaços públicos de lazer por meio dos programas de animação promovidos pelo PPM, as práticas socioespaciais e a conservação destes locais também se beneficiariam, haja vista que as afetividades e o sentimento de pertencimento para com os lugares públicos de lazer da cidade influenciam positivamente no cuidado para com eles. Além disso, a participação de novos usuários nos espaços públicos através dos programas animadores auxiliaria essa

população perceber que os espaços públicos são de todos e quebrar o estigma de que eles se restringem aos traficantes, usuários de drogas e bandidos.

Contudo, destacamos alguns casos específicos à realidade orlandina, nos quais se fazem necessárias construções de espaços e/ou equipamentos específicos para atender às demandas da população:

- Construção de mais espaços para caminhada, considerando a demanda da população
- Construção e/ou disponibilização de espaços públicos passíveis de reserva para festejos, haja vista as condições de moradia e de renda de alguns grupos e os anseios destes em se reunir com pessoas queridas em datas especiais.
- Construção de mais espaços públicos de lazer ativo na porção sul do Jardim Boa Vista, devido ao grande contingente populacional e à baixa presença destes equipamentos específicos.

Além disso, destacamos que as práticas de lazer realizadas nos espaços livres (EL) e nos espaços informais de lazer (EIL) carecem de mais atenção por parte do poder público municipal, pois por meio delas a população exprime espacialmente suas demandas sociais quanto ao lazer urbano.

Por fim, destacamos que o lazer urbano deva ser considerado em sua totalidade, não bastando analisá-lo por meio de uma única faceta, sendo necessários os investimentos do poder público, a manutenção periódica dos espaços públicos, a implementação de programas de animação periódicos aliados às apropriações e cuidados por parte da comunidade local.

Salientamos também que este estudo não é totalitarista, deixando lacunas que potencialmente podem ser preenchidas por estudos futuros. Dessa forma, sugestionamos algumas pesquisas futuras que auxiliariam ainda mais a compreensão dos espaços públicos e do lazer urbano na cidade de Orlândia, sendo elas:

- Conhecer as práticas de lazer por parte da população portadora de necessidades especiais e como os espaços públicos de lazer se relacionam com elas.
- Compreender os fatores históricos, sociais, econômicos e jurídicos por trás da implementação massiva de espaços públicos na cidade de Orlândia
- Entender os motivos que levam crianças e adolescentes a realizarem determinados lazeres nas ruas em detrimento aos EPL próximos de suas residências

- Analisar o processo (des)evolutivo do Parque Cyro Armanda Catta Preta e seus usos sociais.
- Compreender as percepções de crianças e adolescentes a respeito dos EPL na cidade de Orlândia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. M. Tempo livre e consumo na sociedade capitalista. **Revista Sinais**, [s. l.], v. 1, n. 19, p. 87-107, 28 jun. 2016. DOI <https://doi.org/10.25067/s.v1i19.13261>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13261>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- AMARAL, P. H. M. **A praça e a cidade**: um estudo sobre as praças centrais em Orlândia-SP. Orientador: Carlos Roberto Loboda. 2023. 81 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Ituiutaba-MG, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36948>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- ANDRADE, J. V. **Lazer**: Princípios, tipos e formas na vida e no trabalho. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 200 p. v. 1. ISBN 85-86583-95-2.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006. 200 p. ISBN 85-26803-33-6.
- ARAÚJO, G. P.; OURIQUES, H. R. Estudo sobre o trabalho e o tempo livre no capitalismo contemporâneo: Uma abordagem empírica. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 113-121, 13 out. 2009. DOI 10.4025/actascihumansoc.v31i2.4290. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4290>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 353 p. ISBN 85-218-0255-2.
- AZEVEDO, R. J. G. **O espaço público em cidades médias**: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira - SP. 2013. 279 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/401189b9-c064-49e2-a69a-d56dbacf7c55>. Acesso em: 3 out. 2024
- BACAL, S. **Lazer: teoria e pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- BACAL, S. **Lazer e o Universo dos Possíveis**. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2003. ISBN 8585887842.
- BARGOS, D. C.; MATIAS, L. D. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Curitiba-PR, n. 3, ed. 6, p. 172-178, 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/revsbau.v6i3.66481>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66481>. Acesso em: 3 out. 2024.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258 p. ISBN 8571105987.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 94 p. ISBN 978-8537801222.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 256 p. ISBN 978-8577530175.

BORTOLO, C. A. **A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR**. Orientador: Tânia Maria Fresca. 2015. 232 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá-PR, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2869>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2011. 399 p. ISBN 978-8573261882.

CAMARGO, L. O. L. Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer. In: TURINO, Célio. **Lazer nos programas sociais**: Propostas de combate à violência e à exclusão. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003. ISBN 85-7277-042-9.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. [S. l.]: Cultrix, 2006. 256 p. ISBN 978-8531605567.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001. 372 p. ISBN 978-8572441858.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 98 p. ISBN 8572440151.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p. ISBN 978-85-7506-144-2. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7688121/mod_resource/content/3/ANA%20FANI%20-%20espa%C3%A7o%20urbano.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 160 p. ISBN 978-8572446600.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papirus, 2012. 190 p. ISBN 978-8530808747.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002. 94 p. ISBN 8508032609.

CUNHA, N. **A felicidade imaginada**: A negação do trabalho e do lazer. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 328 p. ISBN 9788586796456.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 249 p. ISBN 8527301857

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. 1. ed. São Paulo: SESC, 1980. 176 p.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 333 p. ISBN 8527302195.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009. ISBN 9788571399143

FALEIROS, M. I. L, **Repensando o Lazer**. In: Perspectivas, São Paulo, nº 3, p. 51-65, 1980.

FERREIRA, W. R. **O Espaço Público nas Áreas Centrais**: a rua como referência - um estudo de caso em Uberlândia-MG. 2002, 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28042006-103725/pt-br.php>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FILHO, A. T. B.; NUCCI, J. C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 18, p. 48-59, 2006. DOI <https://doi.org/10.7154/RDG.2006.0018.0005>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47264>. Acesso em: 3 out. 2024.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de textos, 2018. ISBN 9788586238826.

FRANCISCON, A; BOVO, M. C. Espaço público: conceitos, dimensões, funções e formas. In: BOVO, Marcos Clair; MACIEL, Fred (Orgs.). **Os fios que tecem a teia**: interdisciplinaridade, diálogos e pesquisas. 1. ed. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2020, p. 10-36.

FROMM, E. **Ter ou Ser?** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. 202 p.

GAMA, A. Notas para uma Geografia do tempo livre. In: GAMA, Antônio; SANTOS, Norberto Pintos dos. **Lazer**: da libertação do tempo à conquista das práticas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 17-28. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/3176>. Acesso em: 12 jan. 2025.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991. 177 p. ISBN 8571390223.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304 p. ISBN 8528609561

GOMES, P. C. C. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 2, n. 4, p. 249-265, 2005. DOI 10.36661/2448-1092.2005v2n4.12601. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12601/8082>. Acesso em: 12 jan. 2025.

GOMES, P. C. C. **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 192 p. ISBN 9788528615548.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. 2013: Bertrand Brasil, 2013. 320 p. ISBN 8528616525.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003. 247 p. ISBN 857419364X.

GUTIERREZ, G. L. Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001. 125 p. ISBN 8574960330.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 354 p. ISBN 8528200914.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denílson Luís Werle. São Paulo: EDUSP, 2014. 565 p. ISBN 9788539305131.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p. ISBN 8574194964

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p. Tradução de: Rogério Bettoni.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1950**. Volume 1, Tabela 59 - Área e população presente, segundo as unidades da federação, as zonas fisiográficas e os municípios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767> Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1960**. Volume I, Tomo XIII, Tabela 32 - Grupos de idade por sexo segundo as zonas fisiográficas e os municípios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=768>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1970**. Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980**. Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Tabela 165 - Pessoas moradoras por situação e espécie. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/165>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Tabela 1518 - População residente, por situação do domicílio, sexo e grupos de idade. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1518>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1378>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022a**. Tabela 9514 - População residente, por sexo, idade e forma de declaração da idade. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9514>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022b**. Tabela 9923 - População residente, por situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9923>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa 2. ed. [S. l.]: Martins Fontes, 2009. 510 p. ISBN 9788578271732.

JESUS, G. M. **A cidade moderna e as técnicas**: uma nova espacialidade do tempo livre. (Anais do encontro da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional). Rio de Janeiro, 2003.

KALLAS, L. M. E. **Parques urbanos de Teresina**: diagnóstico e recomendações. Cadernos de Teresina, ano XVIII, n. 37, ago. 2005.

KURZ, R. A ditadura do tempo abstrato. In SESC/WLRA. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 39–46.

LEFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999. 131 p. ISBN 8527105039.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 2. ed. Barcelona: Península, 1973. 268 p. ISBN 842970910X.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausência**: contribucion a la teoria de las representaciones. Tradución: Oscar Barahona y Uxos Doyhamboure. México: Fondo de Cultura Economica, 1980.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. 216 p. ISBN 8508037929.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p. ISBN 9788588208971

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 212 p. ISBN 978-8542302585.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2019. 464 p. ISBN 978-8494169052.

LOBODA, C. R. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava-PR**. Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito. 2008. 352 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105052>. Acesso em: 18 dez. 2024.

LOBODA, C. R. ESPAÇO PÚBLICO E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA ANÁLISE DOS DIFERENTES USOS DA CIDADE. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 32–54, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7439>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LUCAS, F. M. **A prática do lazer em áreas urbanas sujeitas à exclusão social em Presidente Prudente-SP**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96753>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MACEDO, S. S. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 7, p. 15–56, 1995. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i7p15-56. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133811>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1995. 144 p. ISBN 8530803515

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer – O papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. 134 p. ISBN 8585701404

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 100 p. ISBN 8585701374.

MARCELLINO, N. C. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008. 186 p. ISBN 97878575162279.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p. ISBN 8522433976.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 571 p. v. 1. ISBN 9788520004678.

MASCARENHAS, G. Contribuições da Geografia para o estudo do lazer. In: MELO, Victor Andrade de. **Lazer e Prazer: olhares multidisciplinares**. Campinas: Alínea, 2010. ISBN 978-8575163238.

MAUAD, A. M. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 73-98, 12 jan. 2025. Disponível em: <https://www2.historia.uff.br/tempo/wp-content/uploads/2024/11/artg2-4.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano**. [S. l.]: Fundação Getúlio Vargas, 1971. 264 p.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 296–306, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10926>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002. 1102 p. ISBN 8575590014.

MÜLLER, A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MÜLLER, Ademir. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-40. ISBN 8575780093.

MUNNÉ, F. **Psicosociología del tiempo libre**: un enfoque critico. 1. ed. México: Trillas, 1980. 206 p. ISBN 978-9682408946.

NARCISO, C. A. F. **Espaço Público**: desenho, organização e poder, o caso de Barcelona. 2018, 174 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1736>. Acesso em: 25 jul. 2024.

NAVARRO, J. H. do N. et al. Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 461-470, 2015. DOI 10.1590/1413-81232015202.03712014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Yt38bPMZ8NfYGwgcLfBzH6v/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NOVAES, R. D; Miranda, A. S; Dourado, V. Z. Velocidade usual da marcha em brasileiros de meia idade e idosos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 117-122, 17 dez. 2024. DOI 10.1590/S1413-35552011000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/WFynBbZjVQTKGSCn8FbQKCS/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NUCCI, J. C.; CAVALHEIRO, F. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 11, p. 277-288, 12 out. 1998. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i11p277-288>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/135315/131186>. Acesso em: 19 nov. 2024.

OLIVEIRA, S. **Os adolescentes e o espaço público**: um estudo na amora. Orientador: Antoni Remesar. 2006. 156 p. Dissertação (Mestrado em desenho urbano) - Universitat de Barcelona, [S. l.], 2006. Disponível em: http://www.ub.edu/escult/epolis/sergio/sergio_tese.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ORTIGOZA, S. A. G.; LOMBARDO, M. A. **No “clima” do consumo**: implicação do consumo nas mudanças climáticas globais. Rio Claro: Divisa, 2011.

PACHECO, W. S.; OLIVEIRA, M. S. Aprendizagem e desenvolvimento da criança com síndrome de Down: representações sociais de mães e professoras. **Ciências & Cognição**, [s. l.], p. 2-14, 2011. Disponível em: <http://revista.cienciasecognicao.org/index.php/cec/article/view/723>. Acesso em: 18 dez. 2024.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado**. Orientador: Ricardo Luis Coltro Antunes. 2003. 317 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.290968>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/290968>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2000. 111 p. ISBN 978-8586491566.

PADILHA, V. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira. **Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 43-53. ISBN 8575780395.

PAIVA, K. F. **Urbanização e planejamento: a produção do espaço urbano em pequenas cidades do eixo rodoferroviário da Alta Mogiana - Triângulo Mineiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.16.2018.tde-23062017-090554. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-23062017-090554/pt-br.php>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 1978. 184 p.

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G. H. C. Características Qualitativas, Quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 65–78, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/15699>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PEREIRA, B. C. Notas sobre as contribuições de festas comunitárias para a construção identitária em uma região de Orlândia-SP. **Albuquerque (Online)**, v. 13, n. 25, p. 159-175, 14 maio 2021a.

PEREIRA, B. C. Uma cidade entre narrativas: Construções históricas sobre a história de Orlândia-SP. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 91-110, 2021b. DOI <https://doi.org/10.55028/th.v10i20.11077>. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/11077>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PEREIRA, L. A. **Ler a cidade pelo espaço público: dinâmicas de produção e reprodução dos espaços de sociabilidade**. Orientador: William Rodrigues Ferreira. 2023. 449 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2023. DOI 10.14393/ufu.te.2023.8035. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37823>. Acesso em: 18 dez. 2024.

PINTO, L. M.; S. de M. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história para contar. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008. 186 p. ISBN 97878575162279.

POSSAMAI, Z. R. **Fotografia, história e vistas urbanas**. História, v. 27, n. 2, p. 253- 277, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/xHBcg4BzQQmwjgtcMqcMXmD/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. ISBN 978-8577170937. E-book (277 p.).

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 285 p. Tese de Livre Docência (Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI <https://doi.org/10.11606/T.16.2016.tde-07122016-101803>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-07122016-101803/pt-br.php>. Acesso em: 15 jan. 2025.

REQUIXA, R. **As Dimensões do lazer**. São Paulo: SESI, 1974. 39 p.

RODRIGUES, L. C. F.; PITZ, D. L. Crise da sociedade do trabalho e lutas sociais no século XXI. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 10, 2023. São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_434_434610445542f50d.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC/WLRA (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 179 - 184.

SALGADO, I.; PSSCINATO JUNIOR, D. O saber técnico de profissionais das engenharias na conformação do urbano no nordeste do Estado de São Paulo. Estudos de caso: Cristais Paulista e Orlândia. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 11, n. 02, 2011, p. 95-111. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6065>. Acessado em 10 jan. 2025.

SANTOS, L. P. **Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)**. Orientador: Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza. 2015. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, [S. l.], 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/132223>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 144 p. ISBN 8531412617.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. 384 p. ISBN 9788531407130.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006. 174 p. ISBN 8501058785.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 169 p. ISBN 9788531409714.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 118 p. ISBN 9788531410857.

SARTÓRIO, F. D. V. **Lazer, cidadania e desigualdade**: um estudo sobre Vitória-ES. Orientador: um estudo sobre Vitória-ES. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, [S. l.], 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1487>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SCHMID, C. (2012). A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço E Tempo** (Online), 16(3), p. 89-109, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SCHWARTZMAN, S. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 198 p. ISBN 8522504628

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447 p. ISBN 8585095814.

SERPA, A. A ampliação do consumo e os conflitos entre o público e o privado na cidade contemporânea: questões para debate. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. cap. 7, p. 413-417. ISBN 8572442197.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 205 p. ISBN 8572443495.

SERPA, A. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 169-188. ISBN 9788572448161.

SILVEIRA, M C. **Tempo livre, jornada de trabalho e suas relações com o capitalismo**. Orientador: Cássio da Silva Calvete. 2017. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2017.

SOBARZO, O. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: DA DOMINAÇÃO À APROPRIAÇÃO. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 10, n. 2, p. 93–111, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73992. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SOBARZO, O. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para análise dos espaços públicos em cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. ISBN 978-8577430390.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p. ISBN 8528608565.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 190 p. ISBN 8528610136.

SOUZA, M. L. **A Prisão e a Ágora**: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. [S. l.: s. n.], 2006. 632 p. ISBN 8528612090.

SPOSITO, E. S. **A vida nas cidades**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 90 p. ISBN 9788572440356.

SPOSITO, M. E. B. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP, 1999.

TEJADA, J J.; PUNZULAN, J. R. B. On the misuse of Slovin's formula. **The philippine statistician**, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 129-136, 13 jan. 2025.

VALVERDE, R. R. H. F. **A transformação da noção de espaço público**: a tendência à heterotopia no largo da carioca. Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes. 2007. 255 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000686429&local_base=UFR01. Acesso em: 13 jan. 2025.

VEAL, A. J. **Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2011. 544 p. ISBN 978-8576571070.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: um estudo sobre Orlândia-SP”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Carlos Roberto Loboda e Pedro Henrique Marani Amaral

Na sua participação, você responderá ao formulário que visa coletar algumas informações necessárias à realização da pesquisa citada. Por meio das respostas coletadas, será possível entender um pouco mais as relações entre o lazer e os espaços públicos da cidade.

Dependendo do perfil do participante, a quantidade total de questões pode chegar a 20, sendo 5 minutos o tempo médio para responder todo o formulário.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. É compromisso do pesquisador divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

O risco que pode surgir com a pesquisa ocorre de acordo com a possibilidade de o participante se sinta constrangido a responder alguma das questões. Para que o risco seja tratado, em todas as questões um item “prefiro não responder” aparecerá, permitindo que o respondente salte a questão.

Os benefícios serão proporcionados pela melhor compreensão sobre o espaço público e o lazer urbano, produzindo subsídios para políticas públicas.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido juntamente com o formulário poderá ser obtido no link:
<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1pdhKPJ0QYVLUvMQG9qfupxuJpkTo4Chc>.

O pesquisador atenderá as orientações da Resolução nº 510/16, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Carlos Roberto Loboda, telefone 34-98089384 ou com Pedro Henrique Marani Amaral, telefone 16-988161557, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (UFU) campus Pontal - Bloco D - R. Vinte, 1600 - Tupã, Ituiutaba - MG, CEP 38304-402.

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

APÊNDICE 2 - FICHA SISTEMÁTICA DE OBSERVAÇÃO DIRETA

IDENTIFICAÇÃO _____

BAIRRO: _____ ENDEREÇO: _____

HORÁRIO DE INÍCIO: _____ HORÁRIO DO TÉRMINO: _____

TEMPO DE PERMANÊNCIA: _____ DATA: _____

DIA DA SEMANA: _____

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E TEMPERATURA: _____

ITEM	AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
ILUMINAÇÃO	☐ Existe e é adequada ☐ Existe e não é adequada ☐ Não existe	
SEGURANÇA	☐ Existe e é adequada ☐ Existe e não é adequada ☐ Não existe	
ARBORIZAÇÃO	☐ Existe e é adequada ☐ Existe e não é adequada ☐ Não existe	
EQUIPAMENTOS DE LAZER	☐ Existe e são adequados ☐ Existe e não são adequados ☐ Não existe	
INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	☐ Existe e é adequada ☐ Existe e não é adequada ☐ Não existe	
CONSERVAÇÃO GERAL	☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim	
ACESSIBILIDADE	FÍSICA	
	☐ Existe e é adequada ☐ Existe e não é adequada ☐ Não existe	
	SIMBÓLICA	
	☐ Espaço plural ☐ Espaço segregatório	
CARACTERÍSTICAS DOS USUÁRIOS	QUANTITATIVO	
	☐ Muitos ☐ Poucos	
	FAIXA ETÁRIA	
	☐ Idosos ☐ Adultos ☐ Jovens	

ATIVIDADES REALIZADAS NO LOCAL	
DEMAIS OBSERVAÇÕES	

APÊNDICE 3 – Questionário aplicado à população

27/01/2025, 19:45

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE ORLÂNDIA-SP

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE ORLÂNDIA-SP

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: um estudo sobre Orlandia-SP”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Carlos Roberto Loboda e Pedro Henrique Marani Amaral

Na sua participação, você responderá ao formulário que visa coletar algumas informações necessárias à realização da pesquisa citada. Por meio das respostas coletadas, será possível entender um pouco mais as relações entre o lazer e os espaços públicos da cidade.

Dependendo do perfil do participante, a quantidade total de questões pode chegar a 20, sendo 5 minutos o tempo médio para responder todo o formulário.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. É compromisso do pesquisador divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

O risco que podem surgir com a pesquisa ocorrem de acordo com a possibilidade de o participante se sinta constrangido a responder alguma das questões. Para que o risco seja tratado, em todas as questões um item “prefiro não responder” aparecerá, permitindo que o respondente salte a questão.

Os benefícios serão proporcionados pela melhor compreensão sobre o espaço público e o lazer urbano, produzindo subsídios para políticas públicas.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido juntamente com o formulário poderá ser obtido no link: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1pdhKPJ0QYVLUVMQG9qfupxuJpkTo4Chc>.

O pesquisador atenderá as orientações da Resolução nº 510/16, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Carlos Roberto Loboda, telefone 34-98089384 ou com Pedro Henrique Marani Amaral, telefone 16-988161557, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (UFU) campus Pontal - Bloco D - R. Vinte, 1600 - Tupã, Ituiutaba - MG, CEP 38304-402.

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Ao aceitar a questão seguinte você concorda em participar da pesquisa

27/01/2025, 19:45

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE ORLÂNDIA-SP

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Aceita participar da pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aceito participar da pesquisa
- ☐ Não aceito participar da pesquisa

2. Idade

3. Ocupação

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estudante
- ☐ Trabalhador
- ☐ Desempregado
- ☐ Do lar
- ☐ Aposentado
- ☐ Prefiro não responder

4. Gênero

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: _____

27/01/2025, 19:45

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE ORLÂNDIA-SP

5. Renda em salários mínimos

Salário mínimo = R\$1.412,00

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ De 2 a 4 salários mínimos
- ☐ Mais que 4 salários mínimos
- ☐ Prefiro não responder

6. Quais atividades de lazer você prefere?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Prática de esportes
- ☐ Convívio social com amigos e/ou familiares
- ☐ Assistir TV, séries, filmes, etc
- ☐ Jogos online
- ☐ Festas
- ☐ Passeio ou atividades ao ar livre
- ☐ Redes sociais, navegar na internet, etc
- ☐ Outro: _____

7. Quais destes espaços de lazer você reconhece a existência dentro da cidade de Orlândia?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Praças
- ☐ Locais para caminhada
- ☐ Academia ao ar livre
- ☐ Centro de lazer
- ☐ Ginásios poliesportivos
- ☐ Campos de futebol
- ☐ Quadras de esportes
- ☐ Outro: _____

27/01/2025, 19:45

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE ORLÂNDIA-SP

8. Você frequenta algum destes locais? Se sim, quais?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Praças
- ☐ Locais para caminhada
- ☐ Academia ao ar livre
- ☐ Centro de lazer
- ☐ Ginásios poliesportivos
- ☐ Campos de futebol
- ☐ Quadras de esportes
- ☐ Outro: _____

9. Se a resposta anterior for negativa, por quê não frequenta estes espaços?

10. Caso frequente, eles estão localizados majoritariamente em seu bairro ou em outros bairros da cidade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Em meu bairro
- ☐ Em outros bairros da cidade
- ☐ Prefiro não responder

11. Com que frequência você vai a esses locais?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Raramente
- ☐ Frequentemente
- ☐ Prefiro não responder

27/01/2025, 19:45

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE ORLÂNDIA-SP

12. Em escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a espaços completamente inseguros e 5 corresponde a espaços completamente seguros. Qual nota você atribui para a **segurança** dos espaços públicos de lazer da cidade?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Corr: ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Completamente seguro

13. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 é péssimo e 5 é excelente. Qual nota você atribui para a **quantidade** de espaços públicos de lazer existentes na cidade?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Pés: ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Excelente

14. Em um escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a espaços completamente desanimados e 5 corresponde a espaços completamente animados. Qual nota você atribui para a **animação** de espaços públicos de lazer existentes na cidade?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Esp: ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Espaços completamente animados

15. Em sua opinião os moradores da cidade contribuem para conservação dos espaços públicos de lazer da cidade?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Prefiro não responder

27/01/2025, 19:45

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE ORLÂNDIA-SP

16. Em geral, qual nota você atribui aos espaços públicos de lazer da cidade

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar o lazer público na cidade de Orlândia?

18. Em geral, qual prioridade deve ser destinada ao **lazer** nas políticas públicas?
Por políticas públicas (nos referimos às políticas realizadas pelo pelo Estado em áreas como: educação, saúde, meio ambiente, entre outras)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Prioridade mínima
- ☐ Prioridade baixa
- ☐ Prioridade média
- ☐ Prioridade alta
- ☐ Prioridade máxima

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 4 – Agrupamento de palavras-chave por categoria

Principais sugestões de melhorias apontadas pelos respondentes				
Categoria	Subcategoria	Palavras-chave	Quantitativo de respostas	Total por categoria
Animação	Eventos	Evento(s); show(s).	6	12
	Eventos periódicos	Escolinhas; eventos frequentes; eventos mensais; programas; prática diária.	6	
Co-gestão	Integração comunidade-poder público	Integração; poder público.	1	3
	Cuidado comunitário	População deveria cuidar.	2	
Manutenção	Manutenção	Cuidado; Manutenção; Organização.	22	32
	Zeladores	Responsável(is); Zelar; Zeladores.	3	
	Limpeza	Roçada(s).	7	
Motivos econômicos	Investimentos	Investir; Investimento.	7	9
	Privatização	Privatização; Privatizar; Poder privado.	2	
Intervenções infraestruturais	Equipamentos	Equipamentos; Banheiro; Brinquedos; Academia ao ar livre; PicNic.	3	29
	Quantidade de espaços	Mais (equipamentos); Construir (equipamentos).	5	
	Melhorias específicas	Gruta (Parque Cyro Armando Catta Preta); Recinto (para rodeio); Centro(s) de lazer; Ginásio; Gruta (Parque Cyro Armando Catta Preta); Recinto (para rodeio); Centro(s) de lazer; Ginásio; Espaço para festa. Teatro Municipal; Praça dos Imigrantes	10	
	Reforma	Recuperação de espaços que existiam; Reformar; Reforma; Melhorias; Pintar; Ampliação; Reorganizar; Recuperação; Restauração.	11	
Pluralidade	Outras opções de lazer	Mais (equipamentos/espaços); Fazer (equipamentos/espaços).	5	10
	Opções de lazer para jovens e crianças	Jovens; Crianças.	5	
Segurança	Segurança	Iluminação; Vandalismo; Policiamento.	21	24
	Vigias	Guardas; Vigias.	3	
Outros	Acessibilidade	Acessibilidade para pessoas com deficiência.	1	6
	Arborização	Árvores; arborização.	2	
	Educação	Conscientizar; Educação.	2	
	Atratividade	Atraia.	1	

APÊNDICE 5 – Documentos em alta resolução para acesso

Link para acesso da dissertação, imagens e mapas em alta resolução:

https://drive.google.com/drive/folders/1qx4VCTmd9I_FcO2tUIDrjp1oT71N6o_x?usp=sharing

QRcode para acesso:

